

Magna Lima Magalhães  
Claudia Schemes  
Organizadoras

# Memória, História e Cultura

Relações e aproximações  
em estudos históricos

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - Aspeur  
Universidade Feevale

# **MEMÓRIA, HISTÓRIA E CULTURA:**

## **RELAÇÕES E APROXIMAÇÕES EM ESTUDOS HISTÓRICOS**

**Organização:**

Magna Lima Magalhães  
Claudia Schemes



Novo Hamburgo | Rio Grande do Sul | Brasil  
2025

**PRESIDENTE DA ASPEUR**

- Marcelo Clark Alves

**REITOR DA UNIVERSIDADE FEEVALE**

- José Paulo da Rosa

**PRÓ-REITORA DE ENSINO**

- Maria Cristina Bohnenberger

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA,  
PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO**

- Fernando Rosado Spilki

**DIRETOR DO INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS**

- Cássio Schneider Bemvenuti

**DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
CRIATIVAS E TECNOLÓGICAS - ICCT**

- Edvar Bergmann Araujo

**DIRETORA DO INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE - ICS**

- Caren Mello Guimarães

**DIRETORA DE RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS E INSTITUCIONAIS**

- Paula Casari Cundari

**DIRETORA DE INOVAÇÃO**

- Manuela Bruxel

**DIRETORA DE MARKETING E  
RELACIONAMENTO**

- Claudia Lunkes Schmitt

**DIRETORA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

- Isabel Cristina Cezar da Rosa

**EDITORA FEEVALE**

- Eduarda Camilly Candido (Revisão textual)
- Mauricio Barth (Coordenação)
- Tífani Müller Schons (Design editorial)

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

M533

Memória, história e cultura [Recursos Eletrônico]: relações e aproximações em estudos históricos / Organização: Magna Lima Magalhães, Cláudia Schemes/. – Novo Hamburgo: Ed. da Feevale; ASPEUR, 2025.  
202p.; il, PDF.

ISBN: 978-65-86341-39-3.

1. Mémória - Civilização. 2. História. 3. Cultura – comunidade local. 4. Espaços urbanos. 5. Patrimônio histórico-cultural. I. Schemes, Cláudia, org. II. Magalhães, Magna Lima, org. III. Título.

CDU 008:304

CDD 305

---

Bibliotecária responsável  
Fernanda Motta Ferreira CRB10°/2058

© **Editora Feevale** - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (Lei n.º 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Universidade Feevale**

Câmpus I: Av. Dr. Maurício Cardoso, 510 - CEP 93510-235 - B. Hamburgo Velho - Novo Hamburgo/RS

Câmpus II: ERS 239, 2755 - CEP 93525-075 - B. Vila Nova - Novo Hamburgo/RS

Câmpus III: Av. Edgar Hoffmeister, 500 - CEP 93700-000 - Zona Industrial Norte - Campo Bom/RS

Homepage: [www.feevale.br](http://www.feevale.br)

# SUMÁRIO

**06**

## **APRESENTAÇÃO**

Os organizadores

**10**

## **FORÇA E UNIÃO: A SOCIEDADE CRUZEIRO DO SUL (NOVO HAMBURGO/RS)**

Magna Lima Magalhães

**26**

## **PEDRO ADAMS FILHO: TRAJETÓRIA DE UM INDUSTRIAL TEUTO BRASILEIRO**

Claudia Schemes

**48**

## **O ESPORTE CLUBE FLORIANO E A MÍDIA LOCAL: 1960 – 1964**

Cleber Cristiano Prodanov, Paula Regina Puhl e Everaldo Pedrozo de Oliveira

**69**

## **CONTROVÉRSIAS EM TORNO DO MONUMENTO AO SAPATEIRO - NOVO HAMBURGO/RS**

Roswithia Weber

**85**

## **O ENSINO E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO NO VALE DO RIO DOS SINOS/RS**

Fernanda Gälzer, Magna Lima Magalhães e Claudia Schemes

**109**

**MUSEUS E ESPAÇOS URBANOS COMO LUGARES DE  
MEMÓRIA: UMA LEITURA CRÍTICA DA DINÂMICA  
ESPAÇO-TEMPORAL**

Daniel Luciano Gevehr

**131**

**CIDADE COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA: MOVIMENTAÇÕES  
KAINGANG NO VALE DO RIO DOS SINOS – TERRA INDÍGENA  
*POR FI GÂ***

Emelí Lappe Baldissera e Luís Fernando da Silva Laroque

**146**

**UMA TRAGÉDIA PARA RECORDAR: MEMÓRIAS DO  
DESLIZAMENTO DE 1919 DO MORRO DO DIABO**

Thais Gaia Schüller, Magna Lima Magalhães e Orquídea Moreira Ribeiro

**161**

**TANGO: PATRIMÔNIO IMATERIAL E MUSEALIZAÇÃO**

Alessander Kerber

**178**

**A INSÍGNIA DO PECADO: *THE MAGDALENE SISTERS***

Cristina Ennes da Silva e Tiago Silva

**203**

**SOBRE AS ORGANIZADORAS E SOBRE OS AUTORES**



## APRESENTAÇÃO

### **MEMÓRIA, HISTÓRIA E CULTURA: RELAÇÕES E APROXIMAÇÕES EM ESTUDOS HISTÓRICOS**

Este livro tem como objetivo trazer à luz experiências e estudos em comemoração aos 25 anos do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade. Fundado no ano de 2000 e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale, é formado, principalmente, por historiadores que objetivam fazer o seu ofício, ou seja, fazer História a partir de suas investigações.

Ao longo dos 25 anos de sua trajetória, o grupo se fortaleceu e seus integrantes consolidaram estudos, bem como estabeleceram parcerias com colegas de outros campos de conhecimento e de outras instituições. Afinal, a perspectiva da dinamicidade cultural, dos processos históricos e suas complexidades, bem como o diálogo constante e contínuo com outras epistemologias, nortearam os caminhos trilhados pelo grupo e seus integrantes até o momento. A proximidade e a relação estabelecida com o PPG em Processos e Manifestações Culturais possibilitaram, além de discussões, as quais nortearam ementas e pautas de componentes curriculares, o desenvolvimento de projetos de pesquisas que inspiraram dissertações de mestrados e teses de doutorado. Muito nos orgulha compartilhar esta obra com orientandos e egressos que estiveram e estão conosco nessa caminhada epistemológica e que confiaram aos integrantes do grupo de pesquisa a orientação de seus estudos acadêmicos. Orgulha-nos, também, as parcerias estabelecidas com colegas de outras instituições, trocas necessárias no fazer acadêmico e no cotidiano do ofício do historiador.

Ao contrário do que se possa pensar em um primeiro momento, as investigações realizadas pelos pesquisadores do grupo Cultura e Memória da Comunidade sempre estiveram pautadas em desvelar a complexa história da região do Vale do Sinos e da cidade de Novo Hamburgo, a partir da diversidade de atores sociais que a compõe, afinal, o grupo está vinculado a uma Universidade comunitária. No entanto, tal perspectiva nunca limitou os diálogos interdisciplinares, pois como bem assevera o historiador José Assunção D'Barros: A "sede interdisciplinar da História é tão incontornável que, em todos os momentos em que houve ameaças de suas "fronteiras" serem convertidas em 'limites', nunca tardam a surgir ou a se reintensificar expressivos movimentos interdisciplinares." (Barros, 2019,



p.113) e, para tanto, a troca de conhecimentos e/ou parcerias, bem como estudos que fossem além dos limites da comunidade, se fizeram necessários e relevantes.

Acreditamos que Cultura e Memória da Comunidade é nosso lastro maior, nosso ponto de apoio. É o território que nos possibilita caminhadas, as quais fomentaram trajetórias e provocaram nossas inquietudes e curiosidades. Mas sabemos que as culturas e o processos históricos são construídos a cada dia, extrapolam fronteiras e muros, dialogam com diferentes realidades e instigam olhares apurados entre o local, regional e o global.

A publicação conta com 10 textos e se constitui como uma mostra das publicações dos pesquisadores do grupo que foram relevantes para a sua consolidação. Também foram convidados para esta obra parceiros de pesquisa que contribuíram com estudos e/ou estão relacionados a parcerias importantes em discussões e projetos de pesquisa. Os textos foram selecionados por seus próprios autores e apresentam temáticas variadas que reúnem reflexões sobre a história local, regional e nacional, além de questões teóricas relevantes para os processos e manifestações culturais.

*Força e União: A Sociedade Cruzeiro do Sul (Novo Hamburgo/RS)*, de autoria da historiadora Magna Lima Magalhães, traz à luz a presença de pessoas negras na formação histórica de Novo Hamburgo e da região do Vale do Sinos, a partir da constituição histórica da Cruzeiroirinho, fundada no ano de 1922, e aborda a relevância do associativismo como pauta sociopolítica.

O texto intitulado *Pedro Adams Filho: Trajetória de um industrial teuto brasileiro*, da historiadora de Claudia Schemes, aborda a importância de Pedro Adams Filho no contexto e desenvolvimento do setor coureiro-calçadista em Novo Hamburgo. Podemos encontrar nas palavras da autora um pouco da trajetória de um ator social que muito contribuiu para que Novo Hamburgo fosse conhecida como a “Capital do Calçado”.

De autoria do historiador Cleber Cristiano Prodanov, em parceria com Paula Regina Puhl e Everaldo Pedrozo de Oliveira, o texto intitulado *O Esporte Clube Floriano e a Mídia Local: 1960-1964*, apresenta a relevância dos periódicos locais (*Jornal O 5 de Abril* e *Jornal NH*) e como eles abordam o futebol local, trazendo à tona o Esporte Clube Novo Hamburgo, fundado em primeiro de maio de 1911 por um grupo de funcionários da Fábrica de Calçados Sul-rio-grandense, de propriedade de Pedro Adams Filho.



Em *Controvérsias em torno do Monumento ao Sapateiro - Novo Hamburgo/RS*, a historiadora e autora Roswithia Weber apresenta os conflitos em torno de identidades e representações constituídas historicamente na região do Vale do Sinos e, especialmente, de Novo Hamburgo, tendo como foco o monumento ao sapateiro em Novo Hamburgo e as disputas acerca da memória.

*O ensino e a campanha de nacionalização no Vale do Rio dos Sinos/RS*, título atribuído ao texto escrito em parceria pelas historiadoras Fernanda Gälzer, Magna Lima Magalhães e Claudia Schemes, apresenta a relação entre a Campanha de Nacionalização e a construção da identidade nacional/brasileira durante o governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), bem como as ações direcionadas para a educação nas comunidades de origem germânicas no Vale do Sinos.

O texto escrito pelo historiador Daniel Luciano Gevehr, intitulado *Museus e espaços urbanos como lugares de memória: Uma leitura crítica da dinâmica espaço-temporal*, traz à tona uma reflexão a respeito dos espaços que salvaguardam a memória e a relevância dos museus como “lugares de memória”, seus sentidos pedagógicos, bem como as relações de poder que cercam a memória, os esquecimentos e os silenciamentos institucionalizados.

Em *Cidade como espaço de memória: movimentações Kaingang no Vale do Rio dos Sinos - Terra indígena Por Fi Gâ*, os historiadores Luis Fernando da Silva Laroque e Emeli Lappe Baldissera abordam as relações de pertencimento estabelecidas no que tange a territorialização da terra indígena Por Fi Gâ em São Leopoldo, no Vale do Sinos, em suas dimensões políticas, econômicas e culturais.

No texto intitulado *Uma tragédia para recordar: Memórias do deslizamento de 1919 do Morro do Diabo*, localizado na cidade de Montenegro, no Vale do Caí, no estado do Rio Grande do Sul, as historiadoras Thais Gaia Schuler e Magna Lima Magalhães, em parceria com Orquídea Ribeiro Moreira, instigam algumas reflexões respaldadas no paradigma da História ambiental, a respeito dos desastres naturais constituídos não como um evento isolado, mas decorrentes de um processo histórico entre seres humanos e a paisagem, trazendo à luz o ocorrido na cidade de Montenegro em 1919.

O historiador Alessandro Kerber nos leva para além das fronteiras da comunidade e do Rio Grande do Sul com o seu texto intitulado *Tango: Patrimônio Imaterial e Musealização*,





e coloca em relevo a importância cultural e histórica da indústria fonográfica na Argentina, bem como a relevância do intérprete Carlos Gardel para o reconhecimento do Tango como patrimônio imaterial e as disputas existentes em torno do patrimônio cultural que envolve a figura de Gardel entre Uruguai e Argentina.

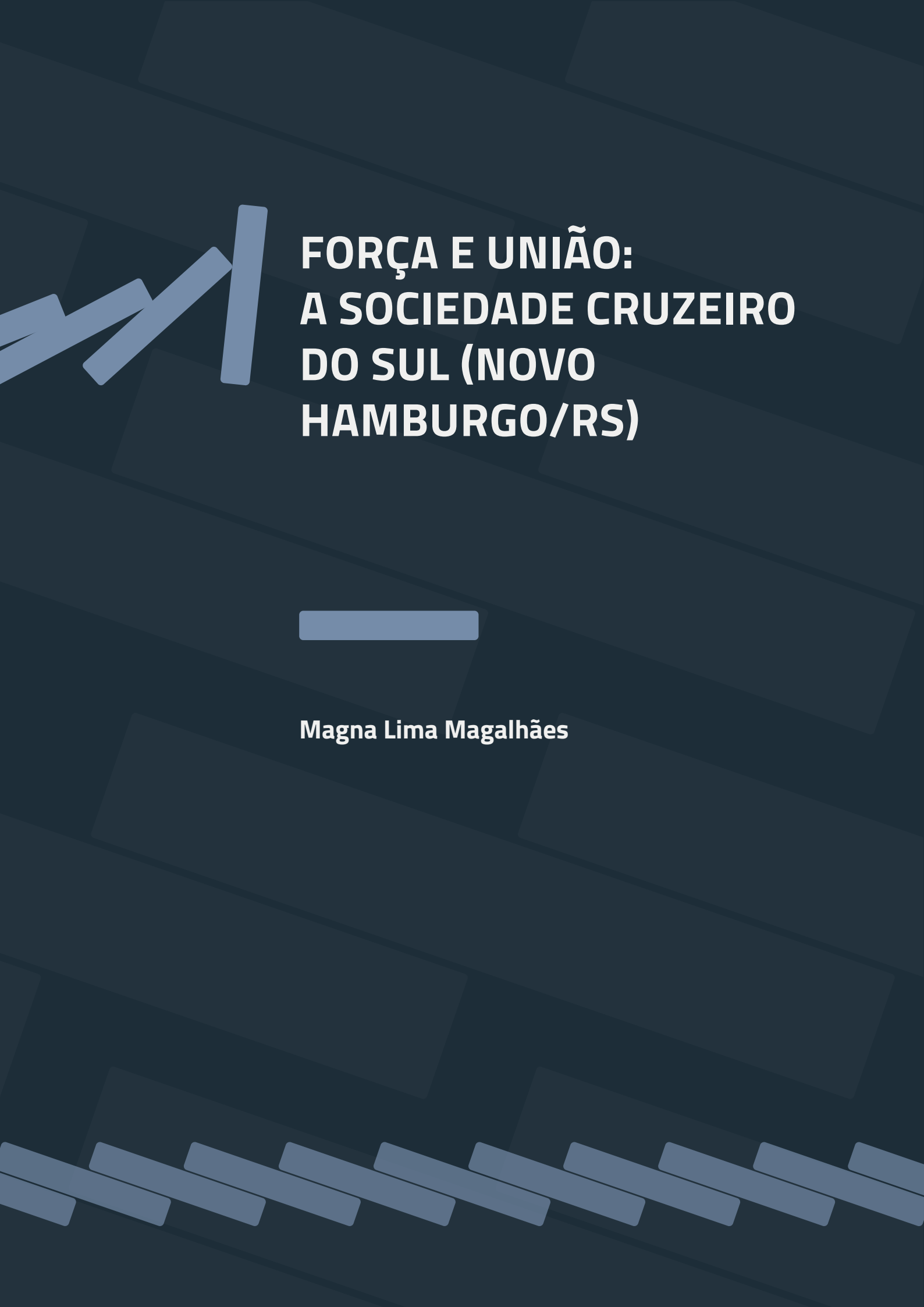
Em *A insígnia do pecado: The Magdalene Sisters*, os historiadores Cristina Ennes da Silva e Tiago Silva apresentam uma análise da produção fílmica *The Magdalene Sisters* de Peter Mullan. Os autores propõem uma análise acerca da narrativa fílmica que revela o imaginário medieval e a relação com as alegorias presentes na produção cinematográfica como permanências históricas possíveis de serem pensadas na contemporaneidade.

Desejamos uma excelente leitura!

*Magna Lima Magalhães*

*Claudia Schemes*

*Organizadoras*



# **FORÇA E UNIÃO: A SOCIEDADE CRUZEIRO DO SUL (NOVO HAMBURGO/RS)**



**Magna Lima Magalhães**





No ano de 2002, mais precisamente em 20 de novembro, o então Centro Universitário Feevale (atual Universidade Feevale) assinava o compromisso de fundação e de solidificação do NIGERIA (Núcleo de Identidade, Gênero e Relações Interétnicas). Estabeleceu-se, naquele momento, o compromisso da Instituição de fomentar e respaldar projetos e ações de pesquisa e extensão voltadas para as questões étnico-raciais e de gênero. A partir de várias frentes de trabalho, as quais perpassaram pela indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, o NIGERIA possibilitou o início de uma trajetória de estudos em torno das questões étnico-raciais, em especial sobre a presença negra na constituição histórica local de Novo Hamburgo.

A proposta inicial do programa estabelecia duas frentes de trabalho: a extensão e a pesquisa. Organizada a parte burocrática, após reuniões, ajustes e distribuição de atividades, coube a mim a responsabilidade de elaborar um projeto de pesquisa com a temática negros e negras na região do Vale dos Sinos. Dentre os muitos objetivos do NIGERIA, destacava-se a importância de visibilizar a pessoa negra como agente social e histórico em uma região marcada profundamente – histórica e identitariamente – pela influência da imigração europeia (Magalhães, 2010, p.12).

Como integrante do núcleo, elaborei, na época, o projeto de pesquisa intitulado “Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul”<sup>1</sup>. Este nasceu a partir de conversas com integrantes da comunidade, os quais trouxeram as primeiras informações sobre uma associação fundada por pessoas negras em Novo Hamburgo.

A partir de então, o estudo começou a ser delimitado e, de forma geral, objetivava configurar a história da Sociedade Cruzeiro do Sul, no intuito de trazer à tona a historicidade da presença negra na região do Vale do Rio dos Sinos, mais especificamente no município de Novo Hamburgo. Indo ao encontro desta percepção, optou-se, então, por trabalhar com as possíveis perspectivas da micro-história para o entendimento de diferenciadas significações culturais e de “a situação vivida pelos atores”, bem como “suas condições de existência” (Bensa, 1996, p.45).

Outro caminho trilhado pelo estudo para desvelar a presença negra em Novo Hamburgo, a partir de uma associação negra, foi o da História Oral, já que a interlocução com

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi publicada no livro *Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2005.



peessoas que vivenciaram experiências e acompanharam a fundação da Sociedade Cruzeiro do Sul se fazia relevante. Naquele momento era importante não só a memória individual dos integrantes mais velhos da Sociedade, a Velha Guarda, mas também a memória compartilhada por um grupo de sujeitos que, desde a infância, acompanharam a trajetória da mesma. Entendendo que a “memória pessoal, é também uma memória social, familiar e grupal” (Bosi, 1999, p.37) a busca pelas memórias da Velha Guarda nos remete às lembranças e experiências pessoais que auxiliariam a compor o estudo, além de propiciarem distintas leituras sobre a presença negra em Novo Hamburgo. Do mesmo modo, forneceu aportes para a reflexão acerca das relações identitárias, das práticas culturais e das elaborações individuais e coletivas de atores sociais, que certamente vivenciaram uma complexidade social e que, até então, não tinha sido contemplada pela historiografia tradicional.

No intuito de trazer à tona as construções históricas desses sujeitos, agregaram-se ao estudo, fotografias, fragmentos de jornais, de atas, entre outros, para elucidar dados, assim como foram apresentadas informações obtidas através da história oral. A partir do NIGERIA, da configuração de um projeto de pesquisa e, dada a relevância do tema, configurou-se então, mais tarde, em 2006, o meu projeto de tese de doutorado, que resultou na sua defesa em 2010, no Programa de Pós-Graduação em História (desativado em 2022), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob o título *Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: Associativismo e Identidade Negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)* sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira. O objetivo da tese era trazer à cena outros atores e agências cuja atuação foi negada pela historiografia tradicional. A proposta da tese tinha como foco principal delinear a constituição histórica (os primeiros passos) do primeiro clube fundado por negros e negras, no ano de 1922, no Vale dos Sinos, O Cruzeiro do Sul.

## UM POUCO DA TRAJETÓRIA DA SOCIEDADE CLUBE CRUZEIRO DO SUL

Sendo esta noite um luar admirável e uma noite muito quente nos todos estávamos a vontade e o mesmo tempo tenpo comemos a discutir sobre o nome do time que queríamos fundar um colega (...) deu o nome de Rio Negro e a turma estavam de acordo (...) o Álvaro não estava de acordo (...). Em dado momento vem pasando Paulino Batista Coelho e como homem de idade o sr. Alfredo de Quadros dise para o seu Paulino esta rapaziada estão com vontade de fundar um time de jogo de bola



(...) o que você acha Paulino? (...) pensou um pouco e olhou para o seu e disse eu vou dar a minha opinião no princípio do verão as estrelas brilhão tanto cruzeiro do Sul é bom e calouse. Todos nós ficamos esperando não conprendemos a sua poezia e perguntamos (...) ele nos disse Cruzeiro do Sul (...).

O trecho acima é extraído do livro de Ata da Sociedade Cruzeiro do Sul que sucin-  
tamente relata como iniciou a trajetória do “Cruzeiro do Sul”, primeiro como um time de  
futebol, mais tarde tornando-se uma associação.

Em 18 de setembro de 1922, um grupo de amigos, dentre eles João Teles, Cassiano  
Teles, Álvaro Pacheco, João de Deus, Valdemar Rodrigues, Guilherme Paz, Adão Lozada e  
Alfredo de Quadros, estavam reunidos ao ar livre em frente ao salão de propriedade de  
Alfredo de Quadros, no bairro África (atual bairro Guarani), eles discutiam a fundação de  
um time de futebol, cujo nome seria Sport Club Cruzeiro do Sul. O clube teve a sua primeira  
diretoria empossada em 22 de outubro do mesmo ano. Segundo depoimentos, os jogos  
eram realizados somente entre negros, já que dificilmente os mesmos conseguiam partici-  
par de atividades esportivas em clubes que envolvessem brancos. Os jogos ocorriam entre  
times formados por moradores do Vale dos Sinos ou ainda contavam com a presença de  
clubes de localidades fora da região.

De acordo com informações obtidas junto à Velha Guarda, a participação de times de  
outras regiões ocorria com frequência. A ata de 20 de março de 1949 apresenta o registro  
de um destes momentos.

Dando prosseguimento e início das atividades esportivas de 1949 a diretoria do ve-  
terano E.C.Cruzeiro do Sul fez promover em sua praça de desportos uma interesan-  
te partida de carácter intermunicipal. Desta feita foi convidado o F.C.Marques do  
Alegrete. Já nas primeiras horas da manhã a delegação do Alegrete era nossa visita.  
Ao meio dia foi oferecido um succulento jurasco (...).

Conforme a fala dos nossos entrevistados, o atual bairro Rincão, formado em grande  
parte pelas terras da família Oliveira, serviu de cenário para os mais diversos momentos da  
sociabilidade negra. Sem sede e terreno próprios, o Sport Club Cruzeiro do Sul organizava  
seus campeonatos nas terras do sr. Malaquias Oliveira.

Segundo as palavras do Sr. Luis Oliveira (filho de Malaquias Oliveira)



A gente se divertia a nossa moda. Dentro da nossa humildade da gente (refere-se aos negros), a gente se divertia, todos eram humildes, todos trabalhavam durante a semana, chegava Sábado e Domingo, era no Domingo num campo aqui (trata-se das terras que compõe atualmente o bairro Rincão), um campo muito grande de futebol, tinha um mato muito bonito ali o capão, tem um arroio que até hoje tem (...) terminava o futebol e a gente ia se banhar (...).

Nós tinha uma área de terra muito grande (...) tinha gado, tinha porco (...) eu trabalhei de tudo, trabalhei na roça, trabalhei no curtume e depois no banco" (...).

A atividade esportiva que incentivava e possibilitava o convívio, também estimulou outras formas de integração social:

(...) no Rincão que se jogava, do pai do Luís dos Oliveira O interessante é que naquela época por exemplo, o campo ficava ali, tinha bastante moreno, o clube era só de moreno. Então por exemplo, quando tinha jogo do cruzeiro (...) o campo era tudo escuro, em toda a volta só negro jogando. Aí então na saída (...) nas saídas dos jogos, então era aquela fila de negros, os negros tudo saíam pra: vamo pro cinema, vamo pro baile (...) era bonito, era bonito de ver aquela reunião tão grande (...). Naquele tempo tinha trem (...) então todo mundo pegava o trem ia pro baile em São Leopoldo, ia pra outros lugares, mas uma data festiva é o Domingo de jogo havia no campo do Cruzeiro do Sul (...) (Entrevista de Waldomiro Mello).

**Figura 1- Time de futebol do Sport Club Cruzeiro do Sul.**



**Fonte: Acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul**



Muitos dos integrantes do Cruzeiro do Sul participavam do bloco carnavalesco denominado de “Os Leões”, que durante as festividades carnavalescas desfilavam pela avenida Pedro Adams Filho. Marcado pela presença negra, o bloco contava em sua formação, principalmente com moradores do bairro África (atual bairro Guarani).

A necessidade por espaço que propiciasse encontros, atividades esportivas, festividades e fomentasse a sociabilidade instigou a fusão entre o Bloco dos Leões e o Sport Clube Cruzeiro do Sul, surgindo, então, a Associação Esportiva, Beneficente e Cultural denominada de Sociedade Cruzeiro do Sul, a união entre o bloco carnavalesco e o time de futebol está presente no estandarte da associação, no qual se encontra a figura do leão, juntamente com a constelação Cruzeiro do Sul. A partir de então, a Associação Esportiva, Beneficente e Cultural Sociedade Cruzeiro do Sul seria a responsável pela maioria das atividades de cunho recreativo e social, organizadas por e para pessoas negras de Novo Hamburgo e proximidades. De acordo com o senhor Luiz Oliveira, um de nossos interlocutores:

A Cruzeiro foi fundada no bairro Guarani, era a África, naquele tempo era África, lá que surgia os blocos, os leão, então dali foi, lá da África, então eles compraram aquele terreno.  
Mas tudo com muito sacrifício, o pessoal todo unido. O pessoal quando se dedicava ao Cruzeiro eles faziam de tudo (...).

Fundada a partir da organização em torno do futebol e do carnaval, a associação solidificou-se ao longo de sua trajetória por ser um espaço agregador das pessoas negras, não somente da localidade de Novo Hamburgo e da região, mas também de outras cidades.

Veja bem, naquela época nós fazíamos e talvez foi à Sociedade Cruzeiro do Sul uma das primeiras a fazer, nós fazia, (...) Nós convocava sociedades de outras, de outras cidades de todo o Estado (...) e se fazia reunião pra discutir a situação da Sociedade de moreno em todo o Rio Grande do Sul, e vindo daí surgiram muitas idéias, tanto é que nós éramos convidados para outras cidades, pra fazer o mesmo trabalho. Então aqui, era um rodízio, um rodízio, Santana do Livramento, Pelotas, Cachoeira (...) Canoas, Porto Alegre. Então quando a sociedade fazia um baile, a BR 116 que naquela época não era BR116 era outra, ficava congestionada, vinha gente de toda a parte: de Montenegro, São Sebastião do Cai (...) (Entrevista de Waldomiro Mello).



Entende-se que o clube Cruzeiro do Sul não inaugurava as solidariedades internas desse grupo, cujos indivíduos se manifestavam de várias formas antes mesmo da sua criação. Acredita-se que o associativismo materializou essas solidariedades em um projeto coletivo, formal, duradouro e político (Magalhães, 2010, p.115).

A sede que acolheu (e continua acolhendo) tantos momentos marcantes da comunidade negra só se tornaria uma realidade anos mais tarde, após a união entre o bloco carnavalesco e o Sport Clube. No início, as festividades, confraternizações e comemorações ocorriam em locais emprestados ou alugados, ou ainda ao ar livre. O “salão do Lúcio”, local mais citado na fala dos entrevistados, situava-se no “Mistura” (atual bairro Rio Branco) e era alugado, principalmente em função dos ensaios das festividades carnavalescas. A ata redigida em 3 de dezembro de 1937 informa sobre o assunto:

Aos dias 3 de dezembro de 1937 foi contratado com o senhor Lucio Rodrigues as condições com os dirigentes do Sport Club Cruzeiro do sul de Novo Hamburgo a qual pasa o bloco carnavalesco dos Leões para os festejos carnavalescos de 1938 foi o seguinte aluguel do salão para 2 Noites 250.000 milres e a fiança em fim de dezembro e para ser pago ao Sr. Lucio Rodrigues 1.250.000 sento e vinte e sinco milres com os seguintes direitos o balcão para as 3 noites e algumas estencão de seu terreno estas condições e para se cumprir na qualidade de homem . Assinado por Lucio Rodrigues e Alfredo Antonio Silva.

É somente mais tarde que o terreno, localizado no bairro Primavera, foi adquirido e construída a sede social. Essa conquista, segundo os entrevistados, se concretizou devido ao esforço de muitas pessoas negras e à luta em prol de um mesmo objetivo.

Os dados e informações sugerem que em meados dos anos 40 o terreno e a sede, situados no bairro Primavera, já pertenciam a associação. Ao que tudo indica, parte do investimento foi oriundo da família Oliveira que, segundo consta, com a hipoteca de um imóvel obteve parte do valor necessário para aquisição do terreno. Os entrevistados se referem também ao auxílio financeiro proveniente da prefeitura municipal, além da doação de comerciantes e empresários locais que contribuíram com materiais de construção e valores financeiros. As interlocuções trazem à luz a relevância de muitos comerciantes, cujo auxílio foi fundamental em diversos momentos da existência da associação. Entre eles, pode-se citar a antiga Distribuidora de Bebida Kolling, a Casa Cavasotto, a Casa Floriano e o Mundo dos Plásticos.





A inauguração da sede da Cruzeiro do Sul foi anunciada pelo semanário *O 5 de Abril*, em 30 de junho de 1950. No entanto, em edição anterior, do dia 23 de junho, o mesmo periódico divulgava informações sobre o protocolo cerimonial do importante evento que contava com corte de fita pelo prefeito da época Carlos Armando Koch, a organização de um churrasco e um baile intitulado Baile de São João.

Era na sede social que ocorriam os bailes de debutantes, os quais contavam com a participação das jovens negras, bem como o baile para a escolha da rainha da sociedade. Estes dependiam do empenho fundamental das mulheres integradas à associação, as quais tinham por responsabilidade organizar os eventos. Não se pode deixar de destacar o papel relevante da senhora Nair Leopoldina de Oliveira (conhecida como Vó Nair) que por muito tempo foi presidenta da ala feminina da associação. Dona Nair destacou-se pelo incentivo e criação dos diferentes bailes, como por exemplo, o Baile das 24 estrelas, através do qual cada jovem representava um Estado brasileiro, ou ainda pelo Baile das Rosas. Neste, destacava-se a presença das jovens que vestiam seus vestidos na cor rosa; era a noite de gala da renomada sociedade Cruzeiro do Sul.

Eu fui presidenta muito tempo, (...) organizava os bailes, era eu que fazia, dizia que ia fazer tal baile (...) eu inventei o baile das 24 estrelas. (...) Aí porque (...) eu pensava, eu vou fazer tal coisa no Cruzeiro, fazia e olha (...) dava enxurradas de gente (...). As moças eram todas vestidas de gala, cada uma representava um Estado (...). Aí a gente escolhia das famílias, das famílias morena, a gente escolhia as moças de tal família (Entrevista de Nair L. de Oliveira).

**Figura 2- Baile das Vinte e Quatro Estrelas, anos 60.**



**Fonte: Acervo Sociedade Cruzeiro do Sul.**

A importância dos bailes realizados na sociedade é registrada na fala do Sr. Waldomiro Mello, que foi presidente por três gestões da associação:

Então quando a sociedade fazia um baile (...) vinha gente de toda a parte: de Montenegro, São Sebastião do Caí (...) todo mundo queria baile do Cruzeiro. É que a nossa sociedade naquela época, nós era muito rigoroso, na questão moral de comportamento (...).

O baile de debutante era famoso, porque não era (...) aqui de Novo Hamburgo, como também das cidades mais próximas mandavam e era muito bem organizado e era (...) da minha irmã, ela organizava o baile (...) era só negra (...). São Leopoldo, Canoas, todos mandavam os filhos (...) no caso para debutar lá no Cruzeiro.

**Figura 3- Rainha Jaci Mendonça (sentada), as princesas e Waldomiro Mello**



**Fonte: Acervo Sociedade Cruzeiro do Sul**

As famílias negras de Novo Hamburgo e arredores comemoravam na sede social do Cruzeiro do Sul seus momentos mais significativos, os quais envolviam as festas de casamentos, de batizados e de aniversários. O local era utilizado para os almoços de confraternização, ou ainda como espaço de discussão e de lazer. Servindo como polo de integração de muitas famílias, testemunhou a formação de outras, solidificando laços de parentesco e construindo uma rede de pessoas que interagiam em espaços distintos.

O primeiro casamento que deu no Cruzeiro foi o meu (...) foi o seguinte: a gente (...) rapaz e aí descobrimos que lá em Novo Hamburgo tinha esse clube que era o Cruzeiro que dava uns bailes (...) e um dia fomos prá lá, 4 a 5 rapaz (...) tava lá a minha esposa (trata-se da senhora Gilda Feliciano), mas assim a gente... eu conversei, conversei, mas não houve namoro. Depois nós gostamos e voltamos pra outro baile, aí ela estava de novo. Aí dali começou o nosso namoro (...) <sup>2</sup> (Entrevista de Pedro Adão Marcelino).

Antes mesmo da construção da sede, os integrantes da sociedade se empenhavam na organização e na participação de festividades voltadas às datas relevantes para a comunidade negra local. Dentre essas, merece destaque as festas organizadas para o 13 de

<sup>2</sup> O senhor Pedro Adão Marcelino e a senhora Gilda Feliciano casaram-se após um ano de namoro e noivado. Ele foi o fundador da Sociedade Rui Barbosa em 1968, localizada no município de Canoas/RS.



maio, cuja mobilização de pessoas associadas à Cruzeiro do Sul revertia em bailes, almoços e piqueniques comemorativos.

O 13 de maio de Novo Hamburgo era um acontecimento fora do comum. Então nós escolhemos, geralmente era um alugava no Rio Branco naquela época tinha lugar para isso, chamava capão (...), então lá a gente formava (...) a equipe disso, equipe daquilo, cada um tinha uma função.... depois ia pro baile, começava de manhã e depois de noite era o baile, e aí tinha todo esse pessoal que eu falei de fora, de Pelotas, vinha tudo, vinha de longe pra fazer o 13 de maio aqui em Novo Hamburgo (...). Outro dado que eu sempre gosto de comentar pra aqueles que não alcançaram este tempo. É que nesse dia, principalmente o rapaz, o solteiro, aquele que não se apresentasse com uma fatiota nova, ele ficava meio de lado, aquilo era praxe, 13 de maio tinha que frequentar de fatiota nova mesmo, cada um chegava lá mais bacana que o outro (...)" (Entrevista de Waldomiro Mello).

Conforme os entrevistados, as comemorações envolvendo a data em outrora exigia organização, já que era um momento muito esperado e de grandes festejos.

Onde tinha um matosinho tinha as festas dos treze de maio, nos eucalipto tinha festa. Lá em cima do Oswaldo Cruz (...) aqui no Rincão. Nós fazia churrasco, pra nós era um feriado e tanto. O meu pai (...) dava muito valor para o treze de maio. Treze de maio, reunir toda a família tocava para a igreja, a nossa em comemoração ao treze de maio, sempre desde de pequeno (Entrevista de Luís Oliveira).

De acordo com os entrevistados, até os anos vinte e início dos anos trinta, a comemoração do 13 de maio era de grande relevância para a comunidade negra local, pois servia como referência a uma situação social, solidificada na ideia de liberdade.

As comemorações em torno da "independência do Brasil", também contavam com a participação dos integrantes da associação. Muitos dos componentes do clube atuavam como músicos e participavam das festividades voltadas para a celebração do 7 de setembro.

**Figura 4 - Semana da Pátria, anos 30. Av. Júlio de Castilhos- N.H**



**Fonte: Acervo Sociedade Cruzeiro do Sul**

A Cruzeiro do Sul pode ser percebida como um espaço social em que os interesses comuns sedimentados nos laços de parentesco, de amizade e de solidariedade se opunham às adversidades sociais existentes em uma localidade, onde notadamente a cultura e a identidade vinculada a origem germânica se sobrepunham de diferentes formas. Nas entrevistas realizadas junto à Velha Guarda da Sociedade, muitas das experiências apresentadas corroboram no sentido de se perceber a importância e a necessidade de um espaço de interação voltado para as pessoas negras da localidade, posto as adversidades e as agruras presentes no cotidiano das mulheres e homens negros na cidade de Novo Hamburgo.

Tais vivências são colocadas em relevo a partir das memórias de nossos interlocutores como a senhora Adolfa F. de Mello quando citou um espaço de sociabilidade muito prestigiado na cidade: “o Café tinha um lado que era só para branco e um lado que era só para negro”. Ou nas memórias de Nair Leopoldina que trouxe à tona suas experiências: “Na praça, domingo, sentávamos num banco. Podia ficar a tarde toda, podia sobrar lugar, ninguém sentava do nosso lado”. Ou ainda sobre as memórias da entrevistada Darci da Silva, que por sua vez, recorda do cinema Guarani e a regra sobre a presença negra no recinto:

o cinema Guarani, aqui no centro, em frente à Rainha das Noivas. Então tinha plateia em baixo e tinha em cima a galeria (...) negro não podia sentar lá embaixo, tinha que sentar lá em cima. Aí fizeram uma coisa lá que (...) o primeiro negro que sentou foi o



irmão do Malaquias, se chamava Armando. Nós tudo sentado lá em cima, ele sentou numa fileira, era o único negro sentado, ninguém sentou perto dele.

No final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, a sociedade Cruzeiro do Sul começou a passar por alterações, devido as novas relações sociais, as quais exigiam mudanças de comportamento e redimensionaram a realidade sócio-histórica de Novo Hamburgo. A sociedade que até final dos anos quarenta e início dos cinquenta contava somente com integrantes negros, testemunhou então a entrada tímida, porém contínua da presença branca. No final dos anos sessenta, a associação começou a vivenciar vários momentos difíceis, já não conseguia mais atuar como um espaço dinâmico e propulsor de eventos sociais, principalmente no tocante às comemorações familiares. Nos anos setenta, o Cruzeiro do Sul, ao que tudo indica, se destacava mais efetivamente através de sua participação em campeonatos de futebol e nas festividades carnavalescas, registradas e destacadas no periódico local/regional o “NH”. A situação agravou-se ainda mais nos anos oitenta, a sede que em outros tempos abrigou eventos sociais (bailes, comemorações, festas familiares, entre outros) não suportou o peso dos anos e exigia reformas.

A falta de um número expressivo de associados que fomentassem a parte financeira da associação, dificultava uma retomada de suas atividades sociais. Segundo o entrevistado senhor Ademir da Silva, que presidiu a sociedade por três gestões, o final dos anos oitenta e meados dos anos noventa foram tempos de crise; esta atribuída a várias dificuldades como: falta de recursos; ao baixo número de sócio contribuintes; as aspirações individuais; a falta de tempo dos integrantes para participar efetivamente da associação, entre outros.

Passado o tempo a Cruzeirinho, como é carinhosamente identificada por seus integrantes, simpatizantes, nunca se abateu, persiste até hoje como um espaço de afirmação e pertencimento. Completa em 2025, 103 anos de existência, e enfrentou alegrias e tristezas, mas nunca se rendeu, segue forte e resiliente, atuante e acolhedora como sempre foi ao longo de sua história. Forte em suas lutas pelo respeito, dignidade para os seus, abriu suas portas para muitas atividades culturais e sociais. Foi reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural imaterial da cidade de Novo Hamburgo, em 2017 (Lei 3082, de 18 de dezembro de 2017), é uma associação atuante que promove e fomenta o orgulho e a autoestima do ser negro e negra, afinal a força do Leão somado ao brilho da constelação do



Cruzeiro do Sul, guiaram a trajetória desta associação desde de 1922 até os dias atuais, não é pouca história.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO**

A Associação Esportiva, Beneficente e Cultural Sociedade Cruzeiro do Sul pode ser resumida da seguinte forma: é a força do leão iluminado pela luz da constelação; dois elementos formadores do símbolo da associação presentes no seu estandarte. Força e brilho, que registraram momentos da história e experiências de pessoas negras, que testemunharam e participaram de momentos marcantes da cidade de Novo Hamburgo e da sua construção, que guardaram em suas memórias muitas das conquistas locais e regionais, mostra ao contrário do que muitas vezes é apresentado pela historiografia tradicional, que a história da formação de Novo Hamburgo é muito mais complexa, com diferentes atores e agências, cuja construção contou com a participação significativa de homens e mulheres negras que compuseram (e compõe) uma complexidade histórica a qual vai sendo desvelada, permitindo “contar uma outra história.”

A Cruzeirinho está no mapa dos clubes negros do Rio Grande do Sul e do Brasil, reconhecida pela sua relevância histórica, exerceu (e exerce) “um papel significativo de afirmação da presença negra na região do Vale dos Sinos” (Magalhães, 2010, p.173). Estudar a fundação de um clube negro na cidade de Novo Hamburgo, foi um desafio, posto que a escassez e fragmentação de fontes muitas vezes tornaram-se um complicador, mas por outro lado foi um motivador para as inquietudes que surgiam ao longo do processo de pesquisa. Muito me orgulha ter constituído e registrado um “pouquinho” da história do “Cruzeirinho” e me orgulha também ter tido o contato com a associação a partir de um programa de extensão (NIGERIA) que impulsionou meu olhar mais atento sobre a necessidade de se registrar em um “estudo acadêmico” a trajetória do clube negro de Novo Hamburgo. Agradeço ao Cruzeirinho e a todos, que participaram da sua história e que ainda participam, a oportunidade de registrar um pouco da sua história em uma tese de doutorado. Não consegui dar conta da riqueza desta história (é impossível), mas não considero um demérito, pelo contrário, impulsiona-me a pensar nas possibilidades de outras escritas por outras mãos.





Registro aqui os meus agradecimentos à Sociedade Cruzeiro do Sul. Obrigada pela oportunidade de escrever algumas palavras sobre a sua linda e relevante história! Vida longa!!

## REFERÊNCIAS

BENSA, A. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, J. **Jogos de Escala. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 39 – 76.

BOSI, E. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MAGALHÃES, M. L. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: Associativismo e Identidade Negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese de Doutorado, PPG em História-Universidade do Vale dos Sinos, 2010.

MAGALHÃES, M. L. **Associativismo Negro no Rio Grande do Sul. São Leopoldo**. Trajetos Editorial, 2017.

## ENTREVISTAS

MELLO, A. F. de. **Adolfa Fernandes de Mello; SILVA, G. T. da. Gládis T. da Silva**: depoimento [Ago 2004]. Entrevistadores: M. L. Magalhães e B.C.C. Damiani. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, NIGERIA, 2004. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida ao Projeto Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul.

MELLO, J.W. **Waldomiro José Mello**: depoimento [Nov. 2004]. Entrevistadores: M. L. Magalhães e B. C.C. Damiani. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, NIGERIA, 2004. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida ao Projeto Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul.

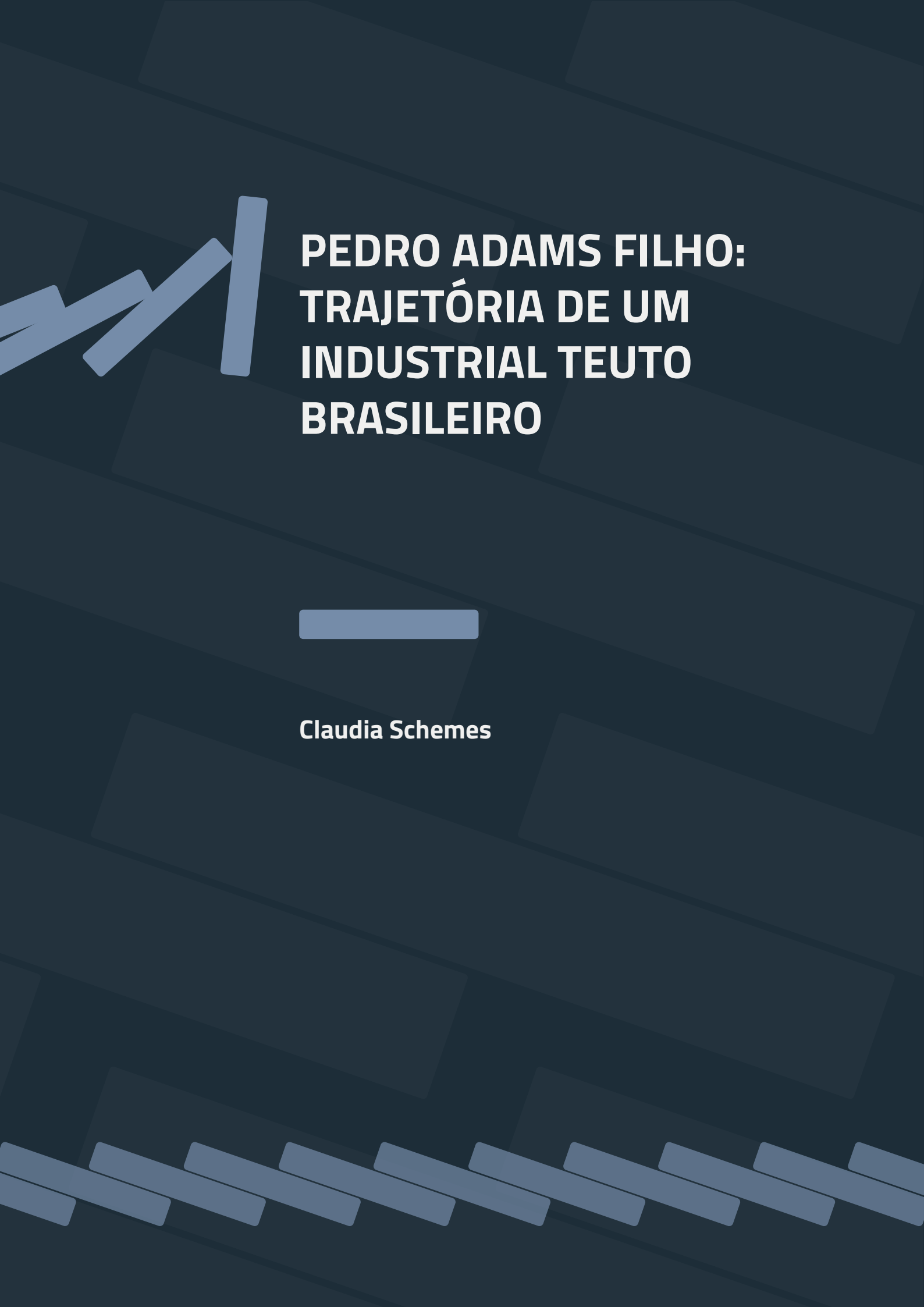
OLIVEIRA, L. N. **Nair Lara de Oliveira**: depoimento [Jun. 2003]. Entrevistadores: M. L. Magalhães. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, NIGERIA, 2003. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida ao Projeto Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul.





**OLIVEIRA, Luís:** depoimento [abril 2004]. Entrevistadores: M. L. Magalhães. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, NIGERIA, 2004. 1 fita cassete (60 min). Entrevista concedida ao Projeto Contando Uma Outra História: Memória e Identidade da Sociedade Cruzeiro do Sul.

SILVA, D. da. **Darci da Silva:** depoimento [Jun. 2004]. Entrevistadores: M. L. Magalhães e B.C.C. Damiani. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale, NIGERIA, 2004. 1 fita cassete (60 min).



# **PEDRO ADAMS FILHO: TRAJETÓRIA DE UM INDUSTRIAL TEUTO BRASILEIRO**



**Claudia Schemes**





## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Este trabalho utiliza, como um dos referenciais teóricos, os aportes do gênero biográfico, cujo retorno na História se dá, principalmente, em função da crise dos paradigmas clássicos da historiografia. Estes aportes trouxeram à tona uma crítica contra os conceitos totalizadores e o desinteresse pelas experiências humanas, apostando no retorno do indivíduo ao centro da História. Nesse sentido, uma biografia sempre é intermediada pelo pesquisador e pelo relato escrito que é elaborado a partir de documentos, arquivos pessoais e depoimentos de pessoas próximas do sujeito pesquisado, gerando um texto que sofre recortes, montagens e transcrições de depoimentos orais para escritos.

A biografia histórica é, segundo o historiador Benito Schmidt (1996, p.41), um gênero narrativo que se apresenta novamente aos historiadores de maneira ressignificada, pois “[...] as narrativas histórico-biográficas contemporâneas não se esgotam nas singularidades individuais, mas servem para esclarecer temas e problemas mais amplos.”

A escolha de Pedro Adams Filho como objeto de estudo se justifica pela inexistência de referências bibliográficas acerca de sua trajetória de vida pessoal e profissional. Adams dá nome a principal avenida da cidade de Novo Hamburgo, sendo uma figura onipresente nos estudos locais e sua biografia se restringe à frase: “pioneiro da indústria calçadista no Vale”, portanto, este artigo busca desvendar algumas facetas deste “pioneiro”.

Nesse contexto, Adams e sua trajetória na implantação de um modelo industrial e de sua participação comunitária e política em Novo Hamburgo nos remete a pergunta que aprendemos a fazer desde que Carlo Ginzburg publicou o seu livro *O queijo e os vermes: como podemos narrar a vida de um indivíduo e dar um sentido coletivo a esse estudo?*

A mesma análise e interpretação dada por Ginzburg sobre o moleiro Menocchio poderia ser transportada a Adams. Embora representem estratos sociais diferentes, perceberemos, com o auxílio da micro-história, que um determinado indivíduo pode realizar essa conexão com as várias dimensões sociais. Como Ginzburg, entendemos que a trajetória desse indivíduo nos auxilia no desvelamento da cultura local e regional e possibilita a relação entre os processos históricos imbricados na constituição das bases industriais do setor coureiro-calçadista.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado pela *Revista Anos 90* (UFRGS), no ano de 2022.



Na esteira desse processo, nosso trabalho consiste em seguir a história de vida de Pedro Adams Filho, tanto na formação do setor coureiro-calçadista quanto na emancipação e no desenvolvimento da cidade de Novo Hamburgo. Para tanto, abordaremos sua atuação política e comunitária buscando compreender aspectos do processo de construção da cidade e do polo industrial de desenvolvimento que se formou no Vale do Rio dos Sinos.

Para que pudéssemos dar vazão a esse estudo, foi necessário trabalhar com um arcabouço de fontes mais amplo possível, pois um dos entraves desta pesquisa foi a quase inexistência de pesquisas anteriores sobre o mesmo objeto de estudo. Para tanto, as fontes utilizadas para esta pesquisa foram os jornais *A Federação*, *O 5 de Abril* e *Jornal NH*. Estes periódicos não foram considerados reflexos da realidade, mas o local da representação do real e, segundo Capelato (1988, p.24, 25),

Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas.

Além dos jornais utilizamos, também, uma série de documentos de cunho pessoal, principalmente fotografias e cartas, que localizamos junto aos familiares de Pedro Adams Filho que foram contatados e deram acesso a este material. A dificuldade na reconstrução desta história de vida pela falta de fontes já mencionada, levou-nos a utilizar o que Carlo Ginzburg chama de indícios<sup>2</sup>, ou seja, todo o material encontrado nos ajudou a revelar um aspecto da vida de Adams, entretanto, estes documentos foram analisados à luz e através dos cruzamentos com as fontes bibliográficas.

Cabe ainda salientar que, segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC),

Os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que ofe-

---

<sup>2</sup> GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



recem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública (CPDOC, n.p.).

Este trabalho, longe de buscar uma história linear e coerente sobre Pedro Adams Filho, busca nas ações e ideias desse sujeito suas múltiplas facetas, o que vem ao encontro da ideia de Bordieu (1998) de que é impossível realizar uma pesquisa biográfica tendo em mente que os indivíduos possuem uma vida coerente e orientada para um determinado fim, único e objetivo, pois os sujeitos são multifacetados e contraditórios. Dessa forma, nossa pesquisa tem, como marco temporal principal, o período que vai de 1901, com a instalação da Fábrica de Calçados Sul Rio-Grandense, até 1935, ano da morte de Pedro Adams Filho.

## **A FÁBRICA DE CALÇADOS SUL-RIOGRANDENSE**

O final do século XIX esteve marcado pelo desenvolvimento dos curtumes e por um impulso na produção de calçados, o que levou Adams a instalar a sua Fábrica de Calçados Sul-Rio-grandense na cidade de Novo Hamburgo em 1898, instalação que está intimamente ligada ao estabelecimento, no estado, dos primeiros curtumes, que impulsionaram a produção de artigos de couro.

Não havia, nesse final de século XIX, uma estrutura organizada de vendas como ocorreria mais tarde. As vendas dos produtos eram feitas pessoalmente por Pedro Adams Filho, que se embrenhava nas picadas pelo interior apenas em uma carreta e com o desafio de colocar, no mercado, o maior número possível de mercadorias. A maioria dessa produção artesanal era comprada pelas casas comerciais locais, chamadas de vendas, e pelo comércio da capital, Porto Alegre (Jornal NH, 05/04/1977).

Com a implantação da ferrovia Porto Alegre- Novo Hamburgo, a família decidiu, em 1898, abrir uma fábrica em Novo Hamburgo, pois a facilidade do transporte ferroviário significava um aprimoramento da rede de distribuição de seus produtos para fora da área colonial, especialmente para Porto Alegre.

A análise das condições da selaria de Adams, sua preocupação com anúncios nos jornais e até mesmo sua transferência para Novo Hamburgo denotam uma preocupação em fazer seu negócio prosperar e ganhar um mercado maior do que aquele proporcionado pelo artesanato.

**Figura 1 - Primeira foto tirada em frente a fábrica em 1901**



**Fonte: Acervo Pessoal Família Adams**

Essa foto foi a primeira a ser tirada da fábrica, logo após sua instalação no centro da cidade, na Rua Júlio de Castilhos, e nos mostra o numeroso grupo de trabalhadores que a empresa empregava (mais de 100). Dentre eles, percebemos um número considerável de mulheres (20%). Adams, como um típico capitão da indústria, colocou-se no centro e à frente de todos.

Para Lagemann (1986), a expressão “indústria de calçados” pode ser empregada somente a partir do início do século XX, pois, antes disso, as maneiras pela quais os calçados eram produzidos eram artesanais. Baseados nesse autor, podemos conferir à empresa de Adams o título de primeira indústria de calçados nos moldes modernos em Novo Hamburgo.



Os negócios de Adams prosperavam e se diversificavam. Em 1912, ele já era agente do Banco da Província em Novo Hamburgo, o que, certamente, lhe facilitou a obtenção de mais créditos para suas empresas.

Segundo Rupenthal (2001), na primeira década do século XX, houve uma proliferação de fábricas de calçados no estado, pois esse tipo de indústria não exigia grandes investimentos e havia mão-de-obra abundante (ex-comerciários e ex-agricultores), mas a produção ainda era artesanal. Além disso, o autor relata que, em 1912, havia 699 fábricas de calçados, a maioria com dois a sete empregados, produzindo 1,15 milhões de pares. Quatro anos depois, já havia 736 fábricas, mas apenas quatro tinham mais de 100 empregados, sendo elas responsáveis por quase 50% da produção nacional.

Numa região em que o processo de produção era quase artesanal, uma fábrica que dispunha de maquinário importado era vista com grande admiração, conforme palavras de Monte Domecq:

[...] a nossa visita à fábrica de calçados do Sr. Pedro Adams Filho deixou-nos um tanto aturcidos, pela surpreendente variedade e pela precisão no trabalho das máquinas, que concorrem para a fabricação deste artigo de primeira necessidade: um par de botas. Sentíamos-nos muito longe dos nossos velhos sapateiros d'outrora trabalhando a grandes golpes de martelo, com a forma entre as pernas, a sovela entre os dentes, as mãos pegajosas; o industrialismo acabara com essa figura, que nos foi familiar, e dessa execução encarregaram-se alguns Pedro Adams Filho espalhados pelo Mundo (Monte Domecq, 1918, p. 243, 244).

É possível perceber, nesse excerto, a estranheza com que era encarada essa “nova” indústria e até certa nostalgia em relação ao passado e à produção artesanal. Mesmo assim, os autores do texto, que visitaram a empresa de Adams, foram obrigados a prestar tributo a essa nova maneira de fabricar o calçado, que, segundo eles, era mais rentável e tinha tanta qualidade quanto a de um calçado feito de forma artesanal.

O uso intensivo da máquina é um dos fatores que diferenciava Adams dos demais empresários da época no Vale do Sinos. Ele via, na tecnologia, uma maneira de destacar seu produto. Poderia ter mantido sua fábrica com um maquinário mais rudimentar e um trabalho mais artesanal, mas optou pela inovação.

**Figura 2 - Jornal O 5 de Abril, 1935**



**Fonte: Arquivo Público do Vale do Sinos**

Nesse anúncio, observamos as várias atitudes empresariais que foram adotadas por Pedro Adams, tais como: o domínio da tecnologia, a publicidade e a divulgação no mercado. Salienta-se a garantia dos serviços a preços módicos e tratamento individual e diferenciado. Na cidade de Novo Hamburgo os empresários pouco utilizavam da publicidade para divulgar seus produtos, o que diferencia Adams dos demais, além disso, sua empresa utilizava tecnologia avançada, com maquinário importado da Alemanha e Estados Unidos e técnicos italianos (Motta, 2005; Schemes, 2006; Monte Domecq, 1918).

Essa “inovação” das técnicas produtivas, a preocupação com o ensino do ofício, pode ser inserida dentro de um processo mais amplo de modernização do setor calçadista brasileiro, que ocorreu entre 1880 e 1920 em função da substituição de importações (Reichert, 2004).

Já no final do século XIX, o uso de máquinas a vapor (marco no desenvolvimento tecnológico mundial) se intensificou nos curtumes e nas indústrias calçadistas no Brasil. Além disso, os novos avanços tecnológicos europeus, como os diversos tipos de máquinas, passaram a ser incorporados pelas indústrias do Vale do Sinos nas primeiras décadas do século XX.

Inicialmente, o calçado produzido era vendido apenas no estado do Rio Grande do Sul, mais tarde passou a ser vendido, também, para outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além das vendas no Brasil, a empresa também exportou perneiras para o exército da Bolívia e da Venezuela.

Adams, além de fabricar, era também o responsável pelas vendas. De início, ele utilizava uma carroça puxada por quatro cavalos para ir até São Leopoldo, Montenegro e Ta-





quara, onde vendia acessórios de couro e calçados e comprava a matéria-prima de que necessitava. Nessas andanças, tinha um companheiro chamado Felter, mais conhecido por “Father”, que o acompanhava nas viagens de negócios.

No ano de 1977 por ocasião dos festejos de emancipação da cidade de Novo Hamburgo, o Jornal NH publicou uma entrevista que havia sido feita com Father na qual ele lembra que, uma vez, ao tentarem ultrapassar o rio Santa Maria em Taquara, quase perderam a vida, pois a carroça foi arrastada pelas águas. Eles conseguiram se salvar, mas o mesmo não aconteceu com a carroça, os cavalos e a mercadoria, que foi totalmente perdida (Jornal NH, 05 de abril de 1977). É bom lembrar que o estado das estradas, nessa época, era péssimo e se constituía num dos itens de maior número de reclamações para o governo do estado, visto que representava um entrave para a comercialização das mercadorias produzidas nas colônias.

Com o tempo, a carroça já não correspondia mais às necessidades do industrial. Ele, então, adquiriu um automóvel da marca Fiat, importado e com 24 HP de potência, o que representava um avanço no sistema de compra e venda de mercadorias, além, provavelmente, de representar um status social mais elevado.

Entretanto, para dirigir esse carro, Adams achou melhor contratar um motorista - Christiano Huber -, que o levava a todos os locais onde tinha negócios, tanto no Vale dos Sinos quanto na serra e no litoral (São Leopoldo, Linha Hortênsia, Porto Alegre, Nova Petrópolis, Caxias do Sul, Tramandaí, entre outras).

O motorista Christiano deixou registrado alguns dos imprevistos que aconteceram nas viagens realizadas por eles: “De Novo Hamburgo a Porto Alegre gastava-se normalmente de 3 a 4 horas, mas houve casos que para vencer o trecho Sapucaia-Canoas (o pior de todos) consumiram-se 7 horas” (Jornal NH, 05 de abril de 1977).

Um dos empregados de Adams, que provavelmente estava aprendendo a falar alemão, presenteou-lhe com uma história em quadrinhos que fazia menção ao automóvel e à carroça como meios de transporte do couro, fazendo referência a uma venda realizada por Pedro Adams Filho. Foi difícil traduzir a história e compreendê-la, mas, mesmo assim, achamos válido incluí-la neste artigo, uma vez que corrobora as informações acerca da comercialização das mercadorias, além de ser uma fonte inédita e alternativa.



**Figura 3 - História em quadrinhos**



**Fonte: Acervo Pessoal Família Adams**

- 1 - Com o automóvel Adams pode se mover;
- 2 - Agora caminha sem ofegar;
- 3 - Voou sobre a ponte sem respirar;
- 4 - Aqui está uma carta do sr. Becker e do sr. Dienstman, diz Schmidt;
- 5 - Rápido para dentro do carro;
- 6 - Agora vamos embora rápido, logo estaremos lá;
- 7 - Adams bate nas costas de Willy, aí eles riem;
- 8 - Aqui tem um conto a mais, Schmidt. Aqui tem dois contos a mais, diz Schmidt, e não leva o couro;
- 9 - Eles riram muito.



Nos primeiros anos do século XX, as empresas não se preocupavam em produzir apenas uma linha de calçados, e, no início, Adams produzia calçados masculinos, femininos e infantis. Entretanto, o calçado masculino, em toda a história da empresa, sempre foi o carro-chefe.

Além de calçado, a empresa produzia, também, outros produtos de couro, como assentos e encostos de cadeiras, que eram feitos com máquinas nacionais e importadas, principalmente, da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. A máquina que era responsável pela gravação do couro havia sido criada no Brasil e foi patenteada por Pedro Adams Filho.

A empresa de Pedro Adams Filho, nos anos 1920, produzia mais de 700 modelos de calçados diferentes para crianças, homens e mulheres e tinha produção diária de 2.000 pares de calçados (Jornal A Federação, 18 de agosto do 1930, p.3).

Um elemento importante e que marcaria toda a indústria de calçados do Rio Grande do Sul foi o papel de Adams para a cidade ser uma das principais produtoras de calçado feminino: quando um de seus empregados saía da empresa para abrir um negócio próprio, procurava não competir com o antigo patrão, já que, muitas vezes, era ele quem ajudava financeiramente essa nova fábrica. Portanto, enquanto Adams se dedicava mais ao calçado masculino, essas novas fábricas focavam em calçados femininos, o que acabou sendo uma tendência importante para a cidade até os dias atuais. Todavia, a empresa, nos anos 1930, já possuía uma divisão de sandálias femininas, que eram produzidas num local separado.

Pedro Adams Filho, ao contrário da maioria dos industriais do setor coureiro-calçadista, iniciou seu negócio com uma fábrica ao invés de um curtume. Como desejava maior independência na compra de matérias-primas necessárias para a fabricação do calçado, decidiu, em 1917, abrir um curtume, o Hamburguez. A nova empresa representou um incremento em seus negócios, pois, naquele início de século, o curtume tinha uma importância econômica muito maior que a do calçado no Rio Grande do Sul. Foi apenas nos anos 1950 que a indústria calçadista se igualou a do couro.

O Curtume Hamburguez já foi criado com características de produção bastante modernas para a época, introduzindo inovadores processos produtivos. Os processos de curtimento eram diversos, dependendo de cada exigência, e eram feitas experiências



utilizando cascas misturadas com folhas de manga, cromo ou quebracho, que davam ótimos resultados.

Adams, já naquela época, percebeu a importância do que hoje denominamos verticalização da produção, ou seja, a empresa ser responsável por todas as etapas necessárias para a produção do calçado, o que representa um ganho de capital e uma autonomia, aspectos de fundamental importância no mundo dos negócios. É importante citar que o empresário também se envolveu, em 1927, na criação de uma empresa geradora de energia elétrica para a cidade, pois a energia utilizada pelos curtumes era a térmica e não se mostrou suficiente para atender a toda a demanda das empresas que foram se criando na cidade de Novo Hamburgo (Gertz, 2002).

Segundo informações dos familiares de Adams entrevistados, seus netos Pedro Adams Neto e Carmen Mosmann e suas filhas, Theresa Allgayer e Carla Bins, os seus negócios sempre foram bem, e não consta, em nenhum documento disponível, algo sobre problemas em suas empresas. Entretanto, em uma correspondência pessoal de Adams, há indícios de que alguns de seus trâmites envolvendo outra pessoa poderiam ter sofrido algum contratempo..

Trata-se de duas correspondências produzidas em maio de 1921 e enviadas da Suíça por um emissor que se intitulava compadre de Adams, o sr. Akeret. A partir dessas correspondências, entendemos que alguns negócios mantidos por ambos não iam bem, pois Akeret pedia a Adams que ele fosse até o Banco Pelotense para obter informações a respeito de seus títulos que haviam sumido do mercado de ações e dizia que ele poderia resgatá-los somente através de suas contas-correntes de Paris e de Porto Alegre. Akeret mencionou uma possível fraude em algum negócio não especificado (possivelmente venda de couro), o que estaria lhe dando um grande prejuízo, mas como essa fraude teria acontecido na Europa, e ele não tinha nenhum conhecido influente, nada poderia ser feito. Contava, então, apenas com a ajuda de Adams, segundo correspondência pessoal deste fornecida por sua neta.

O compadre de Adams, conforme a carta, disse que enviaria, pelo correio, 2.000 barbeadores e 2.000 lâminas Gillette para que ele pudesse vender no Brasil e resgatar uma parte do prejuízo que teve com os negócios. Akeret aconselhou Adams a esperar quando o



mercado estivesse melhor para fazer negócios de exportação com a Europa, pois, naquele momento, eles ainda representavam um grande risco.

Entende-se que Pedro Adams Filho realizou alguma transação comercial não especificada com esse compadre e não obteve o resultado esperado, razão pela qual a correspondência falava em prejuízo e na forma de minimizar as perdas.

Essas correspondências pessoais, que, segundo Gomes (2004), apresentam informações sem ordenação, finalização ou hierarquização e estabelecem uma narrativa plena de imagens e movimentos dinâmica e inconclusa, são pequenas pistas que nos ajudam a mapear o grau de complexidade da vida desse empresário, cujos negócios nem sempre traziam bons resultados. O exemplo dessa transação comercial, mesmo deixando lacunas e muitas perguntas sem respostas, é claro nesse sentido.

Outro exemplo importante de ser citado é que a primeira greve de trabalhadores que aconteceu na cidade de Novo Hamburgo foi justamente na fábrica de calçados Sul-Rio-grandense. A despeito de todo um discurso de harmonia entre trabalhadores e empresários, a resposta de Adams não foi diferente da de seus pares, que foi chamar a polícia para reprimir o movimento (Maroneze *et al.*, 2013).

Entretanto, mesmo com esses contratempos observados, as empresas de Adams foram bem-sucedidas, tanto que sobreviveram por muitos anos depois de sua morte e continuam sendo referência na industrialização do município.

## **AS ATIVIDADES POLÍTICAS E A VIDA COMUNITÁRIA**

A atuação política de Pedro Adams Filho iniciou em 1917 e, ao lado de sua empresa, teve importância central na sua vida. Durante dez anos ele foi o representante do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) do então distrito de Hamburger Berg na Câmara de São Leopoldo, a partir de 1927 passou a participar da comissão executiva do partido, mas sua principal atuação política foi na liderança da emancipação do município.

Adams participava da vida pública, provavelmente, porque sabia que o desenvolvimento econômico da cidade somente se daria se viesse acompanhado de decisões políti-



cas favoráveis aos negócios da comunidade, e, na sua atuação, sempre buscou defender os interesses locais.

O movimento emancipacionista já vinha sendo pensado desde o início da República, pois, em 1897, foi encaminhado um memorial ao Conselho Municipal de São Leopoldo, pedindo a desanexação do distrito e a formação de um novo município. O Conselho do município vizinho indeferiu a solicitação, mas esse fato já mostrava o desejo da emancipação política (Gertz, 2002).

Segundo Leopoldo Petry, em um artigo no jornal O 5 de Abril intitulado *A emancipação de Novo Hamburgo*,

[...] O plano de criação de um município com sede em Novo Hamburgo [...] já era muito velho. Nasceu logo depois de terminada a revolução de 1893. Foi, porém, abandonado, [...] mas não chegou a morrer. Sempre vivia no íntimo de muita gente boa.

Foi em maio de 1924. Numa roda de chimarrão, no escritório do Sr. Pedro Alles, conversei com aquele cidadão, sobre a idéia que tinha, de dar alguns passos para ver si seria possível separar Novo Hamburgo de S. Leopoldo, pois, como simples distrito, não havia possibilidade para um desenvolvimento dos recursos de sua potencia industrial, aliada a sua posição privilegiada, como centro para onde naturalmente converge o comércio de uma grande e próspera zona agrícola, que forma o seu hinterland.

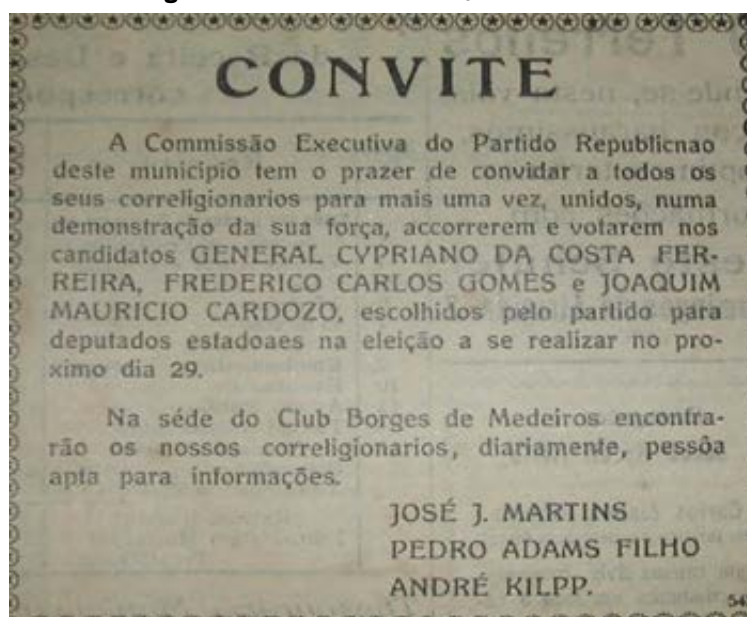
O sr. Alles abraçou com entusiasmo o meu pensamento e já dois dias depois fomos procurar o dr. Jacob Kroeff Netto, então deputado estadual, a quem expomos o nosso projeto. Após alguma hesitação, este concordou conosco. Fomos em seguida expor o nosso plano ao conselheiro municipal sr. Pedro Adams Filho, o qual imediatamente se prontificou a acompanhar-nos nos passos que íamos dar. [...] (Jornal O 5 de Abril, 08/04/1932)

Outro fato importante que veio agravar as desavenças entre São Leopoldo e Novo Hamburgo foi a negação de um pedido de verba para a construção do monumento comemorativo à imigração em Novo Hamburgo. Esse fato foi determinante para que Pedro Adams Filho renunciasse a seu mandato em outubro de 1925, pois ele, provavelmente, acreditou que seria mais útil agindo diretamente pelo futuro município do que utilizando as vias legais (Atas do Conselho Municipal, 12, 20 e 27 de outubro de 1925).

A partir destes eventos, Pedro Adams Filho e outros empresários e lideranças políticas criaram uma comissão pró-emancipação que ficou responsável pela campanha até 5 de abril de 1927, data da emancipação da cidade.

Depois da emancipação, Pedro Adams Filho continuou à frente da comissão executiva do Partido Republicano, conforme podemos observar no seguinte convite:

**Figura 4 - Jornal O 5 de Abril, 20/04/1927**



**Fonte: Arquivo Público de Novo Hamburgo**

O movimento emancipacionista de Novo Hamburgo pode ser considerado a primeira iniciativa da formação de uma identidade para a cidade, pois foi a série de acontecimentos relacionados à emancipação que fez com que a comunidade sentisse a necessidade de afirmar-se em contraposição ao município sede, São Leopoldo.

Os novo-hamburgueses consideravam-se os representantes do trabalho e do progresso no Vale do Sinos, já, os leopoldenses, representavam a tradição e, por sua vez, consideravam os vizinhos impatriotas e mais alemães que brasileiros. E essa identidade inicial, forjada a partir da busca de marcos diferenciais em relação a São Leopoldo, vai perdurar e ajudar a construir o mito do sentimento municipal de pujança e empreendedorismo em Novo Hamburgo (Schemes, 2006).





Pedro Adams Filho não teve apenas uma atuação fundamental na economia e política do município. Seu envolvimento comunitário também deve ser ressaltado em função das várias atividades que exerceu durante sua vida em Novo Hamburgo.

Ele incentivou ou participou ativamente de associações de cunho recreativo ou esportivo que surgiram em profusão no interior do Estado e, na maioria das vezes, eram formadas pelos descendentes de alemães que as utilizavam para auxiliarem-se mutuamente.

Adams foi presidente da Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo durante os anos de 1910 e 1911, e fundador do Jockey Club de São Leopoldo, que iniciou suas atividades entre 1912 e 1913 e existiu, provavelmente, até os anos 1940. Também participou da Sociedade Frohsinn, depois conhecida por Sociedade de Cantores de Hamburgo Velho, principalmente jogando bolão nos finais de semana e auxiliando na sua administração (Petry, 1944).

Também era figura constante nas listas de apoio a instituições de caridade, como o Instituto para Cegos Dr. Getúlio Vargas, que organizou uma comissão para angariar fundos no Estado, e que teve como um dos primeiros doadores a sua empresa (Jornal O 5 de Abril de 30 de setembro de 1932).

Os eventos ligados à sua empresa também eram motivo de divulgação, como os churrascos com seus empregados, que iniciavam pela manhã e iam tarde adentro.

Sábado, 31 de dezembro último, a firma P. Adams Fo. & Cia. reuniu, em sua sede, seus auxiliares e grande número de amigos e, em regozijo pelo bom encerramento do balanço, ofereceu-lhes, magnífico churrasco, regado a chopp.

Estava ali reunido o que Novo Hamburgo tem de mais representativo; autoridades municipais, federais e Estaduais; representantes das classes comercial, industrial e bancária, além de muitas outras pessoas gradas.

Num dos intervalos do churrasco, o sr. Ewaldo Koch, em nome dos convidados, agradecem a firma P. Adams Fo. & Cia., pela gentileza em proporcionar-lhes tão bela festa; continuando, teceu hinos ao sócio sênior sr. Pedro Adams Filho que, durante 3 decênios, disse, foi o incansável batalhador pelo progresso de Novo Hamburgo.

Seguiu-lhe com a palavra o sr. Arnaldo Coelho, que, em nome da firma, agradeceu aos termos carinhosos do orador que o precedeu e afirmou que, como já há 30 anos, a firma P. Adams Fo. & Cia. continuaria a quebrar lanças por Novo Hamburgo.

Ambos os oradores foram, ao terminar, muito aplaudidos.

Os sócios da firma, com o cavalheirismo que lhes é peculiar, cobriram de gentilezas os convidados que, ao retirar-se as 4 horas da tarde, levaram, da encantadora festa, a melhor das impressões (Jornal O 5 de Abril, 06 de janeiro de 1928).





O interesse de Adams pela comunidade manifestou-se, também, em questões de perdas e de tristezas, como por ocasião da criação da Sociedade do Carro Fúnebre, administrada por sua empresa. Essa sociedade foi criada em 1913, com o objetivo de adquirir um carro fúnebre para a ainda vila de São Leopoldo, pois o carro existente era de tração animal (Jornal O 5 de Abril, 06 de janeiro de 1928).

Durante quinze anos, Pedro Adams exerceu sua administração e, somente em 1928, foi convocada uma sessão dos sócios para tratar de assuntos da sociedade, dentre eles, a solicitação dos administradores daquela época para transferir sua presidência à intendência municipal.

[...] Estava na ordem do dia a discussão duma proposta, apresentada dias antes pelo sócio sr. Pedro Adams F., de ser transferido à intendência municipal o ativo e o passivo da sociedade, seus bens móveis e imóveis, obrigando-se a intendência municipal de substituir o carro fúnebre, até agora usado, de tração animal, por um caminhão automóvel, mais adequado às necessidades da época. Por unanimidade, foi aceita a proposta do sr. Pedro Adams F., assumindo a intendência municipal o ativo e o passivo da sociedade [...]

Por proposta do sr. Intendente municipal, unanimemente aceita, ficou assentado lavar-se em ata um voto de louvor ao sr. Pedro Adams F. pela solicitude, dedicação e desinteresse com que, durante quinze anos, zelou pela marcha e bens da sociedade. [...] (Jornal O 5 de Abril, 17/02/1928).

A substituição do carro aconteceu dois anos depois, em 1930, com o aproveitamento de um chassi Chevrolet, a construção de uma cabine por uma empresa da cidade e a utilização de algumas peças do antigo carro.

Um ano depois da criação da sociedade do carro fúnebre, em 1914, Adams se envolveu na fundação e administração do Colégio São Jacob, segunda escola católica particular da cidade.

Outro momento importante na sua atuação comunitária ocorreu em 1918 com a epidemia da gripe espanhola que assolou o país e, também, a cidade.

Na ocasião foram instalados na cidade três hospitais de emergência: dois na Sociedade Atiradores de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, e um no Colégio São Jacó; o serviço de enfermagem foi prestado pelas irmãs do Colégio Santa Catarina e pelos irmãos maristas. A cidade teve aproximadamente 300 casos da gripe e 20 mortes decorrentes dela e se



envolveu durante e depois de debelada a epidemia, com contribuições ao governo municipal para o auxílio das despesas.

Adams, assim como seu irmão Alberto, utilizou seu próprio carro para transportar os doentes aos hospitais. Enviou donativos em dinheiro, roupas, alimentos aos acometidos pela doença e organizou uma campanha para arrecadar fundos ao município, que teve suas despesas aumentadas com a epidemia.

No obituário de Pedro Adams, Leopoldo Petry assim se refere a esse episódio:

[...] Onde mais se patenteou seu coração magnânimo e seu nobre caráter foi por ocasião da gripe, denominada “espanhola”, que, em fins de 1918 assolou o país inteiro e se fez sentir intensamente em nosso meio. Sem pensar em si, desde o primeiro momento auxiliou as pessoas encarregadas para zelar dos atacados da moléstia, pondo a disposição seu auto particular, exemplo que também foi seguido por seu irmão Alberto, com chauffeur e gasolina, para atender os doentes e conduzi-los aos hospitais de emergência, localizados em diversos pontos desta vila, então 2º. distrito de São Leopoldo, ainda enviava dinheiro, viveres e roupas às famílias mais pobres e quando o mal já estava debelado, vemo-lo com uma lista angariar donativos para serem entregues à Intendência do Município, afim de poder fazer face às vultosas despesas ocasionadas pela epidemia. [...] (Jornal O 5 de Abril, 13/09/1935)

As fortes convicções religiosas de Adams, segundo relato de seus familiares, fizeram com que ele, no ano de 1924, passasse, também, a fazer parte da comissão de obras da igreja católica do centro de Novo Hamburgo.

Cinco anos depois, em 1929, criou a Caixa Rural União Popular de Novo Hamburgo, entidade com o objetivo de prestar serviços à economia local, que tinha como sede a sua empresa (Jornal O 5 de Abril, 28/02/1930).

Essas instituições financeiras surgiram no início do século em vários núcleos de colonização teuto-brasileira e eram, praticamente, as únicas formas de amparo ao trabalhador rural.

Adams foi o fundador e primeiro diretor da Caixa, tendo como auxiliares Oscar Adams, seu filho, e Alonso Bernd. Além do crédito rural, essa instituição financeira também fornecia financiamentos pessoais e para construção de moradias.



Se, de um lado, a participação de Adams nessa instituição mostra seu comprometimento com a comunidade em que vivia, de outro, era uma maneira de obter recursos financeiros com mais facilidade. Não podemos esquecer que Adams era um empresário engajado, que assumia os problemas da comunidade e procurava resolvê-los pessoalmente, como nesse caso, assumindo a direção da Caixa.

Pedro Adams Filho foi, ainda, um dos responsáveis pela criação de um dos clubes de futebol que mais paixão desperta na cidade até os dias de hoje: o Sport Club Novo Hamburgo, fundado em uma festa que o empresário ofereceu a seus funcionários em comemoração ao dia do trabalho, em 1911. A data foi comemorada com um churrasco e uma partida de futebol que incentivou os funcionários da empresa de Adams a criarem esse clube que, num primeiro momento, se chamou Adams Futebol Clube (Jornal NH, 05/04/2002).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias utilizadas por Pedro Adams Filho na construção de sua liderança no setor coureiro-calçadista tiveram início quando ele investiu a herança que recebera de seu pai na ampliação de seu ateliê de calçados, na sua transferência para Novo Hamburgo buscando o crescimento do capital investido e na diversificação de seus negócios, tanto horizontal quanto verticalmente.

Adams pertencia à terceira geração de imigrantes alemães e a herança que recebeu foi fruto do trabalho realizado no Brasil por sua família, portanto, os capitais gerados a partir das suas atividades comerciais é que foram investidos em seus negócios e na primeira empresa moderna do Vale do Sinos. A diversificação de produção e a exportação também foram características marcantes em sua vida empresarial, determinando a ampliação de outros negócios e empreendimentos na região.

Em relação ao surgimento da indústria, Lagemann (1980) afirma que a ideia de que ela tenha surgido do desenvolvimento do artesanato não pode ser considerada regra geral, pois a maioria teve sua origem mais ligada ao comércio, que era a atividade econômica que apresentava melhores condições de acumulação de capitais e, conseqüentemente, de aplicação desse capital em outros setores econômicos, como a indústria. Entretanto, o autor informa que não se pode negar a importância do artesanato para a industrialização



e que, mesmo que não tenha sido origem de muitas indústrias, ofereceu importante mão-de-obra na indústria do couro e do calçado no Vale do Sinos.

Para Lagemann (1980), a expressão “indústria de calçados” pode ser empregada somente a partir do início do século XX, quando, em 1907, no levantamento realizado pelo Centro Industrial do Brasil, foram registradas nove indústrias calçadistas. Baseados nesse autor, podemos conferir à empresa de Adams o título de primeira indústria de calçados nos moldes modernos em Novo Hamburgo.

Segundo Reichel (1980, p.13), durante a Primeira República, o desenvolvimento da indústria gaúcha teve um bom desempenho no conjunto da indústria nacional. O Rio Grande do Sul, segundo a mesma estatística industrial de 1907, ocupava o terceiro lugar no desenvolvimento industrial brasileiro. Para a autora, a existência de um mercado consumidor, formado principalmente pelos imigrantes e a expansão das exportações gaúchas, consistiam nos principais fatores de dinamização da economia gaúcha.

O pioneirismo de Adams, nesse cenário, pode ser confirmado com a criação de um curtume que representou a verticalização da produção, ou seja, a sua empresa passou a se responsabilizar pelas principais etapas necessárias para a produção do calçado, desde a produção da matéria-prima até o produto acabado, o que significou um ganho de capital e uma autonomia que são fundamentais no mundo dos negócios até hoje. Seu curtume, desde o início, utilizou-se de máquinas modernas, que diminuíram o tempo de produção do couro e representaram a modernização do setor. Os empresários contemporâneos de Adams ou eram proprietários de curtumes e, portanto, fornecedores de matéria-prima, ou possuíam, apenas, uma fábrica de calçados. A este respeito Reichel (1979) informa que no final da República Velha subsistiram, no Rio Grande do Sul, apenas as indústrias que se utilizavam de matéria-prima produzida no Estado, como a calçadista, pois as demais encontravam muitas dificuldades para se expandirem e acabaram sendo substituídas por produtos vindos de São Paulo.

A ativa participação de Adams nas exposições industriais e o seu envolvimento na vida política e comunitária nos mostraram que elas não tinham apenas fins econômicos, mas também políticos, pois representavam uma oportunidade para ele se tornar mais conhecido e próximo da comunidade. Para empresários como ele, a aliança entre a indústria e a comunidade era feita por meio de ações políticas.



Pedro Adams Filho, como tantos outros empresários de origem alemã, possuía uma relação muito forte com outros industriais do Vale do Caí e de Porto Alegre, como Alberto Bins (1869-1930), Guilherme Ludwig (1878-1954), Arthur Haas (1868-1945), Augusto Jung (1861-1925), Pedro Alles (1888-1975), A. J. Renner (1884-1966), Adolfo Oderich (1890-1908), Ernesto Neugebauer (1887-1896) e esses contatos foram importantes para a circulação de ideias e troca de experiências entre eles, não chegando a criar um círculo fechado, mas fazendo com que algumas de suas práticas fossem comuns, dentre elas o paternalismo empresarial.

Aspectos da história de Novo Hamburgo apareceram nessa pesquisa baseada no gênero biográfico, o que nos permitiu observar como os indivíduos podem adotar atitudes que caracterizam uma capacidade transformadora, neste caso a passagem de uma estrutura econômica eminentemente artesanal para industrial.

Essa “nova” maneira de se fazer história também nos permitiu trabalhar com a trajetória individual de um sujeito que, mesmo tendo seu papel reconhecido pela comunidade, encontrava-se submerso na “macro história”, no anonimato. A trajetória empresarial, política e comunitária de Pedro Adams Filho, que pode lhe dar a dimensão de uma liderança, conforme procuramos pontuar neste artigo, deve-se a escolha de seu nome para a principal avenida da cidade (Schemes, 2006).

Assumimos o desafio de escrever um artigo de trajetória biográfica onde a “história narrativa”, tão marginalizada pela historiografia atual, foi fundamental na construção do texto, mas, ao mesmo tempo, procuramos não deixar de lado a “história problema”, ou seja, como foram os primórdios da industrialização local. Além disso, pensar em uma liderança individual em um contexto local e utilizando fontes documentais não convencionais nos pareceu desafiador e instigante.

Por fim, muitos empresários e políticos como Adams existiram e foram fundamentais para a construção da história do Vale do Rio dos Sinos. Eles, junto da grande massa de trabalhadores anônimos, deixaram poucos vestígios de suas sagas particulares e poucos tem o nome registrado em placas de ruas. Portanto, ainda há muito para se pesquisar na cidade e região a fim de revelar novas visões da sociedade e diferentes maneiras de encontrar essas pistas e sinais.



## REFERÊNCIAS

ARQUIVOS PESSOAIS. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais#:~:text=Arquivos%20Pessoais%2C%20portanto%2C%20s%C3%A3o%20conjuntos,longo%20de%20suas%20de%20vidas>. Acesso em: 03 mar. 2022.

ATAS. **Conselho Municipal de São Leopoldo**, 1925. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo)

BORDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J=. **Usos e abusos da história oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191

CAPELATO, M. H. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

GERTZ, R. E. **O aviador e o carroceiro**. Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, A. C. (org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Jornal **A Federação**, Porto Alegre, 1930.

Jornal **NH**. Novo Hamburgo, 1977, 2002.

Jornal **O 5 de Abril**. Novo Hamburgo, 1927, 1928, 1930, 1932, 1935

LAGEMANN, E. Imigração e industrialização. In: DACANAL, J. H. (org.) **RS: Imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MARONEZE, L.A.; SCHEMES, C.; KUHN JR, N. Imaginário e relações de trabalho no jornal O 5 de Abril: o discurso da cidade industrial harmônica na Novo Hamburgo dos anos 1920 e 1930. **Sessões do Imaginário**. v.18, n.30, 2013. p.36-47.

MONTE DOMEQ. **O Rio Grande do Sul Colonial**. Paris/Barcelona: Estabelecimento Gráfico Thomas, 1918.

MOTTA, E. **O Calçado e a Moda no Brasil: um olhar histórico**. Porto Alegre: Litokromia/Magno, 2005.



PETRY, L. **O município de Novo Hamburgo – Monografia**. Porto Alegre: Edições A Nação, 1944.

REICHEL, H. J. **A indústria têxtil do Rio Grande do Sul-1910/1930**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

REICHEL, H. J. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Orgs.) **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

REICHERT, C. L. A evolução tecnológica da indústria calçadista no sul do Brasil. In: COSTA, A. B.; PASSOS, M. C. (orgs) **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. p.51-68.

RUPENTHAL, J. E. **Perspectivas do Setor Couro do Estado do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. UFSC. PPG Engenharia de Produção. Florianópolis, 2001.

SCHEMES, C. **Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)**. Porto Alegre: 2006. 446 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em História), Pontifícia Universidade Católica do RS, 2006.

SCHMIDT, B. B. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)**. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.



# **O ESPORTE CLUBE FLORIANO E A MÍDIA LOCAL: 1960 – 1964**



**Cleber Cristiano Prodanov**

**Paula Regina Puhl**

**Everaldo Pedrozo de Oliveira**







## 1 A MÍDIA LOCAL<sup>1</sup>

A importância que os jornais possuem para todas as comunidades vai muito além de apenas informar fatos e notícias. Essas mídias fazem parte da história tanto quanto os fatos que neles foram escritos. São eles que ligam as comunidades, os cidadãos com o mundo ao seu redor e em muitas vezes constroem uma ligação entre os diversos atores da sociedade local

Os jornais do interior tiNHam uma missão importantíssima registrando a história política, econômica e social da cidade e de seus líderes, pois os grandes jornais não teriam espaço para a publicação de tais acontecimentos para cada município. Sabendo disso, podemos afirmar que a imprensa de Novo Hamburgo se destaca notavelmente, sendo em alguns casos, a única fonte de informação (Dornelles, 2003, p. 15).

Em Novo Hamburgo isso não é diferente. Ao longo sua trajetória como distrito ou cidade a partir de 1927, possuiu muitos meios impressos de comunicação. De todo modo, citaremos aqui os dois jornais que foram decisivos e que tiveram uma ampla circulação, os jornais *O 5 de Abril* e o *NH*.

*O 5 de Abril* foi fundado em maio de 1927, tornando-se o primeiro jornal da cidade de Novo Hamburgo. Criado um mês após sua emancipação, foi publicado até fevereiro de 1962. O criador do jornal, Hans Behrend, era um tipógrafo que nasceu em Berlim, mas veio para o Brasil com quatro anos de idade, foi o diretor nos primeiros anos do jornal, mas a partir da década de 30, foi seu filho, Werner Behrend, quem assumiu a condução dos negócios. O jornal teve uma marcante atuação política, tanto que seu redator, Leopoldo Petry, foi um dos mais ativos cidadãos durante o processo de emancipação da cidade.

Mesmo com as ligações políticas de seus colaboradores, o jornal se autodefinia como "semanário de interesses gerais". O jornal possuía 4 páginas, que se dividiam da seguinte forma: primeiro, havia uma matéria comprada de alguma agência do centro do país com notícias nacionais ou internacionais, além de uma parte de algum romance nacional. Na segunda e terceira página eram apresentadas as notícias locais, normalmente referentes a temas político, econômico, social e cultural, sendo que nessas páginas apareciam também as notas de utilidade pública e as policiais. Na última página residiam os anúncios comerciais.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na revista *Contribuciones a las Ciencias Sociales* no ano de 2017.



Essa constituição do veículo, bem como de seus colaboradores, revela a construção social e cultural montada na sociedade e que tem um jornal como expressão local. Segundo Robert Darnton, é indicado desvendar:

[...] quem escrevia nesses jornais, como procuravam se popularizar - ou seja, que estratégias, apelos e valores esses veículos invocavam no seu discurso -, como funcionavam essas empresas e de que forma esses textos chegavam ao público. Percorrido esse cami*NHo* é preciso ver ainda como os leitores entendiam os sinais na página impressa, quais eram os efeitos sociais dessa experiência [...] (Darnton, 1990, p.112).

Já o *Jornal NH*, foi criado em 1960 pelos irmãos Mario Alberto Gusmão e Paulo Sérgio Gusmão, mais de 30 anos após a emancipação da cidade de Novo Hamburgo. O *NH* apareceu em um momento de declínio acentuado e esgotamento do jornal *O 5 de Abril* e ingressou na comunidade defendendo a ideia de que um jornal deveria participar de todo e qualquer processo construtivo de uma sociedade, portanto, ter uma existência ligada aos grandes e pequenos problemas da comunidade local.

Até os dias de hoje o *NH* mantém essa característica em seus diversos veículos, onde o "jornalismo comprometido não só com a informação, como também com o desenvolvimento e necessidades das comunidades onde atua, tem sido o maior responsável pelo seu crescimento e sucesso [...]" (Araújo; Schemes; Magalhães, 2010, p. 170).

Os fundadores do *Jornal NH* seguiram, ao longo das décadas, esse preceito, se envolvendo com a comunidade, aderindo e criando camp*as* em prol do desenvolvimento de Novo Hamburgo e região. Segundo Ávila

[...] três camp*as* que tiveram atuação decisiva do jornal: primeiro a camp*a* em prol da FENAC (Feira Nacional do Calçado), que impulsionou o setor coureiro calçadista, chamando a atenção do mundo para o Vale do Sinos; depois a camp*a* pela telefonia, pois a mesma até o início dos anos 60 era via telefonista, e qualquer contato telefônico poderia levar horas; e por fim, a camp*a* para a implantação de cursos superiores na cidade que acabou levando à criação da ASPEUR (Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo) e, mais tarde, à FEEVALE (Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo)[...] (Araújo; Schemes; Magalhães, 2010, p. 171).



Dessa forma mais envolvida e engajada, o *Jornal NH* foi avançando e no início dos anos 1960, pouco tempo depois de sua fundação já *tiNH*a se tornado o principal veículo da cidade de Novo Hamburgo, realidade que perdura até os dias atuais, onde mesmo os veículos da capital tem papel secundário na cidade.

Dentro desse contexto de um grande envolvimento dos jornais locais com as questões da comunidade, é que os clubes sociais e esportivos apareceram como elementos importantes da agenda e da cobertura desses veículos. Assim sendo, este artigo apresenta uma reflexão sobre como era retratado pelo *Jornal NH* o Esporte Clube Floriano, entre anos de 1960 até 1964.

Os meios de comunicação ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ou não ser notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, estão, na verdade, procedendo a criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, são eles próprios criadores do acontecimento. E, dessa forma. Constituem uma memória privilegiada do presente que vai ser objeto de análise do historiador num futuro. Os impressos são, sobretudo, documentos e como tal *monumentos da memória* (Barbosa, 1987.p.87)

Por este motivo foi escolhido o *Jornal NH* como principal fonte de pesquisa, pois segundo teóricos da comunicação, os meios de comunicação de massa influenciaram fortemente na construção da realidade dos seus públicos. A partir dessa perspectiva, pode-se compreender que, de alguma forma, a percepção que a comunidade de Novo Hamburgo construiu sobre o clube Floriano foi fortemente influenciada pelo jornal referido.

## 2 A ORIGEM

Em um país como o Brasil, com mais de 500 anos de história, muitos elementos poderiam ser significativos para a construção de uma identidade nacional. Entretanto, o futebol tornou-se um fenômeno, uma marca nacional *recoNHecida* mundialmente.

O futebol é o ritual de maior substância da cultura popular brasileira, metáfora privilegiada das nossas estruturas básicas. Estudá-la é abrir um leque inimaginável de possibilidades temáticas, de trabalho, de pesquisa e de *coNHecimento* em torno da realidade (Murad, 1996, p. 16).



O Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Rio Grande, se destacou das outras regiões do país por ter o primeiro clube de futebol oficialmente criado no Brasil, o Sport Club Rio Grande, fundado no dia 19 de julho de 1900. Em sua homenagem, a Confederação Brasileira de Futebol - CBF oficializou como o Dia Nacional do Futebol. Embora as histórias da chegada desse esporte tenham várias vertentes, teses e informações, o futebol do Rio Grande do Sul é um dos mais antigos do país. Um grande marco para a região sul.

É sobretudo nos primeiros anos do século XX que o futebol se disseminará pelas pequenas cidades do interior do Uruguai, até atingir a fronteira com o Rio Grande do Sul. Se na Argentina o futebol percorreu os trilhos das ferrovias que «civilizaram os pampas», no Uruguai este processo de difusão espacial se utiliza também das ferrovias e se estende à Campanha Gaúcha, para além do território nacional uruguaio, área de plena influência urbana de Montevidéu. Tais conexões propiciaram as vias “platinas” de penetração do futebol em terras rio-grandenses[...] (Jesus, 2000, p.4).

Foi no final do século XIX que o futebol foi introduzido no Brasil e no Rio Grande do Sul. A partir desta data iniciou-se as fundações dos primeiros clubes desta nova modalidade no país, introduzida por ingleses, potencializada pelos vizinhos platinos e praticada em território gaúcho pelos descendentes de imigrantes alemães e italianos.

Por outro lado, é preciso salientar que essa entrada do futebol ao país, devido à sua configuração e dinâmica territoriais, obedeceu a um formato peculiar, amparado na base local, sendo o esporte introduzido no território brasileiro simultaneamente por vários pontos sem conexão entre si, mas intensamente conectados com o exterior (Prodanov; Fernandes, 2008, p. 01).

O Rio Grande do Sul também acompanhou o processo acelerado de expansão deste novo esporte em terras brasileiras, recebendo, em nosso caso particular, uma grande influência na organização dos clubes mesmo na forma de jogar futebol da região da fronteira com o Uruguai e Argentina.

Esse novo esporte possibilitou a adesão de uma massa de pessoas antes excluídas de clubes tradicionais e que poderiam praticar um esporte com regras simples e equipamentos, a bola, também simplificado. Essa expansão do futebol teve grande impulso nas



idades, especialmente naquelas que apresentavam fábricas e um operariado organizado. Nesse contexto, aparece a cidade de Novo Hamburgo.

[...] possuía um intenso crescimento das atividades fabris, especialmente com a introdução dos curtumes de couro e depois com as empresas artesanais e, posteriormente, com a indústria calçadista na cidade [...]. Com esta grande riqueza gerada pelo couro e calçado antes mesmo de sua emancipação política em 1927, Novo Hamburgo, em termos de esporte, acompanha as tendências ditadas pela não muito distante capital (Prodanov; Moser, 2009, p. 02).

Logo, o futebol na região de Novo Hamburgo começou a crescer junto com a cidade, tendo já na primeira década do século XX, a fundação dos seus principais clubes futebolísticos. O Esporte Clube Novo Hamburgo (ECNH), mais tarde rebatizado de Floriano e o Foot-Ball Club Esperança (FBC Esperança).

O Esporte Clube Novo Hamburgo - ECNH foi fundado em primeiro de maio de 1911, no Dia do Trabalho, na região central da cidade que, na época, já aglutinava a maior parte do comércio e da indústria da cidade, por um grupo de funcionários da Fábrica de Calçados Sul-rio-grandense, de propriedade de Pedro Adams Filho, que dezesseis anos depois iria ser um dos personagens principais da emancipação da cidade.<sup>2</sup>

Entretanto, o ECNH quase recebeu a denominação de Adams Futebol Clube, defendida por parte dos fundadores, buscando uma ligação da fábrica com o nascente clube; todavia, saiu vencedora a ideia de não vincular o clube à empresa, adotando o nome da localidade central da cidade, que, anos depois, viria a ser um município.

Nesse mesmo ano, além da realização da tradicional partida de futebol que servia como integração entre os funcionários da empresa e de um churrasco festivo, foi fundado o Esporte Clube Novo Hamburgo, que adotou como cores o branco e o azul anil (Prodanov; Fernandes, 2008, p.2).

---

<sup>2</sup> O Floriano, originalmente Sport Club Novo Hamburgo, é um clube de futebol da cidade de Novo Hamburgo/RS. Sua trajetória iniciou no dia 1º de maio de 1911, quando um grupo de funcionários da fábrica de calçados Adams fundou a agremiação. Em 1944, o Sport Club Novo Hamburgo não resistiu à pressão política do Estado Novo que obrigou a troca de nomes de clubes, escolas e hospitais. Houve então a transformação para Esporte Clube Floriano. Esse nome permaneceu até 1968, quando retornou a nomenclatura original, passando a chamar-se Esporte Clube Novo Hamburgo.



Outra singularidade sobre o nome o ECNH aconteceu nos anos 40. Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, no momento em que o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, o nome do clube foi trocado para Floriano, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, militar nacionalista e ex-presidente do Brasil. O clube manteve a denominação de Floriano entre os anos 1942-1969, retornado posteriormente a sua nomenclatura original.

Após a fundação do ECNH, o Football-Club Esperança surgiu justamente como contraponto para o rival. Foi fundado três anos após a criação do Floriano, no dia 10 de maio de 1914, por um grupo de trinta e oito comerciantes e industriários do bairro de Hamburgo Velho, núcleo inicial da colonização teuto-brasileira em Novo Hamburgo.

Os fundadores do FBC Esperança, diferentemente do seu maior rival, o Esporte Clube Novo Hamburgo, eram, em grande parte, proprietários de estabelecimentos fabris e comerciais de Hamburgo Velho. Desse modo, esta elite local sentia a necessidade de possuir um time de futebol próprio, para poder se sentir em pé de igualdade com a localidade vizinha – e rival – de Novo Hamburgo (Prodanov; Moser, 2011, p.7)

Logo, tal disputa por espaço e importância no cenário econômico e social da cidade de Novo Hamburgo, foi reproduzida dentro dos gramados de futebol, onde a rivalidade entre Hamburgo Velho e Novo Hamburgo se mostrou de modo muito particular durante as primeiras décadas, mas a supremacia do Floriano no campo esportivo e social nos suscitou a escolher para analisá-lo nesse artigo.

### **3 O JORNAL NH E O FLORIANO**

O *Jornal NH*, em seu primeiro ano de vida, em 1960, tinha uma tiragem quinzenal e os cadernos de esportes, política, colunas policiais tinham sua ordem trocada a cada edição, não existindo uma padronização editorial.

Para analisar as reportagens que se referem ao Esporte Clube Floriano será usada como viés da observação, a hipótese de Agenda Setting de acordo com Hohnfeldt (2012). Além disso, foram escolhidas reportagens do *Jornal NH* sobre o Floriano, entre os anos de 1960 e 1964, que foram analisadas e selecionadas para demonstrar a evolução de cada publicação anual.



O critério de seleção das matérias foi incluir aquelas de maior destaque e relevância, entre os anos citados. Dentre elas temos momentos importantes, tanto pela data quanto para a publicidade do clube, como seu 49º aniversário e o momento em que as notícias deixaram de ser quinzenais para virarem semanais, tendo sido um grande passo para o clube assim como para o *Jornal NH*. A aparição de novos clubes, tanto da região do Vale do Sinos, como da capital e evolução e atualização das publicações desde o seu primeiro ano até o último analisado.

A ideia é que o público valoriza determinada informação e descarta outra a partir da forma com que essas recebem destaque (Hohlfeldt, 2012). E os meios de comunicação, são muito importantes nesse “agendamento” por trazerem para a pauta algumas notícias em destaque. Traquina (2000, p. 21) complementa que “se os media não nos dizem nada acerca de um tópico ou de um acontecimento, então, na maioria dos casos, ele existirá apenas na nossa agenda pessoal ou no nosso espaço vivencial”.

Para Hohlfeldt (2012) o objetivo principal da Agenda Setting é relacionar a agenda dos meios de comunicação de massa (MCM) com a agenda da audiência. Ao escolher e abordar determinados temas, os meios de comunicação formulam a agenda do público. Os MCM também influenciam a forma como se entende ou se recebe a notícia. Ou seja, não só colocam o assunto em agenda, como possivelmente condicionam a forma de pensar, debater determinados assuntos.

Hohlfeldt (2012, p.201 a 203) apresenta 10 conceitos para a análise da mídia pela hipótese de agenda-setting. O primeiro é o denominado *Acumulação*: entendido como a capacidade da mídia de dar relevância a determinado assunto em detrimento a um imenso conjunto de acontecimentos diários; a *Onipresença*: quando o assunto sai do espaço normal em que é publicado (quando um assunto político, por exemplo, é pautado também em outro editorial); O *Frame temporal*: o quadro de informações que se forma ao longo de um determinado período de tempo nas duas agendas (dos veículos e do receptor) e que permite a interpretação contextualizada do acontecimento de validade do assunto; o *Time-lag*: que se refere ao intervalo de tempo entre o período de agendamento da mídia e a agenda do receptor (como se pressupõe a existência da influência, já se sabe que não é imediata, mas sim a médio e a longo prazo); a *Centralidade*: analisa a posição da informação entre as outras existentes; a *Tematização*: observa se há variedade do tema no seu enfoque, e



ocasiona os desdobramentos de determinado assunto; a *Saliência*: valorização individual que o receptor dá ao tema e a *Focalização*: modo como o tema é abordado pela mídia, ou seja, a atenção dada pelo veículo de comunicação ao assunto.

Por último, apresenta-se o conceito de *Consonância* que é utilizado para analisar as semelhanças que diferentes tipos de veículos apresentam na maneira de transformar o fato em notícia e o conceito de Relevância, quando o assunto está em veículos de diversas empresas, independente do enfoque que esteja sendo dado. Esses dois conceitos não serão usados para embasar a análise, no caso desse artigo, visto que não é nosso objetivo fazer uma análise comparativa entre veículos de comunicação.

É importante destacar que para Hohlfeldt (2012) a percepção do receptor, a partir do agendamento poderá alcançar três níveis: o mais superficial, que leva em conta somente o título da área temática; o secundário, em que há conhecimentos mais aprofundados, como causas, efeitos, soluções propostas e a verificação se o público percebeu e fixou informações ainda mais específicas, como argumentos favoráveis ou não as soluções apresentadas, os grupos que apoiam ou estão contra determinada postura. A seguir são analisadas algumas reportagens do *Jornal NH*.

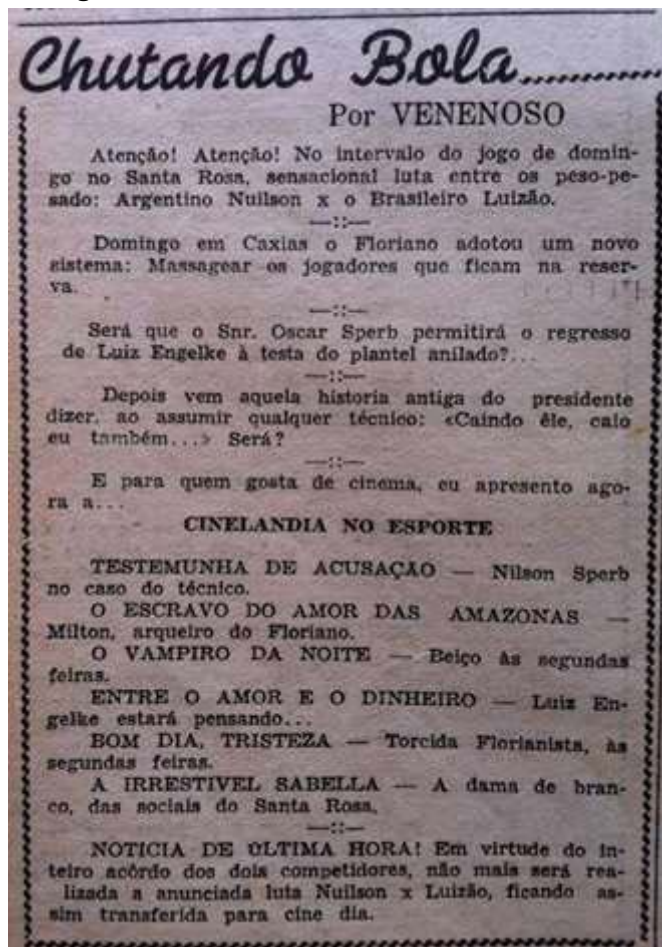
Na página de esportes, suas publicações eram totalmente voltadas para um único clube, o Esporte Clube Floriano. Grande parte das publicações deste ano enalteciam a entidade local, carinhosamente chamado de anilado, em virtude de suas cores, branco e azul anil. No *NH* inicialmente existiam duas colunas, “Chutando Bola” e “Meu Comentário”, que usavam de uma maneira peculiar para comentar sobre as partidas de futebol e o clube.

Temas como o cinema, rádio ou piadas eram usadas como referência nessa coluna, a fim de que todos entendessem de uma maneira um tanto cômica os jogos e seus desdobramentos. A linguagem dessa coluna não era formal, como era de costume em grande parte dos veículos e, com isso, criava uma atmosfera descontraída para chamar a atenção para o futebol.





Figura 1 - Coluna "Chutando Bola" do ano de 1960



Fonte: *Jornal NH* (1960, p. 5).

Já na coluna Meu Comentário, eram mencionadas todas as informações que envolviam o clube Floriano, dentro e fora das quatro linhas. Essa coluna citava as novas contratações, saídas de jogadores e técnicos, perdas e lesões dos atletas, alterações de última hora, além de mudanças de horários e jogos. A coluna tinha uma característica de ser meramente informativa, não incorporando nenhuma impressão, comentário ou análise.



Figura 2 - Coluna “Meu Comentário” do ano de 1960



Fonte: *Jornal NH* (1960, p. 5).

No material acima citado, nota-se que o agendamento ocorre pela *Acumulação* e o *Time-lag*: que se refere ao intervalo de tempo entre o período de agendamento da mídia e a agenda do receptor. Também é percebida a *Centralidade* e a *Tematização*, já que as colunas abordam diversas informações a partir do Floriano, ocasionando de alguma forma os desdobramentos sobre assuntos relacionados ao clube. A *Focalização* também é percebida já que pelo menos duas colunas na mesma edição citaram as atividades do clube.



No ano de 1960 o clube Floriano completou seu 49º. aniversário e o *jornal NH* utilizou seu espaço para destacar o clube, reverenciando e promovendo uma publicidade gratuita para o Floriano.

[...]. Com este progresso, o E.C. Novo Hamburgo foi evoluindo também. Tempos depois, passou a se chamar E.C. Floriano. Este Floriano que todos nós conhecemos, este Floriano que é o orgulho de uma terra, este Floriano que amanhã estará completando seu 49º. Aniversário. [...] (*Jornal NH*, 1960, p. 8).

O 49º. aniversário do Floriano foi muito explorado pelo *NH*. Foi destacado a importância que o clube teve para a cidade, os momentos marcantes, os craques e tudo que o clube conquistou até seu aniversário.

[...] Ao completar, portanto, o Floriano, seu quadragésimo nono ano de existência, deste, levar a toda família anilada, os que remos aqui deste nosso cantinho maiores votos de felicidades, de alegrias e de vitórias. O Floriano é um orgulho de Novo Hamburgo, e como tal devemos unir-mos em torno dele, porque sendo Novo Hamburgo parte de nossa vida e sendo o Floriano par de Novo Hamburgo, nos hamburgueses somos também um pouquinho do Floriano. Parabéns Floriano pelo teu aniversário. Parabéns família anilada pela não demonstrada em todas as ocasiões e parabéns Novo Hamburgo, pelo Floriano. [...] (*Jornal NH*, 1960, p. 8).

Ainda em 1960 este jornal abriu uma seção onde as empresas poderiam saudar o Clube Floriano pelo seu 49º. Aniversário, o que foi feito por um grande número de empresas que ao mesmo tempo que evocavam as conquistas do anilado, faziam o ingresso de receita para o jornal através de publicidade paga.



Figura 3 - *Jornal NH* libera espaço para saudações no aniversário do Floriano.

Estas Firmas Saudam o E. C. Floriano Pelo Seu Aniversário

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>João Alvicio Mattje</b><br>CURTUME SÃO JOÃO<br>Rincão do Cocalho, S.E. do Cai<br>DEPOSITO: Rua Bento Gonçalves, 2500<br>ESPECIALISTA EM SOLAS                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>CARNEIRAS FORRO, CAMURÇAS, NAPAS, FELICAS BOTAS, CABRAS FORRO E TRESSÊ</b><br>Rua Joaquim Pedro Soares, 485<br>End. Tel.: "Thoen"<br>Representantes e depositários exclusivos para o Rio Grande do Sul<br><b>CURTUME VICTÓRIA LTDA.</b><br>Salvador — Bahia | <b>Calçados CEMA Ltda.</b><br>FABRICANTE DE CALÇADOS<br>MODELO LUIZ XV e BABY<br>Rua Santos Dumont, s/ n.<br>Caixa Postal, 911<br>NOVO HAMBURGO                                    |
| <b>E. von Berg &amp; Cia.</b><br>NOVO HAMBURGO — Rio Grande do Sul<br>Av. Pedro Adams Filho, 2541/2521 — Fone, 149<br>Instalações de luz e foga — Conversão de radiao e aparelhos eletronicos. Completo sortimento de material electrico. Lustrar Globos, etc.<br>Refrigeradores, Bate-latas, Lixadeiras, Aspiradores de pó, Máq. de Costura, Liquidificadores, Radios, Duocos, Biquinhos, Artigos de Bazar — televisores G.E. | <b>Kruse &amp; Cia. Ltda.</b><br>NOVO HAMBURGO — Rio G. do Sul<br>Caixa Postal, 70 — Fone 193<br>Rua 5 de Abril, 93<br>Fábrica de Calçados:<br><b>RELUX — DUREX</b><br>Marca Registrada<br>Especialista em tipos "L 15"                                        | <b>Criações Sulex</b><br>FABRICA DE CALÇADOS<br>de<br><b>A. ILMO CASEL &amp; CIA. LTDA.</b><br>Especialistas em Luis XV<br>Rua 5 de Abril, 68 - NOVO HAMBURGO<br>Rio Grande do Sul |
| <b>Hammer Irmãos &amp; Cia. Ltda.</b><br>Ferragem — Distribuidores dos produtos<br><b>BRAHMA</b> — Chopp em barris<br>Av. Pedro Adams Filho, 5134 — Fone G                                                                                                                                                                                                                                                                     | <b>Weidle &amp; Cia.</b><br>Fábrica de Saltos de Madeira em Geral<br>Marca "WEDLE"<br>Especialistas em Saltos Luis XV<br>Rua Cristóvão Colombo N.º 68 c 04<br>Cx. Postal 78 — NOVO HAMBURGO                                                                    | <b>Marks, Adams &amp; Cia. Ltda.</b><br>DEPÓSITO DE MADEIRAS<br>Materiais para Construção em Geral<br>Avenida Pedro Adams Filho, 2544                                              |

Fonte: *Jornal NH* (1960, p. 7).

Durante o ano de 1961, o Clube Floriano continuou em destaque nas páginas do *Jornal NH*. A partir deste ano o jornal deixou de ser quinzenal e passou a semanal. Munidos com mais informações que no ano anterior e uma melhor organização em suas publicações, o jornal no ano de 1961 tinha uma diagramação mais organizada e constante ao ser comparado com as edições do primeiro ano, em 1960.

As colunas "Meu Comentário" e "Chutando Bola", presentes em 1960, deixaram de ser publicadas, mas o clube de Novo Hamburgo ainda manteve seu lugar de destaque nas reportagens esportivas. Foi neste ano em que o jornal começou a publicar notícias referentes a outros clubes, dentre os quais destacam-se o Grêmio, o Internacional e o Clube Esperança, este fundado no bairro de Hamburgo Velho e que foi o maior rival local do Floriano.

Além dos conceitos de agenda Setting já citados, o frame temporal aparece nesse conjunto de publicações relacionadas ao aniversário do clube, até o ano de 1961, pois verificou-se que as informações seguiam tanto o agendamento da mídia como do receptor que começava a ter interesse sobre outros times de futebol.





Sobre a aparição de novos clubes e suas coberturas jornalísticas, o Esperança foi o clube que teve seu primeiro destaque nas páginas do *Jornal NH* quando comemorava seu 47º aniversário. Nesse momento nascia o *Esperança* para a cobertura do *NH*. Por isso, o conceito de *centralização* e *focalização* do agendamento aqui começam a não serem tão destacados.

Seu aniversário teve uma cobertura parecida, mas nada comparada com o que ocorrera com o Floriano em 1960, ao completar 49 anos.

Figura 4 - *Jornal NH* mencionando o aniversário do clube Esperança



Fonte: *Jornal NH* (1961, p. 10 e 11).

No ano seguinte, em 1961, com a comemoração do 50º aniversário do Floriano houve um grande movimento no *NH*. Além das coberturas tradicionais houve uma publicação de página inteira, destacando o acontecimento, com o uso das cores para chamar mais atenção deste grande dia na história do clube. Mais uma vez nota-se o destaque especial



dado ao clube Floriano e os conceitos de *Acumulação*, *Onipresença* e *Centralidade* estão presentes na cobertura do *NH*.

Nesse segundo ano de existência do *Jornal NH* ficou visível a melhoria de sua editoração e a organização das páginas, colunas e matérias. Do ponto de vista da cobertura futebolística, já não tinham como foco principal o Floriano. Se no ano anterior fora nítido o destaque do clube local, as publicações a partir de 1961 começaram a abrir um espaço cada vez maior para o rival Esperança e os times da capital do estado, ou seja, a dupla Grenal.

Ainda em 1961 houve a campanha do Floriano pela busca dos quatro mil (4.000) sócios. Uma campanha envolvente que, recorrendo as páginas do jornal, convidava a comunidade e os leitores a ingressarem como sócios do Floriano. O clube também passou a incentivar a presença nos jogos, através de uma chamada feita pelo jornal pedindo para que cada torcedor que fosse ao estádio deveria trazer outro e, desta maneira, rapidamente o Floriano alcançaria sua meta.

Nesse levantamento de reportagens, o *Time-lag* do agendamento se fez presente, pois a mídia colaborou com a agenda do receptor. Assim como a reportagem buscou a *Focalização* devido ao tratamento diferencial dado ao assunto.

[illegible]

Ao final de 1961 as publicações do *Jornal NH* eram feitas com ênfase em quatro equipes que seriam destaque nas reportagens esportivas, sendo elas: o Floriano, perdendo espaço para as outras três equipes no caderno de esportes do jornal, o rival e a dupla Grenal.

Um ano de grande mudança e evolução editorial para o *Jornal NH*, aconteceu em 1962. Diferentemente dos anos anteriores e primeiros de sua existência, em 1962 o jornal tinha a preocupação em unir informação e publicidade. Essa modificação iniciou no final de 1961, quando ele passou a receber uma grande quantidade de publicidade de empresas locais, criando um jornal comercialmente bem situado. Esse momento do veículo foi deter-



minante para que ele implementasse um crescimento de sua atuação, lançando as bases do que se tornaria hoje, uma referência em mídia e detentora de cinco jornais no interior do estado, uma rádio e um provedor de internet. Segundo Schemes (2010, p.169), “Por esta perspectiva, buscamos explorar através do jornal [...] e suas representações veiculadas no *Jornal NH*, principal veículo de comunicação da cidade de Novo Hamburgo e região”.

A partir desse momento, a cobertura esportiva e o espaço dedicado aos clubes passaram a depender muito de seu desempenho esportivo. O Floriano, juntamente com seu rival, Esperança, disputavam dentro das quatro linhas a vitória, pois somente desta forma apareceriam nas páginas do *NH*. Sem uma preferência mais tão clara, os clubes, principalmente o Floriano, teriam que vencer e convencer para que obtivessem um grande texto e cobertura.

Por sua parte, o *Jornal NH* em 1962, possuía público diversificado, centrado menos na venda avulsa e mais fortemente em assinatura doméstica e comercial, característica que preserva até os dias atuais.

Para o Floriano, este foi um ano de mudanças na cobertura do *NH*, pois agora havia disputa de espaço nas páginas, o que anteriormente era dedicado somente a ele e seus torcedores. Agora, o espaço era dividido entre outras equipes da região e da capital e também anúncios de empresas e a publicidade, que aumentava a cada ano. Para Shaw, citado por Wolf (2007), a forma com que as mensagens são direcionadas faz com que as pessoas deem mais ou menos importância a elas. A ênfase dada a uma determinada informação por um meio de comunicação de massa, colabora para que o assunto entre ou não na pauta de discussão da sociedade.

Em 1962, passou-se a usar fotos com mais frequência para destacar equipes, jogadores ou algum acontecimento importante relacionado ao esporte. A grande maioria das fotos eram dos jogadores que marcavam o gol da vitória ou do goleiro que tivesse salvado o seu clube.

O ano de 1963 veio e junto com ele mudanças editoriais importantes para os clubes, como o caderno de esportes, por exemplo, que deixou de existir e, com isso, a presença da dupla Grenal passou a ser cada vez maior nas suas páginas, embora houvesse ainda um destaque maior para os clubes da região.





Outro grande diferencial do *Jornal NH* nesse ano foi o estilo de fonte utilizada em suas publicações. De uma maneira variada, o jornal alterava as fontes tipográficas, utilizando uma para cada texto, tentando facilitar a procura das seções para o leitor.

Foram poucas as mudanças editoriais e de estilo no *NH* em 1963. Com destaque para a diagramação, o restante das publicações continuava da mesma maneira do ano anterior, sem ter um clube como destaque e com uma boa quantidade de propaganda em suas páginas.

Em 1964, o Grêmio e o Internacional passaram a ter mais espaço nas publicações do jornal e com um pouco mais de frequência. Os clubes da região agora tinham este rival não somente dentro de campo, mas na principal mídia da região. Iniciava aí uma virada na cobertura esportiva que, ajudada pela forte presença de rádios da capital e mais a televisão, colaborariam para esvaziar pouco a pouco o local em detrimento dos acontecimentos da capital. Um processo que foi gradativamente solapando os espaços dos clubes de futebol do interior do Estado. Conforme Peruzzo (2002), mesmo com a mídia local tendo como ponto de partida a informação gerada na região, a fim de ressaltar o sentimento de pertença e da identidade do local, ela está ligada a política editorial dos veículos de comunicação. E como foi apontado o *Jornal NH* não deixou de informar sobre as agremiações da cidade, mas com um forte investimento em publicidade, optou em também veicular as notícias dos times de futebol da capital como uma forma de atrair os leitores.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Novo Hamburgo, desde sua formação, manteve uma tradição de mídia impressa local, com foco na comunidade. Desde a criação de *O 5 de Abril*, em 1927, houve um movimento de integrar ao jornal as ações de desenvolvimento político, econômico e social da nova cidade. Esse veículo se esgota no início dos anos 1960, que tem a chegada de um novo jornal com uma visão mais comunitária e ligada as causas locais, o *NH*. Esse novo veículo rapidamente se estabelece com supremacia, mesmo em relação aos jornais da capital do estado, fato que se mantém vivo até os dias de hoje.

A partir da hipótese de Agenda Setting, verificamos que a proposta do *NH* cobria os principais acontecimentos e encampava as grandes causas locais, destacando informa-



ções ancoradas no local, organizando a agenda da cidade. Entre elas estava a questão esportiva, especialmente do futebol. Nesse contexto de envolvimento, pudemos observar como os movimentos de cobertura jornalística aconteceram e como o *jornal NH* evoluiu em sua organização editorial e com os espaços originalmente reservados com maior densidade aos clubes locais, foram disputados e novas oportunidades surgiram para o Floriano bem como, posteriormente, para os clubes de futebol de Porto Alegre, especialmente a dupla Grenal.

Em seu primeiro ano de publicação em 1960, o *NH* foi um jornal com foco em um único clube, o Floriano, mas as publicações sobre o clube eram vagas e com pouca profundidade de informações e análises. No ano seguinte, começou um processo de incluir na cobertura outros clubes, como o rival Esperança e, posteriormente, a dupla Grenal. O jornal começou a ser publicado semanalmente e próximo do fim notou-se um grande aumento de publicidade no *NH*, no qual em alguns momentos interferiu na publicação das informações, principalmente na parte esportiva.

Essa abertura a outros clubes, em detrimento a quase exclusividade do Floriano, em seu primeiro ano de circulação foi cada vez mais sendo ampliado. A chegada das ondas de rádio da Capital e, posteriormente, a televisão foram decisivos para esse alargamento das fronteiras e a inclusão de clubes de fora da comunidade na cobertura do *NH*.

De um jornal quinzenal, com pouca informação e um único clube em suas páginas, para um jornal semanal, com muita informação, variedade e organização gráfica e editorial, o *Jornal NH* foi transformando-se de ano a ano. Esse processo contínuo transformou o jornal, já o Floriano, voltou ao seu nome original em 1969 e atualmente o Esporte Clube Novo Hamburgo, ou anilado, disputa a primeira divisão do Estado e divide as páginas esportivas do *Jornal NH* com a dupla Grenal além de os grandes clubes brasileiros e internacionais.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, L.; MOREL, M. (orgs). **História e Imprensa: Homenagem a Barbosa Lima SobriNHo – 100 anos** Anais Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1987.



DAMO, A. S. **Futebol, consumo e publicidade:** novas modalidades de apelo e representação do pertencimento clubístico. 1996. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/030e155e6727479d371afee53d7e55cd.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette:** mídia, cultura e Revolução. 1. ed. São Paulo, SP: Cia de Letras, 1990.

DORNELLES, B. Jornalismo do interior atende expectativas dos assinantes. **A Comunicação, o Social e o Poder: cultura, complexidade e tolerância**, v. 1, p. 9-31. 2003.

FLORIANO INICIA A CAMPANHA DOS 4.000 SÓCIOS. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, RS, 24 jun. 1961, p. 18.

HOHLFELDT, A. Hipóteses Contemporâneas de Pesquisa em Comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V.V. **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

JESUS, G. M. A via platina de introdução do futebol no Rio Grande do Sul. *Lecturas: Educación Física y Deportes*. **Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 5, n. 26, 2000.

MURAD, M. **Dos pés à cabeça:** elementos básicos de sociologia do futebol. Irradiação Cultural, 1996.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação e Sociedade**, Vol 1, nº38, p. 67-84, 2002. Disponível em: [http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/cs\\_umesp/article/view/196/154](http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/cs_umesp/article/view/196/154). Acesso em: 5 out. 2016.

PRODANOV, C. C.; FERNANDES, L. F. Foot-Ball Club Esperança, Esporte Clube Novo Hamburgo e a rivalidade futebolística na cidade industrial. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, **Revista Digital**. Buenos Aires, ano 14, nº.135, 2008.

PRODANOV, C. C.; MOSER, V. O futebol ítalo-germânico no Rio Grande do Sul. *Lecturas: Educación Física y Deportes*. **Revista Digital**, Buenos Aires, Argentina, año 14, n. 135, 8 f, ago. 2009.

PRODANOV, C. C.; MOSER, V. Marcas de uma história, marcas do futebol: o Football Club Esperança. *Lecturas: Educación Física y Deportes*. **Revista Digital**, Buenos Aires, Argentina, ano 15, n. 152, 6 f., jan. 2011.

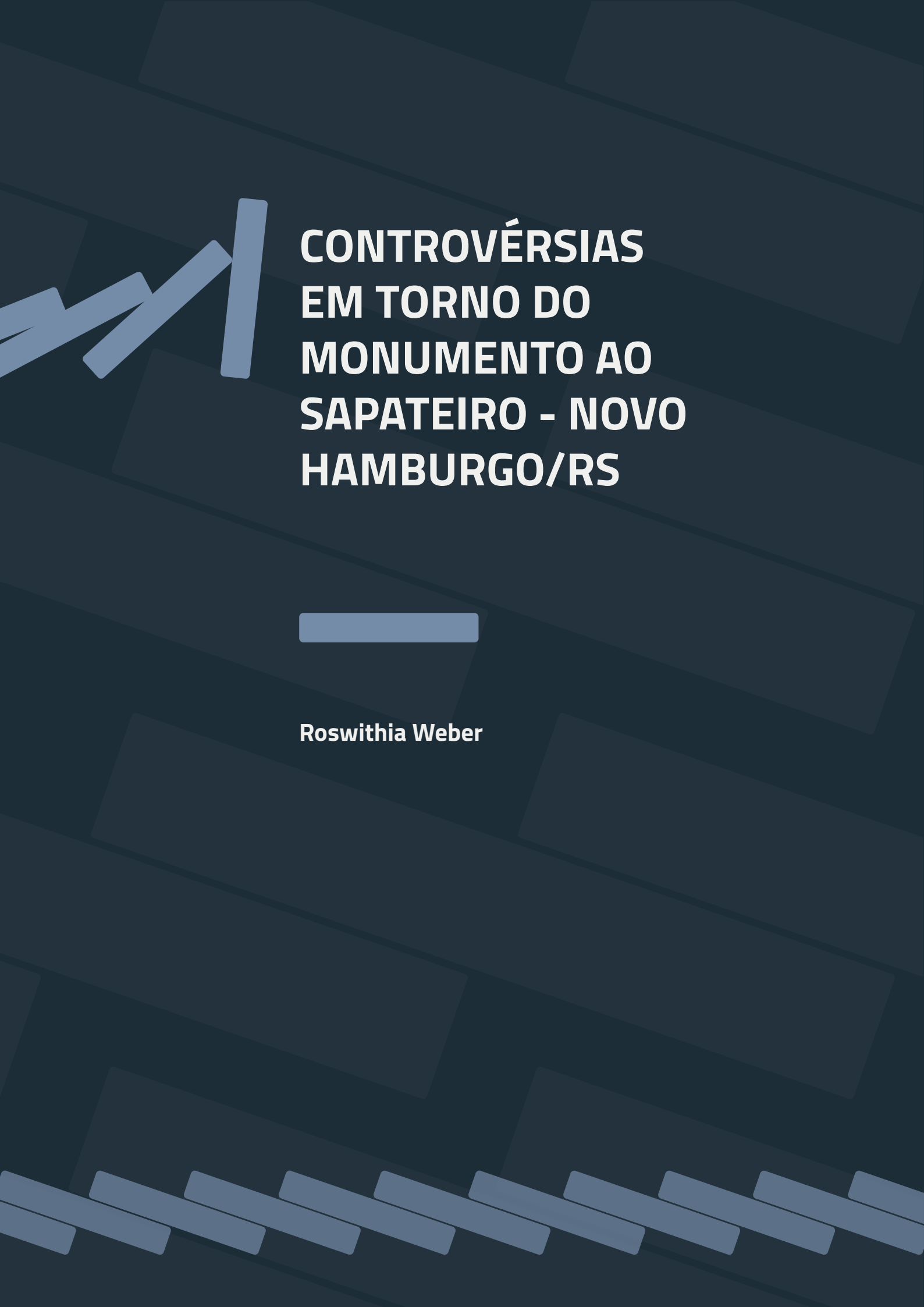
SCHEMES, C.; ARAUJO, D. C. de; MAGALHÃES, M. L. Enfoques de uma crise: o jornal como fonte de pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, SC, v.11, n. 99, p. 167-185, 2010



SEQUÊNCIA DO CINQUENTENÁRIO: Floriano X Internacional. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, RS, 13 mai. 1961, p. 10 e 11.

TRAQUINA, N. **O Poder do Jornalismo** – Análise de Textos da Teoria do Agendamento – Coleção Comunicação, Media, Minerva Coimbra, Coimbra, 2000.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de Massa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



# **CONTROVÉRSIAS EM TORNO DO MONUMENTO AO SAPATEIRO - NOVO HAMBURGO/RS**



**Roswithia Weber**





## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Em primeiro de maio de 1979, na ocasião do Dia do Trabalho, foi inaugurado o Monumento ao Sapateiro na cidade de Novo Hamburgo, localizada no Vale dos Sinos<sup>2</sup>, no estado do Rio Grande do Sul.

A encomenda da obra foi feita em 1978, pelo prefeito Eugênio Nelson Ritzel, eleito em 1977, representante do partido MDB. Em 1978, assinou um contrato com um grupo de artistas que integrava a chamada Casa Velha-convívio de arte<sup>3</sup>. A intenção desse contrato era o desenvolvimento de projetos de esculturas, monumentos e painéis que seriam implementados em diferentes espaços da cidade (Wendling, 1999). Scholles<sup>4</sup>, uma das lideranças da Casa Velha, projetou o Monumento ao Sapateiro.

No mês de abril, num clube social local de Novo Hamburgo, Sociedade Atiradores, foram expostas as maquetes que seriam produzidas pelo artista através do contrato com a prefeitura (Wendling, 1999). Essa exposição foi o mote inicial para as controvérsias em torno do monumento ao sapateiro, antes mesmo de ser erguido. O jornalista Vinícius Bossle, responsável pela sucursal da Caldas Júnior<sup>5</sup> em Novo Hamburgo, desde 1960, atuava também como cronista no diário local, *Jornal NH*. É, especialmente, a partir da cobertura jornalística desse jornal que se busca analisar as polêmicas em torno do Monumento ao Sapateiro, pois na pós exposição das maquetes, 19 de abril, até meados do mês de maio de 1979, esse jornal pautou o tema semanalmente e, em alguns momentos, diariamente<sup>6</sup>.

Vinícius Bossle abre a discussão na edição do dia 19 de abril de 1979 do *Jornal NH*, com a crônica intitulada *Sapateiros escravo do mestre Scholles*:

---

<sup>1</sup> Artigo publicado originalmente na **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 14, n.2, p.206-219, julho-dezembro, 2018.

<sup>2</sup> Área que abrange os municípios que integram a área banhada pelo Rio dos Sinos.

<sup>3</sup> Os artistas que se vincularam ao contrato: Flávio Scholles, Marciano Schmitz e Carlos Alberto de Oliveira haviam fundado em 1977 um espaço de arte, a chamada Casa Velha, com o objetivo de integrar o artista na região. O espaço sediou exposições, apresentações de teatro, aulas de artes, entre outros (Wendling, 1999).

<sup>4</sup> Natural de São José do Herval, que atualmente integra o município de Morro Reuter, município próximo a Novo Hamburgo. Atualmente o artista se mantém em atividade num atelier nesta sua cidade natal. Na década de 1990 teve sua projeção internacional. Em 1971, iniciou a Faculdade de Artes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em 1974 foi concluir seus estudos na PUC de Campinas. Em 1979, tinha 29 anos.

<sup>5</sup> A empresa de Porto Alegre, era responsável por jornais que faziam a cobertura jornalística no Rio Grande do Sul. Na década de 1970, Bossle atuou também como professor no curso de Relações Públicas na Faculdade Feevale, em Novo Hamburgo.

<sup>6</sup> Conforme Wendling (1999), desde 1977, a cobertura sobre artes deste jornal era constante.



Parece que a ideia do monumento ao sapateiro (...) não está descendo na garganta dos hamburguenses (...). Depois segue apresentando ao leitor a maquete: A maquete (...) mostrou um grupo de figuras sentadas ao redor de uma mesa, com a cabeça entre as mãos, fisionomias bastante parecidas com os homens da idade da pedra, diante de um prato tendo dentro um sapato. Ao lado, mais uma figura angustiada, presa num poste encimado por um inflexível relógio, e ao redor sapatos às mancheiras. A interpretação para o leigo suscitou uma ideia de escravidão, de angústia, de desespero, de fome. A imagem real do Vale do Sapateiro é alegre e pitoresca (Sapateiros ..., 1979, p.4).

Antes de relatar sua opinião sobre a maquete exposta, coloca-se como interlocutor dos hamburguenses ao dizer que a ideia do monumento não estava descendo em suas gargantas. Na sequência da apresentação da obra exposta, faz a sua crítica: a obra não reflete a realidade da região.

A coluna de Bossle repercutiu na Câmara Municipal. Em 23 de abril, portanto, quatro dias depois da primeira crítica publicada no jornal local, o vereador Arcedino Conceição justifica o encaminhamento do Projeto frente à reportagem de Vinícius Bossle, publicada na Folha da Tarde de 20 de abril<sup>7</sup>. O Projeto apresentava como proposta que o legislativo fosse consultado antes de ser construído um monumento: "(...) para que as homenagens devam passar por uma apreciação de representantes de diversas correntes de opinião do povo nesta Casa, e não somente de um homem."

Ao apresentar o projeto na tribuna da Câmara, o vereador, então líder da Arena na câmara de vereadores, justificou mais diretamente a proposição: "(...) que o projeto de lei também tem como objetivo evitar que seja construído um monumento ao sapateiro que, segundo seu entender, não está projetado de forma a se constituir numa homenagem justa à categoria de trabalhadores". Por um lado, o projeto tratava expressamente de focar no monumento em questão, por outro, refletia a preocupação em limitar os poderes do prefeito. Nesse sentido, argumentou ainda que "deve ser criada uma lei para limitar as liberdades do atual prefeito". Conceição afirma que "um prefeito como este não se pode deixar à vontade" (Arcedino..., 1979, p.2).

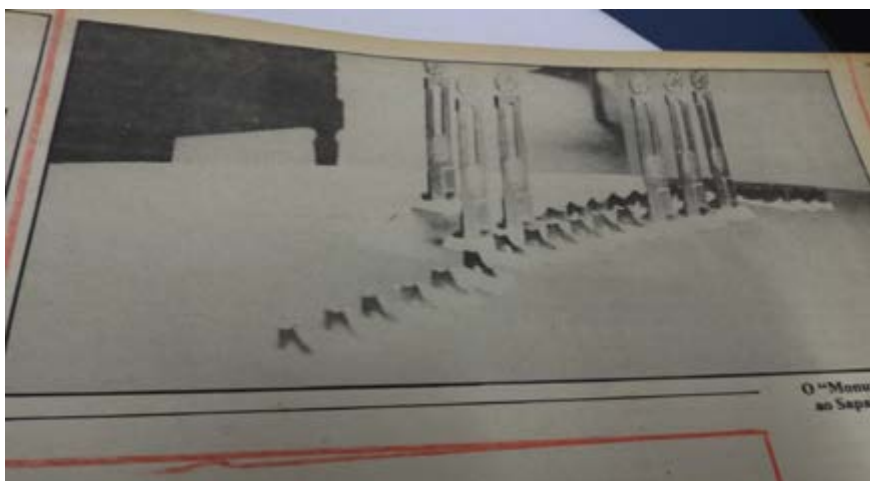
---

<sup>7</sup> Justificativa de Projeto de lei. Acervo da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo.

Observa-se que o monumento passa a expressar uma rivalidade partidária, dado que o prefeito Eugênio Nelson Ritzel, do MDB, foi o primeiro prefeito da oposição eleito no contexto pós golpe militar.

Três dias depois da primeira coluna publicada no *Jornal NH*, o artista Flávio Scholles, que concebeu a maquete, manifesta sua crítica à crônica publicada Vinícius Bossle. Informa que o cronista confundiu as maquetes, pois o monumento designado como sendo o Monumento ao Sapateiro tratava-se da maquete "O sapato como alimento", previsto para ser construído na Fenac, e esclarece que o Monumento ao Sapateiro seria erguido em outro local, na rótula em frente ao Colégio Pio XII. Scholles, então, leva uma foto da maquete e aproveita para explicar o que seria de fato o Monumento ao Sapateiro:

**Figura 1- Maquete do Monumento ao Sapateiro**



**Fonte: Jornal NH, 25.04.1970, p.23.**

São seis figuras que aparecem ajoelhadas, suspendendo o sol. São operários do calçado ou sapateiros e os sapatos em fila simbolizam as esteiras que carregam os sapatos. O relógio com oito ponteiros simboliza as oito horas de trabalho destes operários (situação trabalho). Cada figura terá 5,40 metros de altura, e o material será ferro fundido, pesando cada figura dois mil quilos" (Scholles Fala..., 1979, p.23).

A réplica de Bossle é editada quatro dias depois. No entanto, sem que fique caracterizada como tal:

A história dos monumentos ainda vai dar muitas mangas para coletes. Aquele que o artista Flávio Scholles fez para homenagear a manufatura de calçados, tendo como





ideia o “sapato alimento” depositado num prato diante de figuras simiescas, foi temporariamente suspenso. Mas o “Monumento ao Sapateiro” tem data marcada para inauguração, na rótula das Nações Unidas, dia 1º de maio (A Liberdade... 1979, p.4).

Assim, Bossle não faz menção ao seu engano e fortalece seu papel no julgamento dos monumentos. Sua opinião sobre o legítimo Monumento ao Sapateiro não destoou de sua crítica à maquete apreciada em seu primeiro artigo, pois para ele:

(...) o “Monumento ao Sapateiro”, que mais parece uma homenagem aos incas, que adoravam o sol, ou aos aborígenes que primitivamente habitavam o Vale, mas jamais ao imigrante alemão que trouxe consigo a arte de curtir couros e fabricar calçados, e esmaltou como pioneiro a figura tão respeitada de Pedro Adams Filho, que inaugurou no Brasil a primeira fábrica de calçados, ele mesmo oficial da banca e também seleiro. Mais uma vez estou aqui, mestre Scholles, e é pena, porque o admiro como artista, mas não concordo que tuas concepções representem o nosso alegre e pitoresco “Vale do Sapateiro” (A Liberdade... 1979, p.4).

Bossle reiterou a mesma crítica que fez ao monumento “Sapato como alimento” o qual havia considerado anteriormente como o Monumento ao Sapateiro. Ambos não expressavam o alegre Vale do Sapateiro.

## 1 REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS LOCAIS E O MONUMENTO AO SAPATEIRO

Cabe analisar a construção de representações identitárias locais sobre Novo Hamburgo para compreender a reação de Bossle, bem como as demais controvérsias da qual o Monumento ao Sapateiro foi alvo.

A partir de meados da década de 1940, a identidade de Novo Hamburgo é construída em torno do tema de sua projeção econômica. As imagens produzidas sobre Novo Hamburgo apresentam-na como a “Manchester brasileira”, “a Manchester riograndense” e “Capital Nacional do Calçado”.

Ercílio Rosa, cronista local<sup>8</sup>, assim descreve a cidade em 1951:

---

<sup>8</sup> Ercílio Rosa escreveu crônicas sobre a sua cidade, Novo Hamburgo, cuja tônica é o processo de transformação da cidade ao longo do final dos anos 1940 e dos anos de 1950 e 1960. Esses escritos foram publicados no jornal local, *Jornal 5 de Abril*, nos anos 1940 e 1950 até o fim da circulação do jornal, em 1962 (Selbach, 1999).



Manhã de dia útil...Pouco passa das 7 horas. A manhã ainda envolta nas brumas da madrugada, mal foge do orvalho. E o sol, ainda respingando sereno, levanta-se heroicamente nesse começo de dia comum, e enquanto a aragem dorme, como é costume nos vales, uma densa fumaça cheirando à fábrica envolve toda a cidade... Recém começou um novo dia na "cidade industrial". E qualquer observador pode sentir, através das chaminés fumegantes, o ruído heterogêneo das 370 fábricas novo hamburguesas, das 294 manufaturando calçados! (Jornal 5 de abril, 1951).

Na década de 1960, o Conselho de Turismo (COMTUR) promoveu a FENAC - Feira Nacional do Calçado. A criação de uma feira voltada ao calçado a qual passou a ocorrer numa área adquirida pela municipalidade que comprou a área destinada ao empreendimento (Schemes *et al.*, 2005).

A primeira Feira, realizada em 1963, teve caráter regional. A segunda, em 1965, caracterizou-se por ser nacional e a terceira, que ocorreu em 1967, projetou-se internacionalmente.

Tratou-se de promover não somente a feira, mas, sobretudo, a cidade que, de "Cidade industrial" e "Manchester rio-grandense", passou a ser divulgada como "Capital Nacional do Calçado". Essa imagem é fortalecida não só pela produção de calçados, como também pelas empresas correlatas ao setor calçadista: máquinas, equipamentos, enfeites e componentes de calçados<sup>9</sup>.

É nesse cenário que a divulgação identitária local era acompanhada de uma narrativa eufórica do progresso, cenário em que Scholles projeta o Monumento ao Sapateiro o qual não reitera essa narrativa.

Bossle incumbiu-se de apresentar o monumento: "Ouvi algumas pessoas sobre o "Monumento ao Sapateiro", e para elas, a concepção do mestre Scholles colocou o trabalho como uma servidão, uma sujeição, algo do qual nós queremos nos livrar." (A Liberdade..., 1979, p.4).

O jornalista traz a opinião de dois professores e integrantes da direção da instituição de ensino superior de Novo Hamburgo (Feevale), João Carlos Schmitz e Plínio Dall'Agnol,

---

<sup>9</sup> Essa característica já estaria presente na década de 1970. Assim, o desenvolvimento local não esteve apenas ligado a calçados e couro. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o poder público local e estadual estimulou viagens ao exterior a fim de qualificar o ramo de máquinas e componentes (Schemes, 2005, p. 168).



e ainda do ex-prefeito da cidade e presidente do Sindicato da Indústria de Calçados, Níveo Friedrich. Bossle relata que esse último:

(...) é o mais revoltado com os monumentos, porque no seu entender eles visam lançar o operário contra o patrão e criar uma diferença de classes que ainda não se estabeleceu na região. A simplicidade do Vale e seu modo até ingênuo de vida comunitária, é algo muito precioso, assevera Níveo, e não vamos destruir isto assinalando injustiça social onde existe diálogo, consideração e amizade (A Liberdade..., 1979, p.4).

Como se pode ver, o parecer de Bossle sobre os monumentos de Scholles é reforçado pelo ex-prefeito, e ambos criticam o artista pelo fato de ele mostrar uma imagem de desarmonia entre classes a qual não está presente na região. O mesmo é destacado da fala de Plínio Dall'Agnol, que:

(...) considera que os monumentos devem ser simples, idealistas, otimistas e que não podem desfigurar a realidade, trazendo para a praça pública uma contestação que não existe no Vale. (...)Entendo como Plínio, que os monumentos públicos devem evitar a imagem da guerra, do egoísmo, da servidão, da instabilidade e devem ser retratos vivos das virtudes do povo – e ele as tem.

Mais uma vez, é reforçada a ideia de que há uma desfiguração da realidade, o que soa impróprio num contexto em que a identidade local é pautada em uma imagem positiva.

As palavras do outro professor, referido no artigo, enfatiza as raízes étnicas da região: "Para o professor Schmitz, a inspiração (do monumento) não se fixa nas raízes étnicas e culturais da região, de fundamentos europeus, mais precisamente alemães(...)".

Assim, um monumento que demonstra que o trabalho do operário é árduo, como denota o projeto de Scholles, não se insere nos referenciais culturais da região. O discurso recorrente de uma capacidade de trabalho dos descendentes de alemães e de uma população ordeira também compunha a demarcação da identidade local de Novo Hamburgo. Sendo assim, "trabalho" consiste num dos símbolos de identificação étnica (Seyferth, 1990).

Nesse sentido, insere-se o discurso do *self made* na reportagem Sapateiros com rostos de escravos:



(...) O sapateiro alcançou um status social e profissional que o coloca numa situação invejável, em relação a outras regiões do Estado e outras atividades funcionais. Sapateiro foi o industrial de hoje, raríssimas exceções, e provavelmente será o empresário de amanhã pois o que caracteriza esta atividade é a iniciativa do oficial de ofício, que quase sempre começa uma pequena fábrica nos fundos de casa, transformando-a, com os anos, nas potências que hoje povoam o Vale. (...) (Sapateiros..., 1979).

Assim, não havia razão para Scholles caracterizar o trabalho retratando o trabalho da forma como o fez. Com relação a esse tema, um jornalista, Carlos Mosmann, rebateu as críticas que Bossle fez ao artista, dizendo que, naquele contexto, as possibilidades de ascensão do trabalhador eram em proporções menores e tendiam a desaparecer dada a necessidade de capital para iniciar um empreendimento competitivo. Conforme o jornalista: "(...) cada vez menos, o operário tem condições de poupar para acumular capital. (...) o simples fato de que alguns conseguem ascender socialmente não significa que a maioria viva em condições exatamente dignas (Artista..., 1979, P.4).

Mosmann, ao debater sobre a polêmica em torno do Monumento ao Sapateiro, traz um cenário diferente do caracterizado por Bossle, indicando que as condições de cidadania plena não se estendiam a todos. Aquele, ao finalizar seu texto no jornal, enfatiza: "Assim, não se pode argumentar contra a obra de Scholles, afirmando que ela não retrata uma realidade." (Artista..., 1979, P.4).

Dentre os municípios do Vale do Sinos, Novo Hamburgo destacou-se como a cidade que atraiu o maior percentual de migrantes, dado o seu desenvolvimento voltado a empresas de couro, de calçados, de acessórios e de componentes. Segundo o autor, a utilização de novas técnicas ampliou a demanda de mão de obra nos processos produtivos, a partir da década de 1970, através do uso dos trilhos de transportes de sapatos e das cadeias de montagem (Schneider, 2004).

Schneider (2004) indica que as mudanças tecnológicas tayloristas trouxeram um número elevado de migrantes os quais a infraestrutura urbana não estava capacitada para absorver, o que configurou um espaço urbano de crescimento desordenado.

Nas décadas de 1960 e 1970, no contexto do Brasil, as migrações foram um fenômeno presente e esteve marcado pelo êxodo rural, em um período em que a indústria demandava força de trabalho (Barcellos, 1995). O desenvolvimento no setor coureiro foi respon-



sável pelo estabelecimento de fluxos migratórios de várias regiões do Estado, a partir da década de 1980, especialmente. Em Novo Hamburgo, contudo, a recepção de migrantes já datava de períodos anteriores.

Esses aspectos caracterizam um panorama de modernização econômica que traz consigo elementos não tão harmônicos como os descritos pela crítica ao monumento.

O projeto do Monumento ao Sapateiro repõe, nas representações locais, uma identidade e uma memória coletiva utilizando referências do presente. O monumento não tratava de homenagear o sapateiro através de uma memória de sucesso de imigrantes alemães na região. Dessa forma, a representação do sapateiro de Scholles não incorpora a visão identitária local relacionada à prosperidade ligada ao trabalho dos imigrantes alemães, mas, sim, dar legitimidade ao trabalhador operário que está inserido no mundo do trabalho da cidade.

Scholles tem, como pano de fundo, o contexto do processo de especialização coureiro-calçadista no Vale do Sinos, e ressignifica o trabalhador ao colocar em cena o operário. Scholles, a partir de suas maquetes, contribui com a demarcação da identidade do trabalhador a qual se configura, contribuindo, no plano simbólico, para sua cidadania.

Garantir a visibilidade dos operários, por sua vez, garantia a identidade social um grupo. Para Covre (1991), a cidadania envolve não só questões jurídicas, mas também aspectos envoltos às relações sociais.

Na avaliação da coluna publicada, "Scholles (...) não ajustou seu projeto à concepção clássica do sapateiro, que tanto pode ser o patrão como o empregado modelista, beirista, a costureira, a pespontadeira, o lixador, o montador ou o estilista (...)" (Folha da Tarde, 20 de abril de 1979 p.49).

O cronista inclusive faz referência a outro projeto de monumento em homenagem ao sapateiro o qual havia sido proposto, no início da década de 1963, por outro artista, Ernesto Frederico Scheffel.

Por fim, a data escolhida para erigir o Monumento ao Sapateiro foi 1º de maio. Abaixo, segue uma imagem do Monumento, localizado numa rótula na Avenida Nações Unidas e Nicolau Becker:

**Figura 2- Foto noturna do Monumento ao Sapateiro**



**Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Joel Reichert- Novo Hamburgo**

### **3 EM QUAIS GARGANTAS O MONUMENTO DESCE?**

Na edição do *Jornal NH*, no dia da inauguração do monumento, foi a vez da população em geral dar a sua opinião sobre o monumento. O cronista Bossle havia trazido, em seus escritos, ao longo de uma semana, as vozes daqueles que discordavam da ideia de monumento ao sapateiro proposta. No dia de sua inauguração, o jornal trouxe a voz daqueles que consideravam legítimo o monumento, ou seja, aqueles para quem o monumento “desce pela garganta”.

Na coluna “Qual é a sua opinião”, várias pessoas foram questionadas sobre suas percepções do Monumento ao Sapateiro, e despontaram visões favoráveis.

“Muito trágica”

A televisão me influenciou muito na interpretação do monumento, mas acho que, melhor do que ninguém, aquelas pessoas que trabalham com o calçado podem falar ou não da obra de Scholles”, diz Glória Maria Correa, 29 anos, professora (Qual .... *Jornal NH*. 1979, p.22).



## “Constante desespero”

O Níveo Friedrich quando falou na TV demonstrou estar chocado com a representação feita pelo artista no Monumento ao Sapateiro, mas ele, como dono de fábrica, se não sabe, é bom que fique sabendo que é exatamente assim a vida do operário, trabalhando de sol a sol, sem chances de parar”, afirma Glória Feltes, 58 anos, operária aposentada, residente na (...).

Prosseguindo ela fala do monumento baseado na Santa Ceia que está sendo projetado por Scholles: “Ninguém pode dizer que o que ele exprime no Monumento é mentira, pois realmente o sapateiro vive constantemente o desespero de chegar em casa e ver seus filhos chorando e sem ter condições de dar a eles tudo aquilo que precisam. Mas eu falo do operário da indústria, não do patrão como é o caso de Friedrich (Qual .... *Jornal NH*. 1979, p.22).

Como é descrito na fala acima, a controvérsia sobre os monumentos foi alvo também de reportagem televisiva realizada pela emissora regional da Rede Globo. Ao recordar do episódio, o artista Flávio Scholles avalia que “(...) a RBS, que nos tinha dado cobertura, entrou com furo de reportagem apresentando um programa fantástico, mostrando que eu estava certo e não os industriais. (...) A jogada não era contra mim, mas era politicagem, mas eu tomei a coisa contra mim” (Scholles *apud* Wendling, 1999, p.58).

O monumento ainda foi pauta do jornal dezesseis dias depois de sua inauguração. Na edição de 16 de maio, na coluna *O leitor com a palavra*, Rita Inês de Oliveira Haubert sensibilizou-se com o autor da obra:

(...) Para que tapar o sol com a peneira, se a realidade está aí, nua e crua?

Por favor, se quiserem enfeitar uma realidade tão cruel, então que distribuam flores aos empregados ao final do expediente, e não venham opinar sobre um trabalho que merece todo o respeito de um artista nosso, que conhece o terreno onde pisa, pois anda com os pés no chão e não tendo sonhos coloridos, como muitos.

Rita Inês de Oliveira Haubert (...) (*O Leitor...*, 1979).

Nesse sentido, é clara a denúncia da situação de também remeter a um contexto de dificuldades em cujo discurso está presente o sucesso. As falas favoráveis ao monumento afirmam, diferentemente das falas da elite hamburguense, a legitimidade do monumento em face à realidade que o trabalhador vive. No processo de legitimação do monumento que não é pacífico, o bem cultural vai se constituindo numa nova referência identitária na medida que esses cidadãos se veem ligados ao patrimônio edificado.



Assim, Bossle, ao falar pelos hamburguenses de modo generalizado “(...)a ideia do monumento ao sapateiro (...) não está descendo na garganta dos hamburguenses (...)” (Sapateiro..., 1979). Bossle, de fato amplia o sentimento para todos os cidadãos. No entanto, as demais opiniões que o jornal evidencia, nas declarações acima, evidenciam que há memórias em conflito, dado que não há a possibilidade de uma memória coletiva aceita por todos, pois há memórias concorrentes. Sendo que, no contexto emerge uma memória proibida, pois não convinha que o monumento se constituísse em bem cultural com potencial para refletir sobre a história local.

Desse modo, a tarefa de perscrutar a relação do monumento enquanto bem cultural, requer a atenção ao fato de que o patrimônio deve ser entendido nas relações com os sujeitos que compõem a sociedade (Jeudy, 1990).

Se, por um lado, as avaliações de alguns cidadãos legitimam positivamente o monumento, o que permite que o trabalhador operário e sua situação não fique na categoria do “não dito”, por outro, as manifestações contrárias ao monumento reiteravam a memória do progresso, excluindo suas contradições, não visibilizando, portanto, esse trabalhador.

Cabe observar, ainda, uma característica presente nas manifestações de populares, o fato de constar, no jornal, a identificação dos nomes, as idades e os endereços daqueles que se manifestaram<sup>10</sup>. Verifica-se que a cidadania, enquanto direito à expressão de opiniões, foi utilizada no contexto das polêmicas, abertamente e aparentemente sem riscos de represália.

Entre discordâncias e concordâncias com a ideia do monumento, o mesmo foi erigido. Na cerimônia de inauguração, o prefeito Eugênio Nelson Ritzel falou sobre as ameaças de apedrejamento à obra; padre Collong abençoou o monumento e falou sobre a sua representatividade; Manoel Lopes, o mais antigo operário da indústria calçadista, foi quem cortou a fita e Orlando Müller, presidente do sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo, que no dia anterior, “afirmou que aquilo retratava a realidade do trabalhador” (s/d, p.2, 1979), não discursou.

Na edição do dia 8 de maio, o monumento continuou sendo pauta do jornal. Notificou-se um ato de vandalismo ao monumento, um carro circulou diversas vezes sobre a

---

<sup>10</sup> Os endereços foram suprimidos da presente publicação.





grama ao redor do monumento. Uma parcela entrevistada da população creditou o fato de vandalismo a menores (Ato...1979, p 18).

A obra Sapato como alimento, envolta nas controvérsias, não foi realizada. Em agosto de 1979, quatro meses depois do monumento ser inaugurado, é sancionado o Projeto de lei que proíbe a construção de monumentos sem a autorização do legislativo<sup>11</sup>.

Atualmente, a paisagem urbana do entorno do monumento passou a contar com o trem, como se pode ver ao fundo. Cabe referir que, tanto o Monumento, como o Posto de gasolina ao fundo, referido como Posto Monumento ao Sapateiro, servem como elemento urbano de orientação, uma vez que se localizam numa entrada principal da cidade. No espaço da obra, não consta uma placa informando a data de inauguração e identificação da autoria, somente consta a referência: "Homenagem aos operários das fábricas de calçados", no mesmo plano da placa que anuncia a identificação da rua. Frequentemente o espaço é utilizado para campanhas públicas, como aparece na Figura 4, uma campanha de conscientização de trânsito.

**Figura 3 Imagem atual do Monumento ao Sapateiro**



**Fonte: Própria autora**

<sup>11</sup> Projeto de Lei 25/08/1979. Câmara Municipal de Novo Hamburgo.

**Figura 4 Imagem atual do Monumento ao Sapateiro**



**Fonte: Própria autora**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cobertura das controvérsias sobre o Monumento ao Sapateiro permite identificar que o *Jornal NH* foi o fomentador do debate na cena pública na medida que mostrava os diferentes pontos de vista.

O monumento projetado conflitava com a identidade local promovida até então. A obra de Scholles simbolizava, não o trabalhador heroicizado, mas, sim, o vinculado ao capitalismo, significava a afirmação de uma sociedade hamburguesa mais complexa e menos idealizada.

Se, por um lado, o tema do monumento estava voltado à representação do calçado, símbolo da identidade local, por outro, não fortalecia as representações identitárias que, então, eram divulgadas sobre a cidade.

Para aqueles cujas opiniões somaram-se ao pensamento de Bossle, possivelmente, não cabia incorporar o cenário presente na identidade local- seus traços, as transforma-



ções urbanas e as migrações deveriam ser ocultados. Mas o artista inclui, na cena pública, através de um bem cultural, a identidade do trabalhador operário.

Apesar das controvérsias, o artista, com o aval da gestão do prefeito, com sua política pública de socialização da arte, conseguiu erigir o Monumento ao Sapateiro incorporando, no plano simbólico local, o novo trabalhador, a partir da expressão de uma crítica social.

## FONTES

BOSSLE, V. A LIBERDADE DE OPINIÃO. **Jornal NH**. 27/04/1979, p.4.

MOSSMANN, C. ARTISTA COMPREENDIDO. **Jornal NH**. 25/04/1979, p.4.

ARCEDINO QUER PROIBIR CONSTRUÇÃO DE MONUMENTOS SEM APROVAÇÃO DA CÂMARA. **Jornal NH**. 25/04/1979, p.2.

COLUNA DO SABE TUDO, **Jornal NH**, Novo Hamburgo, 1974.

**FOLHA DA TARDE**, 20 de abril de 1979, p.49.

BOSSLE, V. SAPATEIRO ESCRAVO DO MESTRE SHOLLES. **Jornal NH**. 19/04/1979, p.4.

SAPATEIROS COM ROSTO DE ESCRAVOS. **Jornal NH**. 20/04/1979.

SCHOLLES FALA NO MONUMENTO AO SAPATEIRO. **Jornal NH**. 23/04/1979, p.23.

O LEITOR COM A PALAVRA. **Jornal NH**. 16/05/1979, p.4.

QUAL É A SUA OPINIÃO. **Jornal NH**. 01/05/1979, p.22.

## REFERÊNCIAS

BARCELLOS, T. M. de. **Migrações no Sul**: caminhos para terras e cidades. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de mestrado, Pós-Graduação em Sociologia), 1995.

COUVRE, M. de L. M. **O que é cidadania**. São Paulo, Brasiliense, 1991.

JEUDY, H. **Memórias do social**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

JORNAL 5 de Abril, Novo Hamburgo, 19 jan. 1951.



JORNAL do Comércio, Porto Alegre, 25 Jul. 1960.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, n.3.1989, p.3-15.

ROSA, E. 5 de Abril, Novo Hamburgo, 11 jan. 1946.

SCHEMES, C. *et al.* **Memória do setor coureiro-calçadista**: pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

SCHNEIDER, S. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, A. B. da; PASSOS, M. C. (Orgs.) **Indústria de calçados no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004, p.25-49.

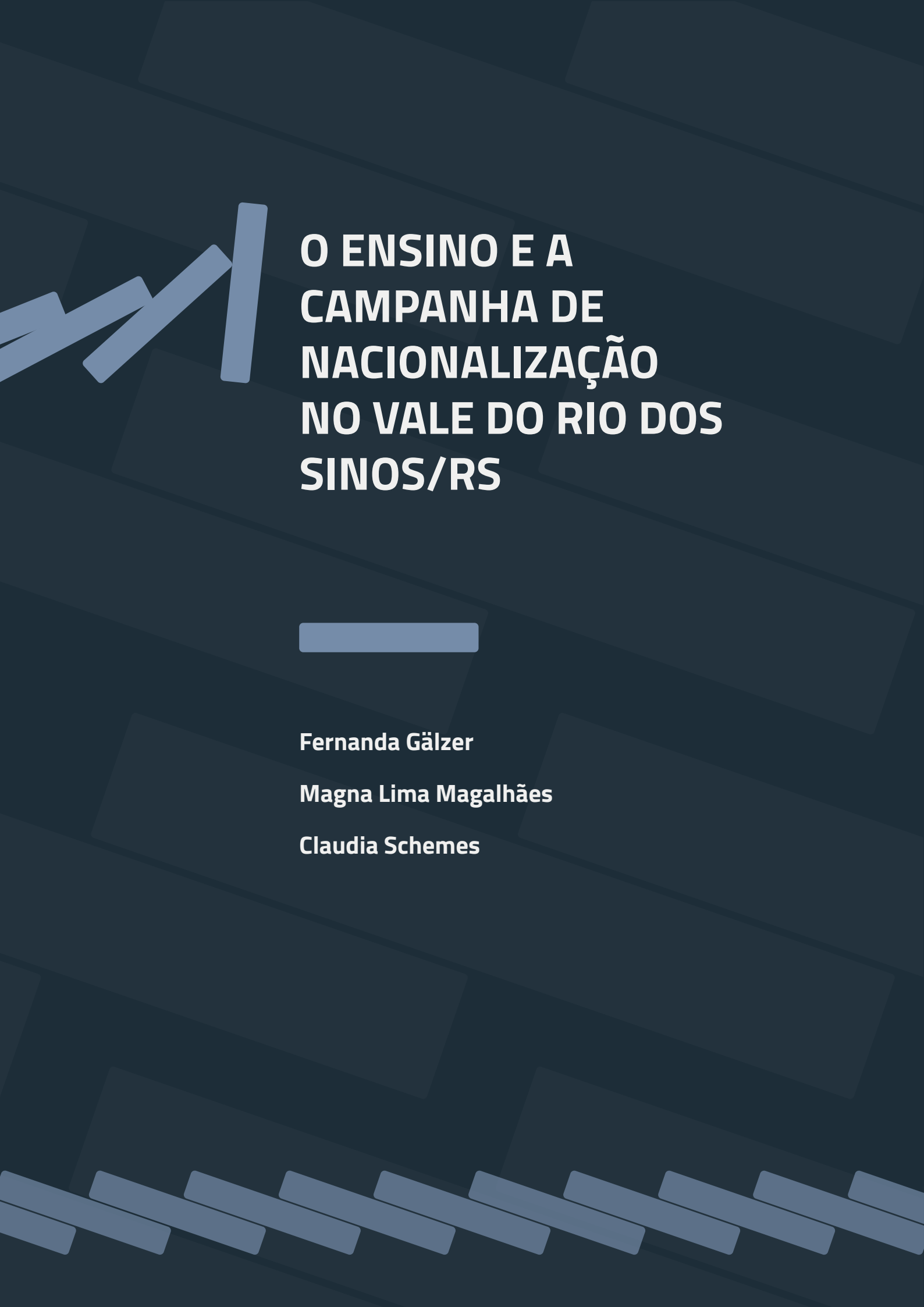
SEYFERTH, G. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. In: CARVALHO, M. R. G. de (Org.). **Identidade étnica**: mobilização política e cidadania. Salvador: UFBA/Empresa gráfica da Bahia, 1990, p.93-123.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

SELBACH, J. **Novo Hamburgo 1927-1997**: Os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade. Porto Alegre, UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).

WEBER, R. **Mosaico Identitário**: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica – RS. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

WENDLING, L. M. M. **A arte no Vale do Sinos**. São Leopoldo, Unisinos, 1999.



# **O ENSINO E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO NO VALE DO RIO DOS SINOS/RS**



**Fernanda Gälzer**

**Magna Lima Magalhães**

**Claudia Schemes**





## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Ao longo dos séculos XIX e XX, o Brasil recebeu, através da imigração, considerável número de estrangeiros dispostos a se estabelecerem no País. Parcela daqueles imigrantes, muitos vindos da Europa, preservou práticas culturais trazidas de seus países de origem, sendo um dos aspectos mais relevantes a língua de imigração,<sup>2</sup> e as perpetuou para seus descendentes.

Durante as décadas de 1930 e de 1940, a valorização da identidade e da cultura brasileira, em detrimento de manifestações culturais das populações de imigrantes, passou a ser discutida, através da Campanha de Nacionalização, que foi “[...] planejada e executada durante o Estado Novo (1937-1945), em nome da unidade nacional, como processo de assimilação forçada de alienígenas”. A Campanha de Nacionalização dava-se por meio de ações nacionalizadoras em diversos campos do cotidiano, como na educação, na imprensa e na vigilância.

Nessa perspectiva, este artigo<sup>3</sup> visa a averiguar como a educação tornou-se fundamental para a Campanha de Nacionalização e sua atuação como meio de educar a população para a brasilidade, durante o governo varguista. Além disso, objetiva-se verificar como a nacionalização do ensino influenciou no cotidiano das escolas e dos alunos, na região do Vale do Rio dos Sinos,<sup>4</sup> no Rio Grande do Sul, Brasil. Cabe ressaltar que essa região possuía

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na revista *História y Memoria de la Educación* em 2024.

<sup>2</sup> Jussara Habel (2017) justifica que a variedade linguística denominada de dialeto deve ser considerada uma língua, pois possui um sistema linguístico. Com o intuito de valorizar os dialetos, dar visibilidade, identidade e conferir existência jurídica, sugere-se utilizar a denominação de língua de imigração. O conceito de dialeto frequentemente está associado a uma conotação pejorativa, já que não é considerado uma língua oficial e, seguidamente, no caso do dialeto alemão, é visto como alemão “errado”, “quebrado” ou “misturado”.

<sup>3</sup> Este artigo foi baseado na dissertação de mestrado *O cotidiano de imigrantes alemães e de seus descendentes durante a campanha de nacionalização, no vale do Rio dos Sinos/RS* orientada pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magna Lima Magalhães.

<sup>4</sup> A região do Vale do Rio dos Sinos compreende parte da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, a qual foi a primeira a receber imigrantes alemães no estado sul-rio-grandense. De acordo com o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS), a localidade fica na região metropolitana de Porto Alegre/RS e compreende as atuais cidades de Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. A maioria dessas cidades, com exceção de Novo Hamburgo e de Canoas, na época, não eram municípios independentes, mas distritos de São Leopoldo. Por isso, neste trabalho, ao falar do município leopoldense, deve-se considerar sua configuração da década de 1940.



forte presença de descendentes de alemães, pois foi onde os primeiros imigrantes germânicos se fixaram para colonizar o estado a partir de 1824.

Para isso, utilizaram-se fontes disponíveis nos acervos locais, tais como correspondências recebidas e expedidas da prefeitura de São Leopoldo (RS), e dois jornais de circulação local (*Correio de São Leopoldo* e *O 5 de Abril*).<sup>5</sup> Essas fontes foram analisadas após um levantamento de informações sobre o emprego de cartas, jornais e relatos para a historiografia.

Destaca-se, nesse sentido, que a pesquisa com correspondências levanta uma série de questionamentos que o historiador procura, na medida do possível, responder, como, por exemplo (Gomes, 2004), “Quem escreve/ lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Qual ou quais o(s) seu(s) objetivos(s)? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem?”. Por esse motivo, faz-se necessário conhecer o contexto em que a carta está inserida e os indivíduos envolvidos, permitindo a composição de um quadro analítico abundante (Malatian, 2009).

O emprego de jornais, por sua vez, justifica-se porque a imprensa “registra, comenta e participa da história”. O estudioso ainda afirma que

Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas (Capelato, 1988, 24-25).

Além dos critérios utilizados para qualquer tipo de fonte, os jornais passaram por uma análise que considerou diversos aspectos, como a localização da notícia, se era a manchete, matéria principal ou secundária, a quantidade de espaço disponibilizado para sua exibição, o que demonstra a importância dada à notícia, o enfoque do assunto noticiado e o público-alvo (Luca, 2011).

---

<sup>5</sup> As correspondências e o jornal *Correio de São Leopoldo* pertencem ao acervo do Museu Visconde de São Leopoldo (MHVSL). O jornal *O 5 de Abril* foi consultado no Arquivo Público de Novo Hamburgo e na Biblioteca da Universidade Feevale.





A fim de melhor identificar como a ação governamental influenciou a educação, entrevistaram-se antigos moradores da região para verificar como a nacionalização fora percebida por eles.<sup>6</sup>

Compreende-se que se uma totalidade concreta passada não pode ser alcançada em sua forma original, mas construída a partir de depoimentos e narrativas de pessoas que viveram o momento e o interpretaram, conforme suas vivências e contribuições àquela realidade. Pode-se dizer, então, que essa opção metodológica pode contribuir muito na busca de vozes esquecidas, excluídas e renegadas pela historiografia oficial, como grupos étnicos e pessoas comuns, comunidades e outros excluídos dos processos históricos.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindo não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. [...] Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. [...] (Thompson, 1998, p.44).

Considerando esses aspectos, este artigo está dividido em três partes. Primeiramente, apresenta-se um breve panorama sobre a nacionalização do ensino. Em seguida, aborda-se a influência da nacionalização na educação da região e, por último, discorre-se sobre ações de brasilidade que atingiam as escolas e a população em idade escolar.

## A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO

Desde o início do século XX, a nacionalização do ensino era discutida por diversos intelectuais no Brasil, mas, durante o período do Estado Novo (1937-1945), entrou efetivamente em pauta para ser executada. Naquele momento, o cenário político possuía disposição do governo de enfrentar resistências à imposição de procedimentos coercitivos e contava com uma conjuntura em que toda a ideologia dominante estava fundamenta-

---

<sup>6</sup> A pesquisa foi desenvolvida a partir de oito interlocutores. Para este artigo, quatro entrevistas servem como fonte histórica. Os entrevistados assinaram carta de cessão, concedendo os direitos da entrevista. Optou-se por fazer pequenos ajustes nas narrativas para evitar vícios de linguagem.





da na afirmação da nacionalidade, de construção e de consolidação do Estado Nacional (Schwartzman; Bousquet Bomeny; Costa, 2000).

Nessa perspectiva, a educação serviria para auxiliar no êxito do projeto político do governo varguista, que propunha a consolidação e a valorização da nacionalidade, da brasilidade, buscando constituir a identidade de um novo brasileiro para o Novo Estado e, assim, contrapor o que seria aceito como nacional e o que seria estrangeiro (Bousquet Bomeny, 1999). Para a efetivação do projeto, a padronização do ensino era necessária principalmente para atingir os núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, posto que eram considerados um entrave para a afirmação da identidade nacional. Assim sendo, a intervenção e a nacionalização do ensino passaram a ser prioridades do governo.

A preocupação com as zonas de colonização também foi ampliada devido ao contexto mundial das décadas de 1930 e 1940, em especial devido à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O conflito iniciado na Europa repercutiu no Brasil, principalmente no ano de 1942, quando embarcações brasileiras passaram a ser afundadas por submarinos alemães, após o fim da neutralidade do País e seu definitivo posicionamento contra as nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Isso acarretou maior vigilância e atenção com as populações de imigrantes e descendentes desses países e, conseqüentemente, maior rigor com a nacionalização.

Cabe considerar que a nacionalização do ensino afetava diretamente as crianças e os jovens que frequentavam as escolas, pois procurou regulamentar a vida escolar, estabelecendo normas a serem seguidas por todos, em todas as instâncias. Entre as medidas, a educação foi utilizada para auxiliar na consolidação da identidade brasileira, principalmente através do conhecimento e do uso prioritário da língua portuguesa.

Para tanto, diversos decretos foram criados, como o Decreto-lei nº 406, de 1938, que, além de tratar da entrada dos estrangeiros no País, estabeleceu normas para a educação, sobretudo em áreas rurais, onde estavam mais preservados os costumes dos imigrantes. Determinou, ainda, o ensino exclusivo em português e regulamentou o material didático, que deveria ser escrito na língua nacional, além de proibir o aprendizado de idioma estrangeiro para menores de 14 anos. Esse decreto também tornava obrigatório o ensino da História e da Geografia do Brasil e estipulava que as escolas deveriam ser administradas



por brasileiros natos. Um decreto posterior (Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938) incluía a obrigatoriedade do ensino cívico.

Mais tarde, o Decreto-lei nº 1.545, de 1939, destacou a importância do ensino para a nacionalização, já que seria um dos caminhos para a adaptação ao meio nacional. A partir desse decreto, o Ministério da Educação e Saúde tornou-se o responsável pela criação de escolas e bibliotecas, assim como pela fiscalização do ensino de línguas e a formação dos professores.

Com foco na educação das crianças e dos jovens, através do Decreto-lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, estabeleceu-se a obrigatoriedade de educação cívica, moral e física e criou-se a Juventude Brasileira, a fim de desenvolver o sentimento de brasilidade e o respeito à pátria, bem como estimular o cumprimento dos deveres com o País.

Em nível estadual, o Decreto nº 7.614, de dezembro de 1938, exigia que a população brasileira aprendesse português, conforme segue: “não lhes é lícito ter por língua materna outra, que não a Portuguesa”, considerando haver “centenas de escolas em que se desconhece o idioma do País e que, servindo a núcleos de população de origem imigratória constituem sério embaraço à integração nacional as novas gerações”.

Visando à nacionalização do ensino e ao aprendizado do português, o decreto indicava que o ensino primário era obrigatório e no idioma brasileiro, proibindo línguas estrangeiras nas escolas primárias. Além disso, esses educandários não poderiam receber auxílio financeiro estrangeiro nem ter diretores que não fossem brasileiros.

A nacionalização do ensino e, conseqüentemente, a constituição da nacionalidade deveria seguir três aspectos: um conteúdo nacional para todas as escolas, com a exaltação de heróis, instituições e autoridades nacionais, destaque ao catolicismo e emprego do português; padronização das instituições escolares em todos os níveis educacionais, bem como de material didático, com controle e fiscalização do órgão federal de educação; assimilação da cultura brasileira por parte dos diversos grupos étnicos existentes, terminando com suas manifestações culturais.

No estado sul-rio-grandense, o ensino passou por uma nacionalização progressiva, mas, durante o Estado Novo, devido ao contexto de ascensão do nazismo e do nacionalismo, tornou-se mais efetiva. A nacionalização foi orientada “para uma assimilação com-



pulsória dos imigrantes (alemães) e seus descendentes para a integração com os valores político-culturais da nação a partir de abril de 1938". Uma das maiores preocupações eram as escolas étnicas, pois, em sua maioria, ainda na década de 1930, ensinava-se na língua materna dos imigrantes.

A partir do Estado Novo, a nacionalização do ensino tornou-se, pois, mais rigorosa, buscando "a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos de núcleos etnicamente homogêneos", principalmente através do uso obrigatório do português e do conhecimento sobre a história e aspectos físicos do País. No Rio Grande do Sul, a nacionalização foi intensa, especialmente pela atuação do então Secretário da Educação, Coelho de Souza, engajado no projeto. Conforme apontado por Kreutz (1994), o secretário da educação estadual registrou, no livro *Denúncia* de 1941, que a nacionalização do ensino se dava por medidas preventivas escolares e extraescolares, bem como por medidas repressivas.

As medidas preventivas tratavam da ampliação da rede estadual, com instalação de mais escolas, a nomeação de professores, a nacionalização rigorosa das escolas particulares e a criação do Corpo de Delegados Escolares Regionais e de Orientadores Técnicos. As medidas extraescolares, por sua vez, estavam vinculadas às ações em comemoração de datas cívicas e ao envio de crianças do interior para a capital do estado para participarem das festividades. No tocante às medidas repressivas, elas refletiam, sobretudo, no fechamento de escolas e na prisão de professores.

## O AMBIENTE ESCOLAR

O idioma alemão era uma constante em muitos estabelecimentos de ensino, o que passou a ser um empecilho combatido pelo governo. Em textos da época, é recorrente a citação sobre a importância de aprender o português. Em um deles, intitulado *A nacionalização do ensino e as escolas paroquiais*, publicado pelo *Correio de São Leopoldo*, em 22 de novembro de 1941, o Secretário de Instrução Pública leopoldense e diretor do periódico, Carlos de Souza Moraes, expôs a situação das escolas paroquiais que, em sua maioria, estavam seguindo a legislação, mas alguns eram resistentes:

Ali, logo que se iniciou oficialmente a benemérita campanha de fiscalizar a atividade do professor, procurou-se, com resultado, constituir um ambiente mais brasileiro,



no sentido de que o escolar aprendesse efetivamente a nossa língua e conhecesse melhor nossa história; aqui, isto é, nas aulas superintendidas por comunidades religiosas, a questão tornou-se mais difícil, devido ao precário espírito de brasilidade ou falsa compreensão de seus deveres para com a Pátria, por parte de alguns poucos ministros confessionais.

Souza Moraes indicava que os religiosos estariam fazendo campanha contra a escola pública e citava que alguns ministros estariam atuando “contra a execução do programa de nacionalização”, entre os quais o padre José M. Kroetz,<sup>7</sup> de Dois Irmãos, e indicava como os religiosos agiam para subverter a nacionalização:

Espectáculo contristador e desolador! Ministros de Deus, brasileiros pelo nascimento, sabotavam as ordens do governo, acobertando o ensino em alemão, nas classes dirigidas pela comunidade! E adversários das leis de nacionalização, chegaram ao ponto de, à guisa de instrução religiosa, transferirem escolas para dentro de capelas, onde, assim poderiam ministrar, em língua estrangeira, o ensino, à margem de qualquer fiscalização ou desconfiança do poder público.

No texto de Moraes, é possível perceber a importância atribuída ao ensino da língua portuguesa e a oposição à língua estrangeira, bem como a valorização da escola como espaço de fomento à brasilidade.

Em um sentido próximo ao exposto por Moraes, no tocante aos religiosos e à imposição da língua estrangeira, a interlocutora Sra. Hildegard, que estudou em uma escola de cunho confessional e étnico em São Leopoldo, relembra que, no início da sua educação escolar, no começo da década de 1930, um pastor responsável pela escola fez uma tentativa de forçar o uso da língua alemã:

No colégio Centenário, isso no tempo antes da guerra, antes da Segunda Guerra, no início dos anos 30. Quando nós estávamos no colégio Centenário. Então já havia um movimento dos nazistas. E essa professora Doninha já estava lá, ela era nossa professora de português. Então, naquela época, ainda o pastor Wolff estava lá, aqui em São Leopoldo. E ele nos proibiu de falar português durante o recreio. Ele já queria mudar a mentalidade. Então, nós fizemos o nosso grupinho e fomos correndo para a professora Doninha:

---

<sup>7</sup> Santos (2015) relata que o padre Kroetz enviou, em março de 1941, uma carta ao prefeito de São Leopoldo, reclamando que a “escola paroquial localizada em Picada São Paulo (atual Município de Morro Reuter), pertencente à Paróquia de Dois Irmãos, fora tomada pela municipalidade, mesmo com o apoio da Igreja Católica à Campanha de Nacionalização”. A correspondência integra o Acervo Carlos de Souza Moraes - MHVSL.



- Doninha, o Pastor acabou de nos proibir de falar o português.

- Ah, mas eu vou falar com ele e é já.

Ela foi falar com ele, ele nunca mais tocou no assunto. Eu acho, nós não assistimos, mas ela deve ter passado uma compostura, e como ela era uma pessoa mais idosa, de respeito, ele acatou.

Na década de 1930, o germanismo foi reforçado no estado, por possuir um governo estadual mais simpático aos alemães e por causa da ascensão do nazismo. Possivelmente, o episódio relatado pode ter sido influenciado por esse contexto, visto que era uma escola étnica alemã e luterana, ou seja, vinculada com a Alemanha e favorável ao germanismo.

A Sra. Lia Paz, a Sra. Gertha Bühler e Sra. Hildegard Dietzold, todas, atualmente, com mais de 90 anos, iniciaram a vida escolar na década de 1930 em escolas comunitárias de confissão luterana. Ao serem entrevistadas, mencionaram que, durante algum período, tiveram acesso ao ensino em alemão. A Sra. Hildegard, por exemplo, que estudou no Colégio Centenário, atual Instituto Rio Branco, em São Leopoldo, disse que foi alfabetizada nos idiomas, português e alemão, e que aprendeu a forma de escrita alemã denominada *Sütterlin* na escola. A Sra. Gertha mencionou que, inicialmente, o ensino era exclusivamente em alemão na escola localizada no antigo distrito de Bom Jardim (atual Ivoti), mas, devido à nacionalização, introduziu-se o português:

Eu tive dois anos de aula, tudo em alemão, com o professor aqui nessa escola velha, agora não existe mais, com o professor Ninof. Ele até ensinava nós a cantar: *Deutschland, Deutschland über alles*; o hino da Alemanha. [...] Depois do terceiro ano, já tinha um professor que era formado nessa escola [Instituto Ivoti – ISEI], o professor Kremmer, então era tudo em português. Mas primeiro, tudo era em alemão, até caligrafia, eu sei ainda, sei tudo nessa letra, o ABC eu sei corretamente em alemão.

Para a Sra. Gertha, a justificativa para aprender o português estava vinculada à comunicação:

Quando entrou o professor Kremmer, a gente tinha que aprender tudo em português, ele dizia que nós podíamos escrever uma vez uma cartinha para um amigo ou uma amiga, ou para quem a gente quer. Daí eu fui para a casa da avó, ela sabia um pouquinho de português, a minha avó, a mãe da minha mãe, a Luiza. Daí eu disse: “vó eu não sei escrever cartinha coisa nenhuma, como é que eu vou escrever?”; Ela disse: “Escreve: querida amiga, como é que tu vais, eu vai bem”. Não sabia os verbos, isso eu nunca esqueci na minha vida “eu vai bem”. Depois o professor corrigiu isso. Daí vai aprendendo os verbos e a gente vai se introduzindo.



Na situação descrita pela interlocutora, a avó procurava transmitir o pouco que sabia do vernáculo para a neta, a fim de auxiliar na tarefa proposta pelo professor. O erro da conjugação verbal e a realização dessa atividade foram avaliados pela entrevistada como um marco importante no seu aprendizado do português, pois auxiliaram na compreensão da relevância de saber o idioma nacional e ter coerência na sua fala e na escrita.

Alguns interlocutores comentaram que, mesmo com a proibição, o idioma devia ter permanecido presente no ambiente escolar, pelo menos por um tempo, devido à adaptação dos alunos. A Sra. Lia, que possuía em torno de 15 anos no início da década de 1940, acredita que a escola Sinodal e o Instituto Pré-Teológico, localizados na cidade de São Leopoldo, por terem sido internato e receberem alunos que sabiam apenas falar o idioma de imigração, permaneceram realizando aulas em alemão. O Sr. Florêncio, de 68 anos, que nasceu na década posterior à nacionalização, presume que o idioma alemão tenha permanecido na instituição do Morro do Espelho, uma vez que seu pai era professor na época pesquisada e não sabia fluentemente o português:

Meu pai falava português, falava mal, mas falava português, e minha mãe falava português fluentemente. Então eles não tiveram restrições. E no colégio onde o pai lecionava, meu pai veio para o Brasil para ser professor, e no colégio, esse o Instituto Pré-Teológico, que era este colégio que eu te falei, lá a língua oficial era o alemão, só se falava em alemão, não se dava aula em português, nem nada. Era tudo em alemão. [Durante a guerra] que eu saiba sim, continuou se falando alemão. Acredito que sim que era mantido em alemão.

As duas instituições escolares mencionadas pelos interlocutores, o Instituto Pré-Teológico e o Ginásio Sinodal, eram subvencionadas ao Sínodo Rio-grandense. Possivelmente, ambas procuraram se adequar à legislação vigente, lecionando em português, porém, o Sinodal possuía aulas de idioma alemão, conforme é possível presumir a partir de uma correspondência remetida pelo então diretor da instituição, Pastor Rodolfo Saenger, ao Delegado de Polícia de Ordem Política e Social, Plínio Brasil Milano, em fevereiro de 1945.<sup>8</sup> No documento, o diretor apresentou indícios do funcionamento da escola, devido

<sup>8</sup> A carta pertence ao acervo de *Correspondências Recebidas da Prefeitura de São Leopoldo – 1945* – MHVSL. Porém, ela não era direcionada à prefeitura, sendo uma cópia do original, possivelmente estava anexada a outra correspondência que não foi localizada. O documento alude a explicações relacionadas a uma “denúncia do Sr. Vitorio Zanella Netto [pai de uma aluna] contra o Ginásio Sinodal”, relacionado ao ano letivo de 1941. Não há data do envio da carta, apenas um carimbo de protocolo da prefeitura de São Leopoldo, indicando a data de 18 de fevereiro de 1945.



a uma denúncia realizada contra o colégio: “a frequência das aulas de Alemão no Ginásio Sinodal era absolutamente facultativa, sem mesmo a aparência de coação [...] sendo todas as disciplinas ministradas naturalmente no vernáculo, com exceção apenas do ensino das línguas vivas, francês, inglês e alemão”. Além disso, relatou que, no “ano letivo de 1941, o horário da 3ª série [...] apresentou quatro aulas de português, enquanto o programa oficial exige apenas três, e duas de alemão”.

O cumprimento da legislação para a nacionalização do ensino municipal era uma preocupação da administração de São Leopoldo. Para se certificar de que o ensino era realizado em língua portuguesa e para buscar qualificar sua rede educacional, o município, devido à nacionalização, realizou uma prova para averiguar o conhecimento de seus professores, conforme publicação oficial da prefeitura divulgada em 1938,<sup>9</sup> logo após o Decreto-lei nº 406. Seguindo a legislação estadual, foi determinado, em maio de 1938, que os professores municipais e os particulares subvencionados deveriam comprovar a aptidão para o cargo a partir de uma prova escrita e oral que contemplasse conteúdos de Português, Aritmética, Geometria, História do Brasil, Geografia e Ciências.

Percebe-se a influência da nacionalização no concurso, a partir da correspondência do Secretário de Instrução Pública, Carlos de Souza Moraes, ao Secretário de Educação Estadual, expondo que o “exame de suficiência” foi realizado, “a fim de excluir os que desconhecem o vernáculo e história pátria”.<sup>10</sup> Após a avaliação, os professores não aprovados no exame foram demitidos, entre eles, o docente do distrito de Lomba Grande<sup>11</sup> e dois professores do distrito de Sapucaia, por não terem realizado a prova.<sup>12</sup>

Nesse contexto, os professores tiveram seus contratos revogados por não estarem qualificados de acordo com o regimento municipal. Entretanto, em alguns casos, em que o professor não era “qualificado” para o cargo, ocorreram atitudes mais drásticas, como “perseguição a professores; professores foram presos” e “muitos renunciaram ao magistério”.

---

<sup>9</sup> “Ato oficial”, *Correio de São Leopoldo* (junho, 1938), p. 2

<sup>10</sup> “Correspondência Carlos de Souza Moraes” (agosto, 1939). Acervo MHVSL.

<sup>11</sup> “Correspondência Carlos de Souza Moraes” (novembro, 1938). Acervo MHVSL.

<sup>12</sup> “Correspondência Carlos de Souza Moraes” (novembro, 1938). Acervo MHVSL.



A Sra. Hildegard relata sobre a sanção e a obrigatoriedade do ensino em português e sobre o fechamento de muitas escolas:

Isso [proibição do uso de idioma estrangeiro] se espalhou, porque já existia o rádio. Então aquilo foi assim uma ordem. Então, eles começaram também a perseguir as escolas. Os professores das colônias mais afastadas, eles davam aula em alemão. Tiveram que fechar esses colégios, e não tinha professores lá para lecionar em português. Então essa gente do interior sofreu bastante com isso.

Várias escolas foram fechadas por não se adequarem ao projeto de nacionalização, que objetivava uma padronização do currículo escolar, tendo como base o ensino obrigatório em português, além de disciplinas que auxiliassem com o conhecimento histórico e cívico sobre o Brasil.<sup>13</sup>

Kerber, Schemes e Prodanov (2012) realizaram pesquisa com pessoas que estudaram em escolas étnicas alemãs durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo e destacam que

Os depoentes das escolas públicas, tais como os das escolas católicas e luteranas, lembram a proibição da língua alemã. Contudo, essa lembrança não é tão associada à violência quanto nas escolas étnicas. Por um lado, isso pode ser explicado pelo fato de que nas escolas étnicas o ensino em língua alemã antes da Campanha da Nacionalização era mais recorrente do que nas escolas públicas. Por outro lado, nas escolas étnicas, o corpo docente e discente era composto em sua grande maioria por descendentes de imigrantes alemães, enquanto nas públicas a composição étnica não era tão claramente definida.

Mesmo assim, pode-se afirmar que a nacionalização do ensino interferiu na educação da região do Vale do Rio dos Sinos, como evidencia uma carta enviada, em 1939, por uma comunidade do interior de Dois Irmãos, denominada Picada Verão.<sup>14</sup> Assinada por 22 homens, todos com sobrenome de descendência alemã, relatava a difícil situação em que se encontravam, devido à nacionalização do ensino, e solicitava o envio de um professor para a localidade, a partir da intervenção do prefeito junto ao Secretário de Educação, “para

<sup>13</sup> Estima-se que 393 escolas evangélicas foram fechadas durante o Estado Novo. Em 1941, das 513 escolas existentes, somente 120 estavam em atividade (Müller, 1994). Sobre o número total de escolas fechadas durante o Estado Novo, há uma divergência, conforme apontado por Kreutz (1994; 2010), o Secretário de Educação Estadual apontou 241 escolas particulares fechadas, já o interventor do estado, indicou 91 escolas, números também divergentes dos apontados por Müller (1994).

<sup>14</sup> “Abaixo-assinado da comunidade de Picada Verão” (junho, 1939). Acervo MHVSL.





que nos mande uma professora ou professor, temos o prédio escolar e uma casa ao lado para família se tiver, e que, também está à disposição”.

A partir da carta, é possível notar que se trata de uma escola comunitária e de confissão luterana - “todos somos da comunidade do Sínodo Rio-grandense” - e que o professor a ser enviado não precisava necessariamente ser dessa religião, ficando claro que o importante era o aprendizado das crianças: “não fizemos questão a que religião pertença a professora, fizemos questão que os nossos filhos aprendam principalmente a ler e escrever o vernáculo”. A carta é rica em detalhes, demonstrando a situação complexa que estavam enfrentando, devido à dispensa do professor, que não atendia aos critérios aceitáveis na época:

Que há aproximadamente 18 meses o conselho do nosso estimando subprefeito dispensamos um professor que mantínhamos na nossa escola, pelo fato do mesmo não satisfazer o ensino aos nossos filhos, principalmente a língua Pátria, falhas estas, que nós não prestávamos atenção, pois, que a nossa aula existe a mais de sessenta anos consecutivos e nunca houve quem se interessasse pelo melhoramento do ensino como Vossa. Excia.

Na escola, que, até então, atendia às necessidades da comunidade, o ensino era realizado em alemão, de modo que uma parcela significativa da população ficava sem saber o português, o que, perante aquele contexto, não era mais suficiente. Outro problema comum na época era conseguir professores para as regiões interioranas, a exemplo do que ocorreu em Picada Verão. Pelo que consta, foi aberta uma escola pública, prática adotada pelo governo estadual de então, que procurava instalar escolas públicas para a oferta do ensino gratuito e como medida preventiva contra a escola étnica. Entretanto, não era muito fácil a manutenção do profissional da educação, conforme é relatado na mesma correspondência supracitada:

Apesar de que tenha sido criada uma escola Estadual, a que, em 1938, os nossos filhos passavam neste ano com apenas 2 meses de aula, dos quais, em julho, 15 dias foram ministrados pela professora Sta. Osta Müller, que foi quando aqui chegou a professora nomeada pelo Estado. Esta infelizmente não se agradando do lugar, alegou motivos injustos da casa na qual se achava hospedada, para conseguir a sua transferência [...]. Passados três meses, Vossa. Excia., atendendo aos nossos pedidos, nos enviou uma professora Municipal e que foi a Sta. Emma Josefina quando entrou em férias [...] nomeada este ano para outro lugar, estando nossa aula nova-



mente fechada, assim, em vez de nossos filhos se nacionalizarem, o que é o nosso maior desejo, estão se criando analfabetos [...].

Como exposto na carta enviada em 1939, a educação era uma prioridade dos moradores, da mesma forma, a necessidade da nacionalização das crianças através do aprendizado do português. Os moradores demonstraram preocupação com a situação, pois estavam prejudicando suas crianças, que não conseguiam concluir um ano letivo e apresentavam defasagem no ensino. O aprendizado do idioma nacional fazia-se importante para a inserção na sociedade brasileira, pois, conforme mencionado, vivenciaram situações humilhantes por não saberem a língua portuguesa. Eles citaram que alguns membros da comunidade serviram ao exército brasileiro, no entanto, enfrentaram problemas por não saberem o vernáculo,<sup>15</sup> posto que “atendendo o chamado da Pátria; quando foram incorporados, tanto nós pais, como eles se lembravam dos dias humilhantes pelos quais deveriam passar até poderem se entender com os seus camaradas e atender a voz de comando de seus superiores [...]”.

Por todo o conteúdo da correspondência, percebe-se o contexto de nacionalização do ensino, a dificuldade encontrada por essa comunidade por não falar o português e sua preocupação com a educação. Observa-se, ainda, que a comunidade procurava se integrar à sociedade brasileira, por terem filhos que participaram do Exército e por aceitarem o “conselho” do subprefeito, para retirar o professor, buscando atender às leis em vigência.

Em carta datada de 15 de junho de 1939, quinze dias depois da carta inicial, foi enviado um ofício, nº 180, ao então Secretário de Educação, Coelho de Souza, solicitando a nomeação de um professor, mas não foi encontrado nenhum indício de que a situação foi resolvida. Anos depois, em junho de 1944,<sup>16</sup> o prefeito encaminhou uma carta ao Secretário de Educação, relatando novamente a falta de professor: “[...] localidades de Picada Verão e Walachai, situadas no distrito de Dois Irmãos, reclamam insistentemente o preenchimento das escolas isoladas estaduais, ali localizadas e há dois anos abandonadas por falta de professores”. O prefeito, entretanto, citou que, para contornar o problema, haviam sido criadas escolas: “[...] resolvemos criar nessas povoações duas unidades escolares

---

<sup>15</sup> O serviço militar durava um ano, porém possuía duração diferente caso o indivíduo não dominasse o Português: duraria um ano e meio para quem não soubesse ler nem escrever em Português e, dois anos para quem não falava fluentemente (Cancelli, 1994).

<sup>16</sup> “Correspondência Theodomiro Porto da Fonsseca” (junho, 1944). Acervo MHVSL.



municipais, em face dessa lamentável ocorrência, que trouxe manifesto prejuízo para a nacionalização do ensino”.

A preocupação com a estrutura escolar e com a ampliação da rede de ensino evidenciou-se em diversos documentos. Em correspondência<sup>17</sup> enviada à prefeitura de São Leopoldo, expedida pela Secretaria de Educação Estadual, havia um “plano” para “resolver o problema da Instrução Pública”. Entretanto, a situação financeira do Estado não permitia a solução imediata, devendo ocorrer em um período de dois a três anos. Para conseguir um melhor planejamento, solicitava um relatório, conforme segue: “Grupos e Aulas Isoladas de que carece esse município, bem como a relação das aulas vagas da comuna, destacando aquelas que devem ser atendidas em primeiro lugar, preferindo-se as zonas servidas por escolas particulares, recentemente nacionalizadas ou a nacionalizar”. Ainda citou a criação de novas unidades escolares, nas quais o “Estado fornecerá professores, mobiliário e material”, cabendo ao município fornecer o prédio, mas “construído de acordo com o tipo padrão elaborado pela Secretaria das Obras Públicas, aliás de preço reduzidíssimo”.

O município de São Leopoldo demonstrava engajamento na nacionalização e envolvimento na preparação dos professores, na aplicação da lei e na ampliação de escolas. Em uma reportagem,<sup>18</sup> foi citado que o governo municipal tinha a “instrução como objetivo primordial de seu governo” e, por esse motivo, estava abrindo escolas para acabar com o analfabetismo.

A preocupação com os professores foi perceptível pela prova realizada em 1938, pela comunicação com a Secretaria de Educação solicitando professores e pela vigilância para a execução da legislação, que pode ser averiguada em uma correspondência dirigida a todos os subprefeitos, que eram orientados a vigiar os professores. Em carta<sup>19</sup> aos subprefeitos do município, foi solicitado que verificassem se os docentes estavam trabalhando com assiduidade e quanto ao uso do português: “[...] no que se refere à frequência de professores e o lecionamento dados aos senhores alunos em língua estrangeira”.

Na rotina escolar, também havia averiguações rotineiras. A inspeção poderia ser programada ou sem aviso para a escola. René (2005) relata que o “secretário de Educação,

<sup>17</sup> “Correspondência Coelho de Souza” (setembro, 1938). Acervo MHVSL.

<sup>18</sup> “Alicerces”, *Correio de São Leopoldo* (julho, 1939), p. 2.

<sup>19</sup> “Correspondência Carlos de Souza Moraes” (outubro, 1938). Acervo MHVSL.



Coelho de Souza, fazia visitas não anunciadas para verificar *in loco* a execução das determinações oficiais”. Durante o Estado Novo, ocorreram diversas visitas por parte do Secretário de Educação às escolas do Vale. Uma delas foi ao distrito de Campo Bom, onde compareceu no Grupo Escolar e no Colégio Sinodal.<sup>20</sup> Ele “inspecionou os referidos colégios, tendo encontrado tudo em perfeita ordem” e declarou:

Visitei vários colégios particulares nacionalizados: Colégio Sinodal de Campo Bom, os Colégios Católicos e Sinodal de Sapiranga, no Município de São Leopoldo, e o Colégio Sinodal de Sander, no município de Taquara. [...] assistindo aos trabalhos, examinando cuidadosamente todo o material escolar que estava nas classes e nos armários fechados, não encontrei uma só violação da lei de nacionalização do ensino. O Colégio de Sinodal de Campo Bom, dirigido pelo professor Poll, é modelar, tanto assim que convidei 4 alunos seus para virem a capital assistir as comemorações da Semana da Pátria e aqui serão hospedados no Palácio do Governo [...].

A visita realizada sem prévio anúncio às autoridades locais, conforme demonstrava o discurso, foi caracterizada como uma inspeção aos estabelecimentos e aos professores, já que houve a averiguação dos materiais para comprovar que não existiam conteúdos subversivos escondidos nos “armários fechados”. O enunciado manifesta outra prática realizada pelo governo: a organização das “caravanas de coloninhos”, uma prática realizada com o intuito de abraçar as crianças, enviando alunos, principalmente de regiões de colonização alemã, para visitar Porto Alegre. Durante a Semana da Pátria, elas eram hospedadas em residências de famílias brasileiras com o objetivo de demonstrar a empatia para com os estrangeiros que apoiassem a brasilidade e incentivar o civismo e o patriotismo.

Outra averiguação ocorreu em julho de 1943, mas realizada por outra autoridade e de forma planejada pelo administrador distrital, a pedido do subprefeito, Glodomiro Martins,<sup>21</sup> como segue: “durante três dias (20, 21 e 22) estive no distrito de Joaneta, a snha. Ira Bier, orientadora de ensino da 2ª D. R. E., inspecionando as aulas estaduais, particulares e paroquiais”. No que diz respeito às inspeções, havia uma autoridade indicada para a fiscalização das escolas, conforme correspondência de 7 de julho de 1942, enviada pelo prefeito de Novo Hamburgo, Odon Cavalcanti, ao Secretário de Educação. Na ocasião, o jornal *O 5*

<sup>20</sup> “Dr. Coelho de Souza”, *Correio de São Leopoldo* (setembro, 1939), p. 3

<sup>21</sup> “De Joanete”, *Correio de São Leopoldo* (agosto, 1943), p. 2



*de Abril*<sup>22</sup> relatou que, no município, havia “fiscal de nacionalização do ensino particular e municipal”, subsidiado pela Secretaria Estadual.

Destaca-se, nesse sentido, que a Secretaria de Educação atuou firmemente para o êxito da nacionalização do ensino, através de suas inspeções, da criação de escolas e do desenvolvimento de normas para regulamentar o ensino. Entre essas normas, destaca-se a Portaria nº 2.235, de 4 de abril de 1941, que sugeria para as escolas escolherem “patronos para cada aula, nos estabelecimentos de ensino, cujos nomes não fossem ainda os de homens ou varões ilustres da nossa História”, conforme reportagem publicada.<sup>23</sup> O documento indicou, ainda, que, seguindo as instruções, o Instituto Comercial São Luiz, em São Leopoldo, teria escolhidos os nomes de General Osório (patrono geral do Instituto), Dr. Oswaldo Cruz (cursos propedêuticos) e Dr. Rui Barbosa (curso técnico).

Possivelmente, as escolas municipais da região também designaram nomes patrióticos para suas aulas, bem como alterações de nomes de escolas, porém, não se identificaram informações relativas a esse ponto. Apenas sobre São Leopoldo, encontraram-se informações em um relatório,<sup>24</sup> enviado para Ernesto Pelanda, diretor de Estatística Educacional Estadual, em que constava uma lista com todos os 85 professores municipais, distribuídos em diversas escolas, com indicação do “nome da aula”, da localidade, do distrito, do salário e observações.

Ao avaliar o nome das escolas, identificou-se relação com personalidades teuto-brasileiras, de modo que, das 56 escolas municipais, nove eram nominadas e vinculadas à origem alemã,<sup>25</sup> indicando que, mesmo sendo uma norma, não foi aplicada em todo o município. O fato de não alterar algumas indicações poderia estar relacionado a uma ideia de integração, que, talvez, o governo lançasse mão para demonstrar integração nacional.

Analisando o caso específico da escola Dr. João Hillebrand, criada em 1941, Santos (2015) indica que, mesmo sendo um “período de nacionalização e de abasileiramento dos

---

<sup>22</sup> “Importante ofício”, *O 5 de Abril* (julho, 1942), p. 1

<sup>23</sup> “Pela educação”, *Correio de São Leopoldo* (julho, 1941), p. 2

<sup>24</sup> “Correspondência Theodomiro Porto da Fonseca” (outubro, 1943). Acervo MHVSL.

<sup>25</sup> As nove escolas eram: Dr. João Hillebrand (Feitoria – 1º Distrito), Fritz Bier (Picada Schneider – 3º Distrito), Cel. João Schmitt (Nova Vila – 3º Distrito), Luiz Stabel (Bom Jardim – 3º Distrito), Carlos von Koseritz (Bonnetal – 3º Distrito), Pedro Weingaertner (Arroio Veado – 3º Distrito), Henrique Meyer (Picada Café – 3º Distrito), Prof. Jacob Wickert (Travessão de Dois Irmãos – 4º Distrito), Padre Teschauer (Padre Eterno – 8º Distrito).



nomes de instituições e locais de origem alemã”, a municipalidade atribuiu esse nome ao estabelecimento. Tal atitude poderia ser explicada pela representação do ícone histórico na região, pois, ao analisar a trajetória dessa liderança alemã, viu-se que se posicionara a favor do governo durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Então, “ao assumir uma postura favorável ao Império do Brasil, se identificou e agiu como um brasileiro”, sinalizando à população que “os imigrantes e seus descendentes de São Leopoldo deveriam se espelhar em Hillebrand, tornando-se brasileiros autênticos”.

Nessa perspectiva, observa-se que a nacionalização do ensino foi além da padronização do currículo e da vigilância, buscando educar a população também através de ações extraescolares, como será abordado a seguir.

## **EVENTOS E ESPAÇOS DE EXALTAÇÃO DA BRASILIDADE**

A nacionalização, a priori, ocorreria no ambiente escolar, atingindo as crianças e os jovens, que replicariam os conhecimentos no ambiente familiar. Para o restante da população, a nacionalização dar-se-ia através de eventos de exaltação da brasilidade. As festas cívicas, foram relevantes para o governo de Vargas, pois criavam uma teatralização da sociedade, enalteciam o líder nacional e difundiam as concepções cívicas e patrióticas.

A festa durante o Estado Novo constituía, nesse sentido, um dos meios mais eficazes de controle social e a sua utilização tinha papel importante no disciplinamento dos cidadãos, com vistas ao controle do corpo e da mente. Os ideólogos do regime difundiam uma noção de brasilidade que garantiria a segurança nacional, evitando a assimilação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que haviam se instalado no Brasil, ameaçando a ordem social e a formação da “consciência patriótica brasileira”.

Nesse contexto, as comemorações da Semana da Pátria, do aniversário do Estado Nacional e do Dia do Trabalho, por exemplo, estavam repletas de mensagens que faziam crer que Getúlio Vargas havia conseguido mudar o curso da história brasileira. O então Presidente era representado como o produtor da felicidade da população e reproduzia, em seus discursos, os traços de personalidade atribuídos ao povo brasileiro para a construção do caráter nacional, como a bondade, a cordialidade, a afetividade, a docilidade e a submissão, como se evidencia em discurso proferido em 20 de outubro de 1940:



O brasileiro [...] é pacífico, hospitaleiro, compreensivo, de espírito ágil, inclinado aos atos nobres, generoso na luta, resistente na adversidade. Cultivadas e disciplinadas essas qualidades, fortalecidas pelo ideal de alcançarmos um estágio superior de civilização, será ele o homem do futuro, o homem apto a integrar-se numa vida social mais perfeita e feliz (Vargas, 1943, p. 338-339).

As comemorações cívicas tinham, pois, um papel fundamental na construção da nacionalidade; o culto aos heróis nacionais e seus símbolos procurava transmitir aos cidadãos as noções patrióticas fundamentais para a preservação do regime que retomava estereótipos construídos em torno do comportamento do povo brasileiro. De acordo com Giralda Seyferth (1999, p. 220-221), a campanha de nacionalização visava a “incutir sentimentos de brasilidade” através de solenidades e de festividades, como “palestras cívicas em clubes, estímulo à formação de grupos de escoteiros, exposição de retratos de heróis nacionais e diversas autoridades”. Além disso, também se utilizavam “frases de efeito (“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”), afixadas em prédios públicos, hospitais, sedes de associações recreativas etc. [...]” (p. 199-228) em cinemas, juntamente com a exibição da bandeira nacional.<sup>26</sup>

Datas comemorativas, como o Dia da Bandeira, a Independência, a Proclamação da República, o Dia do Trabalhador e o aniversário de instalação do Estado Novo justificavam a organização de eventos. Entre essas datas, destacava-se o 7 de Setembro, a Independência do Brasil, em que, conforme os jornais da época, se observava intensa programação e divulgação da Semana da Pátria, festividade amplamente realizada no estado. Durante esse período, ocorria uma das medidas extraescolares aplicadas por Coelho de Souza, as “caravanas dos coloninhos”, já citadas anteriormente neste artigo. Na Semana da Pátria do ano de 1939, por exemplo, após uma visita “surpresa” do Secretário da Educação a Campo Bom, um telegrama enviado ao professor Henrique Poll convidava quatro alunos para visitar a capital a partir do dia primeiro de setembro daquele ano, para acompanhar os festejos,<sup>27</sup> sendo que as crianças ficariam hospedadas na residência do interventor estadual.<sup>28</sup> O convite foi motivado pela inspeção realizada na escola, na qual não havia sido encontrado nenhum problema em relação à nacionalização do ensino.

<sup>26</sup> “Mais patriotismo”, *Correio de São Leopoldo* (março, 1942), p. 1

<sup>27</sup> Os quatro alunos eram Ivo Schirmer, Urbano Linden, Arno Willy Kerndoefer e Oscar Felipe Blos.

<sup>28</sup> “Dr. Coelho de Souza”, *Correio de São Leopoldo* (setembro, 1939), p. 3



A Semana da Pátria, cabe destacar, envolvia uma extensa programação na região, com hasteamento da bandeira nacional, baile da pátria, badalar dos sinos, desfiles, apresentações diversas, juramento da Infantaria Brasileira, jogos de futebol, campeonato de tiro, provas de atletismo, marcha com o fogo simbólico, inaugurações, entre outras. Em Novo Hamburgo, com a programação da Semana da Pátria, ocorria o hasteamento da bandeira nacional e a elaboração de vitrines temáticas nas lojas, sendo que as “mais bem adornadas com motivos patrióticos” recebiam um prêmio.<sup>29</sup> Solicitava-se, ainda, para a população de Novo Hamburgo “demonstrar, mais uma vez, o alto nível de seu civismo. É necessário que o maior número de residências seja **enfeitada com bandeiras nacionais**”<sup>30</sup> (grifo do autor).

Em 1940, junto da programação envolvendo diversas atividades da Semana da Pátria, ocorreu o “Concurso de Brasilidade”, com alunos dos “cursos secundários dos Colégios Jacó, Santa Catarina e Fundação Evangélica”. Para tanto, os alunos fizeram uma prova sobre um dos três assuntos propostos: “Patriotismo”, “A Terra Brasileira” e “Um homem nacional”.<sup>31</sup> Tal concurso teve o “patrocínio e orientação” da Liga de Defesa Nacional. Ao todo, participaram 68 alunos, dos quais cinco receberam um “belo prêmio”, os demais receberam uma “medalha com o dístico: “Ao vencedor. A Liga de Defesa Nacional”.”<sup>32</sup>

A iniciativa pela realização do concurso repercutiu positivamente, bem como a atuação do prefeito de Novo Hamburgo para com a “obra de nacionalização”, pois dois jornais (*Diário de Notícias* e *A Nação*) teceram comentários sobre o evento.<sup>33</sup> O jornal *Diário de Notícias* publicou uma entrevista com o Capitão De Paranhos Antunes, que esteve presente na solenidade de entrega dos prêmios do Concurso de Brasilidade. De acordo com o entrevistado, o assunto sorteado para a prova fora Independência do Brasil e os alunos demonstraram um “grau muito elevado de conhecimentos de História Pátria e de português”. Também indicou que havia uma preocupação com o município por ter sido colonizado por alemães, mas que, com o concurso, perceberam a integração da população ao País, já que “[...] este concurso trouxe a nós, da Liga de Defesa Nacional, um grande conforto por ver-

<sup>29</sup> “Semana da pátria”, *O 5 de Abril* (agosto, 1940), p. 1

<sup>30</sup> “Semana da pátria”, *O 5 de Abril* (agosto, 1939), p. 1

<sup>31</sup> “Semana da pátria” *O 5 de Abril* (setembro, 1940), p. 1

<sup>32</sup> “A liga da defesa nacional”, *O 5 de Abril*, (dezembro, 1940), p. 4

<sup>33</sup> “Novo Hamburgo”, *O 5 de Abril* (janeiro, 1941), p. 1





mos uma população de origem alemã perfeitamente integrada nas tradições nacionais [...]”.

Além do concurso, a Liga de Defesa Nacional também realizava outras atividades no município, como inauguração do retrato de Getúlio Vargas,<sup>34</sup> comícios e sessões de cinema. Conforme reportagem, o núcleo local da Liga de Defesa Nacional, que tinha como objetivo institucional “difundir entre os brasileiros maiores reservas de brasilidade e de cultura do nosso povo”, realizou exibição de filmes nacionais, “mostrando a exuberância, a beleza e o prodígio da terra brasileira; os momentos festivos da Pátria; oportunos filmes sobre assuntos de palpitante interesse nacional”.<sup>35</sup>

Esses eventos eram momentos em que a população poderia demonstrar o apreço pelo Brasil, a integração da comunidade e, ao mesmo tempo, ser um incentivo à cultura e aos símbolos nacionais, para solidificar a brasilidade, a partir do envolvimento e da imersão em um ambiente festivo e brasileiro. Conforme correspondência encaminhada ao prefeito de São Leopoldo, “a Semana da Pátria, aqui, foi realmente, de uma imponência extraordinária, e estamos certos de que no coração de todos, ficaram bem gravados os sentimentos do mais são patriotismo, e [...] bem elevado o conceito que de nós brasileiros [...]”.<sup>36</sup>

Evidencia-se que o propósito dos eventos era formar verdadeiros brasileiros, estimular o patriotismo, aproximar a população do governo, educar a população e consolidar a identidade nacional. A brasilidade era difundida através do estímulo para hastear a bandeira nacional nas residências, do incentivo para participação de festividades relacionadas a datas comemorativas e das extensas programações e opções de eventos, tais como: apresentações de filme, inaugurações de praças, de museus e de monumentos que homenageavam heróis e figuras representativas da História do Brasil. Tais estratégias visavam a constituir os sentimentos de brasilidade, ao expor e relacionar o convívio de símbolos representativos da pátria e sua afinidade com as atitudes cívicas e patrióticas dos brasileiros.

---

<sup>34</sup> “A liga da defesa nacional”, *O 5 de Abril* (maio, 1942), p. 1

<sup>35</sup> “Liga da defesa nacional”, *O 5 de Abril* (julho, 1942), p. 2

<sup>36</sup> “Correspondência João Correia” (setembro, 1941). Acervo MHVSL.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual região do Vale do Rio dos Sinos (RS) abrange grande parte do que era inicialmente a Colônia de São Leopoldo, local onde iniciou a colonização com imigrantes europeus no estado sul-rio-grandense, a partir de 1824. Devido a esse episódio, um século após o início da colonização, a região possuía forte influência dos imigrantes e descendentes de alemães, que ali deixaram marcas de suas manifestações culturais, sobretudo o uso da língua de imigração, que era utilizada por parcela da população na sua comunicação cotidiana e como idioma de ensino em muitos estabelecimentos escolares.

Com o advento do Estado Novo (1937-1945) e sua Campanha de Nacionalização, esse cenário passou por mudanças. A partir de 1938, com o Decreto-Lei federal nº 406, a exigência do uso e do ensino do português trouxe alterações para o ambiente escolar, com a aplicação da nacionalização do ensino. Contudo, buscava-se abrigar toda a sociedade, ou seja, a nacionalização estava preocupada com toda a população brasileira, não somente aquela em idade escolar, e, para isso, fez uso de recursos pedagógicos, como as festividades e eventos, para ampliá-la a toda a população.

A partir das fontes utilizadas para a elaboração deste estudo, perceberam-se diversas transformações nos estabelecimentos de ensino, seja com a alteração do nome da escola ou a obrigação do ensino em português. A nacionalização atuou para muito além de simplesmente abrigar seu ensino e, conseqüentemente, seus alunos; a rotina foi modificada, alunos que falavam o idioma alemão, repentinamente, passaram a ter aulas em português, muitos professores que não se enquadravam nos critérios exigidos perderam seus cargos e escolas foram fechadas. Nesse contexto, a escola tornou-se um ambiente de receio, pois, a qualquer momento, poderia ser inspecionada. Cabe ressaltar que profissionais encarregados de fazer cumprir a nacionalização fizeram-se presentes a partir da vigilância do trabalho e da atuação do professor. Tal prerrogativa estava entre as orientações direcionadas aos subprefeitos do município leopoldense, que deveriam fiscalizar professores e inspecionar educandários da região. Além disso, a nacionalização do ensino fundava escolas em localidades onde elas ainda não existiam ou que estavam contempladas somente com colégios comunitários de cunho confessional e étnico. Dessa forma, ampliava a escolarização e possibilitava que mais crianças tivessem acesso à educação formal e gratuita.



A nacionalização também procurou incutir a brasilidade ao restante da população, educando-a para que todos se tornassem verdadeiros brasileiros. Para isso, utilizou diversos recursos, como frases incentivando a brasilidade, exibição de filmes, exposição de retratos de personalidades históricas, além de empregar festividades e datas comemorativas, como a Semana da Pátria, para incentivar a cultura e a brasilidade. Nessa perspectiva, a educação tornava-se a base da nacionalização e, por isso, as medidas ocasionadas pela Campanha ocorreram tanto no âmbito do ensino escolar quanto do extraescolar, utilizando-a para formar cidadãos com padrões de civismo e de patriotismo, ensinando o amor à pátria e à brasilidade, visando à unidade nacional, executada e almejada pelo Estado Novo.

## REFERÊNCIAS

- BOUSQUET BOMENY, H. M. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: **REPENSANDO O ESTADO NOVO**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.
- CANCELLI, E. **O mundo da violência**. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 1994.
- CAPELATO, M. H. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 1988.
- GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: **ESCRITA DE SI, ESCRITA DA HISTÓRIA**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004. p. 7-25.
- HABEL, J. M. Os nomes do Hunsrückisch: aspectos linguísticos e extralinguísticos da denominação de línguas de imigração. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, n. 2, 2017. p. 314-330.
- KERBER, A.; SCHEMES, C.; PRODANOV, C. C. Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo/RS. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 2, 2012. p. 139-170.
- KREUTZ, L. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, T. L. (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1994. p. 27-64.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011. p. 111-153.
- MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo, SP: Contexto, 2009. p. 195-222.



MÜLLER, T. L. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In: **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1994. p. 65-74.

RENÉ E. G. O Estado Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

SANTOS, R. L. dos. O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 13, n. 27, 2015. p. 217-231.

SCHEMES, C. **Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2005.

SCHWARTZMAN, S.; BOUSQUET BOMENY, H. M.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo, SP: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. 2. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998.



# MUSEUS E ESPAÇOS URBANOS COMO LUGARES DE MEMÓRIA: UMA LEITURA CRÍTICA DA DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL



Daniel Luciano Gevehr





## INTRODUÇÃO

Pensar o ensino das ciências humanas – e seu caráter essencialmente interdisciplinar – a partir de uma proposta de investigação da cidade através dos lugares de memória é o propósito dessa discussão. Olhar o espaço urbano – para além de sua dimensão física – requer que consideremos a produção desse espaço da cidade numa dimensão temporal, considerando a cidade como um complexo resultado de diferentes forças que atuam no tempo.

O propósito desse texto é articular questões de cunho metodológico com concepções que se aproximam da educação patrimonial [compreendida em sua perspectiva interdisciplinar], percebendo nos lugares de memória possibilidades de exploração dos sentidos produzidos sobre a historicidade do espaço geográfico e identificar nesses espaços possibilidades de interpretação sobre personagens e fatos que permitam a compreensão do espaço no tempo. Essa análise propõe uma investigação interdisciplinar sobre o fenômeno que constitui a pólis [cidade]. Nela operam diferentes processos sociais que se expressam material e imaterialmente através da urbe – e de forma mais particular, da construção e nomeação de lugares de memória da cidade – onde a memória é registrada e materializada.

Tendo essa questão como ponto de partida, busca-se estabelecer uma aproximação entre as epistemologias produzidas no campo da Geografia e da História acerca da historicidade e da compreensão dos processos que envolvem a criação e o reconhecimento dos lugares de memória da cidade, compreendidos como pontos de referência da produção do espaço urbano e através dos quais a coletividade se reconhece e produz significados, sobre o tempo e o espaço da cidade. Com isso, pretende-se apresentar conceitos fundamentais que subsidiam a metodologia do ensino sobre as questões que tratam propriamente da dimensão espacial e suas possibilidades de leitura, refletindo sobre os caminhos que permeiam a interpretação dos dados disponíveis sobre os lugares de memória da cidade, à luz das teorias sobre espaço, lugar, território e temporalidade.

Busca-se discutir os conceitos de espaço, de organização do espaço, das dinâmicas de produção do espaço, das relações entre natureza e sociedade e de como esses permitem compreender a relação existente entre ESPAÇO e TEMPO, interpretando o processo



que envolve a produção do espaço geográfico a partir da identificação e caracterização dos lugares da cidade, compreendidos como lugares de memória. Compreende-se o espaço geográfico como “espaço usado” e, portanto, resultado do processo histórico e base material e social das ações humanas, no qual o território usado é visto como uma totalidade, ou seja, um campo privilegiado de análise, que revela a estrutura global da sociedade e a própria complexidade do seu uso (O papel Ativo da Geografia: um manifesto, 2000).

Inicia-se o estudo discutindo a questão dos lugares – que aqui chamamos de lugares de memória – que podem ser melhor compreendidos em seu processo de construção, se considerados diferentes fontes que contam parte das trajetórias e contextos de suas produções no tempo.

Exemplos disso são os documentos históricos, os textos historiográficos e literários, a imprensa e, ainda, o cinema, que contribuem para a criação de narrativas que se pretendem como “verdadeiras e únicas” sobre fatos, personagens e lugares. Quando uma comunidade elege os lugares de memória e seus símbolos de referência espacial e temporal – e que passam a representá-la através dos lugares da cidade – percebe-se os diferentes condicionantes que estiveram envolvidos nesse complexo processo de construção material da cidade. Nessa perspectiva, determinados lugares passam a ser celebrados e outros esquecidos, de acordo com os interesses presentes no processo de fabricação dos lugares de memória da cidade.

Na medida em que se identificam e se analisam as condições e os interesses que estão presentes nas diferentes épocas e contextos históricos podemos melhor refletir sobre os lugares de memória que constituem o mosaico urbano, compreendendo-os como parte do que determinados grupos procuram imprimir como noção de “verdade”. Os lugares de memória atuam no sentido de (re)lembrar e manter viva na memória aquilo que se quer mostrar e aquilo que se quer “apagar” da memória social.

Barros (2007, p.45) aprofunda essa discussão quando afirma que “a cidade também fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga: dos nomes de ruas, de edifícios, de monumentos. Pode-se dizer que o grande texto urbano aloja dentro de si textos menores [...]”. É nesse sentido que se destaca a criação dos diferentes lugares de memória [monumentos, praças, edifícios, praças, avenidas, instituições, paisagens culturais, etc.] e vincula-se ao processo de significação dos espaços da cidade,



uma vez que se consideram como evidência das visões e dos sentimentos coletivos que os constituem.

A geografia ensina que o espaço é onde ocorrem as manifestações culturais da humanidade (Claval, 2003) e que o homem é fabricante de paisagens (La Blache, 1982), sendo a força motriz da produção do espaço geográfico é a ação humana e suas práticas espaciais (Lefebvre, 1991). Dessa forma, o espaço pode ser compreendido como resultado das produções humanas, dotado de significados próprios, de acordo com os interesses e motivações dos grupos humanos presentes nesse lugar, que por sua vez o transformam e produzem características culturalmente próprias. A produção do espaço geográfico e aquilo que ele apresenta pode ser entendido, nesse contexto, como resultado dos interesses coletivos. Nessa mesma linha interpretativa, os lugares são expressões culturais da sociedade, inscritas no espaço, tendo como propósito o registro da memória, que passa a “se pendurar no espaço” (Nora, 1993).

Para relacionar as questões da espacialidade com os lugares de memória é preciso pensar como se expressam os lugares na cidade e para tanto começamos com a definição dos monumentos inscritos no espaço urbano e como eles permitem realizar uma “leitura da cidade”. Pode-se afirmar que a discussão que se propõe nesse exercício sobre o “fazer geográfico” tem como desafio articular diferentes questões que implicam no fazer pedagógico do professor na contemporaneidade, contribuindo para o exercício crítico da leitura sobre o “texto urbano”.

Pesavento (2006) defende que a memória é um elemento indispensável para se compreender a construção dos imaginários da cidade, bem como dos lugares de memória inscritos na cena urbana. Nessa mesma linha de pensamento, vale lembrar aquilo que Jacques Le Goff (2003) afirma, quando ensina que a memória é um elemento essencial do que se chama de identidade e cuja busca é uma das atividades fundamentais da sociedade.

Para ambos os autores a memória é ainda um instrumento de poder, através do qual se produz uma luta pela dominação da recordação e da tradição, estabelecendo aquilo que deve ser lembrado. Não se pode deixar de pensar que as representações [imagens, narrativas, alegorias etc.] produzidas sobre o passado da cidade vinculam-se a esse campo de poder [pedagógico], no qual determinadas ideias são *ditas* e outras são *silenciadas*.





Pesavento (2002, p. 162) menciona o processo de “ressemantização do tempo e do espaço” segundo o qual é preciso considerar as transformações de caráter econômico, político, social e cultural. Segundo ela, somente assim conseguiremos interpretar de forma adequada o complexo processo de produção dos lugares de memória e dos imaginários associados a esses lugares na cidade.

Afinal, é somente com a compreensão das condições de cada época-que podemos analisar os diferentes lugares como parte do resultado daquilo que os grupos sociais procuram imprimir como “verdade” e que se revelam através da materialização na cidade. Os lugares de memória atuam nesse sentido, (re)lembrando e mantendo viva na memória da cidade – compreendida como uma teia de relações sociais que se expressa material e imaterialmente – aquilo que se pretende mostrar e garantir sua preservação.

Defende-se nessa pesquisa a importância do ensino de história a partir da identificação e interpretação dos múltiplos significados que os lugares de memória desempenham na assimilação e compreensão dos conteúdos [na sua mais ampla e complexa dimensão para além da história e da geografia]. Se coloca como relevante mostrar para além da sala de aula que esses espaços são constituídos de um significado simbólico e que mostra parte da trajetória de construção do espaço vivido pela e na cidade.

Os lugares de memória da cidade levam a pensar sobre os fatos, acontecimentos, arranjos sociais, movimentos e disputas que ocorreram no espaço da cidade e de que forma esses elementos forjaram a construção dos lugares de memória. Nesse campo, identificar e refletir sobre o “nome das ruas, praças e avenidas” se constitui em um processo pedagógico que leva a pensar o processo de apropriação e produção dos diferentes lugares da cidade e de que forma esses lugares – ruas, avenidas, praças, museus, casas, etc. – ensinam sobre a história e a geografia urbana e principalmente sobre a historicidade desses processos de construção da urbe contemporânea. A conexão existente entre os museus [lugares de memória por excelência] e os diferentes lugares de memória que se distribuem na cena urbana é o propósito central dessa discussão que tem a interdisciplinaridade como fio condutor na investigação.



## MUSEUS COMO ESPACOS DE ENSINO

A presença dos museus nos espaços urbanos contemporâneos desempenha um papel fundamental na preservação da memória e garante – ainda que em parte – a preservação de diversos elementos que constituem a identidade dos diferentes grupos que constituem a sociedade. Tomando esse fenômeno museal como ponto de partida, o estudo tem como objeto pensar o sentido pedagógico que os museus desempenham e de que forma que esses espaços, tidos como lugares da memória, podem ser utilizados no ensino de história, não apenas em seu sentido restrito. Ou seja, considerando-se seus espaços internos, mas propondo uma leitura crítica de seus ambientes, tomados aqui como ponto de partida de todo um percurso pedagógico que ultrapassa as paredes físicas do museu. O que se propõe com essa reflexão é pensar de que forma os museus podem ser tomados como ponto de partida para a criação de caminhos pedagógicos que passam a identificar e conhecer diferentes lugares de memória das cidades a nossa volta.

Com isso o que se propõe é uma conexão dos museus de história com os diferentes lugares de memória inscritos nos espaços urbanos, fazendo com que docentes e discentes reflitam sobre quais são os lugares de memória e como esses lugares se constituem na cena urbana, representando fatos e personagens que marcaram o passado.

Os museus considerados muitas vezes como lugares da memória das elites e consequentemente, distantes de grande parte da população, tem sido repensado, desde sua constituição até mesmo em relação as suas formas de acesso, buscando-se cada vez mais acessibilidade e aproximação com o público. A educação patrimonial nos museus tem desempenhado papel determinante nesse sentido, desconstruindo visões ofuscadas sobre o real significado dos museus de história. Como exemplos de museus cuja narrativa contraria a visão das elites podem ser citados os museus sobre a memória africana e afro-brasileira, sobre os indígenas, sobre refugiados, que permitem uma perspectiva diferente de ver o passado.

Especialmente nas últimas décadas os museus foram ressignificados em seus sentidos e funções, sendo anteriormente associados quase que exclusivamente a um conteúdo memorialístico e ufanista. Pode-se dizer que os museus atuam como uma ferramenta que contribui para o fomento de uma pedagogia que toma o museu como um espaço de edu-



cação patrimonial e com isso trabalha na direção de conhecer e difundir o conhecimento sobre o patrimônio da comunidade.

Não restam dúvidas de que as instituições museológicas têm assumido, cada vez mais, uma nova roupagem e propósito, repensando e modificando a sua constituição e a sua apresentação. Neste contexto de mudanças estão as novas tecnologias, que são concebidas e difundidas com enorme rapidez, estimulando os museus – e seus criadores e gestores – a reelaborarem as ambiências, suas técnicas de comunicação audiovisual e conseqüentemente a forma de apresentação para o público. Isso tudo tem provocado uma revolução na apresentação dos acervos museais, incorporando nos espaços dos museus, técnicas bastante dinâmicas e interativas que geram, por exemplo, movimento, som e cheiro, permitindo novas experiências sensoriais nos museus de história. Esses considerados até então estáticos ou até mesmo pouco atrativos em sua forma de apresentação.

Essa discussão busca estabelecer um diálogo entre ensino de história, lugares de memória e museu. Essa aproximação se justifica por diversos fatores, uma vez que os museus têm transcendido, paulatinamente, a questão de grupo social, sendo compreendido cada vez mais como um direito de todos, em especial com as discussões contemporâneas de “direito à memória”, fazendo com que todos os grupos sociais se façam representados nesses lugares de memória, dinâmicos e plurais em sua essência. Como mostra Hollanda (2011, p.9), os museus “[...] se fortalecem como espaços mais próximos da população, que não precisam apenas existir para serem públicos, precisam também interagir; não só abrir portas, mas também abrir caminhos.”

Para melhor compreender o significado da expressão acima cabe lembrar que as primeiras definições daquilo que se conhece por museu datam ainda do século XVIII e que passaram, progressivamente, por diferentes épocas e diferentes contextos históricos, que acabaram conferindo as mais diversas definições aos museus. Todavia, a definição mais usual e conhecida de museu é proposta pelo ICOM em 1974 e define museu – de forma mais ampla e genérica – como uma instituição sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, estando aberta ao público de forma geral e se colocando como um espaço de exposição, voltado para a conservação e a transmissão de memórias, sendo ainda um lugar cujo propósito volta-se ao estudo, a educação e também o deleite (Poulot, 2013). A concepção fundamental de museu para Poulot é de que o museu deve ser uma instituição democrá-



tica e plural à serviço da comunidade, rompendo com a ideia tradicional de uma simples coletânea de objetos organizados em determinados ambientes. Cabe lembrar, nesse contexto a abertura para consulta, por parte do ICON, que busca discutir as novas definições sobre os museus, cuja conceituação é alvo de amplo debate.

Se até a década de 1970 se tinha uma ideia que se poderia chamar de mais “tradicional” através da qual o museu era compreendido como um lugar de simples conservação, de sentido essencialmente estético, especialmente a partir da década de 1980 - com as proposições da Nova Museologia - o museu passa a ser compreendido como um lugar de educação patrimonial, que nas décadas seguintes viu prosperar uma série de iniciativas positivas de educação dentro dos museus, transformados em espaço pedagógico de aprendizagem coletiva. Esse conjunto de transformações contribui significativamente para romper com o processo de “coisificar” a memória (Halbwachs, 2004) ou difundir *representações* (Jodelet, 2001) desarticuladas de um contexto maior no qual o museu está inserido.

A partir de então se passou a lutar contra uma concepção de museu “espetacularizado” no qual fatos e heróis eram glorificados em nome de terminadas ideologias e propósitos, muitas vezes indiretamente revelados na forma como os museus se constituíam, mas que obedeciam a um certo padrão no qual a memória se prestava a celebração daquilo que se “devia mostrar e guardar”. Essa ruptura necessária, mas que em alguns museus ainda não se mostra evidente, fez com que um novo tipo” de museu surgisse, onde memórias plurais e diversas surgissem, mostrando diferentes perspectivas sobre o passado, ao mesmo tempo em que uma nova dinâmica de produção dos espaços museais acaba inserindo objetos, ambiências e narrativas do passado no cenário contemporâneo, no qual o museu enquanto espetáculo deixa de ter espaço, em nome de uma nova concepção de museu, plural, diversa e democrática.

Dessa forma, compreende-se o museu como um *lugar de memória*, conforme propõe Nora (1993, p.21) e para para quem “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos.” Ainda, de acordo com o autor a “*memória pendura-se em lugares*” e com isso, sendo os museus lugares de memória e lugares socialmente construídos, esses consistem também em mecanismos de *perpetuação da memória*, como ensina Halbwachs (2004) em sua ampla discussão sobre a memória coletiva.



Halbwachs (2004) mostra de forma bastante pedagógica como os lugares desempenham papel fundamental na construção daquilo que ele denominou *memória coletiva*. Para ele, os lugares fazem lembrar de fatos do passado e com isso contribuem para a construção da memória, na medida em que evoca o passado. De acordo com o autor, quando uma comunidade define seus *lugares de memória*, como um museu, pode-se observar quais os elementos que estão presentes na “escolha” daquilo que será colocado em evidência e também aquilo que não será mostrado, silenciando-se determinados fatos e personagens.

Os museus podem ainda ser pensados na perspectiva da teoria proposta por Pollack (1989), para quem os lugares de memória se constituem em espaço de preservação da memória somente se, assim a comunidade de fato os reconhecer. Nessa linha de raciocínio os museus constituem-se em espaços de salvaguarda da memória, forjando um *imaginário* (Baczko, s/d) que tem como ponto de referência o espaço físico do museu, contribuindo de forma fundamental para a lembrança daquilo que é representado na expografia do museu, uma vez que – como ensina Le Goff (2003) a memória requer um exercício constante de atualização para não cair no esquecimento. Objetos, coleções e diferentes alegorias museais contribuem para a *manutenção e a atualização* da memória. A criação e a organização de um museu são compreendidas, nesse contexto, como um fenômeno essencialmente social, na medida em que se entende que o passado é reenquadrado, interpretado e materializado através de objetos e ambiências, seguindo uma lógica do tempo presente.

Ambientes que reproduzem elementos do espaço doméstico, por exemplo, podem trazer consigo narrativas e formas de ver e representar o passado de acordo com uma lógica que denuncia visões de classe, de gênero, de raça, de religião, de nacionalidade e de outras tantas categorias nas quais se inscrevem as narrativas produzidas pelas mais diversas expografias presentes nos museus de história. Essas categorias devem, sem dúvida, se tornar objeto de investigação e análise crítica através de uma proposição pedagógica, que transforme o museu em um espaço importante para se estudar e melhor compreender o passado e, principalmente, sobre as diferentes formas de narrar e materializar a memória sobre esse passado.

Entretanto, mesmo considerando o museu como um espaço fundamental de aprendizagem de história, a análise proposta busca pensar o espaço museal como ponto de partida de um exercício pedagógico sobre memória, lugares de memória e esse verdadeiro



quebra-cabeças de memórias que se inscreve nos diferentes lugares da cidade. Defende-se a ideia de que o museu deve estabelecer uma relação mais ampla e concreta com os lugares de memória da cidade, fazendo com que se identifique e analise diferentes pontos de referência da memória [prédios, ruas, avenidas, monumentos e praças] inscritos no mosaico que constitui a memória das cidades contemporâneas.

Através dessa aproximação deve-se buscar identificar relações existentes entre os lugares, os fatos, os personagens e diferentes circunstâncias que permitam compreender como se constituem as diferentes narrativas do passado, percebendo aquilo que é posto em evidência e aquilo que é simplesmente silenciado. A leitura dos lugares de memória, para além do museu revela um caminho complexo e necessário para se compreender os meandros da produção da memória e sobre os mecanismos de poder envolvidos no processo de produção dos lugares de memória.

## **SAINDO DO MUSEU: CONEXÃO ENTRE MUSEU E ESPAÇOS URBANOS**

A leitura crítica sobre os monumentos históricos [que são compreendidos como diferentes manifestações culturais que se materializam como lugares de memória] faz refletir sobre o passado e que a partir dos estudos clássicos de Choay (2001) leva a pensar no sentido original do termo “monumento” que tem origem no latim, cuja expressão é *monumentum*. Este termo deriva do termo *monere* que significa advertir e lembrar.

Os monumentos têm, nesse contexto, o objetivo de apresentar ou dar uma informação, tocando a memória coletiva e mantendo a memória viva, através da emoção, que por sua vez se apresenta nesses lugares de memória distribuídos pela cidade, compreendidos como “símbolos espaciais”.

Luiz de Oliveira (2003), através de sua pesquisa, chama de símbolos espaciais as representações construídas sobre o passado e que podem ser percebidas pelo olhar. Assim, ele identifica como símbolos espaciais as construções materiais realizadas pelo homem para representar o seu passado. Para o autor, os monumentos históricos e outros diversos símbolos inscritos no espaço urbano, permitem pensar sobre o passado da cidade, que por sua vez devem ser entendidos, acima de tudo, como resultado dos diferentes interesses



da sociedade – na maioria das vezes bastante antagônicos – constituindo uma complexa teia de relações, representada através da produção dos lugares de memória da cidade.

Os lugares de memória – inscritos da cena urbana – podem ser compreendidos, à luz das discussões sobre espaço e tempo como materializações/representações das percepções, dos sentimentos e dos interesses de diferentes grupos que compõe o tecido social da cidade em diferentes épocas e contextos.

Esses sentimentos e percepções são determinantes para a “condenação ou celebração de episódios do passado, na medida em que manipulam a memória desses episódios, colocando-os em evidência ou simplesmente os ignorando. Desse processo depende diretamente a produção dos lugares de memória da cidade, que passam a “contar” a história da cena urbana, a partir da eleição daquilo que deve [ou não] ser lembrado e consequentemente, materializado na cena urbana.

Nessa perspectiva, deve-se lembrar que a memória se manifesta através de diferentes formas, como monumentos, estátuas, praças, edifícios, ritos e diversas expressões culturais, que assim registram parte das recordações coletivas. A memória constrói, afirma e reafirma a identidade de um povo. Os lugares de memória, nesse contexto, são compreendidos como elementos importantes para preservação da memória, no processo de construção dos imaginários e representações sobre a cidade, e que por sua vez, constituem parte do patrimônio cultural que compõe a cidade.

Le Goff (2003) relembra – no contexto de suas pesquisas sobre a cidade – que a memória é um elemento importante para se pensar a dinâmica urbana e que se costuma chamar de identidade [nesse caso, da cidade]. De acordo com o autor, a memória pode se expressar de forma individual ou coletiva e cuja busca é uma das atividades fundamentais da sociedade humana. A memória, na perspectiva dos estudos urbanos, não é compreendida apenas como conquista, mas também como um instrumento de poder, através do qual podemos evidenciar ou apagar aquilo que queremos, num campo de luta pela construção da identidade da cidade.

Os lugares de memória da cidade, compreendidos como pontos de referência da cidade, podem ser interpretados a partir daquilo que Lemos Júnior (2012) afirma e para quem o conceito de patrimônio cultural pode ser percebido como um conjunto de bens



materiais, produzidos pela coletividade e que se encontra diretamente ligado à memória e à identidade da comunidade. Percebe-se que a memória é um conjunto de lembranças, de reminiscências e de vestígios, que desempenham papel importante como registro e permitem a construção da identidade da cidade – compreendida como um espaço permeado por materialidade e relações sociais – estabelecendo uma relação com o passado.

Farah (2008), por seu turno, defende a ideia de que a memória é parte fundamental da identidade e que é através dela que o indivíduo vive suas experiências na cidade. Assim, podemos dizer que a identidade é aquilo que identifica ou diferencia o homem dentro de um grupo social, político ou religioso. Vale lembrar que a identidade é uma característica própria das relações humanas e do tecido social e que engendra diferentes elementos culturais.

Para ampliar o debate, considera-se importante aquilo que Rangel (2002) afirma, quando se refere a identidade cultural. Segundo o autor, a construção da identidade se modela a partir dos interesses de determinado grupo, que se apropria de valores e de manifestações, que por sua vez revelam escolhas sobre a forma como se compreende e se registra o passado e que serão passadas para as futuras gerações.

## LUGAR, IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Ampliando a proposta de estudo sobre a cidade e seus lugares de memória, pretende-se estabelecer uma relação entre as concepções de identidade, de memória e de patrimônio compreendendo também a necessidade de ações de preservação do passado, que se revela através de edificações e outras tantas expressões do espaço urbano, que por sua vez, tem como propósito a preservação da memória em elementos concretos no espaço urbano.

Funari (2001) aprofunda essa discussão, mostrando os diferentes sentidos que o conceito de patrimônio cultural pode apresentar. Nesse sentido, *patrimonium*, palavra derivada do latim está ligado à propriedade herdada, a “herança”. Para melhor compreender esse conceito, se pode considerar aquilo que a vertente alemã afirma, quando usa a palavra *Denkmalpflege* como sinônimo de “cuidado”, de “cuidado dos monumentos”. Também a vertente inglesa menciona *heritage* como sendo aquilo que “foi ou pode ser herdado”. De





forma mais ampla, se pode considerar o *patrimonium* como um conjunto de monumentos herdados de gerações anteriores.

Cabe mencionar nessa trajetória que, em meados do século XIX, o patrimônio cultural teve seu valor primeiramente identificado com os elementos da natureza, sendo que logo após se deu a aproximação entre a natureza e a dimensão da cultura. Nessa perspectiva, Feitoza (2014) menciona em um trabalho desenvolvido a respeito da origem dos objetos constitutivos do patrimônio cultural que os primeiros “achados” que originaram este juízo de patrimônio foram os semióforos (do grego *semeion*, sinal, e *phoros*, expor, carregar, brotar).

Ainda de acordo com Feitoza (2014) os semióforos motivaram o aparecimento de coleções, estas identificadas pelas seguintes características: a) um acervo de produções naturais ou produzidas pelo homem, desvinculadas da dimensão econômica; b) conservação em um local adequado e com proteção especial; c) em relação ao conjunto de semióforos, há uma excepcional identificação com seu valor econômico; d) o objetivo de tais bens é a contemplação, além de notabilizar o seu proprietário pela coisa especial que possui.

As pesquisas realizadas por Feitoza (2014) permitem ainda compreender o processo que envolve as políticas de preservação do patrimônio cultural, pois devido às diferenças na identificação da cultura dos diferentes povos que fazem parte do globo terrestre. Um exemplo disso, citado pelo autor, é a relação existente entre o Ocidente e o Oriente, que através de culturas distintas e elementos culturais, identificam patrimônios culturais diversos, caracterizando cada espaço geográfico, produzido ao longo do tempo.

Pesquisas mais recentes que privilegiam questões da cultura e da identidade, reafirmam a pluralidade das imagens e representações das identidades, inscritas num campo complexo de luta pela preservação da memória (Hall, 2003). A cultura [e tudo que a ela se associa material e imaterialmente] é compreendida como manifestação do grupo social. Hall (2003) acrescenta que a dimensão multicultural, bem como as teorizações produzidas sobre esse processo - cada vez mais amplo e global - contempla também, a multiplicidade, enquanto uma característica do mundo contemporâneo.

A identidade, nesse campo de produção de relações da cidade, está associada às práticas sociais do cotidiano, aos costumes herdados do passado, bem como aos hábitos



coletivos e também ao próprio fazer das tradições, como mostram os estudos realizados por Thompson (2013).

Essa dinâmica é melhor compreendida quando se considera Candau (2012), que amplia as discussões sobre a memória, trazendo para discussão as questões de rememoração do passado, enquanto um processo que envolve a atualização da memória. Esse conceito é também discutido por Catroga (2011), que aponta para o fato de que a herança deixada pelos antepassados é resignificada e que através do processo de tombamento, passam a ter um significado especial em relação ao bem cultural, na mesma medida em que se torna oficial, permitindo a preservação dessa memória.

As transformações tanto dos valores quanto do patrimônio, da memória e da identidade propriamente ditas se devem à forte influência do mundo diante da globalização e do capitalismo. Assim, para Rodrigues (2014) é possível analisar em conjunto a memória social, o patrimônio cultural e a identidade numa perspectiva antropológica. Dessa forma o autor coloca como ponto fundamental o processo de globalização para um estudo que rompe barreiras e constrói novas identidades devido ao processo migratório humano como consequência do fator econômico e cultural, onde as identidades partilhadas são produzidas pelo multiculturalismo.

Já o patrimônio histórico e cultural, considerado como um conjunto de bens materiais e imateriais, tem relação com a identidade, pois é fundamental para a sua construção social/cultural e, conseqüentemente, construindo a materialização da identidade de um grupo/sociedade. Dentro desse ponto de vista, Rodrigues (2014) mostra como as sociedades formam e transmitem a sua memória social.

A antropologia cultural analisa a produção e a reprodução da cultura através dos tempos e em diferentes partes do mundo. Os filósofos e sociólogos em geral consideram que a sociologia da memória coletiva é o ponto principal. A cultura popular, as histórias familiares, as religiosidades colaboram na construção social da memória e reprodução ao longo do tempo.

Funari (2001), por seu turno, demonstra grande preocupação com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, ressaltando a deficiência de atenção dos arqueólogos para a preservação do mesmo. O autor faz uma observação a respeito da posição modernista que



atingiu os brasileiros a partir da Proclamação da República (Ordem e Progresso – 1889) que fez com que os valores materiais e culturais fossem destruídos, ressaltando a importância da modernização do país em todos os sentidos, deixando de dispensar uma atenção com o patrimônio que deveria ser preservado para a memória cultural brasileira.

Os bens culturais e sua relação jurídica estão previstos nos artigos 215 e 216 da Carta Federal de 1988. O artigo 215 apresenta de forma clara as medidas de proteção do patrimônio cultural, destacando o acesso aos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, cabendo, por sua vez, ao Estado garantir o cumprimento do exercício desses direitos. Já o artigo 216 apresenta o conceito de patrimônio cultural, bem como os meios utilizados para sua proteção em território nacional.

Percebe-se, a partir da lei acima, um especial atenção para a implementação de uma política de preservação dos bens de valor nacional e que contribuem para a afirmação da identidade nacional. Essa questão permite realizar um amplo debate sobre o percurso da política patrimonial brasileira e sugere vários caminhos a serem trilhados, para que o patrimônio brasileiro contemple a diversidade de um país com dimensões continentais, onde o patrimônio seja plural e represente, de fato, os diferentes processos e manifestações culturais do Brasil.

Choay (2001) e Leniaud (2002), por seu turno, defendem que a origem da valorização dos monumentos de valor histórico remonta ao período da Revolução Francesa (1789) e sua fúria destruidora contra os símbolos da aristocracia e da igreja, onde os mesmos foram destruídos. A partir de 1790 foram criadas na França relatórios e comissões a fim de reprimir o vandalismo, resultando em um modelo jurídico que norteou os países ocidentais com a finalidade de conservação dos bens da nação.

Alves (2010), que amplia a discussão acima, destaca a atuação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), enquanto entidade coordenadora de diferentes ações envolvendo governos, organizações, que internacionalmente criam instrumentos jurídicos para assegurar a proteção do processo do desenvolvimento da cultura popular ou tradicional e do patrimônio cultural e suas novas relações entre cultura e desenvolvimento. Criada em 1989 a “Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares”, é considerada o marco normativo para a elaboração e execução das políticas culturais na atualidade.



Nesse sentido fica claro que a UNESCO trabalha como agente moralizador na questão que tange à cultura, disseminando os princípios éticos, devido a sua autoridade admirável. A UNESCO trabalha com base nos princípios da identidade, da diferença e da diversidade. Também no que diz respeito a relação existente entre cultura e desenvolvimento, a UNESCO propõe a criação de estratégias voltadas para a geração de trabalho, ou seja, a produção de bens e serviços culturais.

Colasante e Calvete (2012) definem a ação do homem, como um agente cultural que deixa marcas, significados e simbolismo que transformam o espaço. Zanatta (2017) declara que a partir da década de 1980, ganha ênfase a chamada Geografia Cultural, que trouxe novas abordagens para a análise da dimensão geográfica da cultura, através da qual se voltou a trazer como centro das atenções as preocupações dos geógrafos culturais, como produtores e produto de seu próprio mundo.

É possível perceber a variedade de simbolismos dos grupos sociais na paisagem, identificando nela aspectos políticos e econômicos, bem como a teia de relações sociais inscritas no espaço urbano. Nos estudos geográficos torna-se evidente a dinâmica socioespacial das cidades, pelo fato da cultura ser um tipo de manifestação social e possuir um lugar no espaço. Os autores utilizam o conceito “patrimônio histórico-cultural” como referência para algum bem (tangível ou intangível) de valor histórico cultural de uma cidade. Podemos subdividir patrimônio histórico-cultural em manifestações materiais e imateriais.

Destaca-se o fato de que tanto a dimensão material, quanto imaterial da cultura, não devem ser compreendidas como dicotômicas, mas complementares, visto que abarcam a totalidade dos bens culturais. Através do viés geográfico é importante o estudo relacionado ao patrimônio em relação a análise das publicações sobre temas específicos.

Outra importante contribuição para esse campo de estudo é trazida por Schuarça e Santos (2014). Eles estudaram a correlação das questões patrimoniais em seus sentidos material e imaterial observando contextos históricos, sócios culturais, etnológicos, e de expressões artísticas, compreendendo assim a relação entre monumentos/túmulos e os familiares, ou seja, relações afetivas.



A figura das pirâmides egípcias, por exemplo, são grandes edificações funerárias que resguardaram, por muitos séculos, a história de uma grande civilização, comprovando que o homem sempre se preocupou em manter a sua memória para o futuro, perpetuando sua história. Com grande diversidade cultural, os cemitérios se tornam ricos em cultura e ritos, permitindo observar estilos arquitetônicos, expressões e manifestações culturais de diferentes épocas e contextos históricos.

Podemos observar que o espaço do cemitério – necrópole, cidade dos mortos – por exemplo, é uma fonte patrimonial cultural importante a ser considerada, porque rememora o histórico e o genealógico, o ideológico e as etnologias, o social e o econômico e a diversidade das crenças religiosas. A curiosidade maior é que podemos identificar nesse exercício reflexivo a correlação da morte e a vida, pois a intenção desse patrimônio é a manutenção viva da memória. Essa dimensão precisa, cada vez mais, ser ampliada e aprofundada por futuros estudos da área do patrimônio cultural.

Carvalho (2010) desenvolveu um estudo sobre o surgimento das necrópoles, mostrando que elas surgiram da necessidade de um local para guarda dos mortos. Até a metade do século XIX a maioria desses finados habitavam o subsolo de igrejas. Os chamados campos santos eram covas aglomeradas e demarcadas por cruzes de madeira ou ferro em terras da igreja. Em seguida, grandes monumentos funerários produzidos em mármore, referenciando a opulência das famílias abastadas foram construídos, e a partir do final da década de 1920, foi substituído pelo granito para a construção desses túmulos.

Autores clássicos como Milton Santos, Henry Lefebvre e Boa Ventura Santos ajudam a pensar no processo de modernização das cidades, que por sua vez exigiram uma maior exploração dos ritos da morte no cenário urbano, assim fazendo com que os bens materiais e patrimoniais sofressem mudanças extremas por conveniência. Não havia mais espaços de colocação dos restos mortais, então foram sendo criadas alternativas como o uso das gavetas. Os cemitérios na atualidade, por exemplo, são fontes de informação para estudo e pesquisa de diversas áreas como antropologia, arqueologia, geografia, arquitetura, história, dentre outros, comprovando o lugar de memória e permitindo compreender uma série de elementos, tais como a dinâmica demográfica de uma comunidade e seus elementos culturais, que se inscrevem na necrópole.



Além disso, pensar numa leitura dos lugares de memória como os prédios que compõem a cena urbana é um exercício que permite melhor compreender uma série de elementos. Desde o período de construção, a técnica construtiva, a localização, a funcionalidade, o estilo arquitetônico e até mesmo os símbolos e cores que revestem sua fachada podem revelar um conjunto de saberes necessários para se pensar como as cidades se constituem e o que eles revelam, desde fatos que marcaram a edificação como até mesmo personagens da vida pública, que se fazem rememorados através de edificações.

Já as ruas e avenidas através de suas toponímias revelam diferentes aspectos da vida política e cultural, na medida em que na maioria das vezes são eleitos como personagens que emprestam seus nomes, figuras de maior importância, ficando a maior da população silenciada ou na melhor das situações, dando seu nome a ruas e avenidas de menor importância, localizadas nas zonas periféricas das cidades, onde não se dá tamanha importância se comparada àquelas mais centrais e de maior prestígio e valor econômico.

O mesmo fenômeno acontece com os monumentos, que se inscrevem na cena urbana, em meio a praças, canteiros centrais, fachadas de prédios públicos ou até mesmo compondo conjuntos em praças localizadas em pontos específicos da cidade. Os materiais empregados na produção, a técnica e o estilo, bem como o conjunto de suas formas, cores e sentidos conferem aos monumentos um conjunto de significados, que por sua vez se relacionam com a memória e os diferentes aspectos que justificaram a construção dos monumentos históricos.

Percebe-se que tanto o museu [espaço tradicionalmente fechado e organizado a partir de objetos, coleções e ambiências, mas antes de tudo um lugar de memória] quanto os prédios, as ruas, as avenidas, os cemitérios, os monumentos e as praças [compreendidos como lugares de memória da cidade] são lugares físicos onde a memória se materializa, buscando se perpetuar, obedecendo diferentes lógicas e propósitos, que falam a respeito do seu contexto de produção. Identificar, ler de forma crítica e percorrer esse longo trajeto, que parte do museu e vai até os espaços à céu aberto nos quais se encontram essas “referências espaciais” é compreender a dinâmica de produção da memória e de como ele pode ajudar na construção do saber histórico, que tem os lugares de memória como pontos de referência.



## CONCLUSÃO

O tema central dessa discussão teve como foco a questão dos lugares de memória da cidade e como esses podem servir de ponto de referência para melhor compreender a dinâmica do espaço no tempo e de forma mais particular como se dá a produção dos lugares de memória na cidade, à luz de uma pedagogia de ensino de história crítica, baseada na leitura crítica sobre fatos e personagens que se manifestam através dos lugares de memória.

Os lugares de memória – representados através de edificações, praças, ruas, avenidas, monumentos, paisagens e outras tantas formas – são compreendidos como representações do passado no espaço da cidade. Esses lugares são dotados de significado e de importância ímpar, uma vez que permitem uma leitura crítica sobre o espaço geográfico, fazendo com que o ensino da geografia na contemporaneidade seja transformado em uma ferramenta pedagógica que provoque uma leitura mais profunda e complexa dos elementos que constituem o passado e o tempo presente da cidade, compreendida como resultado de uma teia de relações sociais complexas e dotadas de significado.

Os lugares físicos da cidade e de forma mais particular os lugares aqui denominados como lugares de memória passam a exercer um papel importante no processo da educação patrimonial, na medida em que se percebe a possibilidade de aproximar a ciência geográfica da história, da antropologia, da sociologia e dos temas transversais que constituem o processo de ensino. Interpretar o espaço geográfico da cidade como produto do trabalho humano e de seus objetivos e interesses, a partir desse campo de experiência é, sem dúvida, desvendar a cidade através de sua trajetória no tempo, compreendendo assim de forma mais apurada, o processo de produção do saber histórico e que se revela, concreta e materialmente nos lugares de memória da cidade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ALVES, E. P. M. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: Unesco e a construção de um Universalismo global. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, set/-dez., p. 539-560, 2010.

BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopedia Einaudi** (Anthropos-Homem). Portugal: Imprensa nacional/Casa da Moeda, s/d. v.5. p. 309-310.



BARREIRA, I. A. F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003.

BLACHE, V. de La. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1982.

CARVALHO, L. F. N. Entre a lembrança e o esquecimento: implicações do descaso Patrimonial para arte funerária do rio grande do sul. **19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - Entre Territórios**, Bahia, Brasil, 2010.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CATROGA, F. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2011.

CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CLAVAL, P. A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 147-166.

COLASANTE, T; CALVETE, M. C. M. H. **A abordagem do conceito de patrimônio cultural em artigos científicos da área de geografia (2005 – 2011)**, 2012. Disponível em: [www.eng2012.org.br/lista-de-artigos%3Fdownload%3D390:artigo-eng-completo-colasante%26start%3D2400+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://www.eng2012.org.br/lista-de-artigos%3Fdownload%3D390:artigo-eng-completo-colasante%26start%3D2400+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso: 10 mar. 2022.

FARAH, A. P. Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado. **Rev. Bras. História [online]**. Franca, v.27, n.2, p. 31-47, 2008.

FEITOZA, P. F. B. **Patrimônio cultural da nação**: tangível e intangível. 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d9f0/571bbe84e31de6115a69acc984989a99f1b3.pdf>. Acesso: 10 mar. 2025.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, 41, 2001, p. 23-32.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HOLLANDA, A. de. "Ao Brasil, seus museus. In: BRASIL, Instituto Brasileiro de Museus. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011, p. 9-10.





JODELET, D. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEMOS JÚNIOR, C. B. Patrimônio cultural: conceitos, proteção e direito pela educação patrimonial. **Revista do Curso de Direito do UNIFOR**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 50-61, 2012.

LENIAUD, J. **Les archipels du passé**. Paris: Fayard, 2002.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n° 10, dez. 1993. [**Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP**].

**O PAPEL ATIVO DA GEOGRAFIA: UM MANIFESTO**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, jul. 2000. Disponível em: [https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto\\_MiltonSantos-outros\\_julho2000.pdf](https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf) Acesso em 20 fev. 2025.

PESAVENTO, S. J. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. Número 6. 2006, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>. p. 4. Acesso em: 10 jan. 2025.

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano**. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

POULOT, D. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RANGEL, M. M. **Educação patrimonial**: conceitos sobre o patrimonio cultural. Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2002.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. Universidade da Beira Interior, **Center of Research in Anthropology** (Lisboa). 2014. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodri-gues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. Acesso: 14 dez. 2024.



SCHUARÇA, T.; SANTOS, Z. M. **Patrimônio cultural:** um estudo sobre a configuração do espaço cemiterial e a arte tumularia. 2014. Disponível em: [http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/O%20Mosaico%204/OMosaico4\\_11\\_PatrimonioCultural\\_TelmaSchuarca.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/O%20Mosaico%204/OMosaico4_11_PatrimonioCultural_TelmaSchuarca.pdf). Acesso: 13 mar. 2025.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** Estudos sobre cultura popular e tradicional. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.

OLIVEIRA, L. A. de. O teatro da memória e da história: Alguns problemas de alteridade nas representações do passado presentes no culto aos mártires de Canhaú – RN. **Revista de Humanidades.** v. 4. n. 8, abr/set 2003.



**CIDADE COMO  
ESPAÇO DE MEMÓRIA:  
MOVIMENTAÇÕES  
KAINGANG NO VALE DO  
RIO DOS SINOS – TERRA  
INDÍGENA *POR FI GÂ***

**Emelí Lappe Baldissera**

**Luís Fernando da Silva Laroque**



## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Durante séculos, procurou-se promover no Brasil o processo de assimilação e de integração das populações indígenas à sociedade nacional, mas nenhuma política conseguiu chegar ao resultado esperado. A colonização europeia se impôs drasticamente contra a coletividade Kaingang e os expulsou de muitos dos seus territórios. Aos poucos, as Terras Indígenas do Brasil foram transformadas em fonte de renda, através do plantio de grãos, da implantação de latifúndios para a criação de gado e práticas da monocultura, bem como para a expansão imobiliária. Expropriados de seus territórios, os Kaingang fizeram as suas movimentações para antigos espaços territoriais do Rio Grande do Sul, que já havia sido habitado por seus antepassados, tendo em vista sua sobrevivência física e cultural. Mesmo realizando movimentações sistemáticas de um território para outro, questões relacionadas à memória são as motivações para estes deslocamentos.

Os Kaingang produziram seus territórios de acordo com uma concepção própria de tempo e espaço. A territorialização incorpora uma dimensão política, diz respeito às relações econômicas e culturais, pois está ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. A ideia de pertencimento a um determinado território está relacionada à territorialidade que estabelece a relação entre espaço, memória e a coletividade Kaingang.

Em território tradicional Kaingang, estes indígenas vivem de acordo com as metades prescritas em seu mito de origem, seguindo as regras de reciprocidade. Na atualidade, do ponto de vista demográfico, os Kaingang constituem um dos mais numerosos povos indígenas do Brasil Meridional. Somam aproximadamente trinta e oito mil indivíduos e integram a família linguística Jê Meridional (Brasil, 2023). Ocupam espaços territoriais nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do sul. Dessa forma, considerando as concepções de territorialidade Kaingang e de seus elementos culturais, o objetivo do estudo é evidenciar as movimentações Kaingang para território em contexto urbano da cidade de São Leopoldo, no Vale do Rio do Sinos, Rio Grande do Sul.

---

<sup>1</sup> O estudo insere-se no Projeto de Pesquisa "Identidades étnicas e desdobramentos socioambientais em espaços de bacias hidrográficas" e no Projeto de Extensão "História e Cultura Kaingang" da Universidade do Vale do Taquari - Univates e contou com auxílios financeiro do CNPq, Capes, FAPERGS e Univates.



A metodologia da pesquisa é Qualitativa com análise de conteúdo, sendo aportes teóricos, os estudos de Barth ([1969], 2000), Sahlins (1997), Tommasino (2001) e Baines (2001). Esses trabalhos abordam aspectos culturais, a territorialidade e as movimentações dos indígenas para os centros urbanos. O método de pesquisa baseia-se em material Bibliográfico, fontes orais e documentos oficiais. Quanto aos procedimentos metodológicos, tomamos como base a proposta de Brand (2000), que utiliza a história oral com povos indígenas. Um roteiro com questões semiestruturadas serviu de base para os delineamentos das interlocuções com os Kaingang, as quais ocorreram nos meses de dezembro de 2011, junho de 2012 e maio de 2015. As falas dos interlocutores indígenas, neste estudo, são tratadas como EA, EB e ED pelo fato de terem assinado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCE) e o Termo de Anuência Prévia (TAP) da liderança da comunidade. As narrativas foram registradas e, posteriormente, transcritas, com a opção de respeitar, no texto, a expressão original.

## **2 MOVIMENTAÇÕES PARA A CIDADE: ESPAÇO DE MEMÓRIA INDÍGENA KAINGANG**

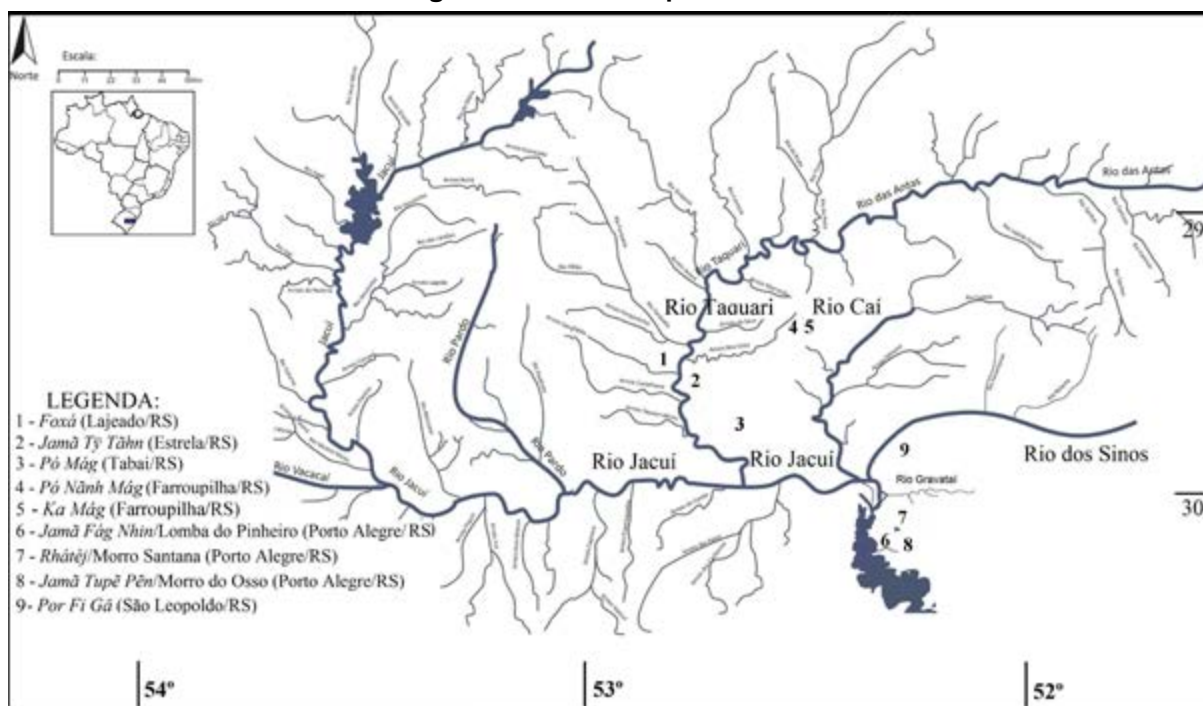
Nas últimas décadas do século XX, houve uma crescente movimentação de indígenas e de seus grupos familiares para as cidades, com o intuito de obter melhores condições de sobrevivência, envolvendo a sustentabilidade econômica, como, por exemplo, a venda de artesanato e melhores condições de acesso à saúde e à educação, ao consumo de bens industrializados e, até mesmo, às relações comerciais (Baines, 2001; Melo 2013). Desse modo, Andrade, Bellinger e Penteado (2013) argumentam que a presença de povos indígenas em contexto urbano resulta de dois processos: o crescimento das cidades que alcança as terras indígenas; e a movimentação desses indígenas para os grandes centros urbanos.

Nesse sentido, enfatiza-se que os Kaingang tiveram seus territórios do Vale do Sinos invadidos pelos colonizadores europeus e seus descendentes. À medida que foram sendo expropriados de seus territórios, colônias, cidades e fazendas invadiram suas terras e tomaram conta da paisagem, enquanto os recursos florestais que garantiam sua subsistência desapareceram.

Com base num estudo de Tommasino (2001) sobre os Kaingang do Paraná, entendemos que as cidades foram se tornando espaços de territorialização, onde as famílias buscam alternativas não só de renda com a comercialização do artesanato, mas também soluções para problemas de saúde, educação, entre outros serviços que os equipamentos sociais oferecem. Isso é evidenciado entre os Kaingang residentes na Terra Indígena *Por Fî Gâ*, em São Leopoldo, que se deslocaram a esta cidade, por ter sido erguida em área pertencente aos seus tradicionais territórios.

Situação semelhante aconteceu com os Kaingang em outros contextos urbanos no Rio Grande do Sul, em cidades como: Lajeado, Estrela e Tabai, localizadas em territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari; cidade de Farroupilha, localizada entre as Bacias Hidrográficas do Rio das Antas e do Rio Caí; e a cidade de Porto Alegre, localizada em territórios da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, conforme ilustra a figura 1.

**Figura 1: Mapa das Terras Indígenas Kaingang em contextos urbanos, em áreas das Bacias Hidrográficas do Lago Guaíba, Sinos, Taquari-Antas e Caí**



**Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa Identidades étnicas e desdobramentos socioambientais em espaços de bacias hidrográficas e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang/Univates.**



Nesse sentido, temos um ofício relacionado aos subsídios antropológicos do Ministério Público Federal de Lajeado, que aponta as movimentações dos Kaingang para os núcleos urbanos:

Há aproximadamente três décadas, vem intensificando-se o fluxo de saída de famílias Kaingang das Terras Indígenas localizadas no Planalto do Rio Grande do Sul, devido ao modo com que estão se manifestando os seus ciclos sócio-econômicos. É comum que essas famílias Kaingang se orientem para as proximidades das cidades de médio ou grande porte como é o caso de Porto Alegre e região metropolitana, alguns municípios da Serra gaúcha e vale do Taquari (Parecer n.º 01/2008, de 27/02/2008 - Procuradoria Regional da República da 4ª Região, 2010, p. 2).

De acordo com Rosado e Fagundes (2013), uma vez residindo na cidade, os indígenas redefinem o processo de territorialidade, manifesto ora pelos conflitos socioambientais, ora pelos vínculos estabelecidos com as áreas, que se apresentam como espaços de relações sociocosmológicas. Desse modo, produzem inúmeras formas associativas, reunindo raízes locais, laços de solidariedade, autodefinições coletivas, consciência ambiental e singularidades culturais. Entende-se que a maneira como os Kaingang se reterritorializaram na cidade e a importância da comercialização do artesanato para a reprodução social indígena indicam que os centros urbanos se tornaram uma extensão de seu território de origem, de sobrevivência física e cultural.

Pensar a inserção do indígena em área urbana torna-se problemático. Em São Leopoldo, onde se localizam as Terras Indígenas *Por Fi Gâ*, a presença dos Kaingang é, na maioria das vezes, ocultada e invisibilizada. Ao pesquisar a questão, percebe-se o (pre)conceito da sociedade não indígena. Grande parte da população manifesta que desconhece a presença de indígenas na cidade, pois o indígena de verdade vive na floresta, anda nu, caça, pesca e coleta seu alimento.

É bastante comum ouvir, conforme o imaginário popular, que o indígena na cidade “*deixa de ser índio*”, ou seja, trata-se de um preconceito com relação ao indígena, que o congela no tempo e no espaço, colocando-o em oposição à vida urbana e relegando-o ao atraso, à pobreza e à ignorância. A situação dos povos indígenas no Brasil é marcada por preconceitos historicamente enraizados e situações de relações sociais de dominação-sujeição altamente assimétricas entre “índios” e “brancos” (Baines, 2001). Vemos, então, que a presença de indígenas nas cidades nada mais é do que uma das tantas formas de



adaptabilidade ao novo ambiente natural (modificado), social, econômico e político, que se apresenta hoje para esses povos na região Sul (Markus, 2012).

Nesse aspecto, Barth ([1969] 2000) demonstra que as diferenças culturais persistem apesar do contato interétnico. Dessa forma, a fronteira étnica implica uma organização complexa do comportamento e das relações sociais. A identificação de outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico sugere um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento, bem como uma estruturação das interações que permitam a persistência das diferenças culturais. As tradições, por isso, não podem ser entendidas como inventadas; são fortalecidas nas movimentações em busca de uma vida melhor, confluída pelo trabalho, pela educação e pelo uso do espaço como direito histórico de habitar a terra.

Vivendo na cidade, os Kaingang reconfiguram seus territórios, motivo pelo qual não somente buscam a sobrevivência material, mas também se compreendem como parte de uma rede simbólica e afetiva que dá sentido à sua existência. Marshall Sahlins (1997) salienta que essa intensificação cultural é um projeto seletivo e orientado de desenvolvimento integral, que reflete noções tradicionais do bem viver. Nesse ponto, é possível conectar as noções de Sahlins com as singularidades da coletividade Kaingang, pois representam o modo de vida dessa coletividade, baseado em valores de seus ancestrais, voltados para a garantia do suficiente para todos.

### **3 AS MOVIMENTAÇÕES KAINGANG NA CIDADE DE SÃO LEOPOLDO: A TERRA INDÍGENA *POR FI GÂ***

A cidade de São Leopoldo abrigava, antes da chegada de imigrantes alemães, aldeias Kaingang provisórias denominadas *wãre*. Sobre o fato de a área onde está localizada a cidade de São Leopoldo ser considerada território tradicional Kaingang, um interlocutor Kaingang informa:

[...] os meu avô, os meu tataravô, eles contavam pra mim que aqui, pra vim pra Porto Alegre, na época, não tinha carro. Daí meu avô vinham a pé de Nonoai. Posavam nas estrada até chegá. Acampavam, né. Porque que eles foram empurrado pro Alto Uruguai?! Porque eles, os avô diziam que os portugueses e espanhol entraram no nosso país armado e daí foram empurrando os indígena lá pra cima. Mas, no pas-





sado, aqui em São Leopoldo, já era Terra Indígena. [...] os portugueses foram vendo que riqueza estava aqui! E o que acontecia. Eles empurravam os índio, corriam os índio lá onde eles tavam estalados, porque os índios sempre moraram na beira de rios, porque eles viviam do peixe. Então hoje tem aldeias consideradas tradicionais, mais lá pra cima. O que era nosso foi tirado tudo! (EB, 28/05/2015, p. 1-2).

Portanto, os relatos dos antepassados Kaingang corroboram que o território onde, atualmente, encontra-se a cidade de São Leopoldo é um território tradicional. Da mesma forma, o estudo de Severo (2014) corrobora informando que se tratava de um local de passagem, onde os Kaingang descansavam nas idas a Porto Alegre, para dialogar com o Presidente de Província (Severo, 2014). Os interlocutores Kaingang entendem que a cidade de São Leopoldo está localizada em um dos seus tradicionais territórios desde tempos imemoriais; porém, nas últimas décadas do século XX e só mais recentemente empreenderam viagens mais sistemáticas para a referida localidade.

Durante uma saída de campo à Terra Indígena *Por Fi Gâ*, um Kaingang que chegou à comunidade no ano de 2005 relatou que a escolha da cidade de São Leopoldo não foi por acaso, mas assume um caráter simbólico, pelo fato de representar o tradicional território Kaingang e por ser um local adequado para comercializarem seu artesanato. Quando perguntado por que a cidade de São Leopoldo foi justamente um dos lugares para onde os Kaingang desejaram se deslocar, esse Kaingang enfatiza:

Isso por causa que, dos negócios também artesanais né. Uma família vem de um lugar, de uma aldeia, outros de outra aldeia, e daí se juntaram umas cinco, seis família e aí fizeram o acampamento, e daí acabaram morando em São Leopoldo um poquinho ali, um poquinho lá muitas vez as entidades governamentais atropelando de volta pros seus lugares, e eles sabendo que dos direitos deles de cidadão, direito de ir e vir e aquela história que os ancestrais moravam aqui. Então, tão vindo de volta ocupa, mora no território dos seus antepassados. Isso tudo tá em memória. Porque pra eles não existe fronteira, é um mundo aberto, territórios abertos, acostumados a andá. Então eles entendem que a terra que Deus deu é de toda humanidade, não tem dono. Eles entendem assim por isso que eles moram no lugar que eles gostam. Então eles foram se apossando, morando e diante de não bem acolhidos eles foram teimando. E até que um tempo eu cheguei nessa comunidade trabalhá, e eu representava o conselho dos povos indígenas dentro do Estado e daí eu tinha autonomia de negócios e projetos e aí comunidade ali me pediu, tinha quinze famílias na época quando eu cheguei (ED, 16/06/2012, p. 1).



Foi em 1989, até onde temos conhecimento, que os Kaingang, intensificando mais sistematicamente as movimentações, retornaram à cidade de São Leopoldo. Eles passaram a deslocar-se entre São Leopoldo e a Terra Indígena de Nonoai, localizada em territórios do alto rio Uruguai, onde, até então, estavam vivendo. Inicialmente, os Kaingang não tinham moradia nesse centro urbano; por isso, ficavam estabelecidos na antiga rodoviária, permanecendo nesse local por quinze dias (Lazzari, 2010).

As famílias Kaingang que atualmente estão em São Leopoldo são provenientes da Terra Indígena de Nonoai. Além de Nonoai, algumas famílias vieram de terras indígenas localizadas em Ligeiro, Voutoro e Guarita; portanto, constituíram uma comunidade ligada por laços de parentesco.

Em meados de 1990, cerca de seis famílias provenientes do município de Nonoai chegaram ao município de São Leopoldo. Acamparam nas margens do Rio dos Sinos, no trevo de acesso à cidade, na faixa de domínio da BR 116. Permaneceram ali, acampados, embaixo do viaduto de acesso à rodoviária municipal, por cerca de oito anos. Devido às constantes enchentes do rio e às condições precárias que mantinham, foram deslocados pela prefeitura para outra área pública, ainda nas proximidades da estação rodoviária (Garlet, 2010, p. 132).

Sendo assim, somente por volta dos anos 1994/1996, algumas famílias Kaingang se estabeleceram definitivamente em São Leopoldo. Na época, montaram seu aldeamento provisório (*wãre*), num terreno próximo aos diques do rio dos Sinos, mas foram obrigados a se afastar desse local, uma vez que, por situar-se próximo ao bairro centro, tornava-se perigoso para as crianças. Posteriormente, após a permissão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para se fixarem na cidade de São Leopoldo, transferiram suas moradias para a avenida Caxias do Sul (Lazzari, 2010).

Segundo o entendimento de Severo (2014), cinco famílias Kaingang ali viveram, por dois anos, em barracos de lona preta, trabalhando no comércio de artesanato e na construção civil. Vizinhas do acampamento, uma companhia distribuidora de gás e uma ferragem entraram com uma ação na justiça, e o acampamento indígena foi desfeito. Devido à ordem de remoção, o grupo deslocou-se para um terreno à margem da rodovia BR 116, na rótula de entrada da cidade, em frente ao monumento símbolo da colonização alemã.



Após um ano de moradia no local, em 1997, os Kaingang foram transferidos para uma área próxima ao ginásio municipal de São Leopoldo, em zona central da cidade, num terreno na rua Mauá, onde, atualmente, foi ampliada a passagem dos trilhos do trem (Lazzari, 2010). O projeto de ampliação do trem deslocou os Kaingang para a atual vila dos Tocos, localizada à margem oposta do rio dos Sinos.

Depois disso, a comunidade habitou um espaço embaixo da ponte da BR 116. Em julho de 2001, devido às fortes chuvas, o rio transbordou, obrigando os indígenas Kaingang a se deslocarem novamente (Lazzari, 2010). Atingidos pela inundação do rio dos Sinos, os Kaingang acamparam novamente às margens da rodovia federal, agora no triângulo da entrada da rodoviária do município no sentido Porto Alegre a Novo Hamburgo (Severo, 2014).

Em julho de 2001, agentes municipais viabilizaram uma solução para os Kaingang, não pela precariedade do grupo, mas pela proximidade da *"São Leopoldo Fest"* (Severo, 2014). No processo de discussões e negociações com os não indígenas em São Leopoldo, foi proposta a construção de habitações, mas seria preciso se deslocarem para as margens da BR 116, na região central da cidade, numa área de quatro hectares (Lazzari, 2010). Aos Kaingang foi oferecido um terreno localizado na rua São Domingos, paralela à rodovia federal, no lado oposto do centro da cidade. Em comissão representando a coletividade, os indígenas visitaram o local e se agradaram dele. No dia seguinte, a prefeitura efetuou sua mudança (Severo, 2014).

Orientados pelo Ministério Público Federal, os Kaingang decidiram eleger um cacique, pois, até então, o grupo vivia sem uma liderança institucionalizada pela comunidade indígena, tendo sido eleito o líder Darci Fortes (Lazzari, 2010; Severo, 2014). No ano de 2005, novas famílias Kaingang chegaram e, aos poucos, a comunidade passou a contar com uma densidade populacional maior e melhor organizada.

A coletividade Kaingang ocupou, de forma irregular e precária, até meados de 2006, uma área na rua São Domingos, no bairro São Miguel, no município de São Leopoldo/RS. Essa situação expôs a comunidade a uma extrema vulnerabilidade social (Ofício n.º 0151/2010, de 07/07/2010 - Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 2010). No final do ano de 2007, os Kaingang tomaram uma área no bairro Feitoria. Num primeiro momento, ela foi ocupada, mas, no mesmo fim de semana, já estava regularizada e a posse conquistada pelos indígenas (Severo, 2014). Portanto, no ano de 2007, contando com a presença



de 12 famílias, e oficializada pelo poder público, surge a Terra Indígena *Por Fi Gâ*, no bairro Feitoria Seller, São Leopoldo (Schwingel; Pilger, 2014).

Quanto ao seu histórico, a área indígena Kaingang no bairro Feitoria foi aprovada pela Lei municipal n° 6539, de 07 de março de 2008. Ou seja, foi autorizada pelo poder Executivo Municipal a doação, com encargos, de uma área de terras à União, com destinação específica para o reassentamento de famílias Kaingang, cabendo à União, sob pena de retrocessão da área ao patrimônio do município:

- I – restringir o uso da área a Comunidade Indígena Kaingang, devendo, para tanto, providenciar a execução da obra e completa infra-estrutura da área, especialmente aterro e terraplanagem;
- II – providenciar a construção das benfeitorias que se fizerem necessárias, no prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação da presente Lei;
- III – arcar com todas as despesas que se fizerem necessárias à execução e conclusão da obra (São Leopoldo - Lei n.º 6539, de 07 de março de 2008, p. 1).

No ano de 2008, o referido local foi definitivamente destinado aos Kaingang (Lazzari, 2010). Segundo Marinez Garlet (2010), quando os Kaingang foram transferidos das margens da BR 116, no trevo de acesso a São Leopoldo, para o bairro Feitoria Seller, a comunidade Kaingang resolveu nomear a Terra Indígena de *Por Fi*.

Segundo Lappe (2012), no ano de 2011, a Terra Indígena teve um acréscimo ao nome, passando a se chamar Terra Indígena *Por Fi Gâ*, acrescentando *Gâ* (território) à nomenclatura. Assim, o nome da Comunidade ficou *Por Fi Gâ*, que significa território do pássaro (fêmea) *por Fi*. Em relação ao nome da Comunidade, o entrevistado EA esclarece:

E Por Fi Gâ porque existiu esse passarinho, era região desses índio que conviviam ali. Então quando os índios vão caça e até quando ia caça com meu pai, esses pássaros nos avisava quando tinha algum bicho feroz em volta da gente e ela vinha avisar, e o nome dela é Por Fi. Então nessa Região do Vale dos Sinos tinha muito desses, então Por Fi Gâ, porque é o território daquele passarinho Por Fi, por isso ficou Por Fi Gâ. Por Fi só passarinho e Gâ é o território dela (EA, 15/12/2011).

Assim como seus antepassados, os moradores da Terra Indígena *Por Fi Gâ* acreditam que o pássaro *por fi* cuida deles e de sua comunidade. Este pássaro sobrevoa a Terra Indígena e acompanha os Kaingang nas movimentações pelo território de origem.



Logo que os Kaingang se estabeleceram na Terra Indígena *Por Fi Gâ*, as casas eram pequenas, algumas cobertas por lonas pretas de plástico. Para melhorar essa situação, no ano de 2011, a Terra Indígena *Por Fi Gâ* foi contemplada com a construção de 21 casas de alvenaria, de aproximadamente 30m<sup>2</sup>, com dois quartos, banheiro e sala e cozinha integradas. As casas foram subsidiadas com recursos do Programa Nacional de Habitação Rural (Relatório de 10/04/2011 - Ministério Público Federal de Novo Hamburgo, 2011).

Entrada da Terra Indígena *Por Fi Gâ* e Placa com a designação de “Terra Protegida”, na entrada da Terra Indígena *Por Fi Gâ*

Os Kaingang que se localizam em São Leopoldo residem em uma área de 10,04 hectares, cedida pela Prefeitura Municipal, na estrada do quilombo, no bairro Feitoria Seller, conforme ilustra a Figura 2. Em 2015, a comunidade composta por cerca de 44 famílias somava aproximadamente 160 pessoas, lideradas pelo Cacique José Vergueiro e pelo vice-cacique Josiel de Oliveira, além de contar com uma agente indígena de saúde e com professores bilíngues (Diário de Campo, 18/04/2015).

**Figura 2: Entrada da Terra Indígena *Por Fi Gâ* e Placa com a designação de “Terra Protegida”, na entrada da Terra Indígena *Por Fi Gâ***



**Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa Identidades étnicas e desdobramentos socioambientais em espaços de bacias hidrográficas e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang/Univates.**

Na Terra Indígena *Por Fi Gâ*, havia uma escola estadual Kaingang, onde atuava um professor bilíngue, que ensinava a língua e a escrita Kaingang. Além disso, a proposta



curricular indígena abordava conteúdos sobre mitos e elementos da cultura Kaingang. As crianças, até a 4ª série do Ensino Fundamental, estudam dentro da Terra Indígena; após, costumam ser matriculadas na rede de ensino regular, numa escola estadual situada nas imediações da comunidade indígena (Lappe, 2012). Em nossas pesquisas de campo à Terra Indígena, percebemos que os Kaingang se dedicam à produção e à comercialização do artesanato, que é uma forma de sustentabilidade econômica da comunidade. De acordo com Lappe (2012), além da venda do artesanato, os Kaingang também trabalham em indústrias locais do município de São Leopoldo.

Essas movimentações empreendidas pelos Kaingang até a materialização da Terra Indígena *Por Fi Gâ* demonstram processos de reterritorialidade Kaingang, pautados no protagonismo relacionado à recuperação de seus territórios e na luta por seus direitos. Barth (2000) afirma que as diferenças culturais podem se manter e se mantêm, mesmo que haja contato com outros grupos, pois indivíduos do mesmo grupo étnico podem viver em diferentes ambientes naturais e se adaptar a eles de maneiras diferentes. Portanto, no que se refere aos Kaingang, no retorno à cidade, criaram sentidos e significados próprios. Comercializam seu artesanato, mas continuam mantendo seus traços étnicos e culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi demonstrado, a ocupação Kaingang na cidade de São Leopoldo é anterior à colonização europeia e de seus descendentes. Dessa forma, percebe-se que os Kaingang residentes na Terra *Por Fi Gâ* fizeram suas movimentações para as cidades, pelo fato de estas terem sido erguidas em seus territórios tradicionais. Em contexto urbano, os Kaingang buscam melhores oportunidades de acesso à saúde, à educação, à sustentabilidade econômica, bem como a oportunidade de comercializarem seu artesanato, que também representa a continuidade cultural e o próprio jeito de ser indígena Kaingang.

Reforçamos a ideia de que, ao estarem inseridos em área urbana, os Kaingang não estão fora do seu lugar, pois tanto documentos arqueológicos como fontes documentais históricas, como também trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses que se encontram no Instituto Anchietano de Pesquisas ou foram produzidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos nos per-





mitem constatar que foi a cidade de São Leopoldo que se sobrepôs ao tradicional território Kaingang. Assim, é possível concluir que a cidade de São Leopoldo foi englobada pela memória e pela cultura Kaingang, pois as famílias da Terra Indígena *Por Fi Gâ* continuam reproduzindo modos de vida próprios, comercializando o artesanato, mantendo a língua Kaingang e preservando e potencializando seus mitos e ritos.

## REFERÊNCIAS

ACERVO DOCUMENTO – **Projeto de Pesquisa Identidades étnicas e desdobramentos socioambientais em espaço de Bacia Hidrográfica e Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang**. Lajeado: Univates.

ANDRADE, L. M. M. de; BELLINGER, C. K.; PENTEADO, O. C. Índios na cidade e políticas públicas. In: Comissão Pró-Índio de São Paulo (Org.). **A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas**. 1. ed. São Paulo, 2013. p. 7-19.

BAINES, S. G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. **Revista Brasil Indígena**, [S.l.]: Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, dez. 2001.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, [1969] 2000. p. 25-67.

BRAND, A. História Oral: perspectivas, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. **História Unisinos**, v. 4. n.2, 195-227, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2022 Indígena**: Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, RJ, 2023.

DIÁRIO DE CAMPO DE 18/04/2015. Saída à Terra Indígena *Por Fi Gâ* no Vale do Rio dos Sinos. **Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang**. Lajeado: Univates. 18 abr. 2015. 3 p.

EA – **Entrevistado A**: relato [15 dez. 2011, 21 p]. Terra Indígena *Por Fi Gâ*, São Leopoldo/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s. e., 2011. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang. Lajeado: Univates.

EB – **Entrevistado B**: relato [28 mai. 2015, 5 p]. Terra Indígena *Por Fi Gâ*, São Leopoldo/RS. Entrevistadores: Emeli Lappe; Fabiane Prestes; Juciane Sehn da Silva. Lajeado (RS): s. e.,



2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang. Lajeado: Univates.

ED – **Entrevistado D:** relato [16 jun. 2012, 9 p]. Terra Indígena *Por Fi Gâ*, São Leopoldo/RS. Entrevistador: Emeli Lappe. Lajeado (RS): s. e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão História e Cultura Kaingang. Lajeado: Univates.

GARLET, M. **Entre cestos e colares, faróis e parabrisas:** crianças Kaingang em meio urbano. 2010. 266 f. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LAPPE, E. **Natureza e Territorialidade:** um Estudo Sobre os Kaingang das Terras Indígenas Linha Glória/Estrela, Por Fi Gâ/São Leopoldo e Foxá/Lajeado. 2012. 133 f. Monografia (Graduação) – Licenciatura História, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2012.

LAZZARI, M. D. **Comunidade Kaingang Por Fi:** indígenas no espaço urbano e o olhar da imprensa (São Leopoldo, RS, 1996 – 2009). 2010. 80f. Monografia (Graduação) – Curso de Especialista em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo, Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, 2010.

MARKUS, C. (Orgs.). **Povo Kaingang:** Vida e sabedoria. In: COMIN – Semana dos Povos Indígenas, 2012.

MELO, J. G. Dimensões do Urbano: O que as narrativas indígenas revelam sobre a cidade? Considerações dos Baré sobre Manaus, AM. **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora. v. 8, n. 1, p. 115-126, 2013.

PARECER Nº01/2008, DE 27/02/2008. Procuradoria Regional da República da 4ª Região. **Parecer referente aos subsídios antropológicos relativos à possível construção de presídio Estadual no Município de Lajeado, nas proximidades da comunidade indígena Kaingang, neste mesmo município.** Procedimento administrativo nº 1.29.014.00000/2008-97. Ministério Público Federal de Lajeado, Lajeado.

RELATÓRIO de 10/04/2011. Ministério Público Federal de Novo Hamburgo. Jornal VS. **Novas casas para aldeia dos índios ficarão prontas em junho. Procedimento administrativo nº. 1.29.003.000432-2013.** Ministério Público Federal de Novo Hamburgo, Novo Hamburgo.

ROSADO, R. M.; FAGUNDES, L. F. C. (Orgs.). **Presença indígena na cidade:** reflexões, ações e políticas. Realização Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas. Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 2013.





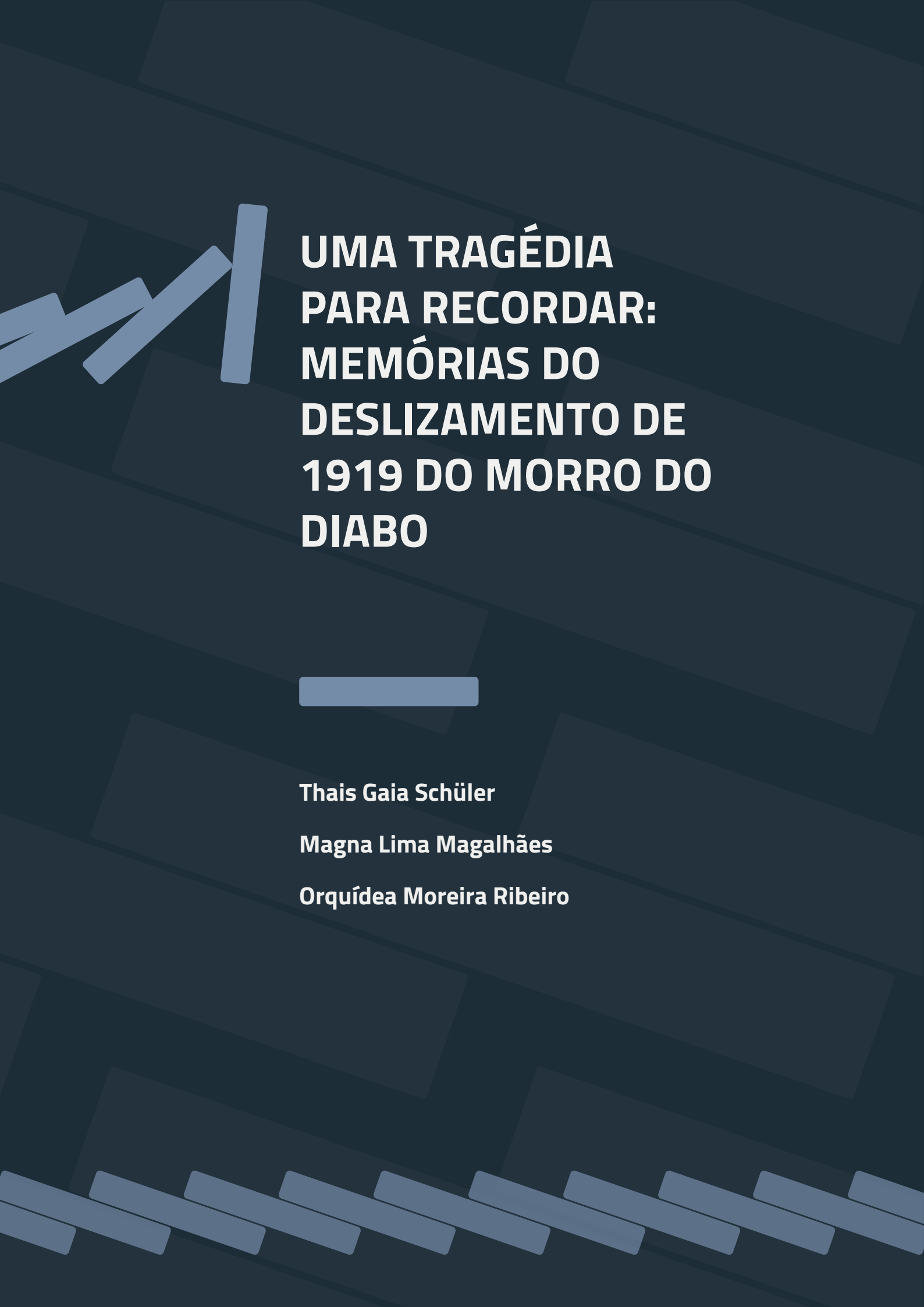
SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um objeto em via de extinção (Parte I). **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997.

SÃO LEOPOLDO (Município). **Lei nº 6539, de 07 de março de 2008**. São Leopoldo, RS, 07 mar. 2005, fotocópia, 1p.

SEVERO, D. F. D. **Educar, viver, trabalhar**: os significados do fazer os artesanatos entre os Kaingang da ãmã Por Fi Gã. 2014. 143f. Dissertação (Mestrado) – Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SCHWINGEL, K.; PILGER, M. I. (Org.). **Por Fi Gã Kême** – História da Tovaca. São Leopoldo: Oikos, 2014.

TOMMASINO, K. Os sentidos de Territorialização dos Kaingang nas cidades. In: **IV RAM - reunião de antropologia do MERCOSUL**, Curitiba, nov. 2001.



# **UMA TRAGÉDIA PARA RECORDAR: MEMÓRIAS DO DESLIZAMENTO DE 1919 DO MORRO DO DIABO**

**Thais Gaia Schüler**

**Magna Lima Magalhães**

**Orquídea Moreira Ribeiro**



## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O presente artigo insere-se no contexto de um conjunto de incursões a campo desenvolvidas durante meus estudos doutorais no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (RS, Brasil), sob orientação e coorientação, respectivamente, da segunda e da terceira autoras. Cabe mencionar que, aquando do ingresso no programa em questão, a intenção era o desenvolvimento de uma tese que tomasse os aspectos líticos da Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Caí enquanto objeto de pesquisa sob enfoque da história ambiental, o que acabou, ainda durante o segundo ano do curso, sendo direcionada a uma análise aprofundada das relações entre seres humanos e o maciço rochoso do Morro São João (Montenegro, RS)<sup>2</sup>. Algumas incursões a campo e estudos preliminares, entretanto, já haviam sido desenvolvidas e serviram para a contextualização regional da tese, como é o caso da análise aqui desenvolvida.

A paisagem da região do médio e baixo curso da Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Caí, no Rio Grande do Sul (Brasil), é caracterizada por um contínuo paisagístico que alterna morros e vales, na qual as cheias de corpus d'água constituem uma questão, além de ambiental, histórica e cultural que teve seu ápice, quiçá, com as inundações simultâneas que submergiram dois terços do estado mais meridional do Brasil, em maio de 2024. As narrativas sobre as enchentes, como são regionalmente chamadas, compõem um problema de ordem pública, mas também representam um importante elemento identitário para as comunidades que vivem na região (Magalhães; Schemes; Prodanov, 2020; Schröder, 2014).

Ainda que a área situada no baixo curso do Rio Caí seja alagada em maior volume e frequência, as comunidades rurais situadas nas regiões de médio curso, nos vales mais estreitos, banhadas por arroios e no sopé de encostas rochosas, enfrentam regulares situações calamitosas. Muitas vezes os incidentes envolvem o deslizamento de terras e pedras, inundação de áreas de estradas, perda de plantio e de animais, quando não a morte de membros da comunidade. A exemplo, indica-se o incidente que é foco do presente estudo: o deslizamento parcial do Morro do Diabo ocorrido em novembro de 1919 que soterrou a

---

<sup>1</sup> Versão estendida e atualizada do artigo preliminar *Tragédia no sopé da montanha: O deslizamento de 1919 do Morro do Diabo*, publicado nos anais do Seminário de Pós-Graduação Inovamundi (2021).

<sup>2</sup> Resultante na tese *Um Gigante de Pedra: natureza, cultura e o Morro São João de Montenegro (RS, Brasil)*, defendida em novembro de 2023.



propriedade da família Martinazzo, pioneira na colonização da zona e gerou, nos dias subsequentes, a inundação brusca do Arroio Forromeco<sup>3</sup>, atingindo áreas dos então distritos montenegrinos de São Vendelino e caiense de Bom Princípio.

A metodologia da pesquisa é de abordagem Qualitativa, sendo Descritiva quanto aos objetivos. Abrangeu, no que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa Bibliográfica e Documental, além de incursões a campo para interpretação da paisagem e desenvolvimento de entrevistas livres. As fontes empíricas são as narrativas a respeito do ocorrido publicadas em jornais da época ou livros de abrangência local, possíveis de serem consultadas através do acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Salientamos, neste ponto, a relevância de periódicos como o jornal portoalegrense *A Federação*, vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) que circulou de 1884 a 1937, e *La Staffetta Rio-grandense*, sediada em Garibaldi e editada em língua italiana, que circulou de 1917 a 1941.

Em termos bibliográficos, lançou-se mão das monografias *Montenegro* (1924), de José Cândido de Campos Netto e do romance histórico *As vítimas do Bugre* (1946), de Mathias José Gansweidt, além da obra *Colônia Santa Maria da Soledade: A Família Martinazzo* (1992), de Ivo Martinazzo. Acerca deste último volume, cabe mencioná-lo enquanto fonte principal e vinculado ao contexto pós-memorialístico, visto ser o autor em questão descendente da família protagonista deste estudo.

A pesquisa de campo ocorreu em agosto de 2021, a qual incluiu a visitação à localidade, especificamente ao local onde, conforme indicação de moradores locais, ficava a propriedade soterrada. Também foram visitados o Cemitério local, a Capela de Santo Antônio Abade e realizadas entrevistas livres junto dos moradores que estavam reunidos na sede da Comunidade de Santo Antônio do Forromeco.

A análise e interpretação dos dados foi realizada com base nas premissas da história ambiental, balizadas, especificamente, pelo referencial teórico alusivo a desastres naturais provenientes dos estudos *Desastres socioambientais, políticas públicas e memória*, de Lise Sedrez (2013) e *La historia de los desastres naturales como un portal a la historia ambiental*, de Stuart McCook (2021). Estudos acadêmicos com enfoque na hidrologia sobre a

---

<sup>3</sup> As fontes do século XIX e primeira metade do XX se referem ao arroio como “Ferromeco”, “Ferromecco”, “Farromeco” ou “Forromeco”. Embora, atualmente, empregue-se a grafia “Forromeco”, “Ferromeco” permanece em uso regionalmente.



Bacia do Arroio Forromeco foram considerados, ainda, como uma forma de compreensão técnica de aspectos hidrogeomorfológicos da área abordada, além dos estudos sobre a história ambiental da imigração no Rio Grande do Sul, nomeadamente *Forasteiros na Floresta Subtropical* (2010) de Juliana Bublitz.

## 2 HISTÓRIA, DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MEMÓRIAS

A história ambiental constitui um paradigma historiográfico interdisciplinar concentrado em discutir as relações que os seres humanos estabeleceram com a natureza em diferentes recortes históricos, culturais e geográficos. Figura-se como um campo em ascensão desde a década de 1970, constituído em um contexto de crítica ao consumismo e ao otimismo desenvolvimentista que marcou o cenário mundial após a Segunda Guerra Mundial, no qual o amplo crescimento econômico proveniente do desenvolvimento da tecnologia era idealizado enquanto “caminho certo e único para a humanidade” (Duarte, 2013, p.17).

A emergência desse campo pode ser, segundo José Augusto Pádua em *As bases teóricas da História Ambiental* (2010), relacionada a três pontos cruciais: à ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar a sua degradação; à revolução dos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e à visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

É relevante nesse panorama, portanto, o tema do desastre natural, compreendido, numa definição ampla, como a ocorrência de danos materiais, econômicos, sociais, ambientais e humanos em decorrência de fenômenos naturais (Zambrano, 2017). A abordagem teórica da história ambiental tem por premissa o reconhecimento de sua ocorrência não enquanto mero evento, mas enquanto processo socioambiental que atinge coletividades. Sobre a relação entre desastre e história ambiental, Sedrez (2013, p.186-187) aponta que

A história ambiental permite entender os desastres como processos históricos, que se iniciam muito antes da chegada da primeira gota de chuva ou da primeira lava vulcânica. O desastre em si é o momento mais visível, mais dramático, deste processo – mas é apenas um momento.



O estabelecimento de paisagens e sociedades vulneráveis é o ponto primordial de processos de desastres naturais, prevendo a análise histórica que condicionou a vulnerabilidade do grupo atingido pela calamidade, conforme indica McCook (2021). Envolve a questão sobre como diferentes grupos humanos estão mais ou menos expostos a desastres e às suas consequências, de maneira que não observa-se uma categoria única de vulnerabilidade, mas a combinação de situações de desvantagens que podem ser definidas por classe social, gênero, etnia, origem pessoal, idade, entre outras (Sedrez, 2013). Afirma-se, assim, a existência de uma interação entre as “vulnerabilidades humanas em relação às dinâmicas dos processos naturais” (Sedrez, 2013, p.192).

McCook (2021) entende que o desastre natural se consolida quando o desencadeador imediato do evento decorre de um ou mais fenômenos naturais, sendo, nesse segundo caso, chamado de “desastre misto”<sup>4</sup> (conforme também refere Sedrez, 2013). Considera-se, entretanto, que a calamidade não possa ser dissociada do contexto social relacionado à antropização do espaço territorial atingido, sendo difícil separar efetivamente, ação humana e ação da natureza.

A situação desencadeada pelo sinistro, nominada por McCook (2021) como situação de emergência, decorre enquanto resultado da associação entre a paisagem vulnerável a um ou mais risco(s) desencadeador(es). Imediatamente após a situação de emergência, as sociedades voltam-se ao poder público no sentido de reclamarem uma explicação para o ocorrido e exigir medidas futuras que constituem a base para o desenvolvimento de políticas públicas relativas a desastres (Sedrez, 2013), incidindo em mudanças e providências de curto, médio e longo prazo (McCook, 2021).

No contexto do pós-desastre, Sedrez (2013) assinala a relevância de múltiplas narrativas que tornam esses eventos socioambientais pontos focais na história e que revelam o funcionamento da cultura local. A memória dos desastres incorpora-se à memória coletiva, essa responsável pela expressão de valores culturais comuns a um grupo e constituída a partir de uma seleção de feitos e marcos (Halbwachs, 1990). Essa concepção coletiva influencia não só a construção das políticas públicas, mas a própria identidade de uma

---

<sup>4</sup> Atentar que, no âmbito da Defesa Civil brasileira, desastre misto consiste em uma forma de classificar um desastre com relação à sua origem, sendo esse associado “às ações ou omissões humanas que contribuem para intensificar, complicar ou agravar os desastres naturais” (Zambrano, 2017, p.5).



comunidade, podendo alguns eventos tornarem-se arquétipos no imaginário das gerações que se sucederem. Neste ponto, tornam-se fundamentais, nesta análise, a função de transmissão transgeracionais realizadas pela pós-memória e pela memória comunicativa.

Pós-memória, conforme referenciamos em estudos anteriores (Schüler *et al.*, 2023), constitui um conceito cunhado por Marianne Hirsch em *Family frames: photography, narrative and postmemory* (1997) e em *A geração da pós-memória* (2016), que foi concebido a partir dos estudos da autora com filhos de sobreviventes do Holocausto. Refere-se ao modo como a geração posterior àquela que testemunhou o trauma cultural ou coletivo se relaciona com a experiência referida, considerando a passagem de um passado inter e transgeracional traumático e pessoal para a história. Refere-se à

memória daquele para quem o trauma configura-se como uma representação, das narrativas de alguém que [...] não tem a titularidade da experiência nem é autor do testemunho, mas é herdeiro simbólico de uma ferida aberta sobre a qual elabora uma narrativa - um testemunho possível, um testemunho mediado, um testemunho adotivo [...] - construído a partir de fragmentos das narrativas familiares [...] e por fragmentos retirados de narrativas públicas [...]. [...] surge, assim como uma "herança" direta ou indireta de uma experiência traumática que, ainda que vivida por outro, teve reflexo na esfera privada ou familiar e, portanto, pode ser assumida como um legado explícito ou mediado e pode ser reelaborada a partir do "testemunho de um testemunho" (Ribeiro; Ribeiro, 2013, p. 30).

Está, portanto, relacionada a uma esfera privada no âmbito social, pois vincula-se a uma referência familiar e íntima, marcada pela pessoalidade da vivência e da transmissão.

Outrossim, cabe referir a noção de memória comunicativa, esta, conforme refere Jan Assmann em *Memória Comunicativa e Memória Cultural* (2016), relacionada à noção de tempo e de vida social e à construção de identidades. Refere-se à memória coletiva alusiva a um passado relativamente recente, que remonte a três ou quatro gerações, que influi sobre a construção autobiográfica dos indivíduos, transmitida pelo grupo cultural de maneira difusa e pelas formas sociais cotidianas, na língua vernacular.



### 3 A PAISAGEM, A COLONIZAÇÃO E AS MEMÓRIAS DO DESLIZAMENTO

O desencadeamento do desastre analisado neste trabalho ocorreu no dia 22 de novembro de 1919, considerado um ano excepcional quanto ao volume de precipitações na região do Alto Forromeco. Após um mês de chuvas torrenciais e constantes com ventos e trovoadas, o solo estava encharcado: haviam ocorrido deslizamentos em propriedades, contabilizava-se a perda de plantações e colheitas e as bacias de terras situadas entre os rochedos daquela área montanhosa represavam grande volume d'água (Martinazzo, 1992).

As fontes indicam que seis famílias que habitavam o pé do Morro do Diabo, na localidade de Santo Antônio, buscavam refúgio do mau tempo na casa da família de Valentim Martinazzo e Virgínia Chiesa, cujo estabelecimento agrícola era composto de “uma casa construída em pedras, com 12 metros de frente e 5 metros de fundo, tendo de um lado um grande galpão e do outro lado oposto magnífica cozinha” (Campos Netto, 1924, p.33). Não conseguindo atravessar o arroio que transbordava, por volta das 13h, viram desabar a montanha em um volume de cerca de “330 metros de largura por cerca de mil de comprimento que soterrou a casa Martinazzo com todos os que estavam lá dentro, cobrindo todo o local sob uma montanha de pedras”<sup>5</sup> (San Vendelino, 1919, p.02).

Na casa estavam os filhos dos proprietários Valentim e Virgínia Martinazzo: Isolina, de 19 anos, Paulino José (12 anos), Valentim (10 anos), Ricieri (6 anos), Maria Luisa (3 anos) e Leonora Virgínia (3 meses), e os netos Leonora Virgínia (2 anos) e Albina Maria (2 meses). Nenhum sobreviveu ao soterramento de cerca de 2500 metros cúbicos de detritos. A fotografia a seguir (Imagem 1), que localizamos em 2022 na fototeca do Arquivo Histórico do Museu Nice Antonieta Schüller (em Montenegro), é datada de 22 de novembro de 1919 e tem sua autoria atribuída a “Machado”, provavelmente referindo-se ao fotógrafo local. A imagem mostra o soterramento da propriedade e traz, manuscrita, marcações mostrando a localização de uma edificação e cinco pequenas cruzeiros ao lado, sendo estas interpretadas como prováveis pontos onde estavam os corpos das vítimas da tragédia.

---

<sup>5</sup> Tradução livre de “una larga un 330 metri su una lunghezza de mille, che sepellí la casa del Martinazzi con tutti quelli che c'érano dentro, coprendo tutto quel sito sotto un monte de terra i di sassi”.





**Imagem 1: Desmoronamento do Morro do Diabo sobre a Propriedade Martinazzo (1919)**



**Fonte: Fototeca do Arquivo Histórico do Museu Nice Antonieta Schüller.**



O ocorrido chama a atenção por seu caráter trágico relacionado ao fato de ter vitimado crianças e uma jovem da mesma família, havendo, na narrativa desenvolvida pela pós-memória de Ivo Martinazzo (1992), detalhes comoventes relacionados ao encontro dos corpos e seus sepultamentos na localidade, os quais refletem a profunda e afetiva recordação da experiência mediada pela evocação e pelo investimento imaginativo, pela projeção e criação (Hirsch, 2016).

Por parte dos atuais moradores da localidade, o ocorrido permanece ativo material e imaterialmente. Quando da transmissão oral, o evento, quando referido, é caracterizando um contexto de memória comunicativa marcado por um profundo silêncio de pesar ou pelo “desconversar”, quando referenciado: “Sim, a propriedade dos Martinazzo ficava mais ali... mas isso foi algo tão triste e aconteceu há tanto tempo...” (Interlocutor 1, 2021). Materialmente, a memória comunicativa está manifesta no cuidado e nas flores cuidadosamente colocadas nos túmulos das vítimas do desastre e de outros membros da Família Martinazzo.

Atinente à história ambiental, a ocorrência da tragédia também lança luzes para a desestabilização da certeza coletiva de domínio da cultura sobre a natureza, da civilização sobre o mundo selvagem. Se à época em questão imperava um discurso progressista que dignificava o trabalho<sup>6</sup>, a ordenação do espaço e a domesticação da natureza enquanto estratégias que levavam civilidade às terras consideradas despovoadas<sup>7</sup> (Bublitz, 2010), o soterramento discutido constitui-se um marco temporal que recoloca o ser humano no e à mercê do mundo natural.

A propriedade de Valentim Martinazzo localizava-se na margem direita do Forrome-co, a cerca de meio quilômetro da Igreja de Santo Antônio Abade:

Partia a propriedade da margem direita do ribeirão e se estendia em forte aclive até o topo da montanha chamada “Morro do Diabo”, numa extensão de aproximadamente 1500 metros. Dentro da área dessa propriedade encontram-se dois paredões de rocha a pique. O primeiro localiza-se na parte mais alta da terra e o segundo mais ou menos na sua metade, sendo este de muito maior porte, caracterizando

---

<sup>6</sup> Conforme pode ser lido em Campos Netto (1924, p.33) sobre Valentim Martinazzo: “Não era rico, mas vivia vida folgada, como acontece com todo o colono que trabalha”.

<sup>7</sup> Usa-se a expressão entre aspas como forma de salientar o discurso do empreendimento colonial que, nas palavras de Bublitz (2010, p.135), “ignorava totalmente a presença da população cabocla e indígena na região”.



verdadeiro precipício. Na distância que medeia entre os dois paredões de rocha basáltica havia uma área de terras e mata em acentuado declive, compreendendo 5 a 6 hectares. (...) Uma primeira casinha que abrigava a família nos primeiros anos foi substituída por outra maior, sólida, construída em pedras, com ampla cozinha ligada à casa principal por uma área coberta, e cantina para depósito. A moradia situava-se no início da propriedade, distante cerca de 40 metros do ribeirão Forromeco (Martinazzo, 1992, p.49-50).

Embora fosse concebida enquanto um porto seguro para a comunidade local por sua solidez, a descrição de sua paisagem circuncidante também traz indícios de sua vulnerabilidade. O Arroio Forromeco forma uma importante sub-bacia do Rio Caí com cerca de 288km<sup>2</sup> que abrange os municípios de Farroupilha, Barão, Carlos Barbosa, São Vendelino, Alto Feliz e Bom Princípio. O clima local, úmido e com as variações das temperaturas médias, tendo uma precipitação média anual entre 1700 e 1800 milímetros, com chuva em cerca de 100 a 120 dias por ano (Riffel; Ruiz; Guacelli, 2016). Com a altimetria variando entre 79 e 790 metros, a declividade das áreas mais íngremes chega a apresentar inclinações que superam os 50 graus, característica que, aliada aos grandes volumes de chuva, confere à região grande propensão à ocorrência de desmoronamentos e inundações bruscas que são responsáveis por drásticas modificações na paisagem (Zambrano, 2017).

Ainda que se considere a perspectiva historiográfica ambiental de que toda e qualquer sociedade humana modifica a paisagem com maior ou menor intensidade (Duarte, 2013) e levando em conta a ocorrência de ocupações humanas na região desde cerca de dez mil anos antes do presente (Mentz Ribeiro, 1974), é com a colonização europeia das terras do entorno do Morro do Diabo que a paisagem local passa a ser antropizada de maneira mais significativa. A partir de então, ocorre a derrubada de mata para a implantação de um sistema agrícola com produção de excedente e a ocupação sedentarizada de leitos de corpus d'água e encostas de morros, como demonstra o excerto da narrativa de Martinazzo (1992, p. 50) sobre as atividades na propriedade destruída pela tragédia:

O amanho da terra era extremamente dificultoso e pesado. O forte desnível não permitia o uso do arado nem o trânsito de carroças agrícolas. Derrubada a mata à foice e a machado, o preparo das leiras e o plantio eram feitos à enxada. A safra era depois colhida em cestos que se punham às costas para encher os jacás pendurados à cangalha de mulas cargueiras e assim transportada para o celeiro.



A circulação de colonizadores luso-brasileiros ocorria na região desde o século XVIII (Campos Netto, 1924), tendo o empreendimento colonizatório iniciado com a criação da Colônia de Santa Maria da Soledade. Essa deu-se pela concessão de terras pelo Governo Imperial ao vice-cônsul da França, o Conde Paul Felice de Montravel, em 1854 (Campos Netto, 1924), o qual formara a Sociedade Montravel, Silveiro & Comp. em associação a Israel Soares de Barcellos, Dionísio de Oliveira Silveiro e João Coelho Barreto.

O território de abrangência da colônia fora dividido em quatro distritos que receberam o nome dos associados da empresa administradora (Martinazzo, 1992): Montravel, também chamada Santa Clara ou Santa Maria, sede da colônia e dividida em 72 lotes; Coelho, no Alto Forromeco, com 84 lotes e sede no núcleo de Santo Antônio Abade, local de ocorrência do desastre aqui em estudo; e Silveiro e Barcellos, localidades situadas mais a sul, em área plana e com acesso menos difícil. O projeto intencionava, conforme acordado com o Governo Imperial, o assentamento de 1440 imigrantes, preferencialmente de famílias suíças católicas, em um prazo de cinco anos (Gansweidt, 1946). Como a tentativa não teve sucesso, os lotes foram vendidos para colonos de outras nacionalidades, a maioria deles protestantes. Ainda assim, Santa Maria da Soledade não prosperava como esperado, sendo oficialmente transferida da Sociedade Montravel, Silveiro & Comp. de volta ao Governo Imperial Brasileiro em 1869 (Brasil, 1869).

A partir de 1870, buscando um programa que efetivamente ocupasse as terras da região da encosta e da Serra sul-rio-grandense, “terras devolutas entre o Rio Cahy, os Campos de Vaccaria e o município Triumpho para serem convenientemente colonizadas” (Campos Netto, 1924, p.111) são demarcadas pelo Governo Imperial, criando os territórios coloniais de Conde D’Eu e Princesa Dona Isabel. Esses se tornaram, a partir de 1875, importantes destinos para a imigração italiana ao sul do Brasil. É nesse contexto que, em 1873, a família ítalo-francesa de Giovanni Batista Martinazzo (formada por esposa, quatro filhos e seu irmão Pietro Giuseppe), pai de Valentim Martinazzo, desembarca no Rio de Janeiro para, então, estabelecer-se em Santo Antônio do Forromeco.

A paisagem do local é narrada como sendo “...de montanhas e vales estreitos e profundos, inóspitos, assustadores, tornando difícil o amanho das terras em forte declive, permeadas de rochedos a pique” (Martinazzo, 1992, p.18). Apesar da Colônia de Santa Maria da Soledade não existir mais à ocasião, no núcleo colonial em questão remanesciam





famílias de nacionalidades variadas (alemã, francesa, suíça, belga, entre outras) que permaneceram em seus lotes anteriormente designados. São consideradas como pioneiras na localidade as famílias Versetg<sup>8</sup>, estabelecida por volta de 1858 (Gansweidt, 1946) e Boesing e Froen, estabelecidas por volta de 1867 (Gansweidt, 1946).

Retomando a noção de paisagem e sociedade vulneráveis, tal qual anteriormente enunciada por McCook (2021) e Sedrez (2013), convém atentar que, ainda que a imigração para a região de Santo Antônio do Forromeco tenha sido amplamente incentivada pelos Governos Imperial e da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, essa fora, nas palavras de Martinazzo (1992, p.19) marcada “pela situação de abandono no fundo das matas e grotões, na carência de qualquer conforto, na indigência de coisas fundamentais, contando apenas com a coragem e a vontade de sobreviver, (...) com a generosidade do solo virgem que produzia frutos abundantes”. Segundo Bublitz (2010), esse sentimento de isolamento e desamparo experimentado pelos colonos de origem italiana que habitaram áreas geograficamente acidentadas do Rio Grande do Sul perpetua-se na memória da colonização e transcende o plano simbólico para refletir-se materialmente através da adaptação da natureza à cultura e no estabelecimento de novas paisagens ecológicas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias que se seguiram e em decorrência do soterramento da propriedade de Valentim Martinazzo, a situação emergencial complicou-se. O Arroio Forromeco, na altura conhecido por Santo Antônio, ficara represado em centenas de metros cúbicos que, então, desmoronaram a barreira formada pelos detritos. O imenso volume de água rolou por entre os vales causando uma enxurrada que atingiu, para além de toda a sub-bacia do Forromeco, o Vale do Rio Caí. Edificações foram arrastadas, estradas e pontes foram destruídas, plantações foram dizimadas, havendo larga enchente nas áreas de São João do Montenegro e São Sebastião do Caí (A Enchente..., 1919).

No sentido de estabelecer as mudanças e providências decorrentes da calamidade, as pessoas atingidas foram socorridas pela intendência municipal (Campos Netto, 1924),

---

<sup>8</sup> A Família Versteg (originalmente Von Steg), conforme narrativas muito popularizadas na região, fora vítima do indígena aculturado conhecido por Luis Bugre. Tanto a saga relacionada à chegada desta família ao Forromeco quanto o episódio derradeiro são narrados por Gansweidt (1946).



cabendo ao Governo do Estado as providências relacionadas à infraestrutura local, como a reconstrução da Estrada Buarque de Macedo, que ligava o Vale do Caí à Serra e a Estrada de Ferro nos trechos locais (A Enchente..., 1919). Pontes e bueiros foram instalados na região do Alto Forromeco como estratégia contra as enxurradas, as quais são muito frequentes e continuam a atingir as comunidades dos vales. Valentim Martinazzo, sua esposa Virgínia, sua filha Adelle e seu genro Carlos Roy (pais dos netos que faleceram no incidente) permaneceram vivendo na comunidade de Santo Antônio do Forromeco.

Desastres naturais constituem um tema recorrente na história ambiental que concebe a sua ocorrência não enquanto um evento isolado, mas decorrente de um processo histórico entre seres humanos e a paisagem. Nesse contexto, a formação de dada paisagem e sociedade vulneráveis perpassa pela análise histórica que levou ao estabelecimento de pessoas em locais predispostos à ação de fenômenos naturais. No presente texto, buscou-se discutir, norteadas por este paradigma, o deslizamento do Morro do Diabo ocorrido em 1919 sobre a propriedade colonial de Valentim Martinazzo, na localidade de Santo Antônio do Forromeco, na encosta da Serra do Rio Grande do Sul.

A pesquisa demonstra a predisposição hidrogeomorfológica da região à ocorrência de fenômenos de inundações bruscas, a qual, somada à ocupação sedentarizada dos vales situados no sopé dos morros locais, leva à formação de uma paisagem e de um grupo humano vulnerável. A vulnerabilidade é evidenciada, especialmente, nos excertos de narrativas locais que descrevem a paisagem e as formas humanas de relacionar-se a ela. A formação social da região em questão remonta ao estabelecimento do empreendimento colonizatório e às suas práticas culturais, na segunda metade do século XIX.

O desastre analisado representa um momento de desestabilização do pensamento progressista vigente à época e perpetua-se na memória coletiva, principalmente através da pós-memória e da memória comunicativa. Não obstante, é referenciado enquanto marcador temporal, não só pela comunidade de Santo Antônio do Forromeco, mas pela sociedade do Vale do Rio Caí numa perspectiva mais abrangente.



## REFERÊNCIAS

A ENCHENTE, os prejuízos registrados. **Jornal A Federação**, Porto Alegre (RS), 28 de novembro de 1919, p.03. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Brasileira em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=42640>. Acesso em 23 de maio de 2021.

ASSMANN, J. Memória Comunicativa e Memória Cultural. In: ALVES, F. M.; SOARES, L. A.; RODRIGUES, C. V. **Estudos de Memória: teoria e análise cultural**. V. N. Famalicão (PT): Edições Húmus, 2016, p.117-128.

BRASIL. Decreto nº4387 de 10 de julho 1869. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo Federal, Rio de Janeiro, 31 de dez. de 1869. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/192618-approva-as-bases-para-o-contracto-com-a-sociedade-montravel-silveiro-comp-que-tem-por-fim-transferir-ao-governo-os-direitos-pertencentes-u-sociedade-sobre-os-colonos-da-colonia-santa-maria-da.html>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BUBLITZ, J. **Forasteiros na floresta subtropical: uma História Ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul**. 2010. 203f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

CAMPOS NETTO, J. C. de. **Montenegro**. Montenegro: Gehlen, 1924.

DUARTE, R. H. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GANSWEIDT, M. J. **As vítimas do Bugre**. Porto Alegre, Selbach, 1946.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HIRSCH, M. A geração da pós-memória. In: ALVES, F. M.; SOARES, L. A.; RODRIGUES, C. V. **Estudos de Memória: teoria e análise cultural**. V.N.Famalicão (PT): Edições Húmus, 2016, p.299-326.

MARTINAZZO, I. **Colônia Santa Maria da Soledade: A Família Martinazzo**. Porto Alegre: Suliani, 1992.

MAGALHÃES, M. L.; SCHEMES, C.; PRODANOV, C. C. Um rio, uma cidade: caminhos que se cruzam – São Sebastião do Caí (RS). **Revista Estudos Ibero-Americanos**. V. 46, n. 1, jan.-abr. 2020. P. 1-16.

MCCOOK, S. **La historia de los desastres naturales como un portal a la historia ambiental**. Palestra conferida ao Laboratório de História e Natureza da Universidade Federal do Rio de



Janeiro em 29 de abril de 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CwHW-J66pnmY&t=481s>. Acesso em: 17 mai. 2021.

MENTZ RIBEIRO, P. A. Primeiras Datações pelo Método do C-14 para o Vale do Caí, RS. **Revista do CEPA**, n.1, 1974, p. 16 – 22.

RIBEIRO, M. C.; RIBEIRO, A. S. Os netos que Salazar não teve: Guerra colonial e memória de segunda geração. **Abril**, v. 5, n. 11, 2013, p. 25-36.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**. V. 24, n.68, 2010, p.81-101.

RIFFEL, E. S.; RUIZ, L. F. C.; GUASSELLI, L. A. Mapeamento de suscetibilidade a deslizamentos a partir de Mineração de Dados e do Modelo Shalstab. **Revista Brasileira de Cartografia**, n.68/9, out.2016, p.1805-1818.

SAN VENDELINO. **Jornal La Staffetta Rio-grandense**, Garibaldi (RS) 04 de dezembro de 1919, p.02. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Brasileira em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882038&pesq=%22morro%20do%20dia-bo%22&pagfis=502>. Acesso em: 23 mai. 2021.

SCHRÖDER, J. R. **A cidade e o rio: representações e imaginários sobre São Sebastião do Caí**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais – Universidade Feevale. Novo Hamburgo, 2014.

SCHÜLER, T. G.; RIBEIRO, F.; RIBEIRO, O.; MAGALHÃES, M. L. **Reminiscências da paisagem angolana na pós-memória de Retornados: um estudo em Vila Real (Portugal)**. Gragoatá, v.8, n. 61, 2023, p.1-24.

SEDREZ, L. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória – contribuições para a história ambiental. In: NODARI, E. S. N.; CORREA, S. M. de S. (Org.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013, p.185-201.

ZAMBRANO, F. C. **Avaliação do perigo de inundações bruscas por meio de modelagem hidrogeomorfométrica**: estudo de caso, Bacia do Arroio Forromeco-RS. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, 2017. 144f.





# TANGO: PATRIMÔNIO IMATERIAL E MUSEALIZAÇÃO



Alessander Kerber





No ano de 2023, a UNESCO estabeleceu a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial ao mesmo tempo em que iniciava o registro dos bens de natureza intangível da humanidade. Na Argentina e no Uruguai houveram mobilizações para apresentar o tango como candidato a registro pela UNESCO e ações realizadas em ambos os países para a proteção deste bem de natureza imaterial, entre as quais destacam-se as de caráter museológico. A UNESCO realizou o registro do tango como patrimônio imaterial em 2009. Neste texto, analiso as disputas, principalmente motivadas por nacionalismos, que envolveram essas ações de proteção e promoção do tango.

Argentina e no Uruguai realizaram o que Llorenç Prats (2004) define como “ativações patrimoniais” para promover o tango e seu principal intérprete - Carlos Gardel - como patrimônio de uma e de outra nação. A noção recente de patrimônio imaterial se distingue da de folclore, construída desde o século XIX. Apesar de as duas noções – patrimônio imaterial e folclore – poderem se referir a bens culturais similares, como a música popular, há uma forma muito distinta de compreensão acerca da relação entre esses bens e a cultura nas duas noções. Ao abordar o folclore, autores como Canclini (1994) apontam para críticas feitas a essa noção na contemporaneidade, especialmente seus limites em termos de pensar a cultura como sendo praticamente estática<sup>1</sup> e sua relação com a forma romântica de explicar os nacionalismos.

Prats (2004, p. 15-22) afirma que o caráter simbólico do patrimônio e sua capacidade de representar uma identidade explica os interesses e a mobilização de recursos para sua preservação e exposição. No caso do tango e de Gardel, as disputas e interesses relacionados à construção de versões sobre as identidades nacionais na Argentina e no Uruguai, como pretendo demonstrar, influenciaram as ativações patrimoniais. Para tanto, focalizarei especificamente os museus do tango e os museus especificamente voltados para Carlos Gardel nos dois países.

---

<sup>1</sup> É por isso que o patrimônio imaterial é registrado por um determinado período, e não tombado para todo o sempre. Como nos diz Canclini, os estudos folclóricos, que produziram desde fins do século XIX um vasto conhecimento empírico sobre grupos étnicos, sua religião, medicina, festas e artesanato, utilizam quase sempre uma concepção arcaizante dessas manifestações culturais, encontrando dificuldades para entender como elas se renovam nos processos modernizadores suscitados pela urbanização e industrialização da cultura. CANCLINI, Nestor G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 23. 1994



No mesmo ano da Convenção da UNESCO, em Buenos Aires foi criado o Museo Mundial del Tango. Posteriormente, na outra margem do Prata, foi criado em Montevideu o *Museo del Tango – La Cumparcita*. Os uruguaio já haviam criado no século anterior um museu especificamente voltado para a figura emblemática de Carlos Gardel: o *Museo Carlos Gardel*, na cidade de Taquembó, onde o cantor supostamente teria nascido, novamente no lado argentino foi criado o *Museo Casa Carlos Gardel*, no local da residência do cantor em Buenos Aires. Ainda mais recentemente, em 2017, mais um museu foi criado para Gardel no Uruguai na casa que foi residência de férias do cantor em Montevideu. Esses investimentos para a criação de museus para o tango e para Gardel nos dois países demonstram a importância deste patrimônio imaterial nas duas margens do Prata. Demonstram também, como vou analisar aqui, uma disputa motivada por nacionalismos.

Gardel foi o principal artista do tango no rádio, na indústria fonográfica e no cinema argentino e realizou também uma carreira internacional de grande sucesso, atuando como mediador na construção de um imaginário acerca da nação Argentina e da região platina em vários países. O sucesso do tango na Europa desde o início do século XX e o próprio sucesso nacional e internacional de Gardel nos ajudam a compreender o fato de essa manifestação cultural, anteriormente associada principalmente aos pobres, aos subúrbios, à prostituição e a exclusão nas cidades de Buenos Aires e Montevideu, passar a ser aceita e valorizada também por segmentos médios e das elites argentinas e uruguaias, inclusive tornando-se motivo de orgulho nacional.

Gardel começou sua carreira de cantor no início dos anos 1910, justamente no período em que o tango se transformou em estrondoso sucesso em vários países. Em toda sua carreira, gravou 930 canções, sendo a grande maioria realizada na Argentina. Também atuou em diversos filmes, tendo iniciado sua carreira no cinema gravando 10 curtas metragens filmadas em 1930 na Argentina e, posteriormente, desenvolvendo sua carreira cinematográfica internacional nos Estados Unidos, nos estúdios Paramount Pictures<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Gardel atuou, em 1930, em dez curtas argentinos nos quais, em cada um, canta um número de seu repertório: *Añoranzas*; *Cancero*; *Enfundá la mandolina*; *Mano a mano*; *El carretero*; *Padrino pelado*; *Rosa de otoño*; *Tengo miedo*; *Viejo smoking*; *Yira, Yira*. Também atuou em *Luces de Buenos Aires* (1931), dirigido por Adelqui Millar (Paramount). *Esperame* (1932), dirigido por Luis Gasnier (Paramount); *La casa es seria* (1932), dirigido por Jaque-lux (Paramount); *Melodía de arrabal* (1933), dirigido por Luis Gasnier (Paramount); *Cuesta Abajo* (1934), direção de Luis Gasnier (Paramount); *El tango en Broadway* (1934), dirigido por Luis Gasnier (Paramount); *The big broadcast of 1935* (1935), dirigido por Norman Taurog e Theodore Reed (Paramount). *En día que me quieras* (1935), dirigido por John Reinhardt (Paramount); *Tango Bar* (1935), dirigido por John Reinhardt (Paramount).



Contudo, nesses filmes gravados no exterior, também interpretava a figura argentina ou portenha que havia construído anteriormente. Tendo vivido sua vida desde a infância em Buenos Aires e iniciado e desenvolvido grande parte de sua carreira no teatro, no rádio, na indústria fonográfica e no cinema argentino, Gardel apresentou-se, em sua obra musical e cinematográfica, como ligado àquela identidade nacional.

Gardel construiu e apresentou uma versão acerca da identidade nacional argentina, articulando em suas músicas, imagem e performance elementos portenhos, *gauchos* e imigrantes (Kerber, 2014). Apesar de a produção musical e cinematográfica de Gardel associá-lo predominantemente à Argentina, investigadores uruguaios, no decorrer do século XX, utilizando vários documentos, afirmaram que, apesar de ter vivido a maior parte de sua vida na Argentina, Gardel era uruguaio, tinha nascido na cidade de Taquarembó no interior daquele país.

A existência de uma indústria fonográfica, do cinema e emissoras de rádio maiores na Argentina do que no Uruguai na época de Gardel, assim como um mercado consumidor destas indústrias, provavelmente explica o fato de que nas canções gravadas pelo artista é a identidade nacional argentina a mais presente. No caso de *Argentina*, tango de Vicente Greco, gravado pelo cantor em 1924, ele canta:

*Argentina, Patria amada, desde lejos,  
con profunda y reverente devoción,  
te saludo conmovido y de mi pecho,  
protesta dulce u nostálgica canción...*

*Patria, tierra adorada  
Patria, con gran amor,  
Patria, daría la vida,  
por tu firmeza y por tu honor.  
Patria de mis amores  
Patria de mi ilusión  
Patria humildemente  
hoy te ofrezco mi corazón...*

*Argentina, Patria amada,  
eres grande, por tu historia,  
por tu suelo, por tu acción,*



*te saludo reverente y de mi pecho  
brota esta dulce  
y patriótica canción...*

*Patria del alma mía  
Patria perla del sud  
patria yo te venero  
y me admiro por tu virtud.*

*Patria de mis amores  
patria de mi ilusión  
Patria humildemente  
hoy te ofrezco mi corazón...*

A pátria Argentina é, nesta canção, o ente para a qual Gardel oferece seu coração e sua vida. Em outra canção, gravada por Gardel no ano seguinte de 1925, chamada *Salve, Patria*, de Eugenio Cárdenas e Guillermo D. Barbieri, ele canta

*Salve patria de titanes,  
que se alzaron arrogantes,  
a los acordes vibrantes, del Himno de López y Planes.  
Quiero, Patria, en mis afanes  
de cantar tu bazarria,  
poner en mi alma bravía  
que las verdades no teme  
la bravura de tu Güemes  
y el verbo de Echeverría...*

*Patria, que en mayo, tu anhelo  
de libertad coronaste,  
y que tu enseña elevaste  
majestuosamente al cielo,  
quiero cantarle a tu suelo  
de onde el brazo proletario  
abre los surcos a diario  
con su pujante entereza  
como honrando la riqueza  
de tu suelo hospitalario.*



*En el sonoro cordaje  
de esta guitarra querida  
va un pedazo de mi vida  
como un lírico homenaje.  
Hoy te brindo mi lenguaje  
que en la estrofa se engalana,  
porque eres la soberana  
Patria, que su amor reparte  
y elevarte el estandarte  
de tu gloria americana.*

Ainda, no ano de 1930, Gardel gravou *Viva la patria*, tango de Anselmo Aieta, letra de Francisco García Jiménez:

*La niebla gris rasgó veloz, el vuelo de un adiós  
y fue el triunfal amanecer de la revolución  
y como ayer, el inmortal, mil ochocientos diez;  
salió a la calle el pueblo radiante de altivez.  
Ver un extraño el opresor cual de un siglo atrás,  
pero en el mismo el pabellón que quiso arrebatarse,  
y al resguardar la libertad, del trágico malón  
la voz eterna y pura por las calles resonó:*

*Viva la patria y la gloria de ser libre.  
Viva la patria que quisieron mancillar.  
Orgullosa de ser argentina,  
al trazar nuestros nuevos destinos,  
viva la patria, de rodillas en su altar.*

*Y la legión que construyó la nacionalidad,  
nos alentó, nos dirigió desde la eternidad,  
entrelazados vio avanzar la capital del sur,  
soldados y tribunos, linaje y multitud.  
Amanecer primaveral de la revolución,  
de tu vergel, cada mujer fue una fragante flor  
y hasta tiñó tu pabellón la sangre juvenil,  
haciendo más glorioso nuestro grito varonil.*



Por fim, em *tango argentino*, de Alfredo Bigeschi e Juan Maglio, Gardel apresenta mais claramente a associação entre o tango e a nação argentina. Gardel gravou este tango em 1929, cuja letra dizia

*Es hijo malevo, tristón y canyengue,  
nació en la miseria del viejo arrabal.  
Su primer amigo fue un taita de lengue...  
su mina primera vestía percal...  
Recibió el bautismo en una cortada  
y fue su padrino un taita ladrón.  
Se ganó el lado flaco de la muchachada,  
que en una quebrada le dio el corazón.  
tango argentino,  
sos el himno del suburbio,  
y en jaranas o disturbios  
siempre supiste tallar.  
Y que en los patios  
con querosén alumbrados,  
los taitas te han proclamado  
el alma del arrabal...  
De tus buenos tiempos aún hoy palpitan  
El choclo, El Pelele, Taita, El Cabure,  
La Morocha, El Catra y... La Cumparsita  
aquel Entrerriano, y el Sábado inglés...  
Que quieren aquellos jailaifes del centro  
que te han disfrazado y te han hecho un bacán,  
serás siempre extraño en su aristocracia,  
en cambio sos hijo allá en tu arrabal...  
tango argentino,  
el de cortes compadrones,  
rezongo de bandoneones  
y sollozos de violín.  
Y que en los patios  
con querosén alumbrados,  
los taitas te han proclamado  
el alma del arrabal...*



Nesta canção, a associação entre as representações das identidades populares e as representações nacionais é explícita a tal ponto que Gardel chega a afirmar que o tango argentino é um hino do subúrbio. Por transferência de sentido, ele está dizendo que representações nacionais são oriundas das camadas populares. Mais ainda, usa a imagem do hino, representação musical oficial de uma nação, para identificar o tango como representante do subúrbio de Buenos Aires.

Quando a UNESCO passou a assumir a responsabilidade pela promoção do patrimônio cultural imaterial da humanidade e iniciar, a seguir, o processo de inscrição desses bens, artistas e intelectuais na Argentina e no Uruguai travaram de certa forma uma disputa em termos de definir a qual destas duas nações pertencia o tango e Gardel. Numa tentativa de resolução do conflito, foi aprovado pela UNESCO, em 2009, o tango como patrimônio cultural imaterial da Argentina e do Uruguai. Apesar de resolvido como ocorreria esse registro pela UNESCO<sup>3</sup>, do ponto de vista de artistas, intelectuais e das próprias ações dos governos nacionais e municipais a questão não pareceu estar tão resolvida. Especialmente em relação a Gardel, as ações realizadas por governos nacionais e municipais foram predominantemente na perspectiva de afirmá-lo com pertencente a uma ou a outra identidade nacional.

Ao abordar a relação do tango com o “mundo das instituições” na Argentina, Julián Barsky (2016) afirma ter havido uma primeira etapa, entre os anos de 1880 e 1930, na qual o tango e todas as suas formas de manifestação eram praticamente ignorados pelo Estado. Entre os anos de 1930 e 1983 haveria, segundo o mesmo autor, uma segunda etapa, quando o tango passou a sofrer controle principalmente quanto ao conteúdo que é veiculado, no âmbito de uma indústria cultural já bastante desenvolvida. Finalmente em uma terceira etapa, do ano 1983 até os dias de hoje, o tango conta com ações ativas por parte do Estado, com destaque para o surgimento da consciência para a sua preservação e com legislação específica (Barsky, 2016, p. 56-57).

Para o projeto que foi aprovado pela UNESCO em 2009, os governos de Argentina e Uruguai tiveram que se comprometer a realizar uma série de ações para a preservação e

---

<sup>3</sup> O registro é feito indicando a qual ou quais países esse patrimônio é vinculado e o tango foi registrado como uruguaio e argentino.





promoção do tango como patrimônio imaterial da região platina, e não especificamente de uma nação.

A figura de Gardel é de extrema importância nos dois países e possui fortes vínculos com as duas identidades nacionais. Desde 1977, os argentinos celebram o Dia Nacional do tango, em 11 de dezembro, dia de nascimento de Carlos Gardel, e o Decreto 1235 do Poder Executivo Nacional criou, em 1990, a Academia Nacional Del Tango (pertence ao Ministério da Ciência e Tecnologia da Republica Argentina).

A lei argentina nº 23.980 de 1991 foi uma das primeiras que surgiu especificamente voltada para o tema do tango, criando a *Instituto Nacional del Tango*, que ficaria sob a responsabilidade da então *Subsecretaría de Cultura de La Nación* e deveria se ocupar de diversas atividades para a valorização do gênero. O texto dessa lei apresenta como objetivos a promoção do tango no país e no exterior e a realização de atividades culturais voltadas para sua divulgação, como a organização de um museu próprio sobre o tema e o incentivo de pesquisas específicas sobre o assunto. A mesma lei também estabelece a criação do prêmio Carlos Gardel, de caráter anual, atribuído a artistas que se destacassem na prática do tango.

Embora essa lei tenha criado uma instituição, o tango não havia ainda sido classificado como patrimônio, ato que ocorreu com a aprovação da lei nacional nº 24.684 de 1996, que atribui ao tango o status de "*parte integrante del patrimonio de la Nación*". Para esse reconhecimento, foram consideradas diversas formas nas quais o tango se manifesta, tais como a música, as letras, a dança e as representações plásticas alusivas. A lei determina que é de interesse nacional as diversas atividades que venham a promover o tango na Argentina, através de estímulos fiscais, e no exterior, com a previsão de facilidades alfandegárias para transporte de equipamentos específicos para a prática desta expressão cultural em outros países.

A criação do *Museo Casa Carlos Gardel*, fundado em Buenos Aires em 2003, já se insere nesse contexto em que a noção de patrimônio imaterial é central. No mesmo ano da inauguração, o governo da cidade de Buenos Aires publicou um livro sobre esse museu, cujo prólogo é escrito pelo próprio chefe do governo da Cidade de Buenos Aires Aníbal Ibar-



ra<sup>4</sup>. É interessante perceber que Ibarra, advogado e político, não é um especialista em Gardel, nem em tango, mas se propõe a escrever sobre a importância de Gardel. Isso pode ser interpretado como mais uma demonstração da própria importância de Gardel para Buenos Aires. O chefe de governo pode não ser especializado no tema, mas deve saber sobre os elementos da cultura importantes para a cidade.

No mesmo livro, há uma nota, escrita por Jorge Telerman, Secretário de Cultura da Cidade de Buenos Aires, um texto intitulado *Un homenaje legítimo y necesario*, escrito por Silvia Fajre, subsecretária do patrimônio cultural da cidade de Buenos Aires, um *Prólogo del Editor*, escrito por Mónica Guariglio, diretora geral de museus da cidade de Buenos Aires, e um texto intitulado *La restauración del Museo Casa Carlos Gardel*, escrito pelo arquiteto Martín Luis Italiano. Todos estes textos tem em comum um objetivo de convencer o leitor de que a importância de Gardel para Buenos Aires é tanta que se faz necessário que o poder público realize investimentos como esses (do Museu e do livro) para a preservação e promoção da memória sobre esse artista.

O acervo do museu conta com discos e filmes de Gardel, objetos que pertenceram ao artista e uma biblioteca composta basicamente por obras sobre ele e sobre o tango na Argentina. Há uma exposição permanente em algumas das salas do museu. Na sala Hamlet Pelusso, estão expostos móveis, objetos e fotos associadas a momentos da vida de Gardel na Argentina. Na sala "*Carlos Gardel suena en la radio*", que era anteriormente o aposento no qual estava o escritório, a exposição de fotografias e trechos de jornais demonstra a atuação de Gardel em emissoras de rádio de Buenos Aires.

O livro lançado sobre o *Museo* possui artigos de diversos autores que abordam diversas facetas de Gardel: o encontro de Gardel com o tango, os compositores das suas canções, seus filmes seu estilo, sua paixão pelo turfe, suas trajetórias em Paris e Nova Iorque, etc. De diversas formas, são estabelecidas relações de vínculo de Gardel com Buenos Aires ou como representante da Argentina no exterior. Alguns dos textos dedicam-se mais especificamente a isso. Em *Gardel Buenos Aires*, de Eduardo Vázquez, é abordada justamente a identificação entre Gardel e a capital argentina. Isso, segundo o autor, teria continuado a

---

4 Candidato eleito em 2000 como chefe do governo da cidade pela *Alianza para el Trabajo, la Justicia y la Educación*, coalizão política que unia a União Cívica Radical e a Frente País Solidário.



se desenvolver após seu falecimento. Nesse sentido, percebe-se que as ativações patrimoniais realizadas no Museu Casa Carlos Gardel foram predominantemente direcionadas para afirmar Gardel como associado à cidade de Buenos Aires e àquela nação, mesmo que admitindo que o artista tenha nascido em outro país. Ele seria, nessa versão, um imigrante que se tornou extremamente portenho e argentino, como tantos outros imigrantes que chegaram à Argentina na mesma época e que, justamente nesse período do início da carreira do cantor, passaram a ter direito a voto com a lei Saenz Peña, de 1912. A relação do maior cantor de tango de todos os tempos com a identidade nacional argentina se daria não pelo dado do local de seu nascimento, mas por toda uma trajetória de vida desde a infância bem como pela recorrente representação em sua obra do vínculo com aquela cultura e nação.

Na outra margem do rio da Prata, uruguaios se mobilizaram para afirmar Gardel como associado à sua identidade nacional. Em 2003, por iniciativa do governo uruguaio, a UNESCO incorporou a voz de Gardel no Programa Memória do Mundo. Especificamente, tratou-se da conservação de 800 discos originais gravados por Gardel que pertencem ao colecionador uruguaio Horacio Lorient. Também no Uruguai, em 2005, houve criação da Federação Uruguaia de tango.

Em 2012, um conjunto de autores publicou um livro intitulado *Gardel es uruguaio* (Posada, 2012). Essa publicação parece ser uma resposta à publicação de 2003 sobre o Museo Casa Carlos Gardel. Nela, todos os autores, a partir de distintas perspectivas e utilizando diversa documentação, afirmam a nacionalidade uruguaia de Gardel. A elaboração dessa obra certamente é influenciada pelas disputas nacionalistas motivadas pelas ativações patrimoniais sobre o tango.

Carlos Arezo Posada (coordenador do projeto-livro "*Gardel es uruguayo*") dividiu a temática gardeliana em cinco etapas: a) Ponte do ouvido (primeiros estudos sobre a temática, com ênfase no trabalho de Erasmo Silva Cabrera, de 1967), b) Resgate da memória (estudos em periódicos, entrevistas, documentos oficiais), c) A volta de "*tuerca*" (a revalorização do trabalho de Cabrera, com novas visões, sobretudo sociológicas), d) A criação do movimento nacional (a militância sistemática à partir de 1995, reivindicando a nacionalidade de Gardel) e, e) A consolidação e internacionalização da tese uruguaia (seus meios de comunicação e difusão). Seu suporte argumentativo repousa sobre uma extensa pesquisa



documental, que coloca o sujeito Carlos Gardel dentro de determinado tempo e espaço (a cidade de Tacuarembó a partir de fins do século XIX, com toda a sua efervescência cultural e artística de influências europeias).

A reivindicação da nacionalidade uruguaia gira em torno da declaração de nascimento em Tacuarembó (entre os autores dos capítulos do livro, Juan Moreno Gómez apresentou a cédula de estrangeiro de Gardel para ingressar na Venezuela e Jorge Hegedus destacou o fato de que, após o artista ter sido liberado do Hospital em um incidente armado em 1915, ele se dirigiu primeiramente a Tacuarembó), do seu reconhecimento jurídico, de reportagens em que o próprio Gardel reconhece ter nascido em Tacuarembó, além de crônicas com referências a sua nacionalidade. Contudo, Posada (2012) não nega que a Argentina foi, de fato, a pátria artística de Gardel (que ganhou sua cidadania em 1923), mesmo que este tenha circulado por vezes no Uruguai, de 1915 a 1935.

A documentação utilizada por Posada (2012) e por outros autores do livro para comprovar a nacionalidade uruguaia de Gardel (boa parte dessa documentação encontra-se no Museo Carlos Gardel, em Tacuarembó) é composta pelos seguintes documentos: a) Registro de nacionalidade uruguaia do Consulado Uruguaio em Buenos Aires, ficha de 8 de outubro de 1920. b) Cédula de identidade nº 383.017 expedida em Buenos Aires em 4 de novembro de 1920 (consta seu nascimento em Tacuarembó em 11 de dezembro de 1887). c) Certificado de Boa Conduta nº 218.125, ficha de 15 de fevereiro de 1923 (emitida pela polícia federal após o golpe de estado de José Félix Benito Uriburu). d) Carta de cidadania argentina de 7 de março de 1923. e) Livro de inscrição de 9 de maio de 1923, nº 1717. Selo Militar (consta seu nascimento em Tacuarembó em 11 de dezembro de 1887). f) Ficha Eleitoral, nº 236.001 (consta seu nascimento em Tacuarembó em 11 de dezembro de 1887). g) Passaporte e novo certificado Boa Conduta de 11 de outubro de 1927 (consta seu nascimento em R. O. de Uruguai em 11 de dezembro de 1887). h) Passaporte e certificado de Boa Conduta renovados. i) Autorização para trabalhar em Paris, de 16 de março de 1931, outorgada em Paris (consta seu nascimento em Tacuarembó em 11 de dezembro de 1887). j) Passaporte expedido na Oficina Consular Argentina na cidade de Niza, França, em 31 de dezembro de 1932. k) Escritura pública outorgada em Montevideu, em 30 de outubro de 1933. Aquisição de três terrenos em “Playa La Mulata” (consta seu nascimento em Tacuarembó em 11 de dezembro de 1887). l) Renovação do passaporte nº 02421, em Buenos



Aires, em 2 de novembro de 1933. m) Cédula de Registro de Estrangeiros para os Estados Unidos da Venezuela, de 20 de abril de 1935 (consta seu nascimento em Tacuarembó em 11 de dezembro de 1887). Os autores do livro também se utilizam de várias entrevistas e reportagens publicadas na imprensa<sup>5</sup>. Alguns desses documentos foram reproduzidos em tamanho aumentado e expostos no museu Carlos Gardel de Tacuarembó.

Nas comemorações do setuagésimo aniversário da morte de Gardel, o governo de Tacuarembó convidou o arquiteto (pioneiro na investigação gardeliana) Nelson Boyardo, para falar sobre o artista, exaltado como símbolo da identidade nacional uruguaia. No livro, Boyardo fez questão de discutir a sua obscura origem e o debate em torno disto<sup>6</sup>. No mesmo livro, Martina Iñiguez refuta a tese de que Gardel teria nascido em Toulouse, na França, e que, na verdade, ele era filho de Carlos Escayola com María Leila Oliva, cunhada de Escayola (motivo pelo qual Gardel não poderia ter sido registrado no livro de registros civis de Tacuarembó)<sup>7</sup>. Segundo a autora, a origem francesa não passaria de uma manobra de Armando Defino (produtor de Gardel) para que Berthe Gardes (que cuidou de Gardel desde criança) administra-se os bens do artista após a sua morte.

Neste sentido, a origem francesa, tomada como “história oficial”, seria uma falsa historiografia, dadas as suas inconsistências documentais em que Gardel afirma ter nascido

---

<sup>5</sup> Reportagens, entrevistas e Crônicas:

El Heraldo – San Fructuoso. Crônica. 1890.

El Tiempo – Montevideu – Comentário de 1915 citado por Boyardo (2000).

El Día – Maldonado – Comentário sobre a apresentação de 18 de fevereiro de 1918. Luis Edelmiro Chelle.

El Telégrafo – Paysandú – Comentário sobre a apresentação de 2 de abril de 1919 e 25 de outubro de 1933.

La Razón – Montevideu – Comentário sobre a apresentação de 7 e 13 de janeiro de 1921 e de 17 a 30 de setembro de 1929.

El Imparcial – Montevideu – Comentário sobre a apresentação 13 de julho de 1930.

El Día – Montevideu – Comentário sobre a apresentação de 29 de setembro a 8 de outubro de 1933.

La tribuna popular – Montevideu – Entrevista com Carlos Gardel, 4 de outubro de 1933.

El Plata – Montevideu – Comentário sobre sua presença no hospital, 8 de outubro de 1933.

Comentários sobre sua morte em 1935:

a) La Mañana – Montevideu – Comentário sobre seu nascimento em Tacuarembó, 25 de junho.

b) El Diario, 25 e 29 de junho.

c) La Mañana, 27 de junho.

d) La tribuna popular, 27 de junho e 3 de julho.

e) El pueblo, 28 e 29 de junho e 4 de julho

El País – Montevideu – Gardel Oriental. Alegato por la verdad. 1975.

<sup>6</sup> BOYARDO, Nelson. Carlos Gardel. IN: POSADA, Carlos Arezo (org.). *Gardel es uruguayo*. Montevideu: Ediciones de La Plaza, 2012. P. 15-30.

<sup>7</sup> IÑIGUEZ, Martina. Carlos Gardel era uruguaio. IN: POSADA, Carlos Arezo (org.). *Gardel es uruguayo*. Montevideu: Ediciones de La Plaza, 2012. P. 65-100



em Tacuarembó. Dessa forma, os artigos escritos nesse livro por Ricardo Ostuni, Nelson Sica Dell'Isola e José Monterroso Devesa observam a vinculação de Gardel com um nativismo rio-platense, e, a repercussão disto na sua constituição artística, sobretudo em suas primeiras gravações.

No ano seguinte ao da publicação desse livro, entre 27 e 30 de setembro de 2013, foi realizado em Montevideu o Colóquio Internacional “*El tango ayer y hoy*”, organizado pelo *Centro Nacional de Documentación Musical Lauro Ayestarán*, que pertence ao Ministério da Educação e Cultura do Uruguai. No ano seguinte, foi publicado o livro resultante desse evento, reunindo artigos de alguns dos principais pesquisadores sobre o tango de diversas áreas do conhecimento (antropologia, musicologia, literatura, entre outros). O primeiro capítulo do livro, escrito por Daniel Vidart (2014), antropólogo catedrático de antropologia da *Universidad de la República*, trata justamente de Gardel.

Vidart faz um resumo da bibliografia que tratou da nacionalidade de Gardel:

*Hoy se sabe todo o casi todo lo que puede saberse de un hombre cuyos cronistas contemporáneos han restituido a una vulgar si bien controvertida biografía. Sólo restan dudas acerca del lugar de su nacimiento. El periodista compatriota Erasmo Silva quiso probar, mediante fotocopias de desteñidos papeles recatados en un libro erudito (y por momentos sorprendente), que Gardel, uruguayo de nacimiento, era hijo natural de un terrateniente ganadero de Tacuarembó [...] Tras él, con una argumentación más afinada y caudalosa, vinieron luego Nelson Bayardo y Eduardo Payssé González, cuyos estudios han reforzado, claro que entre un núcleo de etnocentristas indondicionales, la hipótesis del gardel uruguayo. [...] Por su parte, y también esgrimiendo ‘pruebas irrefutables’, ciertos argentinos, tan chovinistas como desinformados, reivindican el porteñismo absoluto del Morocho del Abasto. Finalmente están los que afirman como el aval de elusivos registros parroquiales que el Zorzal Criollo era un pájaro de outro nido, o sea un ruiseñor francés de Toulouse [...] (Vidart, 2014. p. 17-18.)*

Vidart (2014), tal qual o autor desse artigo, afirma não se interessar pelo verdadeiro local de nascimento de Gardel, mas pela importância dessa questão entre uruguaios e argentinos por sua associação com essas identidades nacionais. Esse livro de 2014 é composto de diversos estudos acadêmicos sobre o tango no Uruguai. Contudo, não há um objetivo específico de comprovar a nacionalidade uruguaia de Gardel, como no livro de 2012.

O *Museo Carlos Gardel* parece possuir o mesmo objetivo do livro *Gardel es uruguayo*. O museu foi criado por decreto da Junta Departamental de Tacuarembó em 1985. Contudo,



os esforços para sua constituição foram verificados especialmente na primeira década do século XX, tendo o mesmo sido inaugurado apenas no dia 11 de dezembro (dia do aniversário de Gardel) do ano de 2009.

O museu não está localizado na casa na qual teria vivido Gardel (diferentemente do Museo Casa Carlos Gardel, em Buenos Aires, construído justamente na casa que foi sua residência naquela cidade, no bairro do Abasto), mas no prédio no qual esteve situada a primeira emissora de rádio de Tacuarembó. Ele expõe de forma permanente documentos que comprovariam a nacionalidade uruguaia de Gardel. A versão sobre a nacionalidade de Gardel apresentada pelo *Museo* afirma que ele era filho de um rico fazendeiro de Tacuarembó chamado Carlos Escayola em uma relação adúltera com sua cunhada menor de idade chamada María Lelia. Teria sido por esse “escândalo” que a gravidez foi mantida em sigilo e, após o nascimento, o filho foi entregue a uma criada de origem francesa chamada Berta Gardes, que o adotou e migrou para a Argentina.

A documentação exposta nesse museu é composta por cópias de documentos oficiais e matérias publicadas em jornais, algumas das quais reproduzem falas de Gardel em entrevistas nas quais ele afirma ser uruguaio. Os críticos a essa documentação oficial como prova da nacionalidade uruguaia de Gardel afirmam que eles podem ter sido emitidos para evitar problemas legais como o serviço militar obrigatório na Argentina, por exemplo.

O museu de Buenos Aires, como se poderia imaginar, possui um acervo maior e mais complexo em termos de objetos que pertenceram a Gardel, já que se trata justamente do lugar no qual ele residiu. Não possuindo um acervo assim, o museu de Taquarembó utiliza-se de documentos que comprovariam o nascimento de Gardel naquela cidade como uma forma de reivindicar para a cidade e para a nação uruguaia parte do significado desse patrimônio.

O último museu criado dedicado a Gardel foi do lado uruguaio. A casa onde o artista costumava passar temporadas abriga dois museus: um dedicado a Gardel e outro ao turfe, já que o proprietário do imóvel, Francisco Maschio, era um importante treinador de cavalos de corridas e amigo de Gardel, que também amava o turfe.

Após o tango ter se tornado fenômeno de sucesso na Europa no início do século XX, o tango passou a ser mais aceito e valorizado pelas elites e segmentos médios argentinos



e uruguaio e passou inclusive a ser motivo de orgulho e apresentada como representativa dessas identidades nacionais. O cantor máximo do tango, Carlos Gardel, foi especificamente ainda mais disputado entre esses dois nacionalismos.

A Argentina, em 1938, e o Uruguai, em 1971, criaram instituições para proteção do patrimônio que focalizaram especificamente o material<sup>8</sup>. O tango, contudo, apesar de sua grande importância em ambos os países, esteve à margem da legislação e das práticas de proteção como patrimônio realizada por esses governos praticamente até a última década do século XX. As discussões sobre patrimônio imaterial possibilitaram com que o tango ocupasse lugar nesse campo do patrimônio, sendo criadas instituições, legislação e práticas de preservação para ele em ambos os países.

Em relação a Gardel, essa institucionalização manifestou-se, entre outras formas, através da criação dos dois museus analisados nesse artigo. Verificou-se que as disputas pela identidade nacional de Gardel travadas entre uruguaio e argentino no decorrer do século XX continuaram no XXI e encontraram, no campo do patrimônio, um novo espaço. As ativações patrimoniais realizadas nos dois países em relação a Gardel buscaram e reutilizaram discursos construídos desde a época da trajetória do cantor acerca de sua nacionalidade dando continuidade e reforçando disputas travadas anteriormente.

## REFERÊNCIAS

BARSKY, J. **El tango y las instituciones:** de olvidos, censuras y reivindicaciones. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad Abierta Interamericana, 2016. Disponível em: <https://www.uai.edu.ar/investigacion/publicaciones/TESEO/16Barsky/El%20tango%20y%20las%20Instituciones.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N. 23. 1994

KERBER, A. **Carlos Gardel e Carmen Miranda:** representações da Argentina e do Brasil. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

---

<sup>8</sup> Respectivamente, a *Comisson Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Historicos* e a *Comisión del Patrimonio Histórico, Artístico y Cultural de la Nación*.





MUSEO CASA CARLOS GARDEL. El Museo. S.d. Disponível em: <http://www.buenosaires.gov.ar/museocasacarlosgarde>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MUSEOS DE BUENOS AIRES – DIRECCIÓN GENERAL. **Para vos, morocho. Museo Casa Carlos Gardel**. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2003.

POSADA, C (org.). **Gardel es uruguayo**. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2012.

PRATS, L. **Antropología del patrimonio**. Barcelona: Ariel, 2004.

VIDART, D. G.: siglo XXI. IN: AHARONIÁN, C. (org.). **El tango ayer y hoy**. Montevideu: Centro Nacional de Documentación Musical Lauro Ayestarán, 2014. P. 17-18.



# A INSÍGNIA DO PECADO: *THE MAGDALENE SISTERS*



Cristina Ennes da Silva

Tiago Silva





## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Irlanda, 1964. Em uma festa de casamento, diante de uma plateia atenta, um padre entoa uma canção religiosa. “Ele disse que ela jurava em falso, pois já tinha seis belos filhos. [...]. Dois dos filhos estão enterrados no estábulo, perto do poço no fundo do vale. [...]. Você tocará um sino por sete anos, mas o senhor salvará minha alma de todo esse inferno” (Mullan, 2002, 53s).<sup>2</sup> Após o término da canção, os convidados aplaudem entusiasticamente a apresentação do clérigo, enquanto Margaret e seu primo Kevin sobem para o sótão da casa onde a festa acontece. No salão de festas, as pessoas dançam, bebem e sorriem umas para as outras, enquanto Margaret é estuprada pelo primo no andar de cima. Um crucifixo balança sob uma cadeira ao mesmo tempo em que Kevin reaparece diante de todos, aturdido. Ele dança, bebe cerveja e observa Margaret aproximar-se dos demais, como se nada houvesse acontecido entre os dois. Ela, por sua vez, relata o ocorrido para uma das convidadas, que logo discute com o rapaz e expõe o episódio para o pai da jovem. Rapidamente, o pai fecha-se em uma sala com outros homens da família, o padre e o próprio agressor para descobrir, absorto nas interpretações masculinas, a conclusão óbvia do ocorrido: a culpada é a mulher que seduziu e conduziu o homem ao pecado.

Morando em um orfanato irlandês, Bernadette também é considerada culpada: pela sua ousadia, pela sua dissimulação, pela sua beleza. “Não é pecado ser bonita, Bernadette? Não. Olhem a Virgem Maria, por exemplo. Ela não é bonita? É pecado ser vaidosa, a vaidade sim é um pecado” (Mullan, 2002, 09min17s). No intervalo das aulas, conversa com os meninos que brigam nos portões para melhor admirá-la. Pedem beijos, fazem perguntas, pedem para que mostre as pernas para todos. “Mostre mais do que as pernas, Bernadette” (Mullan, 2002, 09min49s). Quando a inspetora da instituição manda os garotos embora, Bernadette permanece imóvel no pátio. Eles voltam. Voltam e continuam a fazer os mesmos pedidos para ela. “Ela está provocando a gente”

---

<sup>1</sup> Artigo original: SILVA, C. E. da; SILVA, T. A insígnia do pecado: The Magdalene Sisters. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n.2, e60353, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n260353, Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n260353/44138>. Acesso em: 06 de junho de 2025.

<sup>2</sup> Todas as citações nesta apresentação introdutória do filme são diálogos retirados das cenas iniciais do longa-metragem irlandês lançado no ano de 2002, *The Magdalene Sisters*, que na tradução brasileira tem por título *Em Nome de Deus*. O filme tem roteiro e direção de Peter Mullan e traz no elenco as atrizes Geraldine McEwan, Anne Marie Duff, Nora Jane Noone, Dorothy Duffy e Eileen Walsh



(Mullan, 2002, 10min29s). Quando um sinal anuncia o fim do intervalo, as meninas correm para voltar às suas atividades corriqueiras, mas Bernadette continua a conversar com os garotos, sem saber que é observada. Horas depois, a cama vazia e os pertences pessoais jogados no chão indicam ao espectador que Bernadette não está mais no orfanato. Seu exemplo, visto como lascivo, não era bem visto para as demais. Era necessário mandá-la embora.

Não muito longe dali, Rose encontra-se em uma cama de hospital, após dar à luz ao seu primeiro filho. Com o bebê no colo, ela tenta sensibilizar a mãe que permanece gélida, fechada e impassível perante o neto bastardo. “Mãe, já disse que estou arrependida. Sei que o que fiz foi pecado. Mas olhe para ele. Não pode culpá-lo por algo que ele não fez. Sei que envergonhei você e o papai” (Mullan, 2002, 11min41s). O pai aparece na porta do quarto, sombrio. Chama a jovem que deixa o filho na cama e vai ao seu encontro. O pai está junto a um padre que pertence a uma sociedade de adoção para pais católicos. Um padre que levará a criança consigo. “Um filho ilegítimo é um bastardo. Quer que ele seja um pária, rejeitado e humilhado pela sociedade decente?” (Mullan, 2002, 12min46s). Rose reluta, não quer abandonar o filho. “Quer que a criança pague por um pecado seu e não dela? Eu digo: seu, e não dela!” (Mullan, 2002, 13min01s). Desolada, a jovem aceita entregar o bebê para adoção. “Quer lhe dar a chance de ter pais decentes, amorosos e católicos? Assine aqui” (Mullan, 2002, 13min10s). Rose assina, enquanto pergunta ao pai se ele viu o rosto do neto. Após uma fria negação, Rose observa seu filho sendo levado pelo padre, ao passo que brada pela anulação dos papéis que o entregam para adoção. Aos prantos, Rose pede em vão que o filho não seja levado para longe de si.<sup>3</sup>

As três cenas supracitadas constituem a sequência inicial do longa-metragem *The Magdalene Sisters*, que narra a história de um convento na Irlanda da segunda metade do século XX, onde mulheres eram mandadas para “pagar” pelas mais diversas falhas morais: desde sexo antes do casamento e gravidez indesejada, até motivos mais “brandos” como dissimulação, desobediência familiar e vaidade. Margaret, Bernadette e Rose são apenas alguns dos exemplos apresentados ao longo da narrativa

---

<sup>3</sup> Como mostram as informações finais presentes na narrativa fílmica, a partir de entrevistas e pesquisas realizadas por Mullan e sua equipe cinematográfica para compor a obra, ela só o encontrará 30 anos após este acontecimento.



fílmica,<sup>4</sup> que traz um cenário pouco aprazível do feminino em algumas esferas da sociedade irlandesa dos anos 1960. Não obstante, no filme, a mulher é a culpada por todos os males morais e físicos deste espaço, seja ludibriando e envolvendo os homens em armadilhas sexuais, seja simplesmente desobedecendo às normas sociais no âmago societário dos grupos em que está inserida, evidenciando uma construção que tem suas raízes históricas na mentalidade do medievo, época em que a mulher era percebida como a encarnação do próprio mal, a presa favorita nas armadilhas de Satã.

Sendo assim, neste texto, ao se analisar a insígnia do pecado: representações do feminino e a presença do imaginário medieval no filme *The Magdalene Sisters*, objetiva-se estabelecer uma reflexão entre o imaginário medieval em relação à mulher durante esse período e a presença desta concepção imaginária como construtora de sentidos na narrativa fílmica de Peter Mullan (2002). Por meio da análise das representações sociais da mulher medieval, bem como das alegorias presentes no longa-metragem, procura-se compreender este imaginário social acerca do feminino como um elemento de permanência histórica, aqui compreendida como o conjunto de padrões que resiste e persiste por gerações em determinados grupos sociais, dando-lhes coesão de ideias, valores, características etc. (Le Goff, 1976), já que a narrativa fílmica se baseia em fatos de cunho verídico. Por meio das situações apresentadas ao longo do filme, em que a conjuntura cunhada em relação à mulher evidencia uma realidade hostil perante o que é apresentado, se busca refletir acerca das representações cinematográficas e de seus significados, a partir deste passado histórico medieval.

## 1 ENTRE A SANTA E A PECADORA: O IMAGINÁRIO MEDIEVAL E A CONSTRUÇÃO DO FEMININO

Para melhor entender a presença do imaginário medieval na narrativa fílmica de *The Magdalene Sisters*, se faz necessária a devida contextualização da imagem relativa à

---

<sup>4</sup> Estima-se que cerca de 30.000 mulheres foram detidas em conventos na Irlanda. Apesar das denúncias, a última lavanderia fechou apenas no ano de 1996. Em 2011, o comitê da ONU (Organização das Nações Unidas) contra tortura pediu ao governo irlandês a instalação de um inquérito que investigasse os maus-tratos cometidos contra mulheres entre os anos de 1922 e 1996. Para aprofundamento sobre a questão, sugere-se a leitura da obra de James Smith publicada pela University of Notre Dame Press, chamada *Ireland's Magdalen Laundries and the Nation's Architecture of Confinement*.



mulher na mentalidade coletiva do medievo, a fim de se compreender o processo de significação acerca do feminino com base nesta misógina no decorrer do filme.<sup>5</sup> Elencar as representações do feminino neste período histórico é, portanto, de cabal relevância neste estudo.

No período medieval, o homem criava sentidos para a realidade na qual estava incurso a partir da sua relação com o sagrado. O mundo circundante era percebido com base naquilo que Hilário Franco Júnior (2006) chama de *hierofania*, que é a manifestação do sagrado e do profano em todas as instâncias da vida cotidiana dos sujeitos, já que a cosmologia medieval ligava todas as partes do universo entre si, sem distinções abruptas entre o mundo terreno e o mundo sobrenatural. Neste sentido, considera que o cristianismo está centrado na maior *hierofania* possível – Deus se fez homem. Sendo assim, “o *mundus* devia ser compreendido pela essência de seus seres e de seus fenômenos” (Soares, 2011, p. 189).

Esta percepção mantinha-se fortemente alimentada pela vulnerabilidade do homem mediante as forças naturais, típicas de sociedades essencialmente agrárias como a do medievo, sendo que elementos culturais exógenos e endógenos alinhavam-se de forma socialmente complexa. Sob este prisma, “[o] mundo era, pois, permeado de seres e fenômenos que ultrapassavam qualquer lógica, autocentrada ou interna” (Soares, 2011, p. 189). E, em uma sociedade em que uma das características na mentalidade coletiva era o *hierofanismo* pautado na presença constante do fantástico, e onde a sobrevivência diária dependia do acaso natural percebido como sobre-humano, o caráter bélico do mundo exemplificado pelos membros do clero e lido na cotidianidade dos sujeitos, a partir de sua injunção espiritual, era intensamente vivenciado. Deste modo, o *belicismo* pautado na luta constante entre o bem e o mal é outra característica tácita da mentalidade medieval que “decorria da presença constante daquelas manifestações sagradas nas suas duas modalidades, que vistas do ponto de vista humano, eram benéficas ou maléficas” (Franco Jr., 2006, p. 146).

---

<sup>5</sup> Em sua obra *Idade Média: O nascimento do ocidente*, Hilário Franco Jr. (2006) caracteriza a mentalidade coletiva medieval a partir de elementos como a hierofania, o simbolismo, o belicismo e o contratualismo, considerando por mentalidade “o plano mais profundo da psicologia coletiva, no qual estão os anseios, esperanças, medos, angústias e desejos assimilados e transmitidos inconscientemente, e exteriorizados de forma automática e espontânea pela linguagem cultural de cada momento histórico em que se dá essa manifestação” (p. 256).



Neste sentido, o imaginário medieval se revelava na concretude da vida cotidiana da Idade Média como um grande campo de forças antagônicas, em que as almas eram disputadas por dignitários da salvação e por agentes de Satã. As representações imagéticas, ornadas em pinturas, esculturas, iluminuras, textos eclesiásticos etc., estavam impregnadas da mentalidade bélica inerente à sociedade feudal, tanto no âmbito da vida terrena, como no âmbito dos lugares reservados ao além. Estas representações evidenciavam a luta existente entre Deus e o Diabo, da qual todos eram partícipes, sendo que, não obstante, explicitava-se a necessidade de se escolher um dos lados pelo qual lutar, o que se confere no que Franco Jr. (2006) chama de *contratualismo* presente neste imaginário, uma espécie de contrato firmado entre uma das partes envolvidas no duelo sacro medieval. Esta essencialidade bélica revelava-se em diferentes momentos da vida do indivíduo, pois estava atrelada a uma construção arraigada na coletividade da sociedade feudal, uma vez que o imaginário que se estabelece é, no argumento de Pesavento (1995), “[...] representação, evocação, simulação, sentido e significação, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber” (p. 24).

Da mesma forma, Maffesoli (2001) aponta que “o imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável” (p. 75), o que denota uma “leitura coletiva” da realidade, sem a necessidade de uma efusão concreta, de um sentido meramente físico. Deste modo, se a compreensão do mundo se dava por intermédio da hierofania supracitada, a estrutura social mantinha-se por meio da fé naquilo que era dado, percebido e apreendido na vida coletiva. E isso não apenas no campo das forças materiais, mas também no âmbito mental, visto que a mentalidade “é o plano mais profundo da psicologia coletiva, no qual estão os anseios, esperanças, medos, angústias e desejos assimilados e transmitidos inconscientemente [...]” (Franco Jr., 2006, p. 184).

Assim sendo, o período medieval deu grande importância para as imagens, tendo em vista que a grande maioria da população europeia do período era iletrada. O uso do conteúdo iconográfico por parte do clero servia tanto para doutrinar os grupos sociais nas premissas de cunho religioso, assim como para repreender os comportamentos indesejáveis, as ofensivas heréticas e as máculas anticristãs. Deste modo, durante a Idade Média,



os membros do clero são aquilo que Baczkó (1985) chama de “guardiões do imaginário coletivo”, visto que “os guardiões do imaginário social são, simultaneamente, guardiões do sagrado” (p. 300). É neste ideário de suplantação ao indesejado, de luta contra os vícios terrenos e as forças demoníacas no combate bélico celestial, bem como do trabalho de legitimação da instituição eclesiástica na sociedade, que se advém às representações do feminino presentes no imaginário do medievo, que no argumento de Chartier (1990) são determinadas pelos grupos que as constroem de acordo com seus próprios interesses, pois, como observa:

As percepções do mundo social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (p. 17).

Fundamentando o pensamento basilar de uma acurada sociedade ou grupo social acerca de determinado assunto, as representações sociais (Santos, 2011) dão sentido ao que é percebido no *corpus* social como algo dado, natural, possuindo assim uma dupla função: manifestar uma ausência, através da distinção entre o que representa e o que é representado (a mulher não é só a mulher, mas um elemento santo ou demoníaco na edificação hierofânica medieval); e a apresentação pública do que é representado (necessita-se mostrar, no seio da vida social, a essência satânica e as formas de atuação da mulher nessa sociedade). Assim, faz-se necessário dar atenção “às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção de sentido” (Chartier, 2002, p. 68). Posto isso, pode-se compreender que as representações sociais ordenam a estrutura do mundo social, definindo papéis, condutas e comportamentos, legitimando um discurso em detrimento de outro e organizando as práticas societárias.

Considerando assim que “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações [...] pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo” (Chartier, 2002, p. 66), as referências icônicas e os discursos sociais que agenciavam a imagem da mulher no medievo eram duplamente intuídos: ao passo que o feminino era sumariamente santificado pela representação da Virgem, mantinha-se por outro prisma





sorrateiramente hostilizado devido à sua natureza maléfica terrena. No que tange à sua essência divina, a história de ascensão da imagem de Maria, mãe de Cristo, alinhava-se, segundo Baschet (2006), com a lógica de promoção do próprio clero católico, o que supunha a necessidade de uma nova leitura acerca do feminino diante desta jactância. Neste sentido, a idiossincrasia da *Virgem Igreja* ou da *Santa Madre Igreja* relaciona a elevação da figura de Maria com a posição da instituição eclesiástica no corpo social, sendo que

as figuras da virgem e da Igreja testemunham, entretanto, a necessidade de dar espaço ao feminino. Convém, de resto, integrá-los à esfera divina, pois Maria é cada vez mais associada à soberania das figuras divinas, a tal ponto que se pode falar de um processo de quase divinização da Virgem (Baschet, 2006, p. 470).

Para o autor, na Baixa Idade Média, o discurso associa de tal forma a Virgem com a Igreja, concebendo-as como uno (Baschet, 2006). Todavia, este caráter divino do feminino não era facilmente alcançável pela mulher comum, tendo em vista que a construção da imagem imaculada se referia à santa Mãe de Cristo em congruência com a própria imagem da instituição clerical – lugar masculino por excelência. Indicava-se que a mulher se mantivesse casta até o casamento, se este fosse o caso. Mas se objetivava, sobretudo, a ausência total das práticas sexuais, pois “o melhor é homem não tocar a mulher. Todavia, para evitar a fornicação, tenha cada homem a sua mulher e cada mulher o seu marido” (Coríntios, 7: 1-3), sendo que “a Igreja, na metade do século XII, acabava de fazer do casamento um dos setes sacramentos a fim de assegurar seu controle” (Duby, 1995, p. 17). Também a Bíblia indicava ao homem acerca de sua esposa: “Separa-te dela quanto ao corpo, a fim de que não abuses sempre de ti” (Eclesiástico, 25: 36), e São Jerônimo, representante da imensa maioria dos teólogos da Igreja em início do medievo, declarava no seu *Adversus Jovianum* que “nada é mais imundo do que amar a sua mulher como uma amante” (Nogueira, 1991, p. 15).

Sob este olhar, a feição de Maria, em sua santidade, é o da maternidade imaculada e não em concubinato, o que continua a aquiescer a sua imagem como ideal privilegiado do feminino. Somente a partir deste ideal sagrado é que a mulher teria a possibilidade de salvar-se da culpa por gerar filhos em pecado. Neste aspecto, é a própria mulher



que pode salvaguardar sua aura imaculada, repreendendo seus instintos sexuais e, por conseguinte, do cônjuge, como ressalta Casagrande (1990):

A mulher foi criada por Deus, participou com a Virgem Maria do mistério da Encarnação, contribuiu por meio de inúmeras mulheres santas e piedosas para o desenvolvimento espiritual da cristandade, possui uma alma que está apta a entrar em relação com a divindade, pode salvar e ser salva, praticar a virtude, fugir ao vício, tornar-se exemplo de perfeição moral: é, portanto, capaz de se autocustodiar (p. 121).

Se, por um lado, o sagrado feminino medieval alinhava-se à imagem da Virgem, por outro, sua presença na sociedade denotava maldade, perfídia e devassidão. Sabe-se que, em um período em que a Igreja desfrutou de grande prestígio, sendo a ela legado o papel de preceptora das verdades divinas, a mulher sempre se manteve como coadjuvante dos ritos religiosos. Isso porque a instituição eclesiástica à época era predominantemente masculina. Porém, nas manifestações religiosas populares, percebe-se a presença feminina de maneira fortemente marcada, sobretudo em práticas de cunho mágico e espiritual. Todavia, o envolvimento de mulheres nestas práticas religiosas, vistas como ofensivas heréticas peculiares, foi duramente combatido pela Igreja, que não aceitava outro saber que não o teológico e considerava estas práticas periféricas como feitiçaria. Às mulheres que continuavam a praticar os ritos ou mesmo a colocar formas alternativas de conhecimento em exercício, a tortura e a fogueira eram um destino comum, já que é na feitiçaria “que encontramos a diabolização do feminino em sua total dramaticidade” (Nogueira, 1991, p. 18).

Não obstante, a representação da mulher no período medieval ligava-se fortemente às forças do mal e a sua presença na sociedade era vista quase sempre com desconfiança na edificação bélica da realidade. Esta desconfiança estava presente em diferentes discursos do período, sobretudo por parte de alguns teólogos, para quem Eva não teria sido feita a imagem e semelhança de Deus, mas a partir da costela de Adão, este sim unívoco ao divino. Este fato caracterizaria a inferioridade natural do feminino, pois, como afirma o teólogo Thomas de Aquino em sua *Suma Teológica*, “a mulher foi criada ainda mais imperfeitamente do que o homem [...]. Na geração, o papel positivo é do homem, sendo a mulher apenas um receptáculo. Verdadeiramente não há outro sexo que não o masculino. A mulher é um macho deficiente” (Aquino *apud* Nogueira, 1991, p. 16).



Para além desta questão, Eva, a primeira mulher, foi o elemento intermediário entre o homem e o pecado, levando a humanidade infalivelmente às agruras da danação eterna. “Vendo a mulher que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou-lhe do fruto e comeu, e deu também ao marido, e ele comeu” (Gênesis, 3: 6). A partir do caráter da transgressão de Eva e o que ele apreende, suas sucessoras são percebidas no imaginário do medievo como o meio pelo qual o homem pode ceder às iniquidades terrenas, uma vez que, assim como Eva o foi, elas são as presas e as agentes favoritas de Satã nos seus planos funestos elencados para conceber a perdição dos homens. Diante desta prerrogativa, vários discursos do período salientaram esta natureza diabólica do feminino, como neste excerto de um discurso dos clérigos Cícero e João Crisóstomo, datado do século XVI:

Toda malícia não é nada perto de uma malícia de mulher [...]. A mulher, o que é ela se não a inimiga da amizade, a pena inelutável, o mal necessário, a tentação natural, a calamidade desejável, o perigo doméstico, o flagelo deleitável, o mal por natureza pintada de cores claras? [...]. Uma mulher que chora é uma mentira [...] Uma mulher que pensa sozinha, pensa para o mal apenas (*l/n*: Delumeau, 1999, p. 324).

Da mesma forma, o abade Drouet de Maupertuis afirmava que “[o] diabo não tem via mais segura para perder os homens do que entregá-los às mulheres” (Fargette, 1990, p. 61-63). Também no trecho do poema de Bernard de Morlas, um monge da região de Cluny, redigido no século XII, se evidencia a presença de uma imagem maléfica da mulher no imaginário do período, sendo ela “o trono de Satã”:

A mulher ignóbil, a mulher pérfida, a mulher vil. Macula o que é puro, ruma coisas ímpias, estraga as ações [...]. A mulher é fera, seus pecados são como a areia [...]. Toda mulher se regozija de pensar no pecado e de vivê-lo. [...] A mulher é coisa má, coisa malmente carnal, carne toda inteira. Dedicada a perder, e nascida para enganar, perita em enganar. Abismo inaudito, a pior das víboras, bela podridão [...]. A mulher é uma feroz serpente por seu coração, por seu rosto, por seus atos [...]. Ela é o trono de Satã [...] (*l/n*: Delumeau, 1999, p. 325).

A construção do feminino sob a lógica da diabolização na sociedade feudal estava articulada naquilo que Baschet (2006) denomina de “mecanismos de representação” na



estrutura mental do medievo,<sup>6</sup> já que “uma mesma imagem pode associar significações contraditórias” (p. 512), sem, contudo, apaziguar a intencionalidade das alegorias mentais que suscitam uma interpretação social sobre determinada premissa, uma vez que “longe de ser uma deficiência, tal ambivalência [...] permite que a imagem assuma aspectos importantes do modo de pensar medieval” (p. 512). Esta ambivalência manifestava-se na percepção inerente ao feminino na sociedade do medievo, ora visto como um elemento idiossincrático santo na sua correlação com a instituição clerical, ora como a onipresença do pecado no seio da vida cotidiana terrena. Este último aspecto, no entanto, vigorou com extrema aquiescência no ocidente medieval, devido à crescente perseguição que o sexo feminino sofreu neste período histórico,<sup>7</sup> principalmente com a intensificação das práticas inquisitoriais (Bethencourt, 2000), como demonstra este excerto do *Malleus Maleficarum*,<sup>8</sup> selecionado por Delumeau (1999) para exemplificar a imagem visivelmente negativa da mulher, visto que “Nº 1: Suas palavras são melífluas [...]; Nº 2: Ela é enganadora [...]; Nº 13: Está cheia de malícia. Toda malícia e toda perversidade vêm dela (Eclesiástico, 25); [...] Nº 81: Muitas vezes tomadas de delírio, elas matam seus filhos [...]; Nº 102: Algumas são incorrigíveis [...]” (p. 323).

É por intermédio deste imaginário social, sob a efígie dicotômica entre a santa e a pecadora, que o enredo e a construção de sentidos de *The Magdalene Sisters* foram edificados. O universo da narrativa audiovisual se passa em um asilo, na Irlanda, ao longo dos anos 1960, e baseia-se em histórias reais de mulheres mandadas para conventos a fim de “purgar os seus pecados”. Estes lugares, conhecidos como *Asilos de Madalena*, abrigavam mulheres consideradas “ímpias” ou que não estivessem de acordo com o padrão social vigente, tais

---

<sup>6</sup> Este termo tem sido amplamente utilizado associado aos estudos sobre as mentalidades. Refere-se ao conjunto de elementos que se relaciona a conceitos, modos de pensamento e experiências conscientes e inconscientes, focando em abordagens como crenças, sentimentos, ritos, cerimônias.

<sup>7</sup> Para analisar este tipo de perseguição às mulheres, a feminista e escritora ativista Diana Russel cunhou, pela primeira vez na historiografia feminista, o termo *Femicídio* ou *Feminicídio*. Durante um depoimento em um tribunal de crimes contra as mulheres em Bruxelas, no ano de 1976, a ativista utilizou a expressão para designar os assassinatos de mulheres pelo fato de serem mulheres. Mais tarde, a expressão estendeu-se para designar diferentes discriminações de gênero. No tocante à Idade Média, segundo alguns autores como Jacques Le Goff e Georges Duby, o feminicídio teve seu auge entre os séculos XII e XVI. E, muito embora o Tribunal do Santo Ofício tivesse em vista combater hereges de ambos os sexos, a grande maioria dos réus era constituída por mulheres.

<sup>8</sup> *Malleus Maleficarum*, ou Martelo das Feiticeiras, foi escrito em 1484 pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger e constituía-se em um manual orientador para a caça às bruxas.



como deficientes físicas, mães solteiras, prostitutas, jovens rebeldes, órfãos etc.<sup>9</sup> Desta forma, cabe pensar as representações do feminino e a presença do imaginário medieval na narrativa fílmica a partir de três temas dramáticos presentes na obra e que, apesar de serem analisados separadamente, complementam-se entre si: *o medo da mulher, a culpa feminina e a remissão dos pecados em congruência à lógica da salvação*.

Chartier (2002) observa que um discurso histórico é sempre “um conhecimento sobre traços e indícios” (p. 17). No tocante ao Cinema, Ferro (1976) aponta que um discurso histórico – compreendendo, aqui, o discurso histórico como uma estruturação de significados no interior da narrativa audiovisual que constroem representações e sentidos no âmago da história narrada – pode ser assimilado por meio dos pormenores ideológicos que compõem a discursividade fílmica. Como um produtor de significados na narrativa, esta súpula audiovisual fornece importantes elementos sobre o semblante imaginário de uma determinada época, já que um filme pode ser considerado, segundo o autor, uma “contra-análise” da sociedade, constituída por representações da realidade histórica apresentada. Assim sendo, concordamos com Vanoye e Golliot-Lété (1994) quando estes autores ressaltam que a análise fílmica implica duas etapas sumariamente importantes: em primeiro lugar decompor, ou seja, descrever as passagens que são relevantes ao estudo proposto, e, em seguida, estabelecer e compreender as relações de sentido entre estes elementos decompostos em um processo de interpretação. Neste sentido, o método de análise da narrativa fílmica *The Magdalene Sisters* será indutivo, visto que conjuga estudos bibliográficos que apresentam a construção do feminino no imaginário medieval com um exercício crítico-interpretativo da presença desta insígnia no longa-metragem de Mullan (2002), a partir da relação elencada entre História e Cinema.

## 2 A CULPA FEMININA

No livro bíblico de Eclesiastes está prescrito que “toda a malícia é leve em comparação à malícia da mulher, sobre ela caia a sorte dos pecadores” (Eclesiástico, 25: 26). O mesmo livro afirma ainda que “da mulher nasceu o princípio do pecado, e por ela é que

---

<sup>9</sup> Um dos pesquisadores mais expressivos sobre a História da Irlanda e, por consequência, do Asilo das Madalenas, é James Smith, sendo possível aprofundar a questão na obra *Ireland's Magdalen Laundries and the Nation's Architecture of Confinement*. Indiana: University of Notre Dame Press, 2014.



todos morremos” (25: 33). A mulher, sob este prisma, é a culpada por todos os danos que se abatem sobre a humanidade. Não obstante, o medieval legitimou esta insígnia em relação ao feminino, como se viu anteriormente neste texto. Ao longo do percurso audiovisual diferentes representações desta culpa feminina concebida no período medieval – e perpassada pelos séculos sucessores – são arquitetadas e traduzidas na narrativa fílmica. Já no início do filme Margaret é estuprada pelo primo, mas não é percebida como vítima do ato, pelo fato de ser mulher e ser vista como aquela que induz o homem ao enlaço sexual. A presença de um padre nesta cena evidencia a relação entre a condenação moral da personagem e a instituição eclesiástica como mentora desta reprovação, naturalizando a culpa da mulher, sobretudo no âmbito moral.

Ainda na sequência inicial do longa-metragem em que Margaret é violentada, também se pode observar a dicotomia medieval entre a santa e a pecadora segundo os elementos apresentados na cena e como eles são colocados: o casamento, procedimento sacramentado no século XII, que permite ao marido que “dê à mulher o que lhe é devido, e, da mesma sorte, a mulher, também, ao marido” (Le Goff, 1994, p. 160) e a conduta herética de Margaret, que em compasso com a sacralização da noiva, conduz o primo ao ato carnal, constituindo um pecado mortal, sendo considerada o avesso da mulher desejada pelo núcleo familiar e eclesiástico. Bloch e Ferguson (1987) ressaltam que toda essa discriminação da natureza e da fisiologia femininas realizava, no antifeminismo da Idade Média, uma ligação tendenciosa entre o teológico e o ginecológico. Isso no filme se traduz por meio dos pecados de cunho sexual “cometidos” pelas personagens principais: Margaret, Rose e Bernadette induzem o homem ao vício carnal e por isso são consideradas as únicas culpadas pelos atos cometidos, inocentando o sexo masculino desta culpabilidade religiosa ou de qualquer responsabilidade por seus atos, uma vez que a interpretação clériga paira, ao longo da narrativa, unicamente na falha do feminino, evidenciando o imaginário supracitado.

Esta atuação da culpa atribuída à mulher no longa-metragem é um dos pontos de maior significação no que tange à apropriação do imaginário medieval como construtor de sentidos na obra. Algumas passagens evidenciam fortemente esta assimilação. Uma destas passagens diz respeito à Una O'Connor, personagem que é internada no convento das Irmãs Madalena por ter ofendido a família com suas falhas de cunho sexual. Ao tentar fugir do internato, é rapidamente descoberta pelo pai, que a leva de volta à



instituição, violentando a personagem física e verbalmente, atirando-a na cama e explanando que ela não tem mais pai, mãe ou família devido ao ato cometido. Observa-se, no decorrer da cena, que a percepção da culpa na personagem por meio da ótica do pai é tão forte, que ele acaba por dizer – quando esta implora para ir embora – que ela ficará na cama até a morte, purgando seus pecados. O progenitor ainda volta quando a filha grita, a espancando novamente. Ao mesmo tempo, na cama de outra mulher internada, observa-se o dizer *Deus é bom*, o que acaba por justificar as agressões impingidas contra as detentas, trazendo à tona uma mentalidade de longuíssima duração.

Outras duas passagens do filme de Peter Mullan são bastante significativas deste imaginário da culpa em relação ao feminino. A primeira refere-se à cena em que várias mulheres, entre elas as protagonistas, são humilhadas psicologicamente por freiras do convento, enquanto estão nuas no interior da lavanderia em que trabalham. As irmãs degradam as personagens com insultos, piadas e ofensas destinadas ao corpo de cada uma delas, enquanto estas apresentam uma expressão facial de dor, culpa e sofrimento. Esta composição com base na agressão verbal direcionada ao corpo feminino pode ser percebida por via de sua relação com o processo de culpabilização do corpo da mulher ao longo do medievo, uma vez que

o corpo é a prisão (*ergastulum* = prisão para escravos) da alma: mais que a sua imagem habitual, é a sua definição. O horror ao corpo culmina nos seus aspectos sexuais. O pecado original [...] foi transformado pelo cristianismo medieval em pecado sexual. A abominação do corpo e do sexo atinge o cúmulo no corpo feminino (Le Goff, 1994, p. 146).

O corpo feminino é visto, então, como um receptáculo do pecado pela culpa atemporal que a mulher carrega devido ao pecado original. Não obstante, o suplício que as mulheres são obrigadas a suportar nesta passagem da narrativa audiovisual se associa com os pecados cometidos pelas personagens, em sua maioria de caráter sexual. Por serem culpadas, padecem diante do outro, inocente, representado pela sacralidade das freiras, entregues e tementes a Deus. Aliado a esta assepsia tem-se o silêncio das humilhadas como elemento que agrega sentido à cena, já que estas devem se submeter às autoridades eclesiásticas representadas pela figura das irmãs, pelo fato de estas serem castas e elevarem-se diante



do divino, pois se assemelham à ideia da santidade. Além disso, a mulher que gesticula – seus gestos excessivos eram associados na mentalidade coletiva medieval como uma posição demoníaca (Le Goff, 1994, p. 147). Neste ponto, uma analogia fílmica é feita entre o corpo lascivo, desregrado, e a mulher pecadora: no início da cena, todas as mulheres estão em movimento, enquanto são ridicularizadas pelas freiras. Este distanciamento pressupõe que as freiras estão longe desta relação corporal sádica e demoníaca.

A segunda passagem refere-se à indução do homem ao pecado por intermédio da mulher, discurso teológico amplamente difundido no medievo. Este adágio é percebido quando Bernadette, na ânsia por fugir da instituição religiosa, acaba por submeter-se aos caprichos de um vendedor que leva, diariamente, alimentos ao convento. Prometendo casamento para a garota, o rapaz pede para ver o órgão sexual da personagem, como uma espécie de pagamento prévio pelo sacramento prometido. Existe, nesta construção de sentidos que a cena acarreta, uma relação entre o pedido masculino e consentimento feminino, que remete à significação de perdição do homem pelas mãos da mulher, mesmo que este seja partícipe do processo como um todo. O que se denota, então, é que a personagem usa o corpo – concedido por Deus, mas manipulado pelo diabo – como um artifício para alcançar o desejado. Assim sendo, podemos recorrer às observações de Le Goff acerca do corpo feminino e sua composição ardilosa durante o medievo, uma vez que “de Eva à feiticeira do final da Idade Média, o corpo da mulher é o lugar de eleição do diabo” (Le Goff, 1994, p. 146).

Na sequência da cena, Bernadette é surpreendida por uma colega de convento, Katy, que sai em disparada sendo perseguida e alcançada pela jovem. Na narrativa que se estabelece é signo de fundamentalismo e temor aos desígnios divinos da pós-morte, precisa subverter a situação de ebulição sexual para a internalização sacramental do casamento, livrando-se assim da culpa de induzir o homem ao pecado. Todavia, a culpabilidade feminina é sumariamente levantada por Katy, como evidencia este diálogo presente no filme:

Katy: Afaste-se de mim, não quero nem olhar para você! Você é nojenta!

Bernadette: Nós vamos nos casar, é sério!

Katy: Ele nunca se casaria com você!

Bernadette: Vai sim, mas se você contar, não vou poder sair daqui e não poderemos nos





casar. Serei pecadora e você não quer isso...

Katy: Não, olhe: vou contar para a irmã Bridget que você foi nojenta e tentou aquele homem. Vão prendê-la aqui para sempre e aí você irá pro paraíso, pois pagará por todos seus pecados nojentos (Mullan, 2002, 45min54s a 46min23s).

Na cena supracitada, entende-se então que a mulher estava induzindo o homem à concupiscência e, por conta deste fato, deve permanecer no convento para purgar os pecados de sua alma. A mulher que “é comumente infiel, vaidosa, viciosa e coquete. É o chamariz de que Satã se serve para atrair o outro sexo ao inferno” (Delumeau, 1999, p. 320). Neste sentido, independentemente da ação contraventora, o que prevalece é a ideia de que a mulher conduz o ato, que remete ao que se encontra prescrito na obra de São Jerônimo, um teólogo do século IV, que afirma, no tratado *Adversus Iovinianum*, que as mulheres são sedutoras das almas puras dos homens, pendendo naturalmente para o prazer, e não para a virtude. Mesmo quando uma ação repreensível não é de fato desempenhada e comprovada, a culpa ainda assim recai sobre a mulher que pensou em realizá-la, devido a este imaginário de irreversibilidade de uma natureza feminina maléfica iniciada por meio do pecado original. Não raro, a condenação de uma mulher no medievo, em inúmeros casos, não exigia provas concretas e irrefutáveis no sentido penal, já que a mulher, representando o lado sombrio da obra de Deus, provocaria o desejo e destruição dos homens sem dificuldades e a condenação pautava-se em sumas teológicas (Macedo, 2002). Este imaginário inerente ao destino lascivo e tentador do feminino pode ser percebido na narrativa fílmica por meio deste diálogo entre Bernadette – que é considerada um mau exemplo para as órfãs do orfanato em que vive e por isso é mandada para o convento – com uma das irmãs (irmã Bridget) da instituição em que é internada:

Bernadette: Só queria saber por que estou aqui, não cometi nenhum crime. Nunca estive com nenhum homem, Deus sabe que é verdade.

Irmã Bridget: Mas gostaria disso, não?

Bernadette: Sou uma boa garota, irmã.

Irmã Bridget: Não. É arrogante, grosseira e burra. Por isso, os rapazes homens gostam de você. Tão pouca inteligência facilita que enfiem os dedos em você. [...]. Todos os homens são pecadores, portanto, abertos à tentação. Num país de Deus correto, para salvá-los de si próprios, remove-se a tentação (Mullan, 2002, 40min15s a 41min).



Remover a tentação do mundo significa, neste contexto, o aprisionamento no convento das mulheres consideradas ímpias, como no caso de Bernadette, a fim de que se livrem da culpa, bem como para que os homens possam viver livres da tentação que o feminino representa, pois, “a tristeza do coração é uma praga universal, e a maldade da mulher é uma consumada malícia” (Eclesiástico 25: 17). O fato de que a culpa é, impreterivelmente, das detentas, demonstra esta conexão entre o imaginário medieval de hostilidade em relação ao feminino e à construção identitária das personagens na narrativa fílmica, uma vez que “a publicidade e o cinema lidam, por exemplo, com arquétipos [...]. O arquétipo só existe porque se enraíza na existência social” (Maffesoli, 2001, p. 85). É devido a esta conexão entre os modelos imaginários e os de construção identitária que “[...] as tecnologias do imaginário bebem em fontes imaginárias para alimentar imaginários” (Maffesoli, 2001, p. 81). Ou seja, a discriminação presente na narrativa para com as mulheres “do mundo”, as mulheres pecadoras, busca neste imaginário medieval e nas representações por ele interpeladas sua legitimidade e suas justificativas mediante os discursos e as práticas de opressão edificadas no cerne do convento em que se passa a história.

### 3 O MEDO DA MULHER

O medo da mulher foi uma constante do imaginário medieval, devido ao seu processo de demonização na mentalidade coletiva deste período histórico. Satã e seus demônios, ao passo que aterrorizam os homens, são profundamente conhecedores das fraquezas femininas. Na narrativa de *The Magdalene Sisters*, o medo do feminino pode ser apreendido a partir da historicidade das três personagens principais Margaret, Rose e, sobretudo, Bernadette. O enclausuramento do trio no convento reside no temor que suas condutas representam para a sociedade irlandesa da época, principalmente para os homens e as famílias católicas tradicionais. Deste modo, as personagens são mandadas para fora do convívio com esta sociedade cristã de cunho patriarcal, removendo as nódoas que levam ao pecado e que são transmitidas, paradoxalmente, pelo fascínio que o feminino exerce sobre os homens. Concernente a esta questão, Delumeau (1999) observa que “está veneração do homem pela mulher foi contrabalanceada ao



longo das eras pelo medo que ele sentiu do outro sexo, particularmente nas sociedades de estruturas patriarcais” (p. 310).

Ao considerarmos esta premissa, percebemos a máxima inquisitória de que “toda bruxaria tem origem na cobiça carnal, insaciável das mulheres” (Kramer; Sprenger, 1991, p. 121). As falhas morais localizadas em *The Magdalene Sisters* são, deste modo, impreterivelmente femininas, sendo encontradas já no início da narrativa cinematográfica, quando irmã Bridget conhece Bernadette e questiona sobre o seu comportamento considerado concupiscente pelos dirigentes do orfanato ao qual pertencera:

Irmã Bridget: E você?

Bernadette: Bernadette Haffie.

Irmã Bridget: Do Orfanato Sta. Attracta?

Bernadette: Sim, irmã.

Irmã Bridget: E como sei disso?

Bernadette: Não sei, irmã.

Irmã Bridget: Será porque o diretor é muito amigo meu e me disse tudo a seu respeito? Ou estou aqui há tantos anos, que reconheço uma sedutora só de olhar? (Mullan, 2002, 18min49s a 19min10s).

O que se denota nesta cena é que o simples fato da desconfiança em relação ao sexo feminino permite inferir conclusões sobre a maledicência de Bernadette. À garota não é dada a oportunidade de explicação, pois a ela são atribuídos o pecado, a luxúria e a vaidade, ornamentando-a como um mal inconfesso. Esta desconfiança que promove o cárcere da mulher em sua própria essencialidade provém do medo do feminino construído durante o medievo e legitimado na mentalidade coletiva dos sujeitos, onde se destaca o

[...] esforço de reconhecimento do inimigo, de suas formas e possibilidades de atuação, em paralelo à pia tarefa de identificação de seus agentes, [...] E muitos serão chamados a encarnar esse papel, dentre estes, e fundamentalmente, a mulher, [...] culminando na cristalização do paradigma satânico: a bruxa, o nec plus ultra da perfídia e da maldade, o veículo preferencial de toda a malignidade de Satã, enfim, o feminino em toda a sua tragicidade (Nogueira, 1991, p. 9).



Acometidos pelo medo, os homens medievais viam a manifestação satânica em vários lugares, interagindo na sociedade por via de diferentes agentes. Segundo Macedo (2002), a própria inferioridade feminina no imaginário medieval provinha do medo deste outro, da fragilidade do sexo e dos perigos da carne. A mulher, o maior instrumento do prazer que leva a pecar, mantinha os homens prisioneiros dos vícios mundanos, pois “por meio da mulher – tentadora e reptilizante, aqueles que sonham com a relação entre o cosmos e este microcosmos que é o homem situam-na do lado da sombra, da lua, da água adormecida –, o pecado introduziu-se no mundo” (Duby, 1998, p. 235). Neste caso, tanto Margaret, que é retirada do convívio familiar por “conduzir” o primo ao pecado, quanto as outras garotas que possuem condutas transgressoras em relação aos dogmas católicos, são consideradas ameaças mediante o discurso desta sociedade irlandesa, que, por sua vez, tem suas raízes no imaginário medieval acerca do feminino.

A vaidade, símbolo da ignomínia feminina, também é vista na narrativa fílmica como uma tentação a se evitar. A beleza física exaltada, ideário da corrupção moral, é percebida como um elemento satânico que trabalha para a corrupção dos homens. No filme, esta premissa é percebida em dois momentos: quando a personagem Una foge e, após a fuga, lhe é cortado todo o cabelo como castigo, e quando Bernadette tenta fugir e também tem seu cabelo e rosto cortados. Essas duas situações evidenciam o perigo de que a vaidade, quase sempre relacionada com a arrogância e a ignorância no discurso das freiras, representa um mal repugnante na busca pela salvação da alma, como demonstra esta fala de irmã Bridget:

Irmã Bridget: Abra os olhos, garota. Abra. Quero que você se veja como realmente é. Agora, sem sua vaidade, e com sua arrogância derrotada, está livre ... livre para escolher entre o certo e o errado, o bem e o mal, entre Satã e Deus. Precisa procurar na sua alma o que é puro e decente e oferecê-lo a Deus. Só então você encontrará a salvação (Mullan, 2002, 50min53s a 51min28s).

Ao tratar este tema, percebemos que o medo que a mulher infere na sociedade em que a diegese cinematográfica se encontra não é contemporâneo apenas, ou relativo exclusivamente àquele grupo social. Esta relação acerca do medo para com o feminino possui suas raízes na iconografia mental do medievo, já que, tanto em relação à vaidade



de, quanto em relação à potência da mulher como uma agente de Satã, observamos que “nesta sociedade, a mulher aparece dominada de todas as maneiras” (Duby, 1989, p. 237).

## 5 A REMISSÃO DOS PECADOS E A LÓGICA DA SALVAÇÃO

Se por um lado as representações sociais da mulher preteridas pelo imaginário medieval pautavam-se na inevitabilidade do pecado por outro, suas condutas heréticas poderiam ser purgadas por meio de um sofisticado aparato de redenção (Toldy, 2007). Esta representação dicotômica entre o pecado e a sua purgação estabelecia a principal forma na sistemática da salvação no medievo, contribuindo para normatizar a conduta feminina, já que os sistemas de representações consistem “não em conceitos individuais, mas em diferentes formas de organizar, agrupar, arranjar e classificar conceitos, e em estabelecer relações complexas entre eles” (Hall, 1997, p. 4). Neste sentido, eram as premissas teológicas fornecidas por membros do clero que regiam os indivíduos a realizar práticas que os conduzia à salvação eterna.

O temor da danação eterna, das agruras e do sofrimento legitimava os suplícios que o corpo – sobretudo o corpo feminino, receptáculo primo do pecado – deveria receber, já que no centro da moral cristã residia uma desconfiança mórbida em relação ao prazer. Em suma, era necessário que os pecadores sofressem em vida para que pudessem alcançar as glórias do paraíso após a morte. Privando-se das volúpias, rezando intensamente e oprimindo o corpo por via de uma labuta extensa e carregada, o passaporte para o além-túmulo divino estava garantido. Esta insígnia, presente no imaginário do medievo, encontra-se fortemente absorta na narrativa de *The Magdalene Sisters*. O sistema labutar do convento em que as personagens se encontram tem suas bases de pensamento nesta teologia medieval de remissão dos pecados e incidência da salvação. Não obstante, quando as “pecadoras” chegam ao Asilo das Madalenas, têm seus pertences retirados e lhes é dado um uniforme, então são levadas à presença de irmã Bridget, que conta várias notas de dinheiro obtidas por meio do trabalho das jovens e, sem nem olhar para as meninas, inicia uma preleção sobre o cotidiano de trabalho árduo, oração e privações que será a vida das jovens dali para frente.



Irmã Bridget: A filosofia do convento das Madalenas é bastante simples: mediante o poder da oração, a higiene e o trabalho árduo, as perdas podem voltar a Jesus Cristo, Nosso Senhor e Salvador. A própria Maria Madalena, santa padroeira da Ordem das Madalenas, era uma pecadora da pior espécie, que vendia seu corpo a deprimidos. Sua salvação veio somente com a penitência de seus pecados: a negação de todos os prazeres da carne, incluindo dormir e comer, e o trabalho além do limite humano. Assim, ela ofereceu a alma a Deus e entrou no paraíso para ter a vida eterna (Mullan, 2002, 16min41s a 17min20s).

A rigidez cotidiana inserida no convento, desta forma, visa salvar as mulheres de sua própria perdição. Abstraídas nesta rigidez, bem como em um cotidiano de trabalho árduo, oração e privação de qualquer tipo de prazer, Margaret, Rose, Bernadette e as demais são forçadas a trabalhar na maior parte do tempo nas lavanderias do convento para purgar os seus pecados. O trabalho pesado e a hostilidade em relação ao lugar são frequentemente apresentadas em cena. Também recorrem na narrativa os momentos de oração e, em diferentes passagens do longa-metragem, as mulheres aparecem de joelhos, rogando a Deus pela salvação de suas almas. “A assembleia dos pecadores é como um montão de estopa, e o seu fim será serem consumidos pelo fogo” (Eclesiástico, 21: 10).

Também o silêncio aparece na narrativa como um suplício necessário para se purgar os pecados, já que “a conversação dos pecadores se faz odiosa, e o seu riso é sobre as delícias do pecado” (Eclesiástico, 27: 14). Em um determinado momento durante o trabalho na lavanderia, Bernadette e outra consorte, a personagem Crispina, conversam sobre as roupas sujas que lavam e na possibilidade de trocar algumas entre si. Repentinamente uma confusão instaura-se na lavanderia, pois o silêncio é requisito básico na labuta, essencial para a salvação de suas almas. Pairado o silêncio, volta-se ao trabalho. Por fim, como artifício primo dessa lógica de salvação, tem-se a negação completa da sexualidade como elemento máximo do encontro divino na narrativa de *The Magdalene Sisters*, representado por uma das detentas – Una – que renuncia à vida terrena exterior ao convento para se tornar uma das ordenadas da Ordem das Madalenas, repousando assim sua conduta na ideologia anticorporal do cristianismo institucionalizado pelas freiras no convento (Le Goff; Truong, 2006, p. 35).

O medievalista Le Goff (2005) observa que a História e suas relações com o presente só se esclarecem a partir de uma perspectiva de longa duração. Para ele, a reflexão sobre a Idade Média e o imaginário medieval é fundamental para a compreensão das relações hu-



manas em diferentes períodos históricos, pois, se toda época passada ainda vive no presente, “[...] a Idade Média está particularmente viva e é fundamental para a compreensão da sociedade de hoje” (Le Goff, 2005, p. 212). Defende a ideia de “uma longa Idade Média”, onde “as mudanças não se dão jamais de golpe, simultaneamente em todos os setores e em todos os lugares” (Le Goff, 2005, p. 66), e que, “[...] em certos aspectos de nossa civilização – perdura ainda e, às vezes, desabrocha bem depois das datas oficiais” (Le Goff, 2005, p. 66).

Nesta perspectiva, destaca-se o imaginário social como uma das forças reguladoras da vida coletiva, indicativo do argumento de Baczko (1985) quando postula que as identidades são designadas pelos imaginários da coletividade que, por consequência, estabelece papéis e posições sociais construindo e ditando os parâmetros para o bom ou mau comportamento. No filme as ações de repressão, violência e fragmentação sofridas por aquelas mulheres são justificadas e corroboradas como uma conduta correta, na medida em que o imaginário sobre o feminino gestou uma representação totalizante elaborada pela coletividade e consolidada pela postura ativa de uns que assumem a normativa social e passiva de outros que não encontram forças ou mesmo motivos para intervir.

Nesse sentido, podemos considerar que a tríade – culpa feminina, medo feminino, lógica da salvação – revela a presença do imaginário medieval acerca do feminino como construtor de sentidos na narrativa fílmica de *The Magdalene Sisters*, bem como a presença deste na sociedade contemporânea, visto que a narrativa se baseia em relatos reais de mulheres que passaram por estes conventos na Irlanda da segunda metade do século XX (Crowdus, 2003). Por intermédio deste imaginário em relação ao feminino, entrelaçado a um processo histórico de longuíssima duração, a narrativa fílmica de Peter Mullan construiu representações cinematográficas que retratam, nesta acepção histórica, os elementos que constroem a imagem e a cosmovisão sobre a mulher no espaço delineado pelo filme. Assim, as histórias apresentadas têm sua essencialidade na relação dicotômica entre a santa e a pecadora edificada na efígie da mentalidade medieval.



## REFERÊNCIAS

- BACZKO, B. "A imaginação social". In: LEACH, E. *et al.* **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- BASCHET, J. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.
- BETHENCOURT, F. **História das Inquisições**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BLOCH, H.; FERGUNSON, F. (Orgs.). **Misogyny, Misandry, and Misanthropy**. Oakland: University of California Press, 1987. Representations Books (Book 3).
- CASAGRANDE, C. "A mulher sob custódia". In: KLAPISCH-ZUBER, C. (Dir.). **História das mulheres no Ocidente**: Idade Média. Porto: Afrontamento, 1990. p. 99-141. v. 2.
- CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, R. **À Beira da Falésia**: A História entre Certezas e Inquietude. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.
- CORÍNTIOS, 7: 1-3. In: A Bíblia Sagrada. **Antigo e Novo Testamento**. Tradução de João F. de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1967.
- CROWDUS, G. **The Sisters of No Mercy**: an interview with Peter Mullan. *Cineaste*, v. 28, n. 4, p. 26- 33, 2013.
- DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DUBY, G. **Idade Média, Idade dos Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, G. **Heloísa, Isolda e outras damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DUBY, G. **Amor e Sexualidade no Ocidente**. Lisboa: Terramar, 1998.
- ECLESIAÍSTICO, 21, 25, 27. In: A Bíblia Sagrada. **Antigo e Novo Testamento**. Tradução de João F. de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1967.
- FARGETTE, S. Eva, Lilith e Pandora: o mal da sedução. **História Viva**, São Paulo, ano 6, v. 12, p. 61-63, dezembro 1990.





FERRO, M. Filme: uma contra-análise da sociedade?. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 199-215.

FRANCO JR., H. **A Idade Média**: o nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GÊNESIS, 3: 6. *In*: A Bíblia Sagrada. **Antigo e Novo Testamento**. Tradução de João F. de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1967.

HALL, S. **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Thousand, 1997.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **Malleus Maleficarum**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

LE GOFF, J. As mentalidades: uma história ambígua. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 68-83.

LE GOFF, J. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

LE GOFF, J. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LE GOFF, J.; TRUONG, N. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACEDO, J. R. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 2002.

MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, agosto 2001.

NOGUEIRA, C. R. F. As companheiras de Satã: o processo de diabolização da mulher. **Espacio, Tiempo y Forma**, Madrid, Série IV. t. IV, p. 9-24, 1991.

PESAVENTO, S. J. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

SANTOS, D. V. C. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, Goiás, ano 3, n. 6, p. 27-53, dezembro 2011.

SOARES, P. R. de N. Os monstros na cultura medieval. **Revista Signum**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 188-210, 2011.

**THE MAGDALENE SISTERS**. Direção: Peter Mullan. Produção: Frances Higson. Irlanda, Drama, Europa Filmes, 2002. 1 DVD (114 minutos), son. color.



TOLDY, T. As mulheres na Igreja Católica: luzes e sombras ao longo da História. **Revista Teológica**, Braga, v. 32, n. 2, p. 219-245, 2007.

VANOYE, F.; GOLLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papirus, 1994.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

### **Magna Lima Magalhães**

Graduada, mestra e doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

### **Claudia Schemes**

Graduada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestra em História pela Universidade de São Paulo e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Alessander Kerber**

Graduado em História pela História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Doutor em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### **Cleber Cristiano Prodanov**

Graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestre e doutor em História pela Universidade de São Paulo.

### **Cristina Ennes da Silva**

Graduada e mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUC.

### **Daniel Luciano Gevehr**

Graduado, mestre e doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

### **Emelí Lappe Baldissera**

Graduada em História, mestra e doutora em Ambiente e Desenvolvimento pela Univates.

### **Everaldo Pedrozo de Oliveira**

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Feevale.

### **Fernanda Gälzer**

Graduada em História, mestra e doutorando em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale.

### **Luís Fernando da Silva Laroque**

Graduado, mestre e doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

## **Orquídea Moreira Ribeiro**

Licenciada em Línguas e Literaturas pela Universidade do Porto, mestra em Estudos Anglo-Americanos pela Universidade de Lisboa e doutora em Ciências Humanas e Sociais pela UTAD.

## **Paula Regina Puhl**

Graduada, mestra e doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

## **Roswithia Weber**

Graduada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestra e doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## **Thais Gaia Schüller**

Graduada em História pela Uninter e em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul, mestra e doutora em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale.

## **Tiago Silva**

Graduado em História, mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale e doutorando em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**ISBN:**

978-65-86341-39-3

